ÍNDICE GERAL

I. INTRODUÇÃO 9

II. NOTA PRÉVIA 9

III. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO 9

IV. PRINCIPAIS RESULTADOS 10

V. ATIVIDADES 15

1. COESÃO E AÇÃO SOCIAL 16

2. ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL 26

3. INOVAÇÃO 34

4. CULTURA 38

5. URBANISMO E HABITAÇÃO 50

6. EDUCAÇÃO 56

7. JUVENTUDE E NOVAS GERAÇÕES 62

8. TURISMO 65

9. SEGURANÇA 67

10. DESPORTO E ANIMAÇÃO 71

11. MOBILIDADE 75

12. AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA 82

13. GOVERNÂNCIA DA CÂMARA 102

VI. RELATÓRIO FINANCEIRO 121

ANÁLISE ORÇAMENTAL 121

1. Principais destaques 121

2. Equilíbrio orçamental 122

3. ANÁLISE DA DESPESA 125

3.1. Alterações e revisões orçamentais da despesa 125

3.2 Execução orçamental da despesa 128

3.3 Evolução da despesa 131

3.4 Despesa por objetivos 141

4. ANÁLISE DA RECEITA 144

4.1 Alterações e revisões orçamentais da receita 144

4.2 Execução orçamental da receita 144

4.3 Evolução da receita 146

5. MOVIMENTOS DE TESOURARIA 150

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA 152

6. ANÁLISE DO BALANÇO 152

7. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 156

8. ENDIVIDAMENTO 159

9. PANDEMIA COVID-19 160

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 161

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Nota do Presidente

A prestação de contas relativa ao ano anterior é sempre um momento politicamente relevante. Trata-se de um documento fundador do escrutínio das políticas aplicadas durante o ano, mas também do apuramento do excedente orçamental que transita para o ano seguinte.

O Município do Porto tem apresentado de forma sistemática, anualmente nestes relatórios, execuções orçamentais elevadas, tanto do lado da receita como do lado da despesa.

Em 2019, mais uma vez, a receita ficou acima do previsto, o que resulta não apenas do bom desempenho da economia da cidade, o que sustentou uma coleta elevada de taxas, licenças e impostos, mas também do sempre prudente exercício de elaboração do orçamento municipal.

Do lado da despesa, num ano de grande investimento em áreas como a habitação e obras públicas, não deixa de ser assinalável uma execução acima dos 83%, em linha com a do ano anterior, que tinha sido de 84% e a maior dos últimos dois mandatos autárquicos.

Dadas as contingências provocadas pelo aumento de preços no setor da construção civil que, transversalmente ao país, deixou sucessivos concursos desertos, obrigando à sua repetição, e dada a ausência de instrumentos legais que permitam abreviar as adjudicações em casos de incumprimento ou litigância, deve considerar-se uma execução acimo dos 80% como muito boa, sendo claramente acima da média nacional e ainda mais entre os municípios de grande dimensão.

Destes exercícios, sistematicamente favoráveis à apresentação de boas contas, resulta o trânsito para o orçamento presentemente em execução do maior saldo de gerência de sempre e que permitiu a injeção de quase cem milhões de euros na gestão Municipal.

É este saldo, que foi sendo construído ao longo dos últimos seis anos – e que muitas vezes a oposição legitimamente criticou, advogando que a Câmara deveria gastar mais do que gasta ou deveria reduzir a receita fiscal – que permitiu, sem cortes de investimento, manter essas mesmas boas contas. A quebra abrupta da receita que, em 2020, seguramente se verificará devido à crise provocada pela COVID-19, tem, neste saldo que transita do exercício de 2019, o garante da sustentabilidade das contas públicas do Município.

Se tivéssemos, em ano de eleições, antes ou depois disso, cedido à tentação da distribuição de benesses e reduções fiscais pouco responsáveis e sem nenhum efeito social, estaríamos hoje a lamentar não termos saldo para sustentar um orçamento municipal que não chegava aos 200 milhões há sete anos e que hoje ultrapassa os 300 milhões, com tudo o que isso representa de investimento para a cidade e para os seus cidadãos.

Se o Município do Porto pode hoje sustentar, sem *stress* orçamental, obras que a cidade pedia há décadas, como as do Terminal Intermodal de Campanhã, do Mercado do Bolhão, da reabilitação sistemática e acelerada de todo os seu enorme parque habitacional é, precisamente, por não ter caído na tentação da vertigem despesista que, aliás, o eleitorado, claramente, rejeitou nos mais recentes atos eleitorais autárquicos. Ou seja, seguiu-se o princípio keynesiano. Em época de expansão, como que vivemos nos últimos anos, geramos os excedentes que nos permitirão, em época de recessão, estimular a economia, sem ter de fazer cortes abruptos no investimento ou aumentar impostos.

As contas de 2019, que aqui se apresentam, evidenciam um ano de forte investimento, no desenvolvimento mas também no bem-estar social dos cidadãos. Ao mesmo tempo expõem uma realidade de que não existia memória: a inexistência de dívida bancária, que em dezembro do ano passado era de zero euros, desonerando o Município do pagamento de amortizações e juros. E, por fim, demonstram que tudo isto é possível fazendo cumprir um programa de governo onde a economia, a coesão social e o emprego se alicerçam no eixo da cultura, sem que esta se torne em fator de insustentabilidade, como alguns previam há sete anos, quando pela primeira vez a atual presidência se apresentou a eleições.

Em tempos recessivos ou mesmo depressivos como os que estamos a enfrentar, é preciso, de forma sustentada, assegurar que os instrumentos necessários à recuperação económica existem. O Município do Porto cultivou esses instrumentos e pode hoje apresenta-los nesta câmara. Eles têm três dimensões. A dimensão financeira, que se traduz em saldos, na ausência de dívida e em capacidade de investimento, o que está bem espelhado neste relatório. Mas têm também uma dimensão imaterial, que depende da capacidade de resiliência, de insubordinação e de criação de caráter. Podemos hoje encontra-la na nossa sociedade e, também nessa matéria, imaterial, este executivo reclama ter dívida zero e um grande saldo de gerência para apresentar. Por fim, a dimensão humana. A cidade, mas também a Câmara Municipal do Porto que a acompanhou, tem desenvolvido, nos últimos anos, uma admirável capacidade de

regeneração humana e de qualificação de competências. Não tenhamos dúvidas: o Porto está hoje mais capaz de enfrentar a inevitável crise económica do que estava antes, graças à cultura de empreendedorismo que existe no seu tecido económico, mas também graças aos bem apetrechados serviços municipais, que hoje são modernos e fazem uso das melhores práticas e dos melhores instrumentos tecnológicos.

É alicerçando-nos nas boas contas, no lastro resiliente que a cultura nos trouxe e no capital humano que vamos poder continuar a aplicar políticas anti cíclicas, esperando que, perante a evidência que a crise sanitária expôs, a oposição, finalmente, as entenda, juntando-se, assim, à maioria dos portuenses que as sufragaram.

Rui Moreira

I. INTRODUÇÃO

II. NOTA PRÉVIA

Em cumprimento do disposto no nº 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2019, que procura ser clarificador quanto às origens das receitas e despesas do Município do Porto, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

Conforme estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os documentos de prestação de contas consolidadas podem ser aprovados em momento diferente das contas individuais do município.

Considerando a situação epidemiológica provocada pela doença COVID-19, a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, veio consagrar medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus, estabelecendo, no seu artº 4º, o prazo de 30 de junho de 2020 para serem remetidas ao Tribunal de Contas os documentos de prestação de contas individuais.

III. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A atividade económica mundial que tinha desacelerado em 2018 abrandou ainda mais na primeira metade de 2019 e os indicadores apontam para a manutenção de um ritmo de crescimento moderado na segunda metade do ano. O crescimento do PIB mundial deverá reduzir-se de 3,6% em 2018 para 2,7% em 2019[1], uma das mais baixas taxas de crescimento observadas desde a crise financeira internacional.

As taxas de juro de curto prazo (Euribor a 3 meses) mantem-se em níveis historicamente baixos. Em 2019 situou-se em - 0,4% contra os -0,3% em 2018.

Em Portugal, as previsões do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística, para o 4º trimestre de 2019, apontam para que o PIB tenha um crescimento homólogo real de 2,2%[2] (menos 0,2 p.p. que no ano anterior). O consumo privado cresceu 2,3%, desacelerando 0,8 p.p. face a 2018.[1] O consumo público cresceu 0,8% menos 0,1 p.p. que no período homólogo[1].

1 Boletim Económico Banco de Portugal dezembro de 2019, pág. 10 e março de 2020, pág. 13
2 Boletim Económico Banco de Portugal e INE março de 2020, pág. 9

A taxa de desemprego relativa a 2019 fixou-se em 6,5%, menos 0,5 p.p. do que em 2018, com o emprego a crescer 0,8%[1].

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor foi de 0,3% registando uma redução face a 2018, ano em que se fixou em 1,2% [1].

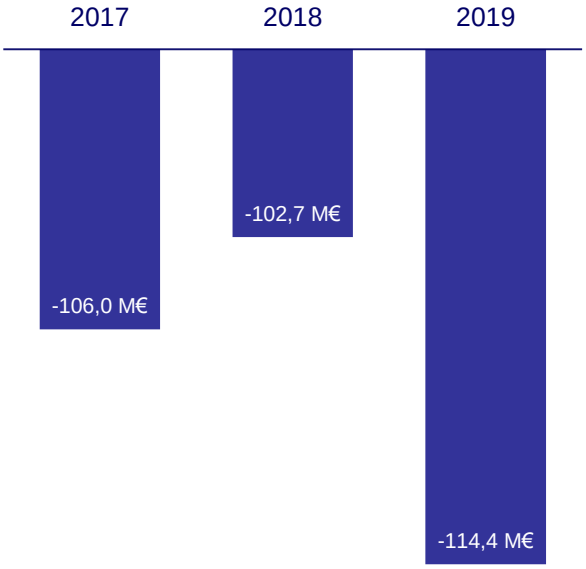
IV. PRINCIPAIS RESULTADOS

Em 2019, o Município do Porto apresenta resultados positivos, evidenciando o reforço da consolidação do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos.

Em termos sintéticos destaca-se:

- Uma taxa de execução do orçamento da receita, em termos de cobrança, de 117,1%**.**
- Uma taxa de execução do orçamento da despesa de 83,2%.
- O acréscimo da receita total de 7,5%, cerca de 23,4 milhões de euros, face a 2018. As receitas fiscais aumentam 14% (22,2 milhões de euros) por força do acréscimo verificado nos impostos diretos, sobretudo na Derrama (mais 13,9 milhões de euros) no IMT (mais 4,6 milhões de euros), e nas taxas, multas e outras penalidades em resultado do recebimento de 15,4 milhões de euros da taxa municipal turística.
- Regista-se um investimento de 68,4 milhões de euros, um acréscimo face a 2018 de 8,8 milhões de euros, destacando-se os investimentos realizados pelas empresas municipais Domus Social, EM na área da reparação e beneficiação da habitação (mais 4,1 milhões de euros) e GO Porto, EM nos mercados (mais 3,7 milhões de euros).
- Um prazo médio de pagamento a fornecedores de 7 dias.
- A amortização antecipada de empréstimos bancários, no valor de 12,8 milhões de euros, que correspondeu ao pagamento integral da dívida bancária de médio e longo prazo terminando-se o ano económico sem qualquer dívida à banca.
- O reforço da capacidade de endividamento.
- O endividamento líquido a curto prazo que apresenta um valor negativo de 114,4 milhões de euros.

F. 1 - Dívida líquida de curto prazo



A dívida líquida de curto prazo, analisada numa ótica orçamental, continuou a registar valores negativos. Em dezembro de 2019, os créditos do Município do Porto para com terceiros superam o valor da dívida bruta, o que, adicionado das disponibilidades, permite a verificação de uma dívida líquida negativa de 114,4 milhões de euros. Para além das disponibilidades de tesouraria, o Município tem mais a receber (17,7 milhões de euros) do que a pagar (1,1 milhões de euros).

Na ótica patrimonial destaca-se o resultado líquido do exercício de 38,1 milhões de euros.

V. ATIVIDADES

Em 2019, a atividade do Município do Porto manteve-se fiel às premissas e prioridades do orçamento aprovado para o ano, cujos objetivos estratégicos assentaram no programa autárquico para o mandato 2017-2021, tendo o controlo da dívida global, bem como a seletividade da despesa municipal, continuado a ser os vetores centrais do orçamento municipal, a par com o desenvolvimento social, económico e cultural. Neste ciclo político, as prioridades agregaram-se em 13 objetivos estratégicos transversais ao município, que se passam a analisar, relativamente ao ano económico em apreço.

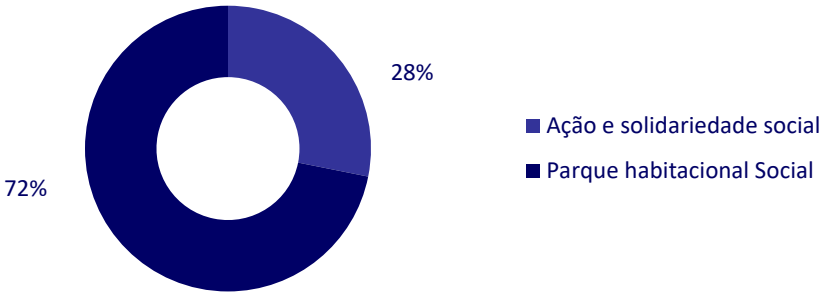
Q. 1 - Despesas por objetivos

Objetivo	Orçamento	Pago		Taxa de Execução
	€	€	%	%
Coesão e Ação Social	31 646 396	27 931 902	11,7%	88,3%
Economia e Desenvolvimento Social	7 347 057	6 227 391	2,6%	84,8%
Inovação	1 387 395	1 036 800	0,4%	74,7%
Cultura	14 630 307	11 770 579	4,9%	80,5%
Urbanismo e Habitação	36 891 304	23 688 301	9,9%	64,2%
Educação	8 520 091	7 013 425	2,9%	82,3%
Juventude e Novas Gerações	118 600	86 660	0,0%	73,1%
Turismo	1 243 834	1 240 577	0,5%	99,7%
Segurança	7 188 085	4 858 872	2,0%	67,6%
Desporto e Animação	6 621 662	6 320 817	2,6%	95,5%
Mobilidade	24 494 194	17 185 992	7,2%	70,2%
Ambiente e Qualidade de Vida	20 812 160	17 935 533	7,5%	86,2%
Governância da Câmara	126 914 277	114 078 381	47,7%	89,9%
Total	**287 815 362**	**239 375 230**	**100,0%**	**83,2%**

As Grandes Opções do Plano (GOP) incorporam estes objetivos que, por sua vez, se desdobram em programas, projetos e ações das intervenções setoriais. As GOP agregam as despesas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as despesas do Plano das Atividades mais Relevantes (PAR).

1. COESÃO E AÇÃO SOCIAL

F. 2 - Coesão e Ação Social



A Coesão e Ação Social, um dos pilares centrais das políticas públicas desenvolvidas pelo Município do Porto, que se substancia num conjunto de programas, iniciativas e investimentos, de carácter material e imaterial, que se operacionalizam essencialmente através da empresa municipal Domus Social, EM e do Departamento Municipal de Coesão Social, integra os programas **Parque habitacional social** onde foram aplicados 20,1 milhões de euros e Ação e solidariedade social que executou 7,9 milhões de euros.

A Domus Social, EM viu revisto, em 2019, o seu posicionamento estratégico no que concerne às atribuições que lhe estão incumbidas. Com a revisão estatutária efetuada, foi redefinido o seu objeto social que configurou os seus princípios de atuação à "(…) promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação, compreendendo a gestão do parque de habitação pública municipal de interesse social, independentemente do regime de ocupação e natureza das rendas devidas, a manutenção e conservação de todo o património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais" contemplando ainda nos seus estatutos "(…) a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social".

Cabe, pois, à Domus Social, EM contribuir para o desenvolvimento do Porto, executando as políticas públicas de habitação definidas pelo município promovendo o seu desenvolvimento económico e reforçando a sua coesão social.

Tem merecido particular atenção a estratégia governamental denominada por Nova Geração de Políticas de Habitação bem como os instrumentos legais e financeiros que permitirão alargar a capacidade de intervenção, que conduziram à elaboração e aprovação da Estratégia Local de Habitação do Porto com vista à apresentação de candidaturas ao 1º Direito.

No âmbito da sua diversificação de modelos de provisão de habitação o Município do Porto tem vindo a abrir o leque de intervenções do clássico mercado de arrendamento público em bairros de habitação social municipal para outros modelos de provisão de habitação, com a utilização do stock, devoluto e ocupado, de imóveis designados por casas do Património, do ex - CRUARB-CH e da ex - FDZHP.

Merece, também, particular destaque pela sua amplitude e reforço de investimento, a intervenção no espaço público, programada para os bairros do Parque de Habitação Pública Municipal, tal como consagrado na última revisão estatutária, a qual ganhou um novo impulso e relevo em 2019 projetando-se a intervenção em Aldoar, Bom Pastor, Campinas, Carvalhido, Cerco do Porto, Falcão, Monte da Bela, São João de Deus e Vale Formoso. Estas intervenções constituirão nos próximos anos uma das áreas que merecerá uma especial atenção pela manifesta obsolescência que alguns dos espaços públicos de bairros municipais apresenta.

A gestão, a reabilitação, manutenção e conservação dos imóveis do Parque de Habitação Pública Municipal, constituído por cerca de 13.000 fogos e onde residem aproximadamente 30.000 pessoas (565 edifícios com 12.617 fogos, acrescido de 260 edifícios com 560 fogos relativos às Casas do Património, do ex - CRUARB-CH e da ex – FDZHP), assegurada pela empresa municipal Domus Social, EM constitui um esforço significativo por parte do município na prossecução das suas políticas com vista a garantir uma cidade mais equilibrada e desenvolvida.

Neste âmbito, continuou a ter grande significado a política de investimento na reabilitação dos edifícios do referido parque, entendida internamente como grande reabilitação, e que compreende, de forma sucinta, a reabilitação de coberturas, fachadas e empenas, vãos envidraçados, áreas de circulação comum, bem como das redes de infraestruturas prediais relevando os aspetos da eficiência energética e de conforto térmico dos edifícios e dos fogos onde reside cerca de 13% população do Porto.

Durante o ano de 2019, foram concluídas as seguintes intervenções: Bom Pastor (blocos 1 a 6, 8 a 9); Campinas (blocos 15 a 31); Carvalhido (blocos A a F); Falcão (Agrupamento Habitacional); Ilhéu (2ª Fase) e Mouteira (blocos 1 a 4). Encontram-se em execução as empreitadas: Aldoar (blocos 1, 2, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15 e 16); Antas; Campinas (blocos 8 a 14); Cerco do Porto (blocos 4, 11, 12, 14, 15, 18, 22, 23, 25, 27, 28 e 29), (blocos 1, 2, 3, 7, 8, 10, 16, 17, 19, 20, 31 e 32), (blocos 33 e 34); Falcão (bloco 11); Fernão de Magalhães (blocos 12 a 17); Monte da Bela; Pereiró; Rainha Dona Leonor (Agrupamento Habitacional); Regado (blocos 1 a 11) e Salgueiros (Travessa). Encontra-se ainda em execução a empreitada de conclusão do conjunto de casas da

Maceda. Em fase de contratação encontravam-se, em 2019, as empreitadas: Pasteleira (bloco 1); São João de Deus (2ª Fase) e Regado (12 a 23). Foram concluídos os projetos de Reabilitação e Manutenção: Condominhas (edifícios com frações municipais); Falcão (blocos 10 a 15) e Pasteleira. Encontram-se em elaboração os projetos de reabilitação e manutenção: Bom Sucesso; Carriçal; Contumil (blocos 1, 2 e 3); Fonte da Moura (blocos 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 27 e 28); Francos e Pio XII.

Para além das ações de intervenção no "clássico" Parque de Habitação Pública Municipal é particularmente relevante, e sintomático, de uma abertura do leque de intervenção daquele tipo de provisão de habitação para as chamadas Casas do Património incluídas na denominada Operação Património (reabilitação integral de edifícios no Centro Histórico). Assim, foram concluídas em 2019 as intervenções na rua da Reboleira, 13, 29 e 42; rua de Azevedo de Albuquerque, 70 e 76; rua de Cima do Muro, 18; rua D. Hugo, 8 e 10; rua de Trás, 9 (e rua dos Caldeireiros, 64); rua de Trás, 123 e rua do Infante D. Henrique, 103 e 107. Encontram-se em execução outras empreitadas: rua das Carvalheiras, 153 a 163; rua de Tomás Gonzaga, 16 a 38 e rua do Comércio do Porto, 135 a 139. Foram concluídos os projetos de reabilitação da rua de D. João IV, 792 e 800 e construção nova na rua do Pêgo Negro, 351. Encontram-se em elaboração os projetos de reabilitação e manutenção: rua da Arménia, 73 e 75; rua da Vitória, 281 e 283; rua de António Cândido, 214 e 216; rua de São Miguel, 47 a 51; rua de Tomás Gonzaga, 43 e 45; rua do Dr. Barbosa de Castro, 10 a 14.

Relativamente às intervenções no espaço público dos bairros do Parque de Habitação Pública Municipal encontrava-se em curso a intervenção de São João de Deus (sob a gestão das Águas do Porto) e em fase de contratação a intervenção no espaço público de Falcão (1ª Fase, que abrange os edifícios 1 a 9). Refira-se que o projeto para o espaço público para os edifícios 10 a 15 encontra-se concluído. Encontram-se em elaboração os projetos de intervenção no espaço público dos bairros: Aldoar; Bom Pastor e Vale Formoso; Campinas; Carvalhido; Cerco do Porto e Monte da Bela.

Desde o início do ano, foram lançadas diversas empreitadas com vista à reabilitação do interior de casas devolutas, tendo sido concluídas 437 habitações (107 T1, 138 T2, 157 T3 e 35 T4), sendo que 427 são habitações do parque clássico de habitação social e 10 são casas do parque não clássico, usualmente identificadas como "casas do património". O valor de execução global, referente aos 437 fogos, foi de cerca de 3,7 milhões de euros. Encontravam-se, ainda, em 2019 em processo de reabilitação interior 52 fogos.

No domínio ainda da manutenção, em 2019, foram mantidas todas as rotinas de inspeção/manutenção de diversos elementos fontes de manutenção, principalmente de coberturas, bem como de uma forma sistemática e regular dos diversos equipamentos e instalações eletromecânicas.

Ainda no âmbito da política habitacional no município promoveu-se a Coesão Social, tentando minimizar as situações de pobreza e exclusão social. Relevantes segmentos da população encontram-se em situação de pobreza, com deficientes condições de habitação e com manifesta incapacidade para recurso ao mercado normal de arrendamento privado. Em 2019, foram instruídas 1.227 candidaturas a habitação social e atribuídas 327 casas a famílias carenciadas. No mesmo período foram realizadas 93 transferências, sobretudo por razões de saúde e mobilidade.

No decurso deste ano, concluiu-se um conjunto de desafios ao nível dos processos de realojamento de agregados, designadamente no Aleixo, São João de Deus, Rainha Dona Leonor e Pereiró e a ocupação da “Ilha” situada na rua do Bonjardim, 655, após a sua reabilitação.

Destaca-se, ainda neste ano, a aprovação do Novo Regulamento de Gestão do Parque Habitacional, documento que preconiza a continuidade nas soluções de gestão, mas que está revisto, adaptado e revitalizado, em conformidade com a alteração do quadro legal, bem como a aprovação pela Câmara da matriz que avalia e pondera a situação socio habitacional dos agregados candidatos a habitação social.

O programa de auto manutenção “Casa Como Nova” permitiu aos inquilinos municipais a aquisição dos materiais mais correntes de construção civil (tintas, portas interiores e pavimentos) a preços substancialmente inferiores aos do mercado.

Manteve-se o desenvolvimento do Projeto Condomus, com um total de 409 entradas organizadas em 2019, valorizando-se, assim, a participação ativa dos inquilinos municipais ao nível, essencialmente, da preservação dos espaços comuns. Foram realizadas ações de capacitação que abrangeram 250 gestores de entrada.

No âmbito da **Ação e solidariedade social** destacam-se as transferências para as Juntas de Freguesia com 4,1 milhões de euros para os contratos de delegação de competências e, neste ano, a transferência de 735 mil euros destinados ao Orçamento Colaborativo, um projeto que visa estabelecer dinâmicas participativas entre o Município do Porto, as freguesias e a população da cidade na prossecução de ações que promovam a sustentabilidade e o reforço da colaboração em rede para além das

relações de proximidade com as diversas entidades a que os grupos de cidadãos se dedicam.

Na intervenção social, releva-se o Programa Porto Solidário – Fundo de Emergência Social que procura combater a exclusão social nas suas diferentes dimensões, intervindo em três áreas: Apoio à Habitação, Apoio à Inclusão dos Cidadãos com Deficiência e Solidariedade Social.

Na vertente do apoio à habitação, o Município implementou, desde 2014, sete edições deste Programa. Em março de 2019 foi aprovada a 6ª edição, com uma dotação global de 1,1 milhões de euros, para apoiar pessoas e famílias em situação de grave dificuldade financeira, na sua obrigação de pagamento de renda ou prestação bancária relativa a habitação. No final de 2019, o Município do Porto determinou reforçar a verba orçamental, em 125 mil euros, tendo originado a abertura de um novo período de candidaturas. O valor médio dos encargos dos candidatos com habitação situa-se em 304,47 euros, dos quais 96,3% residem em habitações em regime de arrendamento privado. O valor médio do apoio mensal é de 189,68 euros. Até à data, o Município do Porto apoiou mais de 2.400 famílias, num total de 5,8 milhões de euros.

Ao longo de 2019 impôs-se a necessidade de adequação da gestão às exigências de uma nova política de habitação, que deve atender às dimensões da economia urbana, da coesão social e da sustentabilidade económica e social. Deu-se assim continuidade às políticas ativas no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas e implementaram-se outras ações que visam promover uma verdadeira inclusão social dos munícipes.

É o caso do projeto solidário Porto. Importa-se, considerado como uma resposta aos problemas dos moradores idosos, fomentando as potencialidades locais e as redes solidárias locais, aproveitando eficazmente os recursos da empresa municipal, sem deixar de fora os afetos. Em 2019, deu-se continuidade ao diagnóstico da população sénior, tendo já sido efetuado um balanço sobre os fatores que contribuem para a situação de risco de isolamento social dos idosos. Os casos de risco são objeto de acompanhamento pelos parceiros locais, para que, numa lógica de intervenção em rede, se defina qual a solução adequada e possível para mitigar o risco associado, trabalho progressivamente assente numa metodologia de gestão de caso.

No decurso do ano de 2019, foram implementadas mais duas Residências Partilhadas na cidade. Este projeto, dinamizado pela Domus Social, EM em articulação com as Juntas de Freguesia, procura responder à necessidade de encontrar novas respostas

para algumas carências identificadas na população mais idosa. O que se pretende com a implementação desta iniciativa é disponibilizar uma alternativa viável à precoce institucionalização em lares de idosos e, simultaneamente, combater a solidão. Existem já 6 residências partilhadas em funcionamento no Parque de Habitação Pública Municipal.

Em 2019, e através da Domus Social, EM promoveu-se ainda um conjunto de atividades no âmbito do Programa Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa (AIIA) inseridas no Programa Integrado de Inovação e Experimentação Social e de Animação Territorial do Porto, financiados pelo NORTE 2020, Eixo Prioritário Inclusão Social e Pobreza. Destacam-se aqui as ações de capacitação dirigidas aos gestores de entrada do Projeto ConDomus, que visam acrescentar valor e conferir competências diferenciadas aos gestores. Ainda no âmbito do AIIA, merece especial destaque a Iniciativa Arte para Todos, de desenvolvimento de competências artísticas/talentos em torno das músicas populares urbanas e da arte urbana junto de jovens de comunidades desfavorecidas.

Igual destaque merece a dinamização permanente do Contrato Local de Segurança, que visa a redução das vulnerabilidades sociais, a prevenção da delinquência juvenil e a eliminação dos fatores criminógenos. O CLS Porto abrange duas zonas territoriais identificadas com contextos de risco, designadamente o Cerco do Porto, e os bairros da Pasteleira, Dr. Nuno Pinheiro Torres e a Pasteleira (Agrupamento Habitacional).

Ainda no programa Ação e solidariedade social e no âmbito da intervenção social junto dos públicos mais vulneráveis, nomeadamente a população sénior, foi dada continuidade ao Programa Aconchego, tendo-se verificado um aumento do número de adesões em 2019, que registou um total de 46 aderentes. Face ao relevante impacto do Programa, este foi replicado pelo Município de Mirandela.

O Programa Porto Amigo manteve o nível de intervenções para melhorar as condições de habitabilidade no interior das habitações de seniores em situação de vulnerabilidade, tendo sido realizadas 4 obras de reabilitação durante o ano.

O Município do Porto esteve presente com 800 seniores no Dia Metropolitano dos Avós, uma iniciativa da Área Metropolitana do Porto que visa promover o convívio intermunicipal e o reconhecimento da importância dos avós na sociedade atual.

Realizaram-se as “I Jornadas – Porto Cidade Amiga das Pessoas Idosas”, que contaram com cerca de 150 participantes. Foram consolidados os projetos: “Quem sou eu?” e “ O Porto é Lindo!”. Quanto ao primeiro, que tem como principal objetivo trabalhar as estórias de vida da população sénior através da Expressão Artística, foi alargado o seu

âmbito de intervenção aos seniores da freguesia do Bonfim, num total de 16 idosos. O segundo tem por objeto contribuir para a promoção do bem-estar, da qualidade de vida e do convívio, combatendo a solidão e a exclusão, através da participação dos seniores em visitas guiadas a vários espaços emblemáticos da cidade. Em 2019 participaram 2.155 seniores e realizaram-se 64 visitas.

O projeto Acolher, programa de apoio à integração de novos inquilinos dos bairros sociais que visa melhorar a integração das famílias nos conjuntos habitacionais municipais, foi concluído com sucesso, tendo sido contemplados com este projeto 216 agregados familiares.

As atividades especialmente vocacionadas para as crianças e jovens continuaram a merecer um relevante investimento, através da dinamização do Projeto Missão Férias, em parceria com a empresa municipal Ágora. A iniciativa “Portugal numa Bancada”, desenvolvida em parceria com a Federação Portuguesa de Futebol, permitiu que 131 jovens institucionalizados em Lares de Infância e Juventude assistissem a 3 jogos de futebol da seleção nacional portuguesa. O projeto “Música para Todos” foi alargado a mais uma turma de 28 alunos e a “Orquestra Juvenil da Bonjóia” continuou a sua atividade, tendo realizado 12 apresentações públicas. No seguimento do processo de recrutamento para o exercício do cargo de “Juiz Social” para o biénio de 2017-2019, foi realizado um workshop intitulado “Crianças expostas à violência doméstica. Perspetiva sociojurídica” dirigida a todos os juízes sociais em funções.

O Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais promoveu a criação de equipas de mediadores interculturais com vista a melhorar a integração das comunidades migrantes e ciganas. No seguimento da aprovação da candidatura para a elaboração do “Plano Local para a Integração das Comunidades Ciganas”, o mesmo ficou concluído em 2019.

A população com necessidades específicas de funcionalidade, incapacidade e saúde continuou a usufruir do projeto Golfe para Todos, dinamizado na Quinta de Bonjóia. O Gabinete de Inclusão, com 94 atendimentos, manteve o seu serviço de proximidade no atendimento, tendo como missão a informação e mediação especializada e acessível às pessoas com deficiência e/ou incapacidade, às suas famílias e organizações.

No âmbito da “Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem Abrigo” ENIPSSA - 2017-2021, o Município deu continuidade à coordenação do “Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo do Porto” (NPISA Porto), composto por 63 entidades públicas e privadas, tendo sido executado o Plano de Ação NPISA Porto 2018-2019. A Estratégia Municipal de Apoio às Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

deu continuidade à dinamização do Restaurante Solidário da Batalha, reforçando esta resposta com a abertura, em setembro de 2019, de um novo Restaurante Solidário a funcionar no Centro de Alojamento Temporário Joaquim Urbano, no Bonfim. Em 2019, foram servidas 77.550 refeições nos dois equipamentos. A Equipa de Rua Multidisciplinar do Município manteve como foco da sua atuação a sinalização, acompanhamento e encaminhamento das pessoas em situação de sem-abrigo. Em 2019 foram contactados 355 indivíduos. O Centro de Alojamento Temporário Joaquim Urbano viu reforçada a sua equipa técnica multidisciplinar, tendo sido possível alargar a sua capacidade de acolhimento para 35 camas. Foram integradas, neste ano, 68 pessoas que se encontravam em situação de sem-teto. O Alojamento de Longa Duração, destinado a pessoas em processo de autonomização, tinha previsto alojamento para 6 pessoas e proporcionou a autonomização definitiva a 7 beneficiários.

A Rede Social do Porto, coordenada pelo Município, continuou a ser dinamizada com base numa estratégia assente em princípios de integração, de articulação, de subsidiariedade, de inovação e de parceria. O Núcleo Executivo, composto por 7 instituições parceiras, manteve as suas reuniões mensais e o número de entidades que integram o Conselho Local de Ação Social do Porto (CLASP) aumentou para 266.

No âmbito CLASP, foram elaborados e aprovados os documentos estruturantes: Diagnóstico Social do Município e o Plano de Desenvolvimento Social 2019 – 2021. Foram ainda iniciados os trabalhos de conceção do observatório social e do roteiro de respostas sociais.

Na cooperação interinstitucional foram apoiadas cerca de 120 instituições da Rede Social do Porto. No âmbito do Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo Popular foram apoiadas 10 instituições de cariz social com um valor total de cerca de 118 mil euros. No âmbito da prevenção dos riscos urbanos para a população sénior foram realizadas ações de sensibilização em 5 instituições. Dinamizou-se a Plataforma Digital da Rede Social do Porto, que contou com a adesão de 260 instituições. Esta plataforma tem como objetivo ativar um sistema partilhado de informação, em particular de divulgação de projetos/ iniciativas em curso ou em desenvolvimento, estando disponível da Rede e para a Rede.

No que diz respeito à promoção do voluntariado foi desenhada a nova Estrutura Municipal de Voluntariado, tendo-se procedido à otimização da gestão das oportunidades de voluntariado, abrangendo cerca de 30 instituições inscritas e mais de 30 voluntários inscritos. No âmbito da capacitação das organizações promotoras de

voluntariado, técnicos e voluntários, foram realizadas 8 ações de formação que abrangeram cerca de 58 participantes.

Foi concluído o Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência de Género e Doméstica do Porto 2019/20.

Foi ainda realizada a XVI edição da Arca de Natal, na Estação de S. Bento, que contou com a presença de 32 instituições e com mais de 7.000 visitantes.

No âmbito da promoção da empregabilidade e empreendedorismo, foram 13.961 as pessoas que beneficiaram da totalidade dos serviços da Cidade das Profissões, mais 20% do que no ano transato. Destas, 930 participaram no atendimento presencial de Consultoria de Percursos Profissionais. A equipa da Cidade das Profissões deu resposta a 1.872 pedidos de informação à distância (email, telefone e redes sociais).

Foram realizados 157 *workshops* nas áreas temáticas da Empregabilidade, Empreendedorismo, Competências-chave, Ferramentas Digitais e Mobilidade Internacional, nos quais participaram 3.286 pessoas. A iniciativa Clubs contou com 308 participantes, num total de 20 Clubs.

Nas iniciativas de *networking* e *marketing* profissional, como o MASTER.SPITCH, Speed Recruitment, Business Break, CdP Recruta, (D) de Eficiência e Porto (IN)Forma participaram 1.136 pessoas.

Ao espaço multimédia acederam 841 usuários para utilização de internet.

As iniciativas CdP In & Out beneficiaram 5.527 pessoas, num total de 71 iniciativas realizadas dentro e fora das instalações da Cidade das Profissões.

Em 2019 teve inicio o projeto (D) de Eficiência, que visa promover a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Ao longo dos meses de setembro, outubro e novembro foram realizadas 3 iniciativas destinadas aos empregadores, onde estiveram presentes 117 profissionais. Em novembro foi levado a cabo um programa de capacitação para 17 pessoas com deficiência ou incapacidade com o objetivo de os preparar para futuras entrevistas de emprego, o que veio a acontecer em dezembro, onde os 17 candidatos foram entrevistados por 9 empresas.

O Porto continuou a manter a Presidência do Reseu International des Cites des Métiers que integra 30 Cidades das Profissões de 7 países.

Relativamente ao Centro de Inovação Social do Porto (CIS Porto) foram realizadas 8 reuniões de apoio a projetos e dois *workshops* informativos nos quais participaram 25 pessoas.

No âmbito da iniciativa Porto SCALE UP Social, foram realizados 4 Meetups Temáticos, subordinados aos temas: “Empreendedorismo e Inovação Social: Como posso inovar na minha instituição/entidade?”, “Estratégia e competitividade – O que nos diferencia?”, “Estratégias de Financiamento – Como alavancar os meus projetos?” e “Comunicação Institucional - Não basta fazer, há que divulgar!”. Nesta iniciativa participaram 82 pessoas.

Relativamente às atividades enquadradas na promoção da saúde, deu-se continuidade ao planeamento e dinamização de um conjunto de atividades que materializam políticas que concorrem para a melhoria da qualidade de vida da população portuense, assentes na prevenção universal da doença, com o foco na promoção de estilos de vida saudáveis, reforçando e consolidando iniciativas em parceria no domínio da saúde.

Concluiu-se o trabalho participativo em torno da construção do Plano Municipal de Saúde do Porto (PMS), tendo sido dinamizadas, ao longo do ano, 11 reuniões com parceiros da Rede Social do Porto para a elaboração do plano de ação do PMS 2020-2023, nas quais participaram 121 entidades com atuação local.

No âmbito do Projeto Municipal de Promoção de Literacia em Saúde, deu-se continuidade à dinamização de atividades, junto de diferentes públicos, destacando-se as atividades promotoras de uma correta acessibilidade e utilização do Serviço Nacional de Saúde, dirigidas à população universitária; bem como a continuidade da iniciativa “Porto sem Diabetes”, tendo sido envolvidas cerca de 15 mil pessoas.

Ainda no domínio da Promoção da Saúde, foi dado particular destaque à atuação junto de públicos residentes nos territórios da cidade identificados como mais vulneráveis (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano), designadamente através da dinamização de 12 Oficinas de Saúde, dirigidas a público adulto e cujos objetivos passam pela promoção da literacia em saúde, particularmente na adoção de estilos de vida saudáveis, no adequado acesso aos serviços de saúde e na efetivação de medidas no sentido de uma adequada gestão doméstica e comunitária; 2 Ações de Capacitação dirigidas a Cuidadores Informais; 2 Projetos de Intervenção Escolar centrados nos determinantes Saúde Mental e Alimentação; e reforço da promoção da atividade física junto dos mais jovens, através de um Projeto assente na prática de Trial Bike.

Enquanto Fast Track City (cidade na Via Rápida para Acabar com a Epidemia VIH), o Município formalizou um protocolo de entendimento com cerca de 25 entidades no âmbito da estratégia Porto, Cidade Sem Sida, tendo igualmente concluído e apresentado publicamente o seu plano de ação 2019-2020. Ao longo do ano foram

envolvidas mais de 25 mil pessoas nas diferentes atividades já operacionalizadas neste âmbito, nomeadamente nas atividades desenvolvidas no dia 1 de dezembro para assinalar o Dia Mundial de Luta Contra a Sida.

Iniciou-se o projeto "+ Saudável, + Sustentável" que pretende capacitar IPSS do concelho, no sentido da adequação de algumas das suas práticas, designadamente no âmbito da oferta alimentar, com os objetivos de a tornar mais adequada, responsável e sustentável, aliando as questões da oferta nutricional à sustentabilidade alimentar e ambiental.

Deu-se continuidade ao Sistema de Monitorização do Estado Nutricional e Atividade Física em crianças do 1º ciclo do ensino básico do concelho do Porto (SMENIAF), iniciado em 2017, que pretende recolher informação essencial ao desenvolvimento e monitorização de políticas que contribuam para a melhoria do estado de saúde das crianças da cidade, ao mesmo tempo que potencia recursos existentes, enquadrados em parcerias prévias. Nesta segunda ida a campo, foi avaliada uma amostra de mais de 1.000 crianças, representativa da cidade.

No âmbito da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, manteve-se a participação ativa em reuniões, tanto de âmbito técnico (reuniões do Grupo Técnico da Rede), como de âmbito deliberativo (Assembleias Intermunicipais). Em 2019, entre outros, foi aprovado o desenvolvimento do Atlas da Saúde, ferramenta que irá permitir conhecer melhor as potencialidades e fragilidades dos municípios e suportar a decisão sobre áreas prioritárias de intervenção.

As crianças e jovens vítimas de desproteção mantiveram um lugar de destaque pautado pelo trabalho implementado pelas três Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, onde o município tem um papel ativo. Deu-se continuidade ao apoio técnico, logístico e administrativo, nomeadamente à requalificação das instalações das CPCJ e ao reforço do apoio técnico, com a afetação de mais 4 técnicos superiores.

2. ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

No objetivo Economia e Desenvolvimento Social, um dos vetores centrais do orçamento municipal, não pelo montante expresso em termos orçamentais mas por constituir um dos grandes eixos estratégicos para a Cidade, foram considerados os programas **Mercator, Dinamismo económico** e **Desenvolvimento social**, onde foram executados 6,2 milhões de euros.

No âmbito do Programa **Mercator**, e através da GO Porto, EM continuou em curso a empreitada de Restauro e Modernização do Mercado do Bolhão, com uma execução de cerca de 5,5 milhões de euros, em 2019. Foi iniciada a empreitada referente ao Túnel de ligação da rua Ateneu Comercial do Porto à rua Alexandre Braga.

Ainda sob a alçada desta empresa municipal manteve-se a gestão, exploração e rentabilização do Mercado Temporário do Bolhão (MTB), que abriu as suas portas ao público a 2 de maio de 2018, albergando os 64 comerciantes e 9 inquilinos do antigo Mercado do Bolhão, e tendo, durante o ano 2019, registado 1.969.537 entradas, uma taxa de ocupação média de 97% e uma taxa de cobrança da faturação de 98,5%.

No que se refere à gestão operacional do Mercado Temporário do Bolhão, foi efetuada a consolidação do serviço de âmbito operacional e arranque da sua otimização, bem como o estabelecimento de outras atividades, relacionadas não só com o fomento de negócio dos comerciantes e inquilinos, como também de preparação do futuro Mercado do Bolhão. Destaca-se o desenvolvimento do Sistema de Gestão da Qualidade segundo a noma NP EN ISO 9001:2015; a monitorização permanente de condições de ambiente ao nível de temperatura, CO2 e humidade, de forma a permitir uma correta e adequada relação conforto/eficiência; o estabelecimento de medidas de racionalização de consumo de eletricidade, água e gás das partes comuns e zonas respeitantes a comerciantes, com a inerente monitorização e controlo; a atuação no circuito de gestão de resíduos, de forma a permitir o seu controlo e adequação de acordo com as práticas legais, bem como o próprio fomento da reciclagem e sua valorização; a sistematização do envio mensal do relatório de gestão operacional; o estabelecimento de sessões de formação com comerciantes e inquilinos; a melhoria de sinalética informativa e promocional; a preparação e arranque de atividade de venda de merchandising – sacos de compras; e a preparação e arranque de atividade relacionada com campanha de brindes.

No âmbito da promoção deste Mercado Temporário destacaram-se os eventos Sábados no Mercado (Chef no Bolhão, Sábados em família, Bolhão em festa, Sábados à conversa e Torneio de xadrez), Saber, Sabor e Tradição (Pão de Ló de Ovar e Fogaça da Feira) e Conversas no Mercado, Projeto europeu True - Percursos de Transição para Sistemas de Produção Sustentáveis Baseados nas Leguminosas na Europa, Projeto nacional: Carapau é boa onda, Rastreio cardiovascular, aniversário do Mercado Temporário do Bolhão, Dia Mundial da Música, Dia Mundial da Saúde Mental, Dia Mundial da Alimentação e do Pão e Porto Sem Diabetes, Showcookings (Refeições Vegetarianas, Lanches Rápidos e Saudáveis, Receitas Sem Glúten e Receitas

Saudáveis para o Natal); a gestão e promoção de Cascata Comunitária de São João 2019; a participação em eventos externos, nomeadamente, Nos Primavera Sound, Mega Limpeza de Praia - Sea Life Porto e Live Well Party Arraial de Santos Populares - Holmes Place; e a participação no primeiro Congresso Internacional de Gastronomia em Portugal - Melting Gastronomy Summit.

Ainda no âmbito da promoção dinamizou-se o website e as redes sociais, enviaram-se newsletters (Dia de São Valentim e Primavera, Páscoa, Aniversário MTB "O Artista do Bolhão", São João, Merchandising, Verão, Outono, Agenda de Novembro, Advento do Bolhão, Agenda de Dezembro, Boas Festas e Bom Ano) e promoveram-se spots sonoros institucionais e comerciais no Mercado. Realizaram-se também campanhas diversas com realce para as campanhas especiais de Verão, do Dia de São Valentim, do Dia do Pai, das Colheitas, de Inverno e de Natal.

Foi implementado e consolidado o Balcão de Informações do MTB, no sentido de verificar o perfil de consumidor, analisar o comportamento e satisfação do cliente, disponibilizar informações gerais ao público e divulgar campanhas e eventos.

Foi igualmente realizada a gestão de todo o processo relacionado com Media, nomeadamente a gravação de reportagens, realização de diretos e outros, bem como a assessoria de imprensa através da informação da agenda do MTB.

Em simultâneo foram iniciados processos relacionados com o futuro Mercado do Bolhão (MB), a implementar após as obras de restauro e modernização: Regulamento do Mercado do Bolhão; Normas de utilização do Mercado do Bolhão; Concursos públicos para aquisição de novos espaços (bancas, restaurantes e lojas).

Ainda integrado no programa Mercator, e reconhecendo a importância da revitalização do comércio local e tradicional e do seu papel relevante no plano cultural e de valorização do património histórico e das vivências tradicionais para a cidade, deu-se continuidade ao programa Porto de Tradição com a proteção e salvaguarda das entidades de interesse histórico, que pela sua atividade e património material ou imaterial, constituíram uma relevante referência cultural ou social para a cidade.

Em 2019 o Município reconheceu 10 estabelecimentos comerciais e uma entidade de interesse histórico, cultural ou social local, chegando assim a um reconhecimento total de 83 estabelecimentos comerciais e 2 entidades. Ainda neste ano, foi lançado o Fundo Municipal de Apoio aos Estabelecimentos e Entidades Reconhecidas ao Abrigo do Programa "Porto de Tradição". O Fundo no valor de mais de meio milhão de euros para a concessão, designadamente, de apoios para garantir a preservação e conservação

das características que promoveram a classificação e reconhecimento enquanto lojas e/ou entidades históricas, a concretizar através de "investimento em obras de restauro, reabilitação do interior e fachada, adaptações obrigatórias ou manutenção de espólio e acervo". Abrange também a modernização e sustentabilidade dos estabelecimentos ou entidades, incluindo a aquisição de software e outros equipamentos de suporte à atividade e de segurança.

No domínio do **Dinamismo económico** implementou-se uma estratégia de revitalização sustentável do comércio de rua e da sua qualificação e desenvolvimento.

Criou-se a plataforma Shop in Porto, que permite, aos comerciantes registados, apresentar e promover o seu espaço comercial dando visibilidade ao seu negócio, aos residentes e visitantes da Cidade, consultar informação dinâmica do comércio de rua e ao Município, fazer o mapeamento do comércio da cidade. Lançada em novembro, teve, até final do ano, o registo de mais de 1.000 comerciantes.

Para promover o desenvolvimento da relação dos comerciantes com o público, envolvê-los como parte integrante da promoção da marca Porto. e incentivar a competitividade dos seus negócios, deu-se continuidade, em 2019, ao plano de formação que afirma o papel primordial do Município junto dos comerciantes, como promotor de uma oferta qualificada, eficiente e eficaz. Ao longo do ano realizaram-se 389 horas de formação, com a participação de 653 formandos. As sessões de formação incidiram, entre outros, nos temas Coaching Profissional, Contabilidade e Fiscalidade, Gestão de Reclamações, Línguas, Regulamento Geral de Proteção de Dados, Empreendedorismo, Inovação e Competitividade nos Negócios.

A fechar este ciclo de formações, realizou-se o 2º PORTO.COM, que contou com a participação da comunidade envolvida e celebrou o impacto do programa no seu desenvolvimento.

Para dar resposta às exigências mais específicas deste setor deu-se continuidade ao projeto de Consultoria de Negócio: Check-up do seu Negócio. Neste âmbito, um conjunto de 10 comerciantes beneficiou de um acompanhamento personalizado, construído à medida das necessidades específicas de cada um, identificadas após análise de candidaturas, que lhes permitiu analisar a sua estratégia e impulsionar o seu negócio. Este projeto teve uma duração de 6 meses e abarcou as áreas de Vitrinismo, Atendimento ao Público, Gestão de Negócio e Gestão Digital do Cliente.

Com o objetivo de promover as ruas comerciais da cidade com necessidade de impulsionamento na afluência e tornar o comércio dessas ruas mais apelativo, levou-se a cabo a 3ª edição do projeto Lojas na Rua. Em 2019 foi escolhida a rua de Cedofeita, que foi decorada com uma instalação artística e onde, com o apoio de profissionais especializados na área do vitrinismo, os 57 estabelecimentos comerciais que aderiram à ação foram transpostos, de forma apelativa, para o exterior, promovendo os seus produtos e serviços.

Os Concursos de Montras estimularam, uma vez mais, o espírito criativo e de iniciativa dos comerciantes, promovendo o reconhecimento dos seus estabelecimentos. Ocorreram no São João (61 montras a concurso) e no Natal (112 montras a concurso), tendo gerado um efetivo envolvimento do comércio de rua nas ações, com notório impacto junto do público e dos órgãos de comunicação social.

Ainda para dar visibilidade e destaque ao comércio local e tradicional da Cidade foram distribuídos materiais promocionais temáticos, assentes na marca Porto.: papel de embrulho, fitas e sacos de papel para o Natal, autocolantes para eventos especiais (dia da mãe, dia do pai, dia dos namorados, Páscoa,…) e leques para o verão. O sucesso desta iniciativa está patente nos 1.236 levantamentos de materiais feitos pelos comerciantes, aos quais corresponderam 125.116 unidades.

No âmbito da dinamização económica e atração de investimento, a InvestPorto reforçou o apoio prestado a investidores e empresas com projetos de investimento no Porto, de forma a potenciar um ambiente de negócios local mais competitivo, dinâmico e inovador. Durante o ano de 2019 foram acompanhados 285 projetos de investimento privado, registando-se um aumento de 37% no número total de projetos apoiados face ao ano anterior.

Dos projetos apoiados, 28% corresponderam a novas intenções de investimento e 72% a projetos cujo acompanhamento se iniciou antes de 2019. Destaca-se o apoio prestado a 50 investimentos concretizados até ao fim de 2019 e a 60 projetos em fase de implementação, que no conjunto preveem criar mais de 8.620 postos de trabalho e investir um montante superior a 865 milhões de euros na região do Porto.

Continuou a acompanhar-se um grande número de investidores, com origem em 30 países distintos, revelando o crescente reconhecimento internacional do Porto enquanto localização de investimento. À semelhança do ano anterior, o investimento direto estrangeiro representou quase dois terços (63%) dos projetos acompanhados durante 2019. No total, foram apoiados 126 investimentos estrangeiros com origem no Espaço

Económico Europeu, 106 investimentos domésticos (com origem em Portugal) e 53 investimentos estrangeiros com origem no resto do Mundo. França, Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos da América e Espanha lideraram o *ranking* de origens externas, concentrando 58% dos projetos de investimento estrangeiro acompanhados.

A atividade investidora no Porto apresenta um elevado grau de especialização no setor terciário, com as atividades de comércio ou serviços a representarem 88% dos projetos de investimento apoiados em 2019. Os setores do imobiliário e das tecnologias de informação continuaram a liderar o portefólio de investimentos, representando mais de metade (56%) destes projetos. Soma-se um conjunto importante de investidores nos setores da energia, ambiente e mobilidade, turismo, retalho e distribuição, consultoria e formação, e *business services*, com destaque para atividades de serviços partilhados e de I&D.

Ao longo do ano, realizaram-se 351 reuniões de acompanhamento de projetos de investimento e de outras ações promovidas pela InvestPorto, incluindo 206 encontros com investidores. Este acompanhamento visa responder às necessidades de empresas e investidores nas diferentes fases do processo de investimento. A área de captação de investimento disponibiliza serviços de apoio à localização empresarial, informação e *business intelligence*, agilização de processos de licenciamento e articulação institucional. Esta oferta é complementada pela área de *aftercare*, que atua junto de investidores e empresas numa fase pós-investimento, e pelos serviços de gestão de talento, que visam desenvolver as sinergias existentes entre a captação e retenção de talento na cidade e a dinamização do investimento e atividade económica local.

Em 2019, o apoio à localização empresarial voltou a liderar o *ranking* de serviços prestados mais frequentemente pela área de captação de investimento. Mais de metade (53%) dos projetos acompanhados solicitaram este tipo de serviço. Com base nos critérios definidos por cada investidor, foram apresentadas 253 propostas de espaços disponíveis na cidade do Porto para localização empresarial, na sequência das quais foram realizadas 21 visitas guiadas. Os espaços com áreas até 1.000 m^2 foram os mais procurados, representando 42% das propostas de localização apresentadas. Esta procura foi gerada sobretudo por projetos no setor tecnológico, que tendem a preferir espaços modernos, flexíveis e centrais. Por outro lado, registou-se um aumento significativo da procura por espaços com área superior a 4.000 m^2, cujo peso aumentou para 27% das propostas. Este aumento explica-se com a crescente procura de locais para a criação de espaços de *co-working* na cidade e também com um conjunto de

projetos de expansão de empresas, nas áreas dos serviços partilhados e das tecnologias da informação, que já possuem operações na cidade ou região do Porto.

Os serviços de informação e *business intelligence* foram procurados por 39% dos projetos acompanhados em 2019. Em resposta, elaboraram-se 134 documentos com informação personalizada para apoio à decisão de investimento, incluindo dados sobre dinâmicas macroeconómicas e setoriais do Porto, vantagens competitivas da cidade, disponibilidade de talento e condições do mercado laboral, custos de operação, incentivos ao investimento, projetos estratégicos, entre outra informação relevante. Destaca-se a publicação do estudo *"Porto & Northern Portugal: A Magnet for Investment"*, que reúne os resultados do trabalho desenvolvido com a EY, de análise às dinâmicas e perceções de 205 investidores internacionais sobre a atratividade da cidade do Porto e da Região Norte de Portugal enquanto destino de investimento.

Ainda no domínio da captação de investimento, a procura pelos serviços de agilização de processos de licenciamento duplicou face a 2018. No total, acompanharam-se 53 processos de licenciamento de atividades económicas através do serviço "Via Verde" de apoio ao investidor, facilitando a articulação com diversos serviços municipais de modo a acelerar a concretização de novos investimentos estratégicos para a cidade.

O desenvolvimento da área de *aftercare* reforçou a ideia junto dos investidores e das empresas que a sua presença no Porto é apreciada. Na proximidade estabelecida e na promoção de *networking* procurou-se focar no crescimento das empresas estabelecidas, contribuindo para a concretização de uma parceria institucional de longa duração, com o consequente crescimento económico da cidade. Nesse sentido, o *aftercare* desenvolveu uma relação de proximidade com 26 novas empresas, prosseguindo ainda o trabalho desenvolvido no ano anterior com as 27 entidades já contactadas.

Alargando a rede de trabalho e a articulação institucional, foram também estabelecidos contactos com entidades que permitiram promover atividades associadas às outras áreas de ação da InvestPorto (captação de investimento e gestão de talento) como é o caso, entre outros, das relações estabelecidas com o *Bizkaya Talent*, e com a *Startup Lisboa* no caso do *benchmarking* do projeto *Launch in Lisbon*.

Em 2019, o *aftercare* também garantiu a participação/organização em 18 eventos adstritos ao Pelouro da Economia, no âmbito da atividade desenvolvida pela InvestPorto. Destaca-se a participação e organização de eventos potenciadores do desenvolvimento profissional e do relacionamento institucional, nomeadamente com a

participação em seminários no âmbito do talento e a organização da presença do Município em eventos como o *QSP Summit*, o I*CPC - International Collegiate Programming Contest*, o *NOS Primavera Sound*, a Conferência *Porto Tech Hub*, a FINDE.U e, nesse domínio, a organização da sessão de *speed networking* para mais de 20 empresas.

No âmbito da promoção do Talento, Emprego e Competências, o trabalho desenvolvido na Parceria Europeia *Jobs and Skills in The Local Economy* centrou-se, sobretudo, na implementação de dois subprojectos: o projeto piloto *Lifelong Career Guidance* e o Observatório de Talento do Porto. Desenvolvido em parceria com um vasto conjunto de agentes (tanto internos, como o Pelouro da Educação, como externos, por exemplo a FPCE da Universidade do Porto, o IEFP, e várias Escolas Básicas), o projeto *Lifelong Career Guidance* criou um modelo de intervenção de orientação vocacional ao longo da vida (modelo conceptual e materiais de apoio à intervenção) e implementou ações piloto em 3 grupos alvo: crianças do ensino básico, desempregados com mais de 45 anos e *trainers*. A avaliação dos resultados do projeto em 2019 destaca o envolvimento de mais de 200 participantes (crianças, desempregados, empresas), 76% dos quais recomendariam fortemente o projeto e a robustez da metodologia de intervenção. No âmbito do Observatório de Talento do Porto foi desenhado o modelo conceptual, definidos os requerimentos e desenho funcional da plataforma tecnológica desenvolvida em parceria com a PwC, bem como os indicadores a incluir. Destaca-se, ainda, a representação da ação *Porto Talent Office* em duas reuniões internacionais: Atenas e Bruxelas.

No campo da Cooperação e Relações Económicas Internacionais, promoveu-se a representação do Município em 96 iniciativas de *networking*, eventos e missões internacionais. Estas atividades permitiram consolidar o posicionamento estratégico do Porto junto dos grandes investidores internacionais, colocando em destaque as vantagens e oportunidades de investimento na cidade. Salienta-se a organização da primeira participação da cidade do Porto no *MIPIM* 2019 (em Cannes, França) e na *EXPO REAL* 2019 (em Munique, Alemanha), duas das mais importantes feiras mundiais do setor imobiliário. A presença do Município nestas duas feiras contou com um *stand* próprio, um painel de discussão e 18 representações de empresas do Porto, que puderam beneficiar da exposição acrescida gerada pela marca Porto. No *MIPIM 2019*, destaca-se ainda a distinção do Porto com os prémios de “Incentivos” e “Projetos Vencedores” atribuídos pelo *fDi Intelligence/Financial Times* durante a cerimónia de entrega dos *fDi Strategy Awards* 2019.

No programa de **Desenvolvimento social** e no âmbito da economia procedeu-se à gestão das feiras e mercados urbanos da cidade, assegurando-se a articulação com os diversos serviços municipais e entidades externas envolvidos nestas atividades.

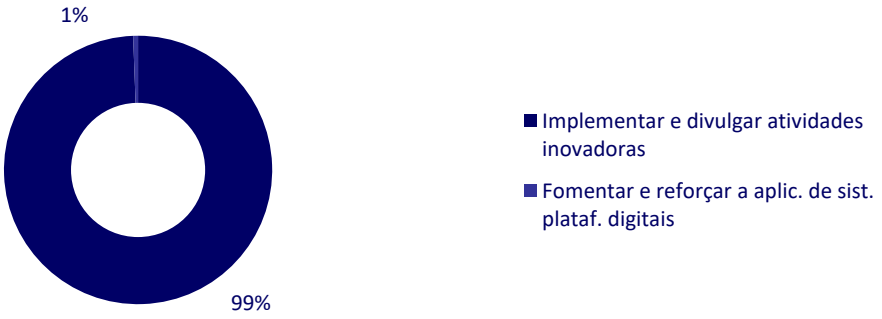
Em 2019, a estratégia definida passou por modernizar, sistematizar e agilizar o funcionamento das feiras e dos mercados através de medidas, ações e parcerias que confluíram para a sua qualificação, organização, e gestão.

Das sete feiras e dois mercados geridos pelo Município, quatro estão localizados na zona oriental da cidade (Feira de Antiguidades e Velharias, Feira de Vandoma, Feira do Cerco e Mercado do Covelo), quatro na zona histórica/centro (Feira dos Passarinhos, Feira de Numismática e Filatelia, Feira de Artesanato de Santa Catarina e Mercado da Ribeira), e uma na zona ocidental (Feira da Pasteleira). Em 2019 o Município passou também a apoiar os mercados que estavam anteriormente sob a responsabilidade da empresa municipal Ágora (Mercado de Artesanato do Porto, Mercadinho da Ribeira, Mercadinho da Sé, Mercado da Alegria, Mercadinho dos Clérigos, Market Place, Urban Market, Família Sai à Rua, Pink Market, Flea Market e Mercado PortoBelo) e apoiou ainda a realização de dois Mercados de Natal, na Praça da Batalha e no Largo Sto Ildefonso / Praça dos Poveiros.

Para além da gestão corrente da atividade destas feiras e mercados, procedeu-se, neste ano, à regularização da Feira da Pasteleira, que funcionava há anos de forma autónoma, realizando-se a sua relocalização e regulamentação. Foi, também, alterado o regulamento da Feira de Vandoma e deu-se início aos procedimentos para alteração dos regulamentos da Feira dos Passarinhos e da Feira de Santa Catarina e de reconversão do Mercado do Covelo.

3. INOVAÇÃO

F. 3 - Inovação



Na Inovação, que inclui os programas Implementar e divulgar atividades inovadoras e Fomentar e reforçar a aplicação de sistemas e plataformas digitais, aplicou-se 1 milhão de euros.

Através do programa **Implementar e divulgar atividades inovadoras** a atividade foi coordenada pela Associação Porto Digital e organizada em três grandes áreas: apoio ao empreendedorismo; inovação urbana e co-criação de serviços, e ainda, a área de plataforma urbana e serviços digitais.

Na componente de apoio ao empreendedorismo deu-se continuidade ao desenvolvimento das atividades da estratégia ScaleUp Porto, com vista à promoção do crescimento sustentável do ecossistema de empreendedorismo. Neste sentido foram promovidas e apoiadas iniciativas de consolidação da comunidade tecnológicas e de conhecimento, atividades de capacitação do ecossistema e de partilha de conhecimento, iniciativas de facilitação de acesso ao mercado e financiamento para novas empresas de base tecnológica, e ainda, atividades de internacionalização e criação de redes. No ano de 2019 foi promovida a quarta edição da Semana Start & Scale, sob o tema do desenvolvimento das forças que promovem o crescimento do ecossistema de empreendedorismo – talento, mercado, investimento e conhecimento. Esta atividade envolveu mais de 3.500 participantes, incluindo 135 equipas vindas de todo o mundo para a competição internacional de programação – as Finais Mundiais do ICPC (International Collegiate Programing Competition). Neste contexto, e através da iniciativa “Doing Business” foi promovida a colaboração entre as *startups* e organizações de grande dimensão, tendo sido suportada a realização de cerca de 120 reuniões entre mais de 40 entidades. No âmbito do apoio às comunidades e organizações dinamizadoras do ecossistema, foi lançada a terceira “Convocatória Aberta ScaleUp Porto”, que recebeu 45 candidaturas, das quais foram selecionadas e apoiados 8 projetos que envolveram mais de 1.600 participantes. Ao longo do ano de 2019, foram ainda realizadas *masterclasses* com especialistas nacionais e internacionais, em temáticas relacionadas com tecnologia, vendas e gestão e nas quais participaram cerca de 300 membros de empresas e *startups* da cidade.

Com o objetivo de promover a discussão em torno de temas relacionados com investimento e acesso a capital, realizou-se a terceira edição do evento “Smart Capital”, que, para além de reunir investidores e responsáveis de inovação corporativa, permitiu avaliar e discutir novas formas de colaboração destas entidades com a cidade, na implementação da estratégia para o empreendedorismo. Na temática da ligação e colaboração com investidores, foi ainda lançada a segunda edição do “Toolkit de

investimento em StartUps do Porto". Por fim, e no sentido de dotar a cidade de um instrumento de disponibilização de informação sobre o tema do empreendedorismo, foi também lançada uma nova edição do mapeamento do ecossistema, que pretende facilitar o acesso a dados e o acompanhamento da evolução do ecossistema. Na componente de internacionalização e criação de redes, foi consolidada a participação na rede SCALE, a rede europeia de cidades que possuem estratégias de referência na área de empreendedorismo.

No âmbito da área de inovação aberta, foi dada continuidade ao programa de promoção e fortalecimento do ecossistema de inovação enquanto instrumento de "Transformação da Cidade", através da iniciativa Porto Innovation Hub (PIH), lançada em 2016. No contexto desta iniciativa, foi inaugurado o novo espaço do Porto Innovation Hub, localizado na zona central da cidade, que conta com uma área aproximada de 1.000m^2. Desde a abertura do espaço PIH, a nova casa de inovação do Município do Porto acolheu mais de 150 eventos, coorganizados por cerca de 80 entidades, e contou com a presença de 5.000 participantes. Este novo espaço funciona como o polo central de dinamização e experimentação da cidade, através da criação de novos cenários e oportunidades de inovação à escala urbana, contribuindo para a cultura de inovação da cidade e incentivando o cidadão a assumir o papel de motor de inovação.

Dando seguimento ao projeto "Inovação Fora de Portas", que pretende promover a forma como a inovação foi transformando a cidade, e em parceria com a Universidade do Porto, foram realizadas visitas orientadas a locais emblemáticos da cidade, como são exemplo a Estrada Marginal do Porto, o Museu da Misericórdia ou o Centro Português de Fotografia. Juntamente a esta iniciativa, foi lançado o "Ciclo Inovação Fora de Portas – Engenharia Civil à Mostra" que, durante três meses, apresentou uma exposição temporária no espaço PIH, onde permitiu aos seus visitantes explorar diferentes áreas de intervenção da Engenharia Civil, além do conhecimento científico e tecnológico que sustentam muitas das obras e infraestruturas fundamentais para a evolução da cidade. Esta iniciativa resultou da colaboração entre o Município do Porto, o Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e a Ordem dos Engenheiros – Região Norte.

No contexto da promoção da inovação organizacional, e das novas formas de desenvolvimento de serviços envolvendo os cidadãos, foi organizado o "Dia de Inovação no Município", um evento inteiramente dedicado à inovação, com o objetivo de envolver os trabalhadores do universo municipal no (re)desenho de serviços públicos mais eficientes e acessíveis. Com o objetivo de se evidenciar a importância da inovação no

contexto municipal, foi lançado o “Guia para a Inovação” e o “Toolbox para a Inovação”, uma coleção de ferramentas focadas no desenho de serviços e no *design thinking*, que se espera poderem ajudar a promover o pensamento criativo e analítico no trabalho de todos os profissionais do município.

Com o apoio da equipa de Desenho de Serviços e Gestão de Inovação da Associação Porto Digital, foi dada continuidade à estratégia do Município do Porto para desenvolver políticas de criação e melhoria de serviços públicos, através do desenvolvimento de projetos com base na transformação digital e inovação organizacional. Com base num modelo aberto e colaborativo, sustentado pela cocriação e inovação aberta, foram desenvolvidos projetos âncora, dos quais se destaca o projeto “Gestão de Ocorrências”, que tem como principal objetivo desenhar uma plataforma de gestão de ocorrências transversal às equipas do Município do Porto. Neste projeto foi aplicado um processo de desenho de serviços baseado em ferramentas criativas e analíticas, que promoveu o envolvimento de todos os intervenientes no serviço, desde cidadãos, a empresas e trabalhadores do Município. De destacar ainda o desenvolvimento do projeto de redesenho dos espaços verdes, tais como Largo 3 de Fevereiro e Largo Dr. Tito Fontes, que, através de um processo de cocriação com os cidadãos e trabalhadores do Município, permitiu identificar necessidades e desejos dos habitantes para criar o programa das obras a realizar. Estes projetos envolveram a recolha de opinião participativa de cerca de 350 cidadãos, com partilha de mais de 500 ideias e propostas de redesenho dos espaços.

Na componente tecnológica, foi dado seguimento à estratégia de desenvolvimento desta componente da cidade, nomeadamente no que se refere à agregação, processamento e disponibilização de dados da cidade, e ainda, à disponibilização de serviços digitais de acesso público, como é exemplo a rede Wi-Fi de acesso gratuito. Neste sentido, manteve-se o investimento no desenvolvimento de uma plataforma urbana, bem como na atualização tecnológica, melhoria de desempenho e expansão da rede Wi-Fi. Destacam-se os resultados de um estudo de satisfação e melhoria da rede pública Wi-Fi, em que participaram cerca de 83 mil utilizadores, e que evidenciaram a importância da rede enquanto plataforma de acesso a informação em tempo real da cidade. Em paralelo continuou o trabalho de melhoria do serviço prestado pela rede, que garantiu que pela primeira vez esta tenha suportado cerca de 1,3 milhões de dispositivos num único ano.

Ainda na área tecnológica é de salientar o desenvolvimento de vários projetos apoiados pelo programa Horizonte 2020, do qual se destaca a implementação dos pilotos do

projeto Syncronicity e o arranque do Projeto C-Streets. O projeto Syncronicity, iniciado em 2017, teve como objetivo criar um mercado global de soluções digitais para melhorar a gestão das cidades e a qualidade de vida dos cidadãos. Através do reforço da sensorização da cidade, do desenvolvimento de uma plataforma urbana, do envolvimento dos cidadãos e das equipas municipais, e ainda, da abertura ao ecossistema empresarial, este projeto permitiu fortalecer a estratégia de inovação, tecnologia e empreendedorismo da cidade, facilitando o seu processo de transformação digital. A plataforma urbana, desenvolvida no contexto desta iniciativa, congrega atualmente sistemas de apoio à decisão suportados por dados. São exemplos os eventos gerados pelo sistema de video-analítica, dados de sensorização da via pública e dados do sistema de sensorização ambiental e meteorológica, que permitem o desenvolvimento de aplicações e serviços para apoio no Centro de Gestão Integrada da cidade (CGI). A contínua aposta no desenvolvimento da Plataforma funcionará com catalisador para a implementação de novas soluções digitais para a cidade, facilitando o acesso a dados e serviços que endereçam os principais vetores da gestão urbana - mobilidade, ambiente, turismo, urbanismo, entre outros.

No âmbito do programa **Fomentar e reforçar a aplicação de sistemas e plataformas digitais**, o Centro de Gestão Integrado (CGI), que constitui o centro de coordenação dos processos de operação multidisciplinar nas áreas da mobilidade, segurança, bombeiros, proteção civil e ambiente, e que visa apoiar o cumprimento das atribuições e competências do Município, opera num conceito de operações 24h, 365 dias ao serviço da cidade. A criação de uma Divisão de Operação do CGI insere-se na estratégia de implantação de uma gestão de 1ª linha para o CGI, assumindo funções e tarefas que são transversais a todas as unidades orgânicas que integram o Centro. Para este fim foi criada uma nova equipa dedicada que vem assegurar a implementação e execução da gestão de 1ª linha, no sentido de atingir um novo patamar de eficiência e capacidade na resposta em situações de intervenção multidisciplinar. O CGI assegurou ainda o apoio à coordenação operacional no âmbito da realização dos grandes eventos da cidade, designadamente São João, Finais da Liga das Nações, Festividades de Natal, e a grande operação da Passagem de Ano.

4. CULTURA

No objetivo da Cultura integra-se o programa **Dinamização da arte, cultura e ciência** no montante de 11,8 milhões de euros.

No âmbito da dinamização da cultura foi assegurada a implementação da estratégia cultural para a cidade, através de uma intervenção integrada e transversal, com os diversos agentes culturais da cidade, nacionais e internacionais.

Através da atuação dos serviços municipais de Bibliotecas, Arquivo, Museus, Património Cultural, Teatros, Galeria e Ação Cultural e Científica, foi desenvolvida uma programação intensa, inclusiva e diversificada, cruzando a valorização do património e o estímulo à criação contemporânea, assumindo-se estas vertentes como um relevante fator de coesão social e de regeneração urbana, dinamizador da economia, da qualidade de vida e do bem-estar das populações.

A dinamização da cultura implica a gestão e regular funcionamento de uma considerável rede de equipamentos municipais de vocação cultural e abertos ao público (18 espaços). De salientar que o Teatro Municipal do Porto. Rivoli e Campo Alegre, a Galeria Municipal do Porto e a área de atuação da Ação Cultural e Científica foram transferidas para a esfera da empresa municipal Ágora, em agosto de 2019.

Através da GO Porto, EM e da Domus Social, EM prosseguiram os projetos de requalificação do Cinema Batalha, das Reservas Museológicas Municipais (no antigo Abrigo dos Pequeninos) e do Reservatório. Prevê-se a musealização do Rio de Vila e a criação de uma Fonoteca Municipal. Neste âmbito, destaca-se a reabertura ao público do Museu do Vinho do Porto, em novas instalações, mantendo a missão de divulgar e promover o Vinho do Porto, a sua história e relação com a cidade.

Manteve-se e intensificou-se a prestação de serviço público de continuidade através da recolha, preservação, valorização e disseminação patrimonial, por entre as múltiplas frentes de acesso às coleções municipais - monografias, periódicos, documentos, coleções fotográficas, de pintura, têxtil, artes decorativas, moedas, joalharia e outras formas de arte. Para ativação deste acesso ao património material e imaterial a maioria dos equipamentos estiveram em funcionamento e abertos ao público em horários alargados, como foi o caso das atividades regulares de serviço aos leitores, na Biblioteca Pública Municipal do Porto e na Biblioteca Municipal Almeida Garrett, no Arquivo Histórico e na sua Biblioteca de Assuntos Portuenses, quer presencialmente, quer através dos diversos catálogos em linha (278.914 mil acessos individuais). No que respeita à oferta museológica, mantiveram-se abertos ao público os diversos espaços do Museu da Cidade, tendo sido renovada a sua identidade e programação comum.

No âmbito da Valorização dos Caminhos de Santiago - Caminho Português da Costa, que o Município do Porto integra com outros nove municípios, é de salientar a maior

afluência à Capela de Nossa Senhora das Verdades, sobretudo de peregrinos nacionais e estrangeiros a caminho de Santigo de Compostela, que em 2019 registou 26.165 visitantes.

Realça-se a ação do Teatro Municipal do Porto - Rivoli e Campo Alegre, que consolidou em 2019 a sua atuação como equipamento cultural de referência das artes performativas através de uma vasta programação, com projetos locais, nacionais e internacionais, parte dos quais no âmbito de festivais acolhidos no teatro, como por exemplo o FITEI - Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica que, este ano, viu a sua programação incluída no Festival DDD - Dias Da Dança.

Mantiveram-se as apresentações regulares no âmbito dos Palcos Instáveis e as residências artísticas de longa e de curta duração no Teatro do Campo Alegre. Importa salientar a realização da 4.ª edição do Festival DDD – Dias Da Dança, organizada pela Dias da Dança – Associação de Artes Performativas, que veio confirmar, em definitivo, a condição do DDD enquanto Festival pujante, vibrante e marcante no circuito internacional da dança contemporânea e que pela primeira vez, em 2019, decorreu em simultâneo com o FITEI, que na sua 42.ª edição, continuou a presentear-nos com o que de mais atual tem o teatro contemporâneo para oferecer. À semelhança das edições anteriores o Festival DDD decorreu em associação com outros dois municípios da Frente Atlântica - Matosinhos e Vila Nova de Gaia.

Sob a esfera da empresa municipal Ágora, a atividade do Teatro Municipal do Porto (TMP), no primeiro quadrimestre da temporada 2019/2020, entre setembro e dezembro de 2019, foi definida por uma intervenção em três eixos distintos: o apoio e a apresentação do trabalho de agentes culturais da cidade, a circulação e apresentação dos mais recentes trabalhos de reconhecidos criadores nacionais, e também dos mais proeminentes artistas da cena internacional, em estreia nacional.

O desenho de programação manteve o seu cariz pluridisciplinar, com enfoque na Dança e no Teatro Contemporâneos, mas com lugar também para a Música, o Circo Contemporâneo, a Literatura, o Cinema, o Pensamento e a Performance.

O programa PARALELO - Programa de Aproximação às Artes Performativas, prosseguiu a sua ação no estabelecimento e promoção de proximidade com os diferentes públicos do TMP, numa relação continuada com as comunidades, desmistificando a inacessibilidade (social, económica, cultural e estética) da prática artística contemporânea, através de um discurso e de um diálogo permanentes, gerando um espaço e uma plataforma potenciadores de reflexão e perspetiva críticas e ativas.

No âmbito do programa Teatro em Campo Aberto, o Teatro Campo Alegre manteve o acolhimento a oito estruturas da cidade – que trabalham em diferentes campos artísticos, em permanência ao longo desta temporada, proporcionando condições privilegiadas para o trabalho de criação e apresentação dos seus projetos. Adicionalmente, no contexto deste mesmo programa, o TMP acolheu ainda residências de criação e técnicas de curta duração, de artistas e companhias provenientes das mais distintas latitudes artísticas e geográficas.

O último quadrimestre de 2019 manteve um equilíbrio entre programação internacional, nacional e de estruturas/artistas que trabalham a partir da cidade, numa oferta diversificada com a qual os diferentes tipos de públicos se puderam identificar. Adicionalmente, foi reforçado o posicionamento do TMP no circuito internacional das artes performativas.

Assim, foram apresentados 38 espetáculos nacionais – dos quais 10 foram coproduções com artistas e estruturas que trabalham a partir da cidade e 6 coproduções com artistas e estruturas de outros pontos do país -, e 11 espetáculos internacionais (em estreia nacional), num total de cerca de 100 apresentações, para além de um extenso programa de atividades de formação e mediação de públicos.

De entre os projetos e programas desenvolvidos pelo TMP, neste período, destaque ainda para o arranque do projeto Moving Borders, em parceria com Onassis Cultural Centre, Ringlokschuppen, Le Maillon, Performing Arts Institute e Spring Performing Arts Festival, bem como do Programa JAA! Jovens Artistas Associados do TMP.

Mas não só nos teatros se apresentam artes performativas. O programa da 6.ª Edição do Cultura em Expansão continuou a levar a arte e a cultura a locais da cidade onde o seu acesso está mais condicionado, pela primeira vez abrangendo todas as freguesias. Apresentaram-se projetos interdisciplinares e participativos a um público itinerante, a bairros sociais e locais periféricos, contribuindo para a coesão social e a regeneração urbana, eliminando barreiras e encurtando distâncias culturais, sem conceder na qualidade artística dos projetos. Em 2019, o Cultura em Expansão passou de um formato de inúmeras apresentações pontuais, com uma regularidade instável nas diferentes freguesias, para um modelo estruturado a partir de uma nova ideia de regularidade de apresentação e de coesão entre estruturas artísticas e associativas, que nele ganham um novo papel de participação e de construção no projeto. A cidade integrou três novos centros de cultura: Auditórios da Junta de Freguesia de Campanhã, do Grupo Musical de Miragaia e da Associação de Moradores do Bairro Social da Pasteleira – Previdência/Torres, que terão uma programação contínua, atenta a

diferentes linguagens artísticas e aos mais diferentes públicos, assim como às diferentes particularidades materiais e imateriais de cada espaço.

O programa da edição de 2019, privilegiou uma estratégia que levou à associação de outros locais e de iniciativas itinerantes "satélite", com o objetivo de estimularem o envolvimento, presente e futuro, de mais públicos e parceiros nas propostas do programa e recebeu 46 projetos, com 64 récitas de entrada livre, captando a atenção da cidade registando a maior afluência de sempre, com cerca de 10.000 pessoas a assistirem à totalidade das apresentações.

A Feira do Livro do Porto, à semelhança de anos anteriores, realizou-se nos Jardins do Palácio de Cristal, de 6 a 22 de setembro de 2019, e contou com uma forte adesão de editores, livreiros, alfarrabistas, associações e promotores de projetos inovadores em torno do livro, que durante 17 dias, ao longo da Avenida das Tílias, ocuparam os 130 pavilhões do certame. Esta edição foi comissariada por Nuno Artur Silva, com uma programação que, em todos os momentos, revisitou o homenageado - Eduardo Lourenço - e a sua voz única. Os debates, as lições, as sessões de cinema e as performances de *spoken word* incitaram à leitura e à escuta com especial destaque para a sessão especial "Quintas de Leitura" de inspiração no pensamento de Eduardo Lourenço.

Em tributo, ao homenageado de 2019, foi batizada uma tília com o seu nome em plena Avenida das Tílias. Já o escritor residente, deste ano, foi Nuno Costa Santos.

A Galeria Municipal do Porto reforçou a dimensão de espaço aberto a novos modelos expositivos, enquanto lugar de interdisciplinaridade artística e de janelas abertas para os debates contemporâneos, tendo contado com 8 exposições. As quatro primeiras decorreram sob a gestão do Departamento Municipal de Cultura e as outras quatro sob a esfera da empresa municipal Ágora. A exposição "Astray", de Caroline Mesquita, que apresentou o trabalho da artista francesa numa colaboração entre a Galeria Municipal do Porto e a Kunsthalle Lissabon, com curadoria de Sofia Lemos; a exposição "Anuário - Uma visão retrospetiva da arte no Porto", comissariada por Guilherme Blanc e João Ribas – a primeira edição deste projeto expositivo resulta de um trabalho de acompanhamento, documentação e análise da produção artística da cidade, em 2018, por um coletivo de curadores composto por Joana Machado, Joaquim Durães, José Maia, Miguel Flor e Rita Castro Neves; "De Outros Espaços", com a curadoria de Pedro Gadanho e João Silvério, na continuação da parceria entre a GMP e a Fundação EDP, que adota o seu título de um importante ensaio de Michel Foucault e aborda as noções de espaço imaginadas por artistas, por oposição aos entendimentos das disciplinas

técnicas e científicas; “Desertado. Algo que aconteceu pode acontecer novamente”, de Maria Trabulo, em que a artista portuguesa foi desafiada a pensar e debater o lugar que a ficção e as histórias partilhadas ocupam nas construções sociais e políticas de hoje, com a curadoria de Pieternel Vermoortel; “De Outros Espaços”, com a curadoria de Pedro Gadanho e João Silvério, na continuação da parceria entre a GMP e a Fundação EDP, que adota o seu título de um importante ensaio de Michel Foucault e aborda as noções de espaço imaginadas por artistas, por oposição aos entendimentos das disciplinas técnicas e científicas; “MILLENNIALS — Design do Novo Milénio”, um projeto da Porto Design Biennale com a curadoria de José Bártolo, que se focou nos projetos e processos de trabalho dos designers millennials, nascidos nas décadas de 1980 e 1990, propondo-se refletir sobre o que os caracteriza e diferencia; “Estar vivo é o contrário de estar morto”, com a curadoria de Guilherme Blanc e Luísa Saraiva, que propôs um projeto de reflexão sobre a urgência de questionarmos o lugar do corpo enquanto agente de extermínio e de salvação do ecossistema terrestre; “9KG de Oxigénio”, em que a Galeria Municipal do Porto desafiou o projeto Uma Certa Falta de Coerência a desenvolver um exercício que partisse da problemática da relação entre a prática curatorial independente e o contexto expositivo institucional; e “Depois do Estouro”, com a curadoria de Tomás Abreu, exposição que resultou do projeto concursal “Expo’98 no Porto”, que atribui duas bolsas para a realização de duas exposições na Galeria Municipal do Porto, entre 2019 e 2020, tendo sido selecionada por um júri independente da equipa artística da Galeria Municipal do Porto.

Ao longo de 2019, a política de promoção do debate, investigação e disseminação de ideias em torno da produção artística nacional e internacional, resultou num aumento considerável do número de visitantes da GMP, de 109.508 em 2018 para 127.983 em 2019, cumprindo o desígnio de promover o interesse pela arte contemporânea e sensibilizar os públicos para a apreciação e compreensão dos fenómenos artísticos contemporâneos.

No que concerne ao projeto museológico e expositivo reforçou-se o programa de visitas, celebração de dias comemorativos e de efemérides, assim como exposições temporárias que pretenderam melhorar a divulgação e o conhecimento das coleções municipais, sempre em diálogo com a contemporaneidade. Merecem destaque: "Lojas do Porto - História e Identidade", inaugurada em 2018 e que esteve patente ao público até 21 de abril de 2019, na Casa do Infante, realçando o papel do comércio na cidade, ao longo do tempo. Relembram-se lojas tradicionais – algumas já desaparecidas, outras ainda existentes – partindo de documentos, imagens e objetos do Município, aos quais

se juntam, ainda, objetos de alguns estabelecimentos; “Folhas de Poesia: nos 90 anos de Fernando Echevarría“, que decorreu na Biblioteca Municipal Almeida Garrett, exposição bibliográfica em homenagem ao poeta Fernando Echevarría, nascido em 26 de fevereiro de 1929, que documenta a sua vasta obra, desde o primeiro livro de poemas, "Entre dois Anjos", publicado em 1956, até ao mais recente "Via Analítica" de 2018; “The Future is Our Jewel/ O Futuro é a Nossa Joia”, patente na Casa-Museu Guerra Junqueiro, exposição coletiva de peças de joalharia desenhadas por alunos de escolas artísticas de cinco países europeus (Espanha, Grécia, Itália, Portugal e Reino Unido), incluindo a Escola Artística Soares dos Reis, com curadoria de Graça Ventura/ Escola Artística Soares dos Reis; “A Viagem que Guerra Junqueiro nunca fez”, exposição de fotografia de José Sérgio, instalada na Casa-Museu Guerra Junqueiro, que ficciona o encontro de Guerra Junqueiro com o distrito de Quelimane, Moçambique, território que nunca visitou; “312 Km”, na Casa Tait, exposição de fotografia de Jorge Azevedo que retrata a paisagem como uma categoria extremamente dinâmica que, além de se portar como uma expressão das práticas humanas ou das ações da natureza, é capaz de narrar, através das suas manifestações aparentes ou ocultas, a história daquele espaço; “Casa acusmática/ onde se ativam as falas, as formas, os factos e as ficções”, Museu Romântico, projeto que incluiu duas Conversadeiras e duas Tempestades Domésticas. Uma das Tempestades Domésticas coincidiu com a celebração da chegada do Rei Carlos Alberto ao Porto e consistiu um percurso narrado com término nos jardins do Museu para um lanche e convívio, que serviu também de inauguração de uma pequena peça de áudio-guia ficcional no interior do Museu; “24 Páginas”, Biblioteca Municipal Almeida Garrett, a ilustradora Marta Madureira expôs 24 ilustrações de 8 livros, para a infância, de outros tantos autores, exposição realizada no âmbito do programa Todos a Ler!; “A musa em férias”, Casa-Museu Guerra Junqueiro, o título da exposição alude ao livro de idílios e sátira da Guerra Junqueiro; ”Besos: A noble ecosystem”, Casa do Infante, projeto da autoria das Duae Collective que se centra sobre a antiga relação entre cidade e rio, através de impressões fotográficas, vídeo e cartografia, a exposição integra-se na Bienal de Fotografia do Porto, cujo foco é provocar uma maior consciencialização crítica sobre o impacto do comportamento humano em termos sociais e ambientais; “Some star dust matter”, Palacete Viscondes de Balsemão, é uma meditação sobre ansiedades antropocêntricas. Realidades ligeiramente distorcidas que se confrontam e interrompem entre si, suscitando uma derivação a partir da noção de natureza e de cultura. Esta vídeo-instalação é apresentada no contexto da Bienal de Fotografia do Porto; “Coleção Cityzine”, Biblioteca Municipal Almeida Garrett, mostra de publicações alternativas para a divulgação de

autores e obras com particular enfoque na Fotografia de Arquitetura, Cidade e Território; “Aquilino - um rosto, uma obra”, Biblioteca Pública Municipal do Porto, esta exposição com curadoria de Manuel Casal Aguiar e de Luís Cabral, é uma evocação a Aquilino Ribeiro, numa exposição bibliográfica e artística onde estão patentes, livros e manuscritos do autor mas, também, um interessante conjunto de desenhos preparatórios sobre Aquilino Ribeiro (1885-1963) que o pintor Manuel Casal Aguiar fez para a capa da edição comemorativa do centenário do nascimento do escritor; “Terceira Asa: Leonor de Almeida, poeta póstuma de si”, Casa-Museu Guerra Junqueiro, esta exposição dá a conhecer a vida e a obra de uma poeta ímpar; "Escrito com cal e com luz: ensaio fotográfico sobre a poética de Carlos de Oliveira", patente no átrio da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, exposição de fotografia de Renato Roque, que revela parte da obra do escritor Carlos de Oliveira, revisitando os locais da Gândara, em Cantanhede, onde viveu a infância, e que se refletem amiúde nos seus textos. Além disso, é enriquecida por uma seleção bibliográfica e de manuscritos autografados pelo próprio escritor, que integram as coleções das bibliotecas municipais do Porto; "Homem Bicho", na Casa-Museu Guerra Junqueiro, exposição que reúne os trabalhos recentes do artista plástico e jornalista Agostinho Santos sobre um tema que o (pre)ocupa desde há anos com curadoria de Nuno Faria; “Formas que contam uma história”, na Casa Tait, exposição que integra os trabalhos dos alunos da Escola Artística Soares dos Reis do Curso de Produção Artística de especialização têxtil; “Andando em torno do Sol. Máquinas, aranhas e corsários”, na Casa do Infante, projeto curatorial que estabelece um diálogo entre campos de arte, filosofia e política, com curadoria de Eduarda Neves. Contou com a participação dos artistas Amarante Neves, Ana Guimarães e Tiago Veloso, João Tabarra, Manuel Santos Maia, Reinhold Zisser, Sérgio Leitão; "Bauhaus - 100 anos, 100 objetos", na Casa-Museu Guerra Junqueiro, visa apresentar objetos, cartazes históricos e contemporâneos, através de obras e atores significantes e, simultaneamente, estabelecer uma reflexão sobre a linguagem identitária que marcou o *design* naquela escola alemã (1919-1933), através de um olhar crítico sobre a sua dimensão no contexto atual. Uma narrativa que associa objetos históricos e contemporâneos, através de soluções inovadoras para a construção do Design no novo milénio; “Para Além do Espaço Físico”, no Palacete dos Viscondes de Balsemão, instalação sensorial que procura aproximar o espectador do indivíduo com uma perturbação e que, de forma visualmente apelativa, desperta a curiosidade, sensibiliza e educa; “Mário Cláudio 50 anos de Vida Literária”, na Biblioteca Municipal Almeida Garrett, exposição bibliográfica e documental dedicada aos 50 anos de vida literária do escritor.

Em 2019, os visitantes das exposições e participantes de atividades educativas nos espaços museológicos municipais foram, aproximadamente, 560.000.

O desafio de (re)descoberta do património material e imaterial da cidade realizou-se, pelo sexto ano consecutivo, com consolidado êxito. O ciclo intitulado "Um Objeto e Seus Discursos Por Semana", nesta edição percorreu, exclusivamente, museus: núcleos e coleções de arte e ciência, mais ou menos conhecidos, formularam assim convite à redescoberta dos seus segredos. Debateram-se objetos museológicos e, simultaneamente, ideias, valores e sabores; cruzaram-se convidados dos quadrantes sociais e dos saberes mais diversos - da engenharia à fotografia, passando pela escultura, pela saúde ou pela fé. Em 31 sessões, participaram, aproximadamente, 2.250 pessoas, 93 convidados e moderadores.

De descoberta ou redescoberta, também, se fizeram os Percursos Culturais propostos em 2019. Os técnicos municipais partiram de locais diversos, mais ou menos conhecidos, desvendando objetos, documentos, ruas e espaços e revisitando múltiplas histórias reais, mas também alguns mitos. Com uma programação temática, realizaram-se 14 percursos dedicados à cidade, homens, espaços e construções, nos quais participaram cerca de 183 pessoas.

Em representação do Município, o Pelouro da Cultura manteve a interlocução com a UNESCO e demais entidades oficiais, assumindo a função de "gestor do sítio" classificado – Centro Histórico do Porto, Ponte Luís I e Mosteiro da Serra do Pilar - integrando a Rede de Património Mundial de Portugal bem como outras redes internacionais, que visam a promoção e salvaguarda deste bem inscrito na lista de património mundial. De salientar, neste âmbito, o projeto AtlaS.WH - Património no Espaço Atlântico: Sustentabilidade dos Sítios Urbanos Património Mundial, resultante de uma parceria entre Bordéus, Santiago de Compostela, Edimburgo e Florença, e liderada pelo Porto que pretende potenciar a reflexão e análise conjunta com vista à concretização dos novos Planos de Gestão e de Sustentabilidade para cada Sítio, que passa pela implementação de uma metodologia comum e por um modelo integrado de gestão e monitorização, sob o princípio do desenvolvimento sustentável, com vista a contribuir para a manutenção da identidade urbana de cada Sítio.

O Município associou-se às Jornadas Europeias do Património, subordinadas ao tema "Artes Património Lazer", que decorreu de 27 a 29 de setembro. Pretendeu-se com este tema destacar as muitas facetas do património ligadas às artes, como fonte de entretenimento, e ao lazer, que nos permitem a todos viver outras dimensões da vida quotidiana tendo o Município do Porto promovido várias iniciativas: As duas Alfândegas

do Porto: significados na história da cidade, Casa do Infante + Alfândega Nova do Porto; À descoberta do castro de Penaventosa, Arqueossítio; Caminhar no Património. À Descoberta da Rota da Água - Um percurso ribeirinho do Mapa de Arte Pública do Porto, Arqueossítio; A Casa e o Infante, Casa do Infante; O quadro de Charles Napier Hemy, Uma vista sobre o Porto 1881, Museu Romântico; O Porto do Almada: o projeto de requalificação do núcleo medieval, Casa do Infante; Marias da Sé - Cinema, Casa-Museu Guerra Junqueiro e Jack Broadbent, Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio.

A área de património cultural assegurou de forma continuada os serviços de documentação e informação administrativa nas áreas de arquitetura e arqueologia, promovendo a salvaguarda do património de importância para a cidade e sua história, tendo mantido o seu envolvimento na revisão do Plano Diretor Municipal, (valores patrimoniais, arqueológicos e edificados).

Lançou-se a segunda edição do projeto Aquisições com um novo comité de seleção constituído por Bernardo Pinto de Almeida, crítico de arte e professor na Faculdade de Belas Artes da UP; Juan Luis Toboso, curador, investigador e docente na ESAP; Luís Pinto Nunes, curador e coordenador do Museu da Faculdade de Belas Artes da UP; e Maura Marvão, consultora em arte do século XX e arte contemporânea e docente na Escola das Artes da UCP. Com um orçamento de 100.000 euros, o comité selecionou 16 obras apresentadas em contexto de galeria durante o ano de 2019, consubstanciando um leque representativo da prática e património artísticos da cidade.

O programa Colectivos PLÁKA reúne grupos de reflexão e produção de pensamento sobre arte contemporânea e a prática artística, coordenados por coletivos de Tutores que programam cursos dedicados a temáticas específicas. Em 2019 deu-se continuidade ao modelo formativo com três cursos que decorreram entre julho e dezembro. O primeiro, The Time(s) of Contemporaneity 2: Descolonizando a Cultura", tutorado por Claire Bishop e Nuno Crespo, que reuniu artistas e intelectuais para debater a relação entre arte, etnias, instituições e o legado do colonialismo e, após a transferência para a Ágora, o programa acolheu dois cursos: "Práticas pós-nostálgicas/Post-nostalgic knowings", tutorado por Inês Moreira e Aneta Szylak, dedicado a repensar os espaços pós-industriais, com enfoque na encosta do Freixo; e "Love & Garbage", tutorado pelo coletivo multidisciplinar Assemble, que explorou o trabalho cooperativo e o fazer enquanto resposta ao formalismo e hierarquia dos sistemas tradicionais que propiciam a divisão social. Em conjunto, os cursos contaram com 40 alunos e mais de 400 pessoas nos programas públicos.

A edição de 2019 do Anuário – exposição que documenta a prática artística e curatorial do Porto e que resulta do trabalho de um coletivo de curadores que analisa o programa expositivo de diversos espaços públicos da cidade durante um período de doze meses – contou com um novo comité de curadores convidados: Catarina Miranda, Eduarda Neves, Filipe Marques, Samuel Silva e Simão Bolívar. Ao longo de 2019, o comité acompanhou a produção contemporânea do Porto, registando os principais intervenientes e os momentos de inflexão que definiram o discurso e o panorama artísticos na cidade.

O ano de 2019 foi de continuidade para o programa Criatório, com vista à atribuição de 16 bolsas de apoio a projetos de criação artística, cada uma no valor de 15 mil euros, distribuídas por quatro modalidades: artes visuais e curadoria; artes performativas e programação; composição, programação e performance musical; literatura, investigação e pensamento crítico. No último trimestre de 2019 foi selecionado um novo júri para a nova edição do programa cuja grande novidade é a criação de uma nova modalidade de financiamento dedicada aos espaços de arte sediados na cidade, tendo em vista as crescentes dificuldades de fixação e manutenção destes espaços no centro do Porto.

De destacar, ainda, o programa de apoio à internacionalização cultural Shuttle, que através de um concurso instituído pelo município do Porto visa promover e apoiar a arte e os trabalhos de artistas e agentes culturais sediados na cidade que atuem em áreas de Artes visuais e curadoria; Artes performativas; Performance e composição musical; Tradução e criação literária e ensaística. Depois de apoiar 13 projetos artísticos que deverão realizar a sua internacionalização até março de 2020, no último trimestre do ano foi selecionado o júri para a nova edição do programa que contará com um orçamento reforçado.

Em 2019 deu-se continuidade ao InResidence, programa de financiamento a projetos de residência artística com a duração mínima de dois meses em espaços culturais não municipais integrados na plataforma InResidence Porto. Apoiaram-se seis novos projetos de residência artística em espaços que têm dado a conhecer alguns dos nomes da prática artística contemporânea à cidade: Mala Voadora, Maus Hábitos, Sonoscopia, Rua do Sol, Escola das Artes da Universidade Católica e Circolando. Pretende-se, desta forma, criar condições para que os artistas se ancorem no Porto e possam descobrir o que a cidade tem para oferecer.

O Fórum do Futuro é um festival de pensamento que decorre anualmente na cidade do Porto e que tem como principal objetivo reunir convidados de múltiplas disciplinas e

diferentes geografias culturais para refletir sobre questões fundamentais para as sociedades contemporâneas.

Na edição de 2019, o programa comissariado por Guilherme Blanc foi pela primeira vez desenvolvido por uma equipa artística ampla, que contou com os curadores John Akomfrah (artista), Filipa Ramos (editora da art-agenda eflux) e Gareth Evans (curador de cinema da Whitechapel Gallery). Entre 3 e 9 de novembro, foi apresentado um programa de debates e performances que propôs, através de diversas perspetivas e práticas disciplinares, problematizar processos de ocupação cultural e territorial históricos e atuais. Tomou como ponto de partida a efeméride dos quinhentos anos da primeira viagem de circum-navegação por Fernão de Magalhães e, adotando simbolicamente como título Crossings/Travessias, propôs repensar este acontecimento e os seus múltiplos efeitos de uma forma alargada, a nível histórico, político e cultural.

O Fórum do Futuro de 2019 suscitou um grande interesse e envolvimento da cidade, o que fez desta a edição mais concorrida pelo público até à data, esgotando a totalidade das sessões e excedendo o número de assistências da edição anterior. Mais de oito mil pessoas participaram nas palestras, debates, *artist talks* e performances que se espalharam pelos espaços do Teatro Municipal Rivoli, Galeria Municipal do Porto, Cinema Trindade, Casa da Música e Museu de Serralves.

O Paulo Cunha e Silva Art Prize, criado em 2016 enquanto projeto de homenagem ao vereador da Cultura, teve em 2019 o início da 2ª edição, com um valor monetário de 25 mil euros dirigido a artistas internacionais com menos de 40 anos que não tenham tido mais do que uma exposição individual em instituições ou espaços de relevo internacional. Em agosto de 2019, de entre os 48 artistas indicados pelos 16 curadores, o júri selecionou 6 finalistas.

Foi dada continuidade à Agenda para o Cinema Independente, que organiza, mapeia e divulga as sessões de cinema que acontecem fora do circuito comercial.

A partir de uma política de coprodução e parceria com diversas iniciativas de exibição cinematográfica – BEAST - Festival Internacional de Cinema, Family Film Project, Porto/Post/Doc, Queer Porto, Shortcutz – o Município promoveu o cinema no Porto, estimulando uma mediação entre vários agentes.

Com o objetivo de garantir uma sólida oferta cinematográfica na cidade, e numa clara estratégia de apoio à exibição de cinema nas salas da baixa, promoveu-se o TRIPASS, um cartão que dá acesso privilegiado ao circuito de cinema na Baixa do Porto com

descontos e outros benefícios nas salas Trindade, Teatro Municipal do Porto - Rivoli / Campo Alegre e Passos Manuel.

Em setembro de 2019 deu-se início ao projeto de um polo de ateliers municipais com capacidade para acolher entre seis a oito artistas ou projetos artísticos, por um período de 3 anos, em espaços de trabalho que pertencem ao Município: nos ateliers da Lada – criados há mais de quinze anos com esse propósito – e num prédio a estes adjacente, no coração da zona histórica.

5. URBANISMO E HABITAÇÃO

O objetivo do Urbanismo e habitação integra o programa denominado **Reabilitação urbana, planeamento e gestão urbanística** onde foram executados 23,7 milhões de euros. Este capítulo integra ainda as ações no âmbito da Política Municipal de Habitação Acessível.

Em matéria de planeamento territorial, a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) constituiu a principal linha de trabalho, tendo sido produzida a proposta base da estratégia e do modelo territorial do futuro plano, incluindo um conjunto alargado de estudos urbanísticos de base para zonas específicas da cidade, bem como uma nova sistematização do quadro de servidões e restrições de utilidade pública aplicável atualmente ao território concelhio. A suportar este exercício esteve um forte investimento numa infraestrutura de informação geográfica, robusta e consistente, a qual constitui uma ferramenta fundamental para o trabalho desenvolvido nesta etapa de preparação do novo Plano, mas também para as fases futuras de monitorização e avaliação deste instrumento. De mencionar, em particular, a evolução registada ao nível das práticas de trabalho colaborativo que foram sustentadas por esta infraestrutura, que permitirão uma alteração paradigmática na metodologia de interação entre as diversas unidades orgânicas do município, no que ao planeamento urbano diz respeito.

No âmbito do PDM em vigor teve lugar mais um procedimento de alteração simplificada a qual incidiu no território correspondente ao antigo Quartel de Monte Pedral, equipamento desafetado do domínio público militar.

No que concerne à elaboração de Instrumentos de Gestão Territorial, importa ainda referir o início dos trabalhos conducentes ao futuro Plano de Pormenor de General Sousa Dias (Duque de Loulé), cuja conclusão se prevê que aconteça no corrente ano.

No capítulo dos instrumentos de reabilitação urbana, cabe destacar o desenvolvimento da Operação de Reabilitação Urbana da Corujeira, documento fundamental para a

consolidação da dinâmica de reabilitação dessa zona da cidade, e cuja aprovação e entrada em vigor decorreu no ano transato. Simultaneamente foi delimitada a décima Área de Reabilitação Urbana da cidade, a ARU de Azevedo de Campanhã, concluindo-se dessa forma a delimitação das grandes ARU do município, que conta neste momento com mais de um terço do seu território integrado em ARU.

Ainda no que concerne à parte oriental do concelho, importa referir a conclusão do Masterplan Estratégico para a Zona Oriental do Porto, documento fundamental para a coordenação do conjunto de políticas territoriais para Campanhã e para a definição das estratégias e das ações a inscrever no futuro Plano Diretor Municipal.

Ao nível dos grupos de trabalho externos, destacam-se a participação nas Comissões de Acompanhamento do POC Caminha-Espinho, na Revisão do Plano Diretor Municipal de Matosinhos e da Maia, do projeto SIG Metropolitano, bem como no projeto internacional URBINAT. Quanto a grupos de trabalho interno, foi dada colaboração aos projetos da Mobilidade Elétrica e do Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social.

No domínio da informação geográfica, a principal aposta centrou-se no desenvolvimento da infraestrutura de gestão da Informação Geográfica de Referência, quer da sua componente metodológica e procedimental, quer da sua componente tecnológica. Também neste plano os esforços de integração de dados e da aposta em práticas de trabalho colaborativo se revelaram decisivos para os resultados obtidos.

No que respeita a projetos urbanos, em 2019 foram elaborados os termos de referência e/ou lançados procedimentos para a execução de 23 projetos, de que importa destacar o lançamento do concurso para a reabilitação da Praça da Corujeira e zonas envolventes, a requalificação dos espaços públicos de Azevedo de Campanhã, a requalificação da Praça da República e do Largo da Lapa, a Elaboração da Estratégia de Atuação para Humanização do Espaço Público na Zona Histórica da Cidade do Porto e o Plano Estratégico de Iluminação Cénica. Ainda no âmbito dos projetos urbanos foi incluído um conjunto alargado de arruamentos da cidade como sejam a ligação viária da Av. de Fontes Pereira de Melo à estrada da Circunvalação, as ruas Conde de Vizela, Moçambique, Diogo Cão, Leonardo Coimbra, Diamantina, Doutor Manuel Pereira da Silva, Bolhão, Justino Teixeira e Bairro do Bom Retiro, a requalificação das ruas de António Aroso, de Paço de Sousa e do Jornal de Notícias, a Requalificação da rua Moçambique, a Requalificação envolvente viária ao edifício Municipal de S. Dinis, e prolongamento da rua do arquiteto Lobão Vital para ligação entre a rua Dr. Bernardino de Almeida e a rua Alfredo Allen e a requalificação da Rua Régulo Magauanha.

No que concerne à reabilitação de espaços públicos, em 2019 continuou a elaboração dos projetos integrados no programa Rua Direita, tendo-se concluído o primeiro projeto de execução, que deu já lugar em 2020 ao lançamento do primeiro concurso de empreitada. Finalmente foram terminados ou estão em elaboração os projetos de requalificação do espaço público relativos à beneficiação das ruas António Enes, dos Arcos, Nove Julho e Freire de Andrade, de Chaimite e envolvente ao Palácio de Cristal.

No âmbito da promoção de habitação acessível em terrenos do domínio privado municipal foi concluído um concurso de ideias para o Monte Pedral, iniciaram-se os estudos e projetos para o loteamento e obras de urbanização do terreno Municipal no Monte da Bela, e foram realizados os estudos urbanísticos com vista à elaboração do projeto urbano de Lordelo do Ouro, que inclui a construção de 5 blocos de habitação, a construção ou reabilitação de 3 km de arruamentos municipais e a requalificação de 6,64 ha de espaços públicos.

Em relação à gestão urbanística, foram sujeitos a controlo prévio, um total de 6.460 processos de operações urbanísticas, dos quais cerca de 58% respeitam a processos de licenciamento e pedidos de informação prévia, cerca de 10% a pedidos de autorização de utilização e emissão do alvará respetivo, 13% a emissão de certidões e os restantes a outro tipo de processos. Foram proferidos 4.255 despachos de decisão final. De entre os procedimentos de atividades económicas, destacam-se os 1.026 registos associados a alojamento local.

Tendo em vista a desmaterialização total dos processos de gestão urbanística, que vem sendo um objetivo estratégico do município há já algum tempo, foi concretizado um projeto conjunto com outros serviços municipais, nomeadamente a Direção Municipal de Serviços ao Munícipe e o Departamento Municipal de Sistemas de Informação, a ser implementado por fases, que prevê a submissão obrigatória dos pedidos de operações urbanísticas previstas no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação através do Balcão de Atendimento Virtual (BAV).

Depois do processo de preparação que culminou com o despacho do Senhor Vice-Presidente e Vereador do Pelouro da Inovação e Ambiente, durante o último quadrimestre do ano transato passou a ser obrigatória a submissão *online* via Balcão Virtual (BAV) dos pedidos de informação prévia, de certificação dos requisitos legais para a constituição de edifício em regime de propriedade horizontal, de certidão de destaque de parcela e dos pedidos de autorização de utilização. Os restantes processos passaram a ter submissão digital obrigatória a partir de janeiro de 2020.

No que diz respeito ao espaço público importa relevar a importância que o Portal de Ocupações do Espaço Público, criado em 2018, teve na qualidade da decisão ao longo do ano transato. A georreferenciação e mapeamento de todos os processos com impacto territorial permite a coordenação das condicionantes de determinada zona da cidade, suas implicações na ocupação em análise, a comparação com pedidos de ocupação decididos na proximidade e a compatibilização das diversas ocupações solicitadas para o mesmo local, muitas vezes, em simultâneo. Neste âmbito, em 2019, foram registados 6.229 processos.

Tratando-se o Espaço Público de matéria que cruza transversalmente diversas áreas de atuação do município, os serviços municipais na dependência do Departamento Municipal de Espaço Público asseguraram a articulação de procedimentos com os restantes serviços do Município e entidades externas, tarefas de que relevam a atualização do Inventário de Mobiliário Urbano – IMU, o apoio à definição das atividades de feiras e mercados e de realização de eventos, designadamente no licenciamento de ocupação precária com eventos, em articulação com o Departamento Municipal de Turismo e Comércio e a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M.

No âmbito dos projetos e estudos, tramitou o procedimento concursal, pré-contratual e contratual para aquisição do serviço de levantamento e diagnóstico das condições de acessibilidade do mobiliário urbano existente no Município; foram elaboradas as peças do Procedimento concursal para concessão do uso privativo do domínio público do Município do Porto para instalação e exploração publicitária do mobiliário urbano; iniciou-se a elaboração da documentação e consultas ao mercado para elaboração do procedimento para aquisição do Projeto Integrado de Sinalização e Informação Pedonal e Rodoviária (PISI); iniciou-se o projeto de alteração ao CRMP e de criação da possibilidade de Concessão da Utilização Privativa do Domínio Público Municipal para a Instalação de Esplanadas; e elaboraram-se um conjunto de projetos de que relevam uma proposta para o futuro mercado de artesanato na Praça da Batalha e o estudo de ocupação da Praça da Alegria para instalação de mercado de frescos.

Em relação à Divisão Municipal de Gestão da Ocupação do Espaço Público, em 2019 tiveram decisão final 7.299 processos. Do conjunto de processos despachados, 3.338 disseram respeito à Ocupação do Espaço Público, 1.795 à Ocupação de Subsolo e 2.166 ao Licenciamento Zero e Publicidade sendo a taxa de conclusão de processos de 100%. A média mensal de processos com decisão final foi de 608. Transitaram 441 processos de 2018 para 2019 (despachados em 2019) e transitaram 390 processos de 2019 para 2020.

Em consequência do elevado número de obras particulares em curso, o número de processos de Ocupação de Subsolo para instalação ou aumento de potência da rede de gás, eletricidade, abastecimento/saneamento de água e infraestruturas de telecomunicações manteve a média de 2018, tendo, no entanto, os meses de setembro, outubro e novembro registado um decréscimo significativo.

Finalmente, relativamente aos processos de Publicidade e Licenciamento zero verificou-se um acréscimo de 4% relativamente a 2018.

Em matéria de funcionamento interno, a atividade do planeamento, gestão urbanística e espaço público focou-se na otimização da atividade desenvolvida, rentabilização de recursos, harmonização de procedimentos e difusão da informação.

Em 28 de dezembro de 2018, o Município do Porto adquiriu a participação social que o IHRU, I.P. detinha na Porto Vivo, SRU, passando a deter a totalidade do capital social, e, em consequência, a Sociedade passou a integrar o setor empresarial local.

Para cumprir a sua nova missão, os estatutos da Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A., foram alterados, passando a contemplar a coordenação e gestão da reabilitação nas unidades de intervenção com documentos estratégicos aprovados; a coordenação, gestão, acompanhamento e avaliação das operações de reabilitação urbana aprovadas na cidade do Porto, em que a Porto Vivo, SRU, seja designada entidade gestora; a reabilitação dos edifícios do parque habitacional da cidade, identificados na estratégia municipal de habitação do Porto, com exclusão dos edifícios destinados a habitação de interesse social; e a gestão dos edifícios destinados a habitação a custos acessíveis ou das habitações localizadas nas denominadas “ilhas” da cidade.

Em 8 de julho de 2019, a Porto Vivo, SRU foi designada entidade gestora da Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto e da Operação de Reabilitação Urbana de Campanhã - Estação e, em 14 de outubro de 2019, da Operação de Reabilitação Urbana da Corujeira.

No âmbito da sua atividade, destaca-se, na Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto e no Programa de Realojamento Definitivo do Morro da Sé, a conclusão da reabilitação dos imóveis incluídos na Operação C, que deu origem a sete frações (cinco habitações e dois comércios). No que concerne à operação A foram resolvidas as questões pendentes que impediam o arrendamento das três habitações. Iniciou-se o processo de reabilitação da Operação D, com o lançamento do procedimento para contratação dos projetos das especialidades, que envolve a

reabilitação de 14 frações habitacionais e 4 comerciais. Na Operação I concretizou-se a permuta da parcela 12 com o proprietário das parcelas confinantes, que dará origem, no futuro, à entrega de 2 frações destinadas a habitação.

Ainda no Morro da Sé, foi lançado o concurso público, com publicitação internacional, para a celebração de um contrato de reabilitação, contemplando a cedência dos prédios em direito de superfície, que permitirá a instalação nesse território de uma Residência de Estudantes, dando cumprimento ao previsto no Documento Estratégico.

Foram ainda iniciados os estudos para definição da Unidade de Intervenção de Santa Clara.

No âmbito do "AtlaS.WH – Heritage in the Atlantic Area: Sustainability of the Urban World Heritage Sites", liderado pelo Município do Porto, que conta com a colaboração da Porto Vivo, SRU, e tem como cidades parceiras Florença, Bordéus, Edimburgo e Santiago de Compostela, deu-se continuidade à reflexão sustentada sobre os Sítios Património Mundial, estando já concluída a definição da metodologia (estratégica e operacional) que contribuirá para o novo Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial.

Nas Áreas de Reabilitação Urbana de Campanhã – Estação e da Corujeira, deu-se continuidade à preparação do programa operacional, nomeadamente, no que concerne à atualização da caraterização e do diagnóstico que serviu de base ao programa estratégico de reabilitação urbana, bem como das respetivas ações programadas.

Na Unidade de Intervenção do Quarteirão de D. João I, no âmbito do Contrato de Reabilitação Urbana para a Execução da "Intervenção Conjugada", conforme definida no Caderno de Encargos e no Documento Estratégico, foi autorizada a alteração da posição contratual, possibilitando, deste modo, a continuidade do processo de reabilitação deste quarteirão.

No segundo semestre de 2019, iniciaram-se os trabalhos preparatórios que irão permitir a realização de um concurso, por sorteio, para o arrendamento a rendas acessíveis de 15 frações habitacionais reabilitadas, incluindo as da operação A e C, resultantes do Programa de Realojamento Definitivo do Morro da Sé.

Na área Reabilitação Urbana e Planeamento e Gestão Urbanística, realizaram-se, através da GO Porto, EM as empreitadas de consolidação do edificado da Fábrica da Corticeira - Fase 2, de estabilização da rua Escadas das Sereias e de estabilização do talude da rua Luís de Camões.

Como alavanca para inverter a tendência demográfica, contribuir para o equilíbrio social da cidade e aumentar a competitividade, iniciou-se em 2016 o exercício dos direitos de Preferência do Município na aquisição de imóveis que estejam localizados em Zonas Classificadas, em Zonas de Proteção e em Áreas de Reabilitação Urbanas com Operações de Reabilitação Urbana Aprovadas.

Em 2019, e através do Departamento Municipal de Património, foram analisados 3.139 anúncios de direitos de preferência, tendo esta opção sido legalmente comunicada 24 vezes. Destas, 5 (20,8%) não se concretizaram por desistência dos vendedores. Foram realizadas 15 (62,5%) escrituras de compra e venda no valor total de 7,4 milhões de euros, estando 4 processos a aguardar a realização de escrituras de compra e venda, no valor de 4,5 milhões de euros.

6. EDUCAÇÃO

O Município do Porto tem considerado a Educação como fator fundamental de promoção da igualdade de oportunidades, de fortalecimento da cultura e dos valores de cidadania, sustentáculo do desenvolvimento e da coesão social. No quadro das suas atribuições e competências, a conceção e implementação das políticas municipais atende aos pressupostos de defesa da escola pública e inclusiva, considerando como prioridade garantir a equidade através da criação de condições para a promoção de um ensino que possibilite o aumento dos níveis de qualificação e a promoção de percursos de sucesso.

Neste sentido, a ação do Município vai muito além da execução das políticas normativas da territorialização educativa, promovendo e desenvolvendo um conjunto de programas, projetos e iniciativas, que favorecem as dinâmicas emergentes de uma verdadeira política educativa local.

Em 2019 foram aplicados 7 milhões de euros no programa **Promover e Fomentar a Educação**.

Neste ano, decorreu o processo de reconfiguração da oferta educativa, de acordo com as recomendações emanadas do diagnóstico e reflexão estratégica, com o envolvimento e a participação dos agentes educativos, e considerando o Projeto Educativo Municipal.

A Carta Educativa, instrumento de planeamento e gestão de nível concelhio, encontra-se atualizada, tendo decorrido o planeamento da sua monitorização, com execução das ações planeadas.

O Município reforçou a sua representação nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas e de Escolas não agrupadas, bem como nos Conselhos Consultivos de algumas Escolas Profissionais.

Ao nível da participação e do envolvimento dos diversos agentes educativos o Conselho Municipal de Educação do Porto, órgão de coordenação e consulta para os assuntos de educação, reuniu com regularidade, quer a Comissão Permanente, quer o plenário.

No que respeita à educação pré-escolar, o Município tem atualmente 43 estabelecimentos de ensino com jardim-de-infância, totalizando 83 turmas curriculares da rede pública, frequentadas por 1.845 crianças, que é complementada pela rede solidária.

Dinamizaram-se as Atividades de Animação e Apoio à Família, que decorrem após o término da componente letiva e até às 17h 30m, de oferta gratuita, incluindo lanche, e os projetos Crescer com a Música, O Judo Transforma e a Expressão Físico-Motora.

Um dos eixos de ação para o 1º ciclo do ensino básico definidos pelo Município contempla o investimento nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), como um importante instrumento de política educativa, orientado para a promoção da igualdade de oportunidades, a redução de assimetrias sociais e o sucesso escolar. Em 2019, o programa registou uma taxa de frequência na ordem dos 71% (4.293 alunos), oferecendo atividades física e desportiva, que inclui natação para os alunos do 4º ano, atividades lúdico expressivas e atividade física e desportiva adaptada, lecionadas por 117 professores.

No âmbito da atividade física e desportiva, desenvolveram-se ações diferenciadoras, tais como a atividade da natação “Vamos Nadar” dirigida aos alunos do 4º ano de escolaridade do 1º ciclo e aos alunos que frequentam os CAA (Centro de Apoio à Aprendizagem). Para os 639 alunos inscritos na atividade de natação foi distribuído o respetivo *kit* constituído por uma mochila com toalha, touca de piscina, um par de chinelos e óculos de piscina.

O Programa Municipal Porto de Atividades promoveu as atividades de animação: teatro, dança, animação musical, TIC, inglês, educação para a cidadania, apoio ao estudo, musicoterapia, cinoterapia e expressões lúdicas adaptadas.

No âmbito da ação social escolar, destaca-se o fornecimento de 1.105.248 refeições aos alunos das escolas básicas do 1º ciclo e dos jardins-de-infância, constituindo um investimento de 1,7 milhões de euros. A iniciativa Escola Solidária garantiu a abertura das cantinas escolares nas pausas letivas da Páscoa, do Natal e do Verão, para

proporcionar uma refeição completa a todas as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos.

Manteve-se o programa Regime de Fruta Escolar, complementado com a medida municipal de fornecimento de lanche escolar diário. Foram fornecidos 1.315.601 lanches escolares, envolvendo um investimento de 236,8 mil euros.

Como medida de complemento à ação social escolar, abrangendo os 1.452 alunos do 1º ano, foi oferecido um *kit* escolar constituído por uma mochila com materiais didáticos básicos, uma lancheira e uma capa impermeável.

Outro eixo estratégico da política educativa municipal abrange a requalificação da rede escolar, destacando-se aqui o reforço de investimento na reabilitação/requalificação dos edifícios escolares, para melhoria das suas condições, humanizando-os e adequando-os às novas realidades do ensino e da aprendizagem e de abertura à comunidade. Neste âmbito de ação, e através da GO Porto, EM foi realizada a empreitada de grande requalificação do edifício da Escola Básica do Bom Sucesso e foram alvo de intervenções/beneficiações as escolas: EB Fonte da Moura e EB Condominhas. Iniciou a grande obra de requalificação da Escola Secundária Alexandre Herculano.

Procedeu-se à renovação/apetrechamento de escolas com mobiliário ergonómico, assim como à renovação de equipamento informático e equipamento de cantina.

Deu-se continuidade ao Programa de Educação Para o Risco, com o envolvimento de diversas unidades orgânicas do Município e a concretização de vários projetos. No âmbito da Educação Rodoviária, realizou-se a atividade Caravana da Educação Rodoviária, destinada a alunos do 3º, 4º e 5º ano, envolvendo 603 alunos.

O Projeto Prevenir Para Proteger envolveu 8.000 alunos das escolas do 1º CEB e contemplou diferentes atividades, desde as reuniões preparatórias, exercícios de simulacros de incêndio e ações de sensibilização a todas as turmas das escolas envolvidas e à Estrutura Interna de Segurança. Sendo o principal objetivo a operacionalização do Plano de Segurança Interno, promoveu-se também uma ação de formação em gestão de emergência dirigida aos delegados de segurança das escolas.

Destacam-se outras ações do Projeto Prevenir Para Proteger, tais como: Ser Criança Com Segurança, realizada em 17 escolas do 1.º CEB (2.904 alunos); Bebe Água do Porto que visa o incentivo à ingestão diária de água, bem como sensibilização para a sustentabilidade ambiental, envolvendo cerca de 1.500 alunos das escolas do 1º ciclo do ensino básico; Zerodesperdício.come, envolvendo 217 alunos. No âmbito do projeto

NutrInformação foram publicadas, semanalmente, no Portal de Apoio às Escolas, 43 dicas de nutrição.

Constitui uma prioridade para o Município, o desenvolvimento de programas, projetos e ações nas mais diversas áreas de âmbito social, cultural, desportivo, científico e pedagógico, de iniciativa autárquica ou em parceria, em articulação com os diversos serviços do município, as escolas, as universidades e outros agentes educativos.

O programa Porto de Crianças, de coadjuvação curricular, reforça e dá suporte à atividade docente no pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, nas áreas de educação artística, educação científica e formação cívica e para a cidadania, atuando numa perspetiva de gestão flexível do currículo e reforçando competências essenciais nos alunos. Integrou 24 projetos/atividades de curta, média ou longa duração, abrangendo 361 turmas da educação pré-escolar e do 1º CEB, num total de 7.842 participantes.

Os projetos de Filosofia com Crianças, dirigido a todas as turmas do 3º e 4º ano, contou com uma participação média de 74% das turmas e o Yoga, dirigido a todas as turmas do 1º e do 2º ano, com uma participação média superior a 90% das turmas.

Políticos Por Um Dia, projeto municipal, promoveu debates entre turmas na Sala da Assembleia Municipal com a presença do executivo municipal. Abrangeu 8 turmas de Jardim de Infância e do 1º ciclo do ensino básico, num total de 238 alunos. Destaca-se a participação/apresentação deste projeto no Encontro "Construir cidades com as crianças, encontro de experiências", que decorreu na Universidade de Aveiro e a submissão de candidatura ao Childs Friendly Cities Initiative Inspire Awards da UNICEF, que integrou a lista de projetos considerados como boa prática.

No âmbito do programa O Porto a Ler, assinala-se a atribuição de fundo documental, com 2.528 novos títulos, para as bibliotecas escolares, completando assim o ciclo de reforço documental inscrito no Acordo com o Plano Nacional de Leitura 2007.

No que se refere aos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), o Município está a desenvolver um projeto, no âmbito do Programa de Promoção da Aprendizagem da Língua Portuguesa cofinanciado pelo Programa Operacional Regional Norte 2020, com o objetivo de elevar a promoção da leitura e a aprendizagem da língua portuguesa, em especial das crianças e jovens que evidenciam dificuldades, desde o pré-escolar até ao ensino secundário.

Esta medida, em parceria com o Instituto Politécnico do Porto, contempla uma ação potenciadora de sucesso na automatização da leitura, em crianças com 5 anos e alunos do 1º ano. A estratégia é preventiva ao nível do JI, dotando as crianças de competências

pré leitoras. No 1º ano, a intervenção é precoce e focaliza-se nos alunos “em risco”. Uma outra ação é dirigida a alunos do 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, em risco de insucesso escolar, complementar às atividades desenvolvidas nas escolas, sendo inovadora ao criar laboratórios de intervenção na língua materna, através de formatos e técnicas para que seja desenvolvida a capacidade da expressão escrita e oral.

O programa Porto de Futuro, que assenta em parcerias entre agrupamentos de escolas e o tecido empresarial local, tem permitido a partilha de boas práticas e a transferência de conhecimento do mundo empresarial para as escolas, promovendo um conjunto articulado de projetos concebidos em torno de vetores de atuação estruturantes. Por recurso a uma metodologia singular, que aproxima os alunos a atores muitas vezes afastados das escolas, como sejam os colaboradores das empresas parceiras, são desenvolvidos projetos de promoção do empreendedorismo, da cidadania e de capacitação da comunidade educativa. Foram envolvidas cerca de 12.000 pessoas.

O Porto de Conhecimento é um programa educativo de promoção de competências e capacitação que visa alavancar o conhecimento e o nível de literacia científica da comunidade educativa, dinamizando os projetos: SEI - Sociedade, Escola e Investigação, no âmbito do qual foram estabelecidas 14 parcerias com centros de investigação e apoiados 17 projetos de escolas que foram apresentados publicamente na Mostra SEI; Bolsas de Estudo para o Ensino Superior tendo sido estabelecidas 6 novas parcerias, num total de 12 instituições de ensino superior que permitiram atribuir 18 bolsas de estudo; Aprender a Programar, destinado a alunos do 2º e 3º ciclos.

No âmbito do programa Partilhar desenvolveram-se os projetos: CREARE, com enfoque na igualdade de género, na violência entre pares e na intimidade, no treino de competências sociais e pessoais, na gestão de conflitos e nos direitos humanos e das crianças; o projeto Mediação de Conflitos na Escola; Por Uma Convivência Cidadã, com o objetivo de desenvolver estratégias de prevenção da conflitualidade, indisciplina e violência escolar, promover o interesse da comunidade educativa pelas questões de resolução de conflitos, da justiça, da paz e encorajar para uma convivência cidadã, bem como potenciar na escola uma melhor cultura e clima social. O programa envolveu cerca de 660 alunos, professores e funcionários e culminou com a formação de 32 alunos mediadores e 52 professores e com a criação de um Clube de Mediação na EB Ramalho Ortigão.

No Concurso Descobre Outra Cidade, inscreveram-se 68 alunos do ensino secundário e profissional, público e privado de 5 escolas, constituindo 18 grupos. Os alunos

participantes foram convidados a realizar trabalhos subordinados ao Património Cultural do Porto, no âmbito do Ano Europeu do Património Cultural.

No projeto Porto Património Mundial – quem cuida?, no âmbito do Plano de Gestão do Porto Património Mundial, participaram 12 turmas e 238 alunos do 2º CEB e no Concurso de Desenho Infantil, da Fundação MOA de Portugal, 276 alunos do 1º e 2º CEB e ensino especial.

Realça-se, também, as 29 visitas guiadas aos Paços do Concelho, realizadas pela Direção Municipal de Educação para públicos de estabelecimentos de ensino locais, nacionais e internacionais e que envolveram 1.080 discentes e docentes.

O Município aliou-se às Comemorações dos 500 anos da Primeira Circum-Navegação, realizada pelo Navegador Fernão de Magalhães, com a iniciativa "Semana de Magalhães – a Rota da Garrafa Mensageira" que teve a adesão de 9 agrupamentos de escolas e de três escolas não agrupadas, envolvendo 3.763 alunos do pré-escolar ao secundário.

No âmbito das Cidades Educadoras, assinala-se a participação do Município na Assembleia Geral da Associação Internacional das Cidades Educadoras, realizada em Rennes, no Encontro Nacional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras e no VIII Congresso Nacional onde apresentou o programa Cultura em Expansão e o projeto de Criação Artística na modalidade de experiências para debate.

Paralelamente a estas iniciativas, o Município continua a ter uma participação ativa através do Boletim das Cidades Educadoras, com a publicação de artigos, e na comemoração anual do Dia Internacional da Cidade Educadora.

Foram desenvolvidas várias iniciativas com o objetivo de promoção dos direitos das crianças, sendo de destacar o Ciclo de Cinema/Debate organizado no mês de abril – prevenção dos maus tratos da Infância e o convite às CPCJ para integrarem o Mecanismo de Coordenação do Programa Porto Cidade Amiga das Crianças.

A implementação de parcerias educativas, com entidades culturais da Cidade, otimizando os recursos da comunidade, na concretização de ações de difusão cultural e formativa nas artes, de suporte ao processo educativo, possibilitou a continuidade dos acordos com instituições da Cidade como a Fundação Casa da Música, a Associação Mundo a Sorrir, a Fundação de Ensino e Cultura Fernando Pessoa, a Fundação Dr. António Cupertino de Miranda e o Teatro do Bolhão.

Na sequência da adesão do Município do Porto ao Programa Cidades Amigas das Crianças, promovido pela UNICEF, que tem como propósito promover a reflexão e a

aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança a nível local, foi dinamizado o Mecanismo de Coordenação e cumprido o Plano de Ação Local, baseado nos pilares do Programa da UNICEF (visão global da criança, participação, estratégia baseada nos direitos da criança e análise do impacto das políticas e medidas implementadas).

7. JUVENTUDE E NOVAS GERAÇÕES

Na área da Juventude e Novas Gerações e no âmbito do programa **Apoio e envolvimento da população jovem** com uma execução de 86,7 mil euros, a autarquia teve uma abordagem transversal das políticas locais de juventude, apoiando o acesso a direitos de juventude, a autonomização dos jovens e o envolvimento com a cidade nas diversas formas de viver, estudar, explorar, trabalhar, colaborar e divertir.

Neste sentido, desenvolveram-se ações correspondentes ao plano estratégico delineado, atuando nas prioridades identificadas para a juventude: Diversidade Social e Territorialidade das Politicas e das Ações; Participação Cívica, Identidade e Cidadania; Empregabilidade; Emprego e Transição para a Vida Adulta; Qualidade de Vida, Saúde e Bem-estar; e, Contextos e Fenómenos de Exclusão Social.

O Conselho Municipal de Juventude (CMJ), enquanto órgão consultivo do Município sobre matérias relacionadas com as políticas de juventude, é um espaço onde o associativismo, nas suas diversas manifestações, pode participar ativamente no debate de políticas públicas de juventude, em áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação e ensino superior, cultura, desporto, saúde e ação social, entre outras, que beneficiarão, em última instância, os jovens e a cidade.

Neste âmbito, promoveram-se, em 2019, três encontros: Nos Paços do Concelho para eleição do Secretário da Mesa de Plenário, apresentação e apreciação do Relatório de Atividades 2018 e apresentação e apreciação do Plano de Atividades 2019; No Teatro Municipal do Porto – Rivoli, para debate sobre análise da segurança da cidade face à situação de alarme social provocado pelo tráfico e consumo de droga no espaço público, nomeadamente, junto de serviços públicos e centros escolares; e, nos Paços do Concelho para apresentação e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento 2020 e apresentação dos resultados da 5ª edição da iniciativa “Debate a Tua Cidade” cujo tema foi “Educação Transformadora”.

No que respeita à implementação de programas de receção, apoio, acompanhamento e monitorização dos jovens estudantes estrangeiros do ensino superior que estudam no Porto, reforçou-se o Porto Acolhe, desenvolvido para facilitar a integração dos

estudantes na vida da cidade, complementando, assim as ações incrementadas pelas universidades no seu acolhimento. Este programa que prevê um conjunto de visitas ao Património Cultural e Histórico da cidade, assim como o acesso ao ciclo de visitas a espaços municipais e não municipais (incluindo visita aos Paços do Concelho), envolveu aproximadamente 655 estudantes de mobilidade internacional em 22 visitas.

Concretizou-se a 6ª edição do Porto de Partida cujo objetivo é proporcionar aos jovens da cidade do Porto, que estejam em reconhecida situação de desvantagem social, a oportunidade de participar em intercâmbios juvenis europeus. Trata-se de um projeto de ampla aceitação por parte dos participantes, dado que, para além de contribuir para o reforço das suas competências culturais, cívicas e profissionais, estimula a aprendizagem entre pares, fortalecendo os valores de coesão social, tolerância e de cidadania.Com a duração de cerca de 12 dias, apresentam programas muito variados e apelativos para os jovens, designadamente: performances teatrais, musicais, visitas culturais e muito convívio. Realizou-se 1 intercâmbio com 5 participantes.

No domínio da intervenção da Participação Cívica, Associativismo e Cidadania, o Município tem adotado e estimulado uma estratégia de proximidade com todos os jovens em geral, e com os dirigentes associativos em particular, através da implementação do Plano Local de Capacitação de Jovens e Dirigentes Associativos - CAPACITA.TE, com o objetivo de melhorar as suas aptidões e competências nas múltiplas áreas, que vão de encontro às necessidades identificadas pelos parceiros.

Tendo como objetivo habilitar os jovens e dirigentes associativos no uso de ferramentas úteis para a aquisição e/ou reforço de competências para melhorar o desempenho na qualidade de líder associativo desenvolveu-se, em parceria com a FAJDP, com a FAP e com o apoio do IPDJ, um plano orientado de capacitação que abrange múltiplas áreas que refletem e respondem às necessidades identificadas pelos parceiros, onde se inclui a organização do Bootcamp, realizado na Casa da Juventude de Amarante. Em 2019, foram realizadas 7 sessões formativas, com a participação de 106 formandos.

Ainda de caráter anual, promoveu-se a 5ª edição do programa Debate a Tua Cidade, em parceria com a Federação das Associações Juvenis do Distrito do Porto, Federação Académica do Porto e apoio do Instituto Português do Desporto e Juventude, que, é um projeto cuja metodologia de trabalho é focada nos participantes através do desenvolvimento de processos de participação, partilha e reflexão, sempre no domínio da educação não-formal, onde os protagonistas são os jovens. Nesta edição, em que se abordou o tema “Educação Transformadora“, participaram 32 jovens, entre os quais, dirigentes associativos do ensino secundário e superior, representantes do Parlamento

Jovem e jovens integrados em projetos comunitários, como o Programa Escolhas e o projeto FAP no Bairro.

A Implementação e desenvolvimento do projeto CPIJ - Centro Português de Informação Juvenil, criado pela FNAJ em parceria com o Município do Porto, visa a capacitação e qualificação dos jovens, das associações juvenis, dos estudantes, dos agentes e técnicos de juventude, bem como de todos os interessados em conhecer mais sobre o setor do associativismo e juventude, almejando a evolução e melhoria do trabalho desenvolvido com e pelo tecido associativo juvenil português, criando uma oferta pedagógica e literária diversificada, qualificadora e qualificante.

No âmbito da promoção do empreendedorismo, participou-se (i) na Mostra Nacional de Ciência, organizada anualmente pela Fundação da Juventude em coorganização com o Município do Porto e a Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, e em parceria com a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Astrazeneca, Porto Editora, Lipor, Sumol+Compal, CNJ, Microsoft e Intel. Este evento constitui-se como um espaço de criatividade científica e de partilha de boas práticas de investigação, demonstradas nos 100 projetos realizados por cerca de 300 jovens cientistas e orientados por cerca de 70 professores coordenadores; (ii) na Mostra Nacional de Jovens Empreendedores, concurso de apoio ao empreendedorismo juvenil, organizado pela Fundação da Juventude em parceria com o Munício do Porto, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e do Instituto Português de Desporto e Juventude, onde um painel de jurados (empresários, gestores e representantes de instituições ligadas ao empreendedorismo) avaliou os 68 projetos em exposição, de 168 participantes, vindos de vários pontos do país, para promover o empreendedorismo qualificado, criativo e social, fomentando a geração de ideias e de negócios inovadores, junto dos jovens do ensino secundário, profissional e superior; e (iii) no programa Empreende Jovem: o Município do Porto, em parceria com a Fundação da Juventude, para dinamização de um conjunto de ações e medidas junto de jovens que “habitam” a cidade do Porto, no âmbito da temática do empreendedorismo de modo a proporcionar o desenvolvimento de competências empreendedoras fomentando o espirito de iniciativa, a inovação e a criação de emprego, numa perspetiva de futuro. Foram assim realizados 30 roteiros em 15 escolas (secundárias e profissionais), envolvendo 784 alunos.

Entre outras atividades e eventos promoveu-se ainda: o Dia do Associativismo Jovem que pretende reforçar a importância do associativismo como escola de cidadania participativa e veículo de aprendizagem social; o Dia Internacional da Juventude, disponibilizando diferentes atividades de âmbito cultural e desportivo; a receção aos

estudantes da Universidade do Porto; Feira do Emprego Universitário; Alimentação mais saudável, no Mercado Temporário do Bolhão; NOS Primavera Sound – ação de promoção junto do público jovem; Feira Qualifica; Queima das Fitas do Porto; Aquaporto; EUROPE GOES LOCAL| Suporting Youth Work at the Municipal Level; DIÁLOGO JOVEM| "TU NA EUROPA".

Disponibilizou-se apoio técnico e logístico às iniciativas, eventos e projetos dinamizados pelas associações juvenis, de estudantes, federações, núcleos informais de jovens, entidades com responsabilidade em matéria de juventude, nomeadamente: FAP, FNAJ, FAJDP, Inspiring Future, Yes Meeting, Associação de Estudantes de Ciências de Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, Associação de Estudantes de Farmácia da Universidade do Porto, Associação Cura+, entre outras.

8. TURISMO

No Turismo através do programa **Dinamizar a oferta e consolidar o crescimento do turismo** foram executados 1,2 milhões de euros.

Em 2019, o Município continuou a assumir um papel regulador, dinamizador, agregador e facilitador no funcionamento do setor do turismo na cidade, com especial enfoque nas questões da sustentabilidade, acessibilidade, criatividade e projeção da marca "Porto.".

A tendência de crescimento do turismo no Porto e, consequentemente, no dinamismo económico local e regional, é visível pela afluência aos postos de turismo, que atingiu, em 2019, os 622.715 visitantes. Contando com os canais de acolhimento não presenciais, foram feitos, no total, 644.671 atendimentos.

Em 2019, o Município manteve a direção da Associação de Turismo do Porto, bem como o contrato para a prestação dos serviços de acolhimento e a comercialização do Porto.Card nos postos de turismo, nos iPoints oficiais e no portal oficial de turismo do Porto, cujas vendas ascenderam a 622,4 mil euros.

A aplicação da Taxa Municipal Turística do Porto resultou, em 2019, na cobrança de 15,4 milhões de euros. No final do ano estavam registadas na plataforma da Taxa Municipal Turística 4.059 entidades, abrangendo 91,8% dos empreendimentos registados na Base de Dados do Turismo de Portugal. Para se obter este resultado foram efetuados, no âmbito do Departamento Municipal de Turismo e Comércio, mais de 200 atendimentos presenciais e de 900 atendimentos telefónicos, enviados cerca de 15.000 e-mails e recebidos cerca de 5.000.

Foi também assegurada, em 2019, a revisão do Regulamento Municipal da Taxa Turística, que se afigura, agora, mais ajustado à realidade, volvidos quase 2 anos da sua implementação. Realce-se que, neste ano, foi solicitado ao Turismo de Portugal o registo de 2.006 novos Alojamentos Locais, tendo implicado um esforço significativo municipal para garantir que todos estes novos registos tivessem correspondência na plataforma da Taxa Municipal Turística.

Em 2019 continuou a assistir-se ao crescimento da procura da cidade do Porto para produções audiovisuais. O Município dá resposta a estes pedidos através da Porto Film Commission, cuja missão principal é a divulgação e promoção do Porto na área do cinema e do audiovisual. Neste ano, a Porto Film Commission apoiou 192 produções, com destaque para programas de televisão, *spots* publicitários, produções de vídeo e longas-metragens. Esteve presente em diversos eventos de relevância no setor, como o FEST - Festival Novos Realizadores | Novo Cinema, o Festival Curtas Vila do Conde, o Focus – The Meeting Place for International Production - London e o European Film Market - Mercado Europeu do Filme de Berlim. Para suporte à promoção da cidade, a Porto Film Commission editou em 2019 um *booklet* com imagens de locais ideais para filmagens e produziu um vídeo institucional da cidade, utilizado em diversos meios, incluindo os festivais internacionais, tendo ganho o 1º Prémio na categoria "Destinos Cinematográficos" e o 1º Prémio na categoria "Film Locations" no festival Art&Tur. Em 2019 procedeu-se, ainda, à alteração do Código Regulamentar do Município do Porto para introdução dos pontos relativos à redução ou isenção das taxas devidas no decurso das produções audiovisuais.

Em articulação com a Direção Geral do Património Cultural, o Turismo de Portugal, a Associação dos Amigos dos Caminhos de Santiago e a Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago, o Município integrou o grupo de trabalho para a promoção e certificação do Caminho Português da Costa, em conjunto com mais 9 Municípios e com a entidade gestora do Caminho de Santiago, e paralelamente um outro grupo de trabalho para a promoção e certificação do Caminho Português (Central).

Como em anos anteriores, foi assegurada a representação do Município na Assembleia Geral das Great Wine Capitals, que teve lugar em Bordéus, França.

Evidenciando o esforço que o Município dedica à promoção da cidade, foram inseridos, ao longo do ano, 3.556 conteúdos no Portal de Turismo, e distribuídas 1.103.641 unidades de materiais de promoção turística, em resposta a 142 pedidos de apoio a Congressos e Eventos profissionais em que participaram 22.555 pessoas. Para além

destes materiais, foram, ainda entregues *kits* especiais de promoção da cidade aos participantes de 63 Congressos e Seminários de relevância especial.

Dando resposta à necessidade de divulgar temas específicos junto de todos os que visitam e frequentam a cidade, foram concebidas, ao longo do ano, 6 novas brochuras (Museus, Porto., Porto de Tradição, City Breaks, Best Spots e Great Wine Capitals – Enoturismo) e reeditado o mapa oficial da cidade. Foi, ainda, editada uma brochura alusiva aos Caminhos de Santiago.

No âmbito do projeto Vamos Receber à Moda do Porto realizaram-se, durante o ano, ações de formação que abrangeram 83 participantes.

Em 2019 continuou-se o processo de definição das linhas orientadoras para o futuro Observatório de Turismo do Porto, que será criado em 2020 e terá como missão conceber um sistema de informação, estudo, investigação e monitorização da atividade turística e dos demais setores a ela associados.

Deu-se continuidade às respostas aos pedidos de dados estatísticos por parte de entidades diversas, com o objetivo de justificar a aposta do turismo no destino Porto.

9. SEGURANÇA

No programa **Segurança e securitismo dos cidadãos** foram executados 4,9 milhões de euros.

O Batalhão de Sapadores Bombeiros (BSB) tem como visão, constituir-se como uma referência nas áreas de prevenção e da prestação de socorro em Portugal, pela qualidade dos serviços prestados e, como missão, a necessidade de garantir a proteção de pessoas, de bens e do ambiente, principalmente na área do Município do Porto, prevenindo dessa forma as situações que os ponham em perigo, ou limitando as suas consequências. A sua atuação deverá minimizar os danos pessoais, de acordo com padrões de elevada qualidade e profissionalismo.

Durante o ano de 2019 e relativamente aos recursos humanos, 35 recrutas que entraram no ano transato, passaram a Sapadores Bombeiros. Em sentido inverso, quatro operacionais passaram à aposentação.

Manteve-se a política de reequipamento plurianual no equipamento individual e coletivo, assistindo-se a uma continuidade no investimento da manutenção e renovação dos equipamentos de socorro, nomeadamente no reforço de viaturas de socorro, como são exemplo: a aquisição de quatro veículos ligeiros contra incêndios, uma ambulância de

transporte múltiplo, um atrelado de apoio a acidentes com matérias perigosas, atrelado com equipamento para intervenção em estruturas colapsadas, e equipamentos de comunicações, entre outros.

Sempre com o objetivo da manutenção da operacionalidade, continuaram a realizar-se diversas intervenções de manutenção no Quartel, nomeadamente a requalificação do pavimento, continuidade na cobertura para espaços de estacionamento e obras de requalificação do interior do edifício, de forma a tornar esta instalação numa unidade moderna e adequada à resposta de socorro à cidade do Porto.

O BSB participou em vários eventos da cidade com equipas de prevenção nas áreas de Combate a Incêndios, Mergulho, Pré-hospitalar e Resgate.

Em 2019 verificou-se a manutenção dos números de saídas de socorro em relação ao ano de 2018, bem como o tempo médio de resposta em incêndios urbanos (desde o alerta até à chegada ao local) que se mantém nos 8 minutos a qualquer ponto do Município do Porto.

A Polícia Municipal do Porto (PMP), cuja missão é servir o cidadão e garantir a sua segurança, centrou a sua atividade na fiscalização do cumprimento de todas as leis e regulamentos, no âmbito das atribuições e competências legais do Município, promovendo uma cidadania ativa, de participação na segurança, para contribuir para o bem-estar dos cidadãos e a qualidade de vida na cidade.

Com impacto no orçamento do Município, destacam-se as atividades de segurança e vigilância dos espaços municipais, a gestão das instalações e a gestão da frota.

Neste sentido, o contrato com a Securitas, que visa a vigilância e a segurança das infraestruturas municipais, contempla o serviço de ligação à central de monitorização de alarmes e ronda 24 horas por dia em 39 propriedades do município: os Paços do Concelho, os parques urbanos e jardins da cidade, os cemitérios, os equipamentos culturais como o Rivoli, a Casa do Infante, as bibliotecas municipais, o Palácio de Cristal ou a Casa do Roseiral, e também os parques de estacionamento da Alfândega, Trindade, Duque de Loulé e os Parques de recolha de viaturas do Campo Alegre e do Silo Auto, bem como o restaurante solidário do Terço e o Mercado do Bolhão.

No âmbito da gestão das instalações, em articulação com outras Unidades Orgânicas, deu-se resposta às necessidades de renovação e assistência a instalações e equipamentos.

De modo a garantir a operacionalidade da frota adstrita à PMP, designadamente dos veículos, motas e bicicletas, realça-se a contínua aquisição de bens e serviços para a respetiva manutenção.

Foram ainda adquiridos e instalados painéis de sinalização temporária (displays) nas viaturas da PMP, com o objetivo de informar e salvaguardar a segurança dos utentes, no caso da existência de obras ou obstáculos ocasionais na via pública, de modo a transmitir as obrigações, restrições ou proibições especiais que temporariamente lhes são impostas. Para manter o fluxo de tráfego com a menor interferência possível, a sinalização temporária visa informar os utentes da existência do obstáculo, alterar o seu comportamento, adaptando-o às circunstâncias e orientar na zona afetada.

Em articulação com o Batalhão Sapadores Bombeiros, foi desenvolvido o projeto Unidade de Cinotécnica de Busca e Salvamento que tem como base das suas operações de socorro, a busca e salvamento em terra e água com recurso a cães. A equipa é constituída por agentes do Serviço Especial de Fiscalização Ambiental (SEFA) da PMP que são, em simultâneo, cuidadores e tratadores de 4 cães. No âmbito deste projeto, foi ainda adquirida uma carrinha para o transporte dos cães e equipamentos de salvamento de animais e pessoas.

Consciente dos riscos e com a preocupação constante em atuar de acordo com os elevados padrões de segurança, a PMP adquiriu barreiras antiterrorismo móveis, para colocar, sempre que se justifique, em pontos sensíveis, zonas históricas e artérias centrais e com elevado aglomerado populacional, mormente aquando da realização de grandes eventos na cidade do Porto.

Realça-se ainda o investimento em Equipamentos de Proteção Individual (luvas, botas, coletes e capacetes), fardamento dos agentes policiais e fardamento dos assistentes operacionais ao serviço da Divisão de Segurança e Infraestruturas que assegura as condições de segurança e de saúde em todos os aspetos do seu trabalho e permite, de forma continuada e permanente, que os mesmos desenvolvam as suas funções de forma segura e responsável. De igual modo investiu-se em mobiliário de escritório, mesas cadeiras e cacifos, por forma a garantir todas as condições de ergonomia, segurança e saúde dos trabalhadores.

O Departamento Municipal de Proteção Civil (DMPC), responsável pela prossecução das atividades de proteção civil de âmbito municipal, desenvolveu um conjunto de ações que se distribuem por diferentes domínios de atuação.

Assim, no domínio da prevenção, avaliação de riscos e vulnerabilidades, deu início aos trabalhos de revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, colocou em curso a produção do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e efetuou o levantamento de um conjunto de taludes aos quais foi atribuído um grau de risco, em virtude de uma metodologia adaptada ao cálculo da perigosidade e vulnerabilidade, através de índices baseados em parâmetros científicos.

No âmbito do planeamento e apoio às operações, diligenciou e mantém a cooperação com Agentes de Proteção Civil, no sentido de alcançar um Plano Prévio de Intervenção para situações de cheia, protagonizou vários Planos de Coordenação de eventos de nível municipal, nomeadamente, Liga das Nações - Final Four, São João, 81ª Volta a Portugal (CRI - V.N. Gaia - Porto), Inauguração das Iluminações de Natal e Passagem de Ano. Cumpriu com os indicadores assumidos no Plano Municipal de Segurança Rodoviária, dando o seu contributo enquanto entidade responsável por um conjunto de medidas. Relativamente à tramitação processual, em 2019 foram diligenciados 633 processos administrativos. No que respeita ao combate à vespa velutina, em estrito alinhamento com Plano de Ação para a Vigilância e Controlo da Vespa velutina em Portugal, foram efetuadas 239 extinções de ninhos.

No intuito de testar as medidas de autoproteção, assegurar a prontidão e a eficiência de todas as entidades intervenientes, bem como garantir a manutenção da sua eficácia e dos serviços e agentes neles envolvidos, o DMPC compareceu e deu o seu contributo em 143 exercícios de simulacro, de modo a verificar a funcionalidade de Planos de Segurança Internos.

No domínio da logística e comunicações, com recurso a sistemas de informação geográfica (SIG), desenvolveu uma plataforma Web para a georreferenciação de várias áreas da sua atividade e cujos resultados são, no imediato, projetados num *dashboard* operacional. Estas ferramentas viabilizam o inventário permanente das ações concretizadas e os dados consubstanciam o histórico necessário à tomada de decisão. Neste domínio destaca-se o reforço de equipamento de proteção individual ao nível de calçado e de fardamento distribuído pelos colaboradores.

No âmbito da sensibilização e informação pública, foram protagonizadas 439 ações de sensibilização distribuídas por diferentes públicos-alvo. Assegurou-se pelo 2.º ano consecutivo a presença no Encontro Técnico da Rede Temática Proteção Civil, em Cabo Verde e aderiu-se à Campanha Making Cities Resilient, tendo o Município do Porto recebido, inclusivamente, o respetivo certificado pela United Nations Office for Disaster Risk Reduction. Ainda na esfera da comunicação que tem como destinatária a

população afetada, ou suscetível de ser afetada, por uma emergência, elaboram-se 21 Avisos à População, com informação relacionada com a emergência em causa, nomeadamente a descrição da situação, os efeitos expetáveis e as medidas preventivas destinadas a acautelar ou fazer face ao acontecimento em causa.

10. DESPORTO E ANIMAÇÃO

No objetivo do Desporto e animação integra-se o programa **Incentivar e dinamizar o Desporto e animação da cidade**, onde foram executados 6,3 milhões de euros, na quase totalidade pela empresa municipal Ágora - Cultura e Desporto do Porto, EM,S.A.

O desporto e a prática de atividade física constituem uma importante componente da vida quotidiana dos munícipes, com reflexos importantes e diretos na sua qualidade de vida, no seu desenvolvimento social e no seu bem-estar físico e psicológico.

Para dar resposta a esse desígnio, a Ágora desenvolveu em 2019 um conjunto alargado de iniciativas, programas e eventos desportivos na cidade, adaptadas a cada momento e a cada espaço, agregando um vasto e diversificado leque de modalidades.

Procurou-se valorizar o desporto no seu todo, desde o desporto de alta competição à atividade física informal, envolvendo os mais variados agentes desportivos da cidade, o meio associativo e as próprias juntas de freguesia.

O desenvolvimento de programas informais ao ar livre, como forma de promover e incentivar a prática da atividade física regular, ganhou novo fôlego, em resposta ao aumento crescente de participantes e ao desejo de alargar a oferta a todo o ano.

Nesse particular, destaque para o programa Dias com Energia, cuja frequência semanal superou as 50 pessoas por sessão no inverno e as 80 no período de verão, mas também o Domingos em Forma, outro programa de frequência gratuita, este de frequência quinzenal (ao domingo de manhã), que combina a prática de exercício físico no Pavilhão do Lagarteiro com uma caminhada pelo Parque Oriental.

Ao longo de todo o ano, estiveram também em funcionamento os dois Centros Municipais de Marcha e Corrida do Porto, respetivamente localizados no Parque da Cidade e no Parque do Covelo, contando com mais de 300 atletas inscritos.

A par dos Percursos Permanentes de Orientação que se encontram distribuídos pelo Parque da Cidade, Parque de São Roque e Parque do Covelo, o Município alargou também a rede de percursos pedestres na cidade ao Parque Oriental. Quer seja numa

caminhada, marcha ou corrida, há agora três percursos disponíveis e devidamente sinalizados para descobrir na zona oriental da cidade.

Pelo seu caráter pioneiro, merece igualmente destaque o programa de reabilitação físico "De Volta à Forma", único a nível nacional dirigido a doentes oncológicos. 441 pessoas frequentaram as aulas gratuitas, na Piscina Municipal da Constituição.

Dirigido, por sua vez, à população sénior do Município do Porto, o programa "No Porto a Vida é Longa" cumpriu em 2019 o seu 21.º ano de atividade, com uma frequência de 44.514 utilizações registadas ao longo do ano.

Mas porque as propostas se adequam, efetivamente, a todas as faixas etárias, merece igualmente destaque o programa Missão Férias@Porto, recentemente distinguido pela rede de Municípios Amigos do Desporto com o galardão "Campo de Férias do Ano 2019". Dirigido a crianças e jovens, residentes ou não na cidade do Porto, com idades compreendidas entre os 6 e os 16 anos, proporciona, nas pausas letivas da Páscoa e do Verão, mais de 40 atividades de âmbito desportivo, recreativo e cultural, devidamente acompanhadas e enquadradas por técnicos especializados.

Em 2019, os campos de férias foram alargados a três polos – Complexo Desportivo do Monte Aventino, Pavilhão Municipal do Viso e, pela primeira vez, Pavilhão Irene de Lisboa – atingindo um novo recorde de 2.506 participantes inscritos. Como habitualmente, foram proporcionados descontos para os agregados com dois ou mais filhos e disponibilizadas 80 inscrições gratuitas a crianças e jovens sinalizados por IPSS da cidade do Porto.

Na gestão das instalações desportivas municipais – num total de 16 infraestruturas – proporcionou-se uma oferta que incluiu mais de 40 modalidades, *indoor* e *outdoor*.

Destaque para a abertura do novo Skate Park do Porto, equipamento que passou a estar integrado no Parque Desportivo de Ramalde / INATEL, fazendo parte da estratégia de alargamento dos equipamentos desportivos ao serviço da cidade, e que foi idealizado para permitir a evolução não só dos novos praticantes, mas também dos mais experientes. De forma a dinamizar esta modalidade, agora inscrita no programa Olímpico, promove aulas gratuitas de *skate* todos os sábados e domingos de manhã.

Manteve-se a aposta nas intervenções na rede municipal de equipamentos desportivos, com a constante manutenção preventiva e a requalificação das infraestruturas. Nesse particular, salientam-se as intervenções nas piscinas municipais de Cartes e da Constituição, para implementação de medidas de melhoria do seu desempenho energético-ambiental, com um investimento superior a 390 mil euros, cujas obras

tiveram como objetivo beneficiar as condições de uso de energia, climatização e ventilação, tendo em vista a melhoria da qualidade do ar interior e o aumento da eficiência energética dos edifícios e incluíram a reformulação das instalações mecânicas, das redes hidráulicas para aquecimento, arrefecimento e produção de água quente sanitária, bem como dos sistemas de iluminação.

No âmbito do apoio ao desenvolvimento dos clubes e associações desportivas da cidade, e a acompanhar o reforço realizado no programa Desporto Porto Sem Barreiras, o Município passou a suportar de forma integral a inscrição dos atletas dos escalões de formação, praticamente duplicando o investimento, que, em 2019, foi superior a 102 mil euros e abrangeu 4.883 atletas de 37 clubes e 15 modalidades desportivas.

Numa cidade cada vez eclética, são ainda de destacar os apoios concedidos a eventos como o Torneio de Natação Adaptada (com a participação de 124 atletas), o Meeting de Atletismo do Porto, o Porto & Matosinhos Wave Series (que envolveu cerca de 500 atletas em 9 eventos de surf), a 20.ª edição do Porto Open (que em 2019 regressou aos courts do Complexo Desportivo Monte Aventino), o Torneio Internacional de Ténis em Cadeiras de Rodas, o Open Carlsberg (considerado o maior torneio de padel do país), a Liga dos Campeões de Minigolfe, o Porto City Race, o Meeting Internacional de Natação do Porto, o Rallyspirit, o Porto Extreme XL, as Finais do Campeonato Nacional de Voleibol de Praia, o Campeonato Regional de Andebol de Praia, o Eurocup de Rugby, o Europeu de Laser ou as várias corridas de atletismo que se disputaram ao longo do ano no espaço público da cidade.

Em suma, do atletismo ao minigolfe, da natação ao voleibol, do futebol ao rugby, do ténis ao surf, do motociclismo à vela, foram várias as provas desportivas que animaram a cidade ao longo do ano, merecendo aqui natural destaque a organização da fase final da Liga das Nações, competição sob a égide da UEFA que a cidade acolheu entre os dias 5 a 9 de junho. O sucesso desta organização foi elogiado por todos, a nível local, nacional e internacional. Mesmo sendo uma primeira edição, o evento superou todas as expetativas, gerando um impacto económico superior a 150 milhões de euros e uma audiência global superior a 100 milhões de espectadores.

Na animação, 2019 foi também um ano particularmente intenso e repleto de novos e ambiciosos desafios, com um esforço constante de adequação da oferta às necessidades, aspirações e especificidades dos diferentes públicos que habitam e visitam a cidade ao longo do ano.

Dando sequência ao caminho iniciado nos últimos anos, procurou-se diversificar e qualificar os vários eventos programados para o espaço público, dispersando a sua localização e intensificando a programação nos momentos mais importantes para a cidade.

Olhar para a cidade como um todo, descobrindo e dinamizando novos espaços, valorizando o que de melhor e único tem o Porto, foram algumas das premissas que estiveram na base da implementação desta estratégia.

Nesse contexto, a programação foi pensada a estruturada para potenciar novas experiências que reforçassem a apetência do cidadão pelo usufruto do espaço público, nomeadamente em zonas menos convencionais e de acesso mais condicionado.

São exemplos desta estratégia de descentralização eventos como a Festa da Criança, que após se estrear no Parque de São Roque em 2018, partiu este ano à descoberta de um outro parque municipal, estreando-se na Quinta do Covelo, mas também o Trengo – Festival de Circo do Porto, que na sua quarta edição apresentou um espetáculo no Jardim da Corujeira, em Campanhã.

A freguesia de Campanhã foi também o espaço escolhido para a estreia de um novo festival de música na cidade em 2019. Pela primeira vez em Portugal, o UNITE with Tomorrowland juntou mais de 13 mil fãs de música eletrónica no Parque Oriental.

A mesma lógica de descoberta e exploração de novos territórios na cidade tinha já sido iniciada com o Elétrico - Porto Music Experience, festival dedicado à música, às artes e à tecnologia que fez a sua estreia no Parque da Pasteleira. O evento cumpriu a sua 2ª edição, com um cartaz repleto de artistas respeitados, influentes e aclamados.

Idêntico desígnio foi colocado em prática em nova edição do Verão no Jardim. A iniciativa itinerante, integrada no programa municipal Verão é no Porto, percorreu, durante os fins de semanas de agosto, quatro espaços verdes da cidade, animando aos sábados e domingos o Jardim da Cordoaria, a Praça da República, o Jardim de São Lázaro e a Quinta do Covelo. Também neste caso, procurou-se atrair para estes espaços, fora das zonas de maior fluxo, um conjunto de atividades que potenciassem a sua vivência e explorassem todas as suas valências. Alargar o ecossistema da cidade, reconquistando e dando a conhecer novos espaços públicos, fora dos roteiros habituais, foi, pois, o caminho que se escolheu para trilhar neste novo ciclo.

Mas o ano ficou marcado por muitas outras iniciativas, como o Dia Nacional dos Centros Históricos, este ano alargado até à noite, com um espetáculo de encerramento coproduzido pela Ágora, a 24.ª Exposição de Camélias do Porto, que levou mais de 18

mil pessoas à Estação de Metro de São Bento, o Portugal Fashion, o Porto Beer Fest (em estreia na Alfândega do Porto), o Cinema Fora do Sítio, o Porta-Jazz-Relento, o Porto Blues Fest ou novo ciclo de Inaugurações de Miguel Bombarda, este ano inspirado em seis temas que pretenderam cruzar as várias formas de vida e negócios alternativos do Quarteirão: ambiente e sustentabilidade, moda, cor, música, arte urbana e infância e multiculturalidade.

No capítulo da preservação das tradições, destaque, natural, para as Festas de São João, uma manifestação popular que continua a arrastar multidões para a rua, contagiando cada um dos bairros e freguesias da cidade, entusiasmando todos quantos participam ou descobrem pela primeira vez esta festa. Do vasto programa de iniciativas, que se prolongam por quase todo o mês de junho, de salientar a organização de mais uma edição das Rusgas de São João, o projeto de construção da Cascata Comunitária, que este ano envolveu mais de 300 pessoas, mas também a habitual Arruada de Ranchos. Jorge Palma, Marta Pereira da Costa, João Gil, Ana Bacalhau, Carlão, Ala dos Namorados, João Pedro Pais e Tim foram os músicos que subiram este ano ao palco dos Aliados durante as Festas de São João.

Na música, destaque para mais uma edição do NOS Primavera Sound, no Parque da Cidade do Porto, e o novo ciclo de Concertos na Avenida com a Casa da Música.

A música foi igualmente uma aposta ganha na programação de Natal na cidade, com as atuações de Agir, Ana Bacalhau, Irma, Matay, The Lucky Duckies e o Saint Dominic's Gospel Choir, o maior e mais antigo coro de gospel do país, mas também na Passagem de Ano, com os concertos de Tiago Nacarato e Miguel Araújo a proporcionarem nova enchente na Avenida dos Aliados.

Através da empresa municipal GO Porto, EM realizou-se a empreitada de construção do Skate Park de Ramalde e lançou-se o Concurso Público referente à empreitada de construção das instalações desportivas do novo Campo do Outeiro.

11. MOBILIDADE

No objetivo da Mobilidade, composto pelo programa **Melhoria da mobilidade e infraestruturas**, foram executados 17,2 milhões de euros, através da Direção Municipal de Mobilidade e Transportes (DMMT) que deu continuidade ao trabalho realizado nos anos anteriores, desenvolvendo a sua ação de forma a contribuir para a melhoria da mobilidade dos cidadãos, neste ano com competências acrescidas, nomeadamente na área de transportes.

No domínio da gestão dos serviços de transporte público, o Município assumiu novas responsabilidades. Em 28 de agosto de 2019 o Estado e os municípios celebraram um Memorando de Entendimento para a intermunicipalização da STCP e através do Dec-Lei nº 402/2019, de 12 de setembro, foi estabelecida a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social da STCP, do Estado para os Municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia. O Município do Porto sucede ao Estado e à Área Metropolitana do Porto nas posições jurídica e contratual, ficando com todos os poderes públicos, direitos e obrigações inerentes ao contrato de serviço público de transporte municipal de passageiros, prestado pela STCP na cidade do Porto.

Entre outras obrigações os municípios acionistas passaram a assumir a responsabilidade pelo financiamento das obrigações de serviço público (OSP) impostas à STCP enquanto seu operador interno, nos termos fixados no contrato de serviço público, bem como a responsabilidade pelos respetivos resultados de exploração. O Município do Porto, com uma responsabilidade de 53,69% dessas obrigações, assegurou, em 2019, o pagamento de 2,6 milhões de euros à STCP.

No domínio da intervenção e promoção da mobilidade urbana sustentável, e seguindo a estratégia definida nos anos anteriores, com vista a uma mobilidade cada vez mais sustentável ao nível do Município e com impacto metropolitano, foi dada continuidade à monitorização de indicadores de mobilidade e à realização dos estudos necessários, permitindo um maior e melhor conhecimento da realidade da cidade e do impacto da atuação, bem como novas atuações na gestão da mobilidade e tráfego da cidade.

No que respeita ao uso de modos suaves, foi aprovado o regulamento que define as condições de utilização do espaço público pelos serviços de partilha (também denominados por *sharing*), para velocípedes ou equiparados com ou sem motor, sem utilização de doca para o seu parqueamento em espaço público.

O Município do Porto foi parceiro da rede Civitas no âmbito do programa de formação para a elaboração de planos de mobilidade urbana sustentável.

No âmbito do projeto C-ROADS foram adquiridos dois equipamentos (*roadside units*) que permitirão a conectividade entre infraestruturas e veículos. Foram realizadas diversas reuniões entre os parceiros do nó do Porto de modo a construir os cenários a implementar a ferramenta de previsão de tráfego e definir os detalhes de comunicação entre veículo e infraestrutura.

Dando continuidade ao projeto C-Roads Portugal, e através do projeto Cooperative Streets, constituído por 27 parceiros nacionais, incluindo o Município do Porto, será efetuado um investimento nacional de 31,4 milhões de euros financiado a 50%, no período de 2019 a 2023, para implementar projetos piloto no âmbito dos sistemas cooperativos de transportes inteligentes (C-ITS) em várias áreas urbanas e metropolitanas.

De modo a promover e melhorar a oferta do transporte público foi iniciada a empreitada para a construção do Terminal Intermodal de Campanhã e foi dada continuidade ao acompanhamento da empreitada para a implementação do Corredor de Autocarros de Alta Qualidade na Avenida de Fernão Magalhães

No que respeita às ações integradas nos serviços de Manutenção e Expansão ao Sistema de Gestão de Mobilidade foram realizadas diversas intervenções no âmbito de projetos de alteração de circulação no Município do Porto e de implementação de medidas de melhoria de segurança rodoviária e acessibilidades.

A rua de Cinco de Outubro, foi objeto de beneficiação e semaforização nas interseções e/ou travessias pedonais, embora não estando ainda em funcionamento.

No Centro Histórico foi realizada a alteração do sentido da Rua de S. João e da Rua de Ferreira Borges e o fecho ao trânsito no Largo de S. Domingos, que permitiram diminuir os conflitos rodoviários gerados nesta zona e melhorar as condições de segurança e acessibilidades para peões, a partir da continuidade ao eixo pedonal da rua das Flores que possibilita a ligação São Bento – Ribeira, corredor preferencial na circulação de peões entre as cotas alta e baixa. Foi ainda implementada uma nova passadeira semaforizada na rua do Infante D. Henrique com fase própria para peão, uma das medidas que conduziu à alteração da sinalização luminosa até aí existente.

No âmbito da empreitada da construção do Túnel do Mercado do Bolhão, tornou-se necessário a proibição de circulação rodoviária na rua da Formosa durante 12 meses. Para minimizar os impactos no trânsito motivados por este condicionamento, foram estabelecidas várias medidas de alterações de postura de trânsito nos arruamentos envolventes. Assim, foi feita a alteração de sentido na rua da Firmeza, rua de Anselmo Braancamp e rua do Moreira, e foram implementados dois sentidos de trânsito na rua de Fernandes Tomás, alterações que conduziram à necessidade de instalação de novos equipamentos de superfície e sensores adaptando a semaforização de cada interseção ao esquema de circulação da envolvente.

Com a beneficiação das avenidas do Brasil e de Montevideu, foi implementado um novo esquema de mobilidade, com a integração na faixa de rodagem de uma ciclovia bidirecional e a criação de novas passadeiras, protegidas com semáforos e com tempo único de verde para os atravessamentos de pessoas, eliminando todas as situações de conflito e permitindo que o atravessamento pedonal seja feito exclusivamente durante a etapa a si destinada. Foram objeto de semaforização três novas zonas de atravessamento, duas de interseção e um local de passagem de peões. De realçar que os semáforos aí instalados, incluem informação de regulação da circulação dos velocípedes que utilizam a ciclovia, um sistema implementado pela primeira vez na cidade do Porto.

Na rua de Camões, objeto de beneficiação, implementou-se um novo esquema de circulação no arruamento e na envolvente, criando-se dois sentidos neste arruamento e na rua de Damião de Góis no troço compreendido entre a rua de São Brás e rua de Antero de Quental, e um corredor BUS que obrigou a alterações nos equipamentos SLAT por forma a garantir a regulação dos novos movimentos de tráfego.

Foram instaladas seis câmaras de vídeo para monitorização da rua de Cedofeita, da avenida do Marechal Gomes da Costa e da avenida do Brasil com a rua do Molhe, e cinco novos sistemas de controlo de acesso, maioritariamente na zona de Santa Catarina e Cedofeita.

No âmbito da gestão da mobilidade em zonas escolares, com o objetivo de disciplinar a paragem de viaturas para tomada e largada de passageiros foi dada continuidade à implementação da nova sinalização junto a 4 estabelecimentos de ensino localizados nas ruas Latino Coelho, São Francisco Xavier, Rainha D. Estefânica e avenida Rodrigues Freitas.

Com o Plano Municipal de Segurança Rodoviário (PMSR) o Município pretende reduzir o número de acidentes com vítimas em vias sob a sua gestão em 30% e, em simultâneo, atingir tendencialmente a meta “0” (zero) vítimas até 2021.

No âmbito deste Plano foi criado o Observatório Municipal de Segurança Rodoviária que será o responsável técnico pela conceção, implementação, acompanhamento, monitorização e desenvolvimento do PMSR, competindo-lhe agrupar os elementos de todas os serviços do Município envolvidos na sua execução, avaliar os relatórios de acompanhamento e discutir eventuais melhorias na execução das medidas.

A criação da Estrutura Técnica de Apoio ao Observatório Municipal de Segurança Rodoviária permitirá a identificação dos problemas, anomalias e potenciais conflitos do

sistema de mobilidade do município e apresentar soluções técnicas para os resolver monitorizando a implementação das soluções.

Neste domínio foi realizado um estudo de identificação das zonas de elevada sinistralidade – Pontos Vermelhos (Zonas de Acumulação de Acidentes e Zona de Proteção ao Peão), na cidade. De modo a melhorar a segurança rodoviária nos locais identificados, como passadeiras prioritárias, foram desenvolvidos projetos para as interseções: rua do Campo Alegre com o beco do Campo Alegre, rua de 5 de Outubro com a rua de Helena Sá Costa e rua Nova de S. Crispim com a rua dos Navegantes, e nos locais identificados como zonas de acumulação de acidentes foram efetuados projetos para as interseções: rua de 5 de Outubro com a rua Domingos Sequeira, rua do Campo Alegre com o beco do Campo Alegre, avenida Dr. Antunes Guimarães com a rua Cidade de Mindelo e rua de Francos com rua Artur Oliveira Valença.

Em 2019 o Município do Porto desenvolveu um estudo de caraterização da logística urbana na cidade, a primeira fase do Plano de Logística Urbana. No seguimento das recomendações do estudo, foi realizada a primeira sessão do fórum da logística, uma iniciativa que reuniu associações do setor, operadores logísticos, retalhistas e distribuidores com o objetivo de integrar no processo de planeamento e definição de estratégias, os principais intervenientes e interessados do setor da logística.

Melhorou-se a plataforma externa de trânsito, para disponibilização ao público de informação georreferenciada sobre os condicionamentos de trânsito programados e os lugares de cargas e descargas passando a georreferenciação de condicionamentos programados, da geometria de pontos inicial para a geometria de polígonos, e a fazer-se o registo de processos internos de condicionamentos de trânsito nesta plataforma. Iniciou-se a georreferenciação de todas as avarias e intervenções urgentes na via pública para a plataforma, denominada “condicionamentos não programados”. A melhoria destas ferramentas é primordial para os serviços e munícipes.

Fechou-se o processo de contrato e de alteração ao Código Regulamentar do Município do Porto para implementação das zonas de acesso automóvel condicionado (ZAAC).

No que respeita à promoção da sustentabilidade energética, assegurou-se o acompanhamento e a coordenação do contrato de concessão de energia elétrica de baixa tensão e as intervenções de iluminação decorativa.

O projeto Porto de Luz, financiado pelo Norte 2020, permitirá substituir 32.167 luminárias de tecnologia tradicional por luminárias de tecnologia LED, e reduzir para metade o

consumo atual de GWh/ano. O Município passará de um consumo de 22GWh/ano para 11,7GWh/ano, num período de 5,6 anos.

Foram elaborados projetos para melhoria da iluminação pública em alguns bairros da cidade melhorando as condições de iluminação e segurança.

Durante o ano de 2019, foi efetuada a alteração ao Código Regulamentar do Município do Porto - Título IX da Parte D - Postos de Carregamento de Veículos Elétricos. Este regulamento estabelece o regime de disponibilização de espaço municipal para instalação dos postos de carregamento elétrico (PCE) para veículos ligeiros no Município do Porto e respetivo licenciamento, bem como as regras de instalação dos novos PCE, a localização e as taxas devidas. Ainda em 2019 foi iniciado o procedimento para a atribuição de licenças para 10 localizações, a efetuar por sorteio.

No âmbito da gestão da construção e da manutenção das infraestruturas viárias e de obras de arte, deu-se continuidade à beneficiação de pavimentos, com 11.048 m^2 de intervenções nas faixas de rodagem, nos passeios e arranjos marginais e à reparação de pavimentos dos arruamentos, decorrentes das 209 intervenções reativas.

Foram aplicados 1.223 dissuasores em passeios, com vista à redução do estacionamento abusivo em percursos pedonais.

Desenvolveu-se um modelo de gestão e manutenção de obras de arte a implementar no Município, para o qual foi realizado o inventário e a inspeção de 130 obras de arte, para se avaliar o seu estado de conservação. Simultaneamente, foi desenvolvida e testada a metodologia a adotar para a realização das inspeções de rotina com o objetivo de aferir o estado de manutenção destas infraestruturas.

Foi feita uma inspeção detalhada ao muro de contenção do Túnel de Goelas de Pau para avaliação do seu estado de conservação com vista à elaboração de um projeto de reabilitação do muro e respetivo plano de monitorização, foi adjudicada a empreitada de reabilitação de juntas de dilatação de 33 obras de arte e foram elaboradas as especificações técnicas para o procedimento de concurso público internacional de contratação da Manutenção e Assistência Técnica de 15 Obras de Arte da cidade do Porto (Túneis e Passagens Inferiores Pedonais).

Relativamente à gestão e manutenção de equipamentos de sinalização e segurança rodoviária, manteve-se a gestão dos parques de estacionamento da Trindade, Alfândega, Duque de Loulé, Caminhos do Romântico e Viela do Anjo, e do imóvel da Estação de Recolha de S. Roque, como parque de estacionamento para autocarros em serviço ocasional.

No que respeita à manutenção de sinalização vertical e horizontal, em 2019, foram efetuadas reparações em 3.868 sinais de trânsito e foram recolocados 1.484 sinais. Foram colocadas 1.836 balizas flexíveis. Na sinalização horizontal foram efetuados 53.104 m^2 de pinturas e repinturas de marcas rodoviárias, valores muito superiores aos verificados nos anos anteriores.

No âmbito da concessão de serviço público, dos atuais e futuros lugares públicos de estacionamento pagos na via pública na cidade do Porto, à EPorto, SA, encontravam-se em funcionamento, em finais de dezembro, 446 máquinas que correspondiam a 9.042 lugares de estacionamento, com um proveito/máquina de 15,7 mil euros e total de 4,5 milhões de euros. Cerca de 17% deste valor corresponde ao pagamento dos avisos de regularização de pagamento. O número de avenças para residentes, em dezembro de 2019, era de 4.361.

Foi adjudicado à Resopre o "Fornecimento e instalação de parcómetros e prestação de serviços de operação e manutenção do Sistema de Gestão de Lugares de Estacionamento Pago na Via Pública na Zona Ocidental da Cidade do Porto". A operação abrange 3.000 novos lugares de estacionamento pago à superfície, esperando-se da medida, impactos significativos ao nível da gestão da procura automóvel e ordenamento da circulação naquela zona da cidade.

O projeto de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) da Mobilidade e Transportes, então designado por IGVP, continuou em expansão, contando atualmente com 68 camadas desenvolvidas ou em curso e com 8 elementos residentes na equipa.

Durante este ano, foram envidados esforços para publicação e disponibilização de diversa informação geográfica, encontrando-se atualmente 42 camadas disponíveis em GeoPorto. Sendo esta a plataforma privilegiada de partilha de informação, foram promovidas várias ações de formação aos editores de cada serviço, permitindo uma melhoria na qualidade final dos dados.

A par de toda a produção de informação, foi garantido o cumprimento dos procedimentos previstos no Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) e a incorporação no índice oficial disponibilizado no portal "Gestão Unificada de Informação e Aplicações" (GUIA).

Ao nível da divulgação externa, e concretamente para os Portais "MipWeb" e "Dados Abertos", foram criadas rotinas internas de validação, estando a informação a ser gradualmente disponibilizada para o Munícipe.

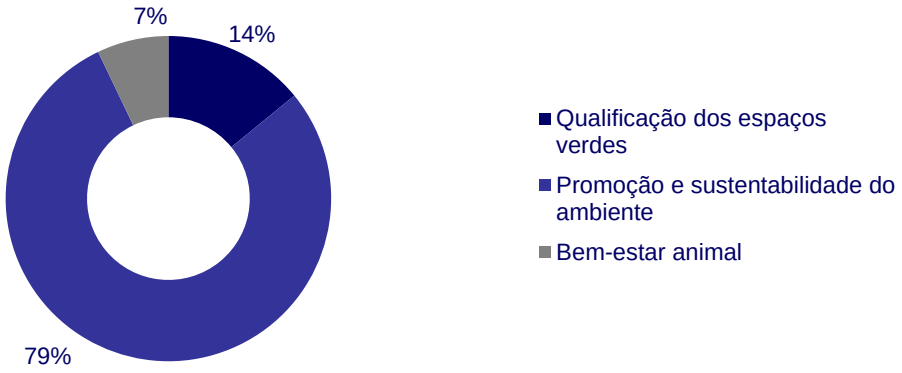
Ao nível da elaboração de indicadores e relatórios, iniciou-se o desenvolvimento de *dashboards* que integrarão e permitirão a interligação de diversas áreas de negócio, facilitando a análise e possibilitando um apoio mais eficaz no suporte à decisão.

Através da empresa municipal GO Porto, EM é de realçar a execução das empreitadas de arranjo urbanístico do Bairro Leão XIII, de beneficiação da rua D. João de Mascarenhas e de Arpad Szenes, de pavimentação da rua Cinco de Outubro, de reabilitação das ruas Guedes Azevedo e Bonjardim (parte), de ligação da rua Pedro Hispano à rua Fernando Cabral, de beneficiação da praceta José Régio, da beneficiação das avenidas Montevideu e Brasil, do prolongamento da rua Delfim Pereira Costa à rua Arpad Szenes, de pavimentação da rua Pintor António Cruz, da requalificação da envolvente ao Palácio de Cristal e da beneficiação das ruas de S. Brás, Damião de Góis, Camões e outras.

Procedeu- se igualmente à execução das empreitadas de Melhoria de Acessibilidades – Cooperativa CETA, da reconstrução de Guardas na Via Panorâmica Edgar Cardoso e da iluminação pública do Largo de S. João Novo, iniciaram-se as empreitadas de construção do Terminal Intermodal de Campanhã, de requalificação da rua de Serralves e dos Percursos Pedonais-Miragaia. Deu-se continuidade à empreitada da requalificação da Avenida Fernão de Magalhães e procedeu-se aos concursos públicos relativos às empreitadas de beneficiação dos arruamentos do Bairro da Vilarinha e da rua Dr. Vasco Valente, dos Percursos Pedonais do Bairro da Previdência, das infraestruturas elétricas na Av. Aliados e da reabilitação das Guardas na Praça Gonçalves Zarco e Via do Castelo do Queijo.

12. AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

F. 4 - Ambiente e qualidade de vida



O Ambiente e Qualidade de Vida integra os programas de Qualificação dos espaços verdes com 2,5 milhões de euros, Promoção e sustentabilidade do ambiente com 14,1 milhões de euros e Bem-estar animal com 1,3 milhões de euros.

No âmbito da **Qualificação dos espaços verdes**, promoveu-se a gestão dos espaços verdes, trabalho contínuo, transversal a todos os espaços verdes, desde áreas com menor dimensão que servem de enquadramento ao edificado ou à via pública (como canteiros) até áreas extensas de jardins e parques, cuja beneficiação é efetuada através do melhoramento do coberto arbóreo e vegetal e dotação ou atualização das infraestruturas de apoio, como o sistema de rega.

Em 2019, registaram-se 114.826 m2 de área requalificada por administração direta, destacando-se o Largo de S. Domingos, Largo Soares dos Reis, área envolvente ao edificado do CGI/BSB, Alameda das Tílias do Palácio de Cristal, a beneficiação das ruas de Camões e Gonçalo Cristóvão, e as envolventes do equipamento desportivo da INATEL, a valorização do jardim da Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio e dos novos espaços na rua General de Norton de Matos resultantes do novo arruamento

No âmbito da manutenção de espaços verdes, hortas municipais e limpeza de terrenos, intervencionaram-se 1.254.231 m2, distribuídos por mais de 300 locais da cidade. Estas intervenções dividem-se em 23 intervenções coercivas, 40 intervenções do Projeto Porto Cidade Sem Droga, (iniciada a partir do mês de outubro) e 242 locais com manutenção corrente correspondente a cerca de 508.583 m2 de área municipal.

Em colaboração com a Direção Municipal de Mobilidade e Transportes, deu-se continuidade aos trabalhos de reformulação das caldeiras de árvores, tendo-se estudado soluções para cerca de 596 caldeiras distribuídas por 28 arruamentos, com o objetivo de promover a arborização como elemento valorizador dos eixos viários urbanos, assegurando a execução de projetos de requalificação dos arruamentos considerados críticos/problemáticos em termos de conflito com o edificado, vias de circulação e áreas pedonais.

Concluíram-se as obras da expansão do Parque Oriental, no âmbito da obra intermunicipal do Intercetor do Rio Tinto, a cargo da empresa municipal Águas do Porto. O Parque Oriental vê assim a sua área duplicada passando a contar com mais de 16 ha, mais 2.500 novas árvores, e com um percurso linear de aproximadamente 3 km que se desenvolve desde a rotunda do Freixo até Pego Negro, prolongando-se até 6 km no total para o município de Gondomar ao longo do rio Tinto, cujo processo de despoluição se encontra em curso.

Foi também concluída a obra do Jardim Emílio David, através da GO Porto, EM cuja empreitada teve como objetivo a reabilitação deste jardim centenário que serve de entrada principal do Palácio de Cristal, reavivando o traçado original dos canteiros e intervenções ao nível dos pavimentos, fontes e estátuas, mobiliário urbano, vegetação e implementação de rede de rega, bem como a limpeza do muro, a retificação dos elementos metálicos e a requalificação das bilheteiras.

No Parque da Cidade executaram-se as obras de ampliação dos campos de jogos, e a reparação dos açudes do Lago I, promovendo o bom funcionamento e regulação do caudal dos lagos que auxiliam o sistema de rega deste parque.

Procedeu-se à atualização e uniformização da sinalética informativa dos jardins municipais e parques urbanos, e deu-se continuidade à implementação de ações do programa de alargamento das acessibilidades em espaços verdes e parques urbanos a pessoas com mobilidade reduzida.

Em 2019, finalizou-se o estudo para a criação de uma rede base de espaços com equipamentos desportivos informais associados a espaços verdes, no sentido de maximizar a promoção da saúde e bem-estar dos munícipes. Neste estudo, em colaboração com Departamento Municipal de Promoção da Saúde e com a empresa municipal Ágora, definiram-se 17 locais com potencialidade para acolher equipamentos bio saudáveis e de *street workout*.

O Viveiro Municipal, que desde 2018 é certificado como uma entidade produtora de plantas ornamentais e florestais, contribuiu para cerca de 81 ornamentações na cidade do Porto, produzindo cerca de 545.000 plantas, tornando-se uma estrutura indispensável para a manutenção dos espaços verdes da cidade, dado que produz aproximadamente 90% das plantas disponibilizadas para a requalificação e ornamentação das áreas verdes do município.

Ainda em 2019, no âmbito do EMAS - Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria, decorreu o segundo ano de acompanhamento deste mecanismo voluntário que visa promover a melhoria contínua do desempenho ambiental do Parque da Cidade, certificado pelo EMAS, uma das certificações mais exigentes de âmbito ambiental.

No domínio da gestão do arbóreo municipal, com o objetivo de aumentar os níveis de segurança no espaço público diretamente relacionado com o arvoredo, deu-se continuidade à implementação de procedimentos de monitorização, atuação preventiva e implementação de fluxogramas de atuação em situações de risco, com vista à

definição de procedimentos em direta articulação com os serviços municipais de Proteção Civil.

Em paralelo, e como ferramenta de apoio à decisão técnica, encontra-se em atualização a inventariação e análise fitossanitária do arvoredo, em particular do existente em arruamentos, tendo-se inventariado, em conjunto com os parques municipais, cerca de 63.000 árvores.

Desta forma, no ano de 2019, após o esforço de hierarquizar as prioridades de intervenção no arvoredo, realizaram-se 550 abates, 4.220 podas de manutenção e 232 podas de segurança, garantindo a adequada manutenção do património arbóreo e acautelando a segurança de pessoas e bens face ao risco de queda de árvores em meio urbano, seguindo uma política de mitigação de risco e assegurando as plantações compensatórias em outros locais da cidade.

O Município pretende aproximar os seus cidadãos dos espaços verdes de recreio e lazer, não somente numa perspetiva de proximidade física, mas da polivalência destes espaços.

Em 2019, como resultado da candidatura realizada em parceria com a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, o Parque da Cidade e o Jardim do Passeio Alegre, em conjunto com o Jardim Botânico do Porto, foram distinguidos pelo “Green Flag Award”, certificado de qualidade apenas atribuído aos espaços verdes que seguem os mais elevados padrões de exigência na gestão e na manutenção. No caso do Parque da Cidade, esta distinção foi também validada pelo público, elegendo-o de entre 2.096 espaços verdes galardoados com o “Green Flag Award”, como um dos cinco melhores do mundo.

No contexto de promoção dos jardins e parques, estes tem sido palco de diversos eventos, extrapolando por vezes os seus limites físicos, como é exemplo a Exposição de Camélias, que, em 2019, decorreu na Estação do Metro de São Bento e contou com 18 expositores e cerca de 20.000 participantes.

A exposição de tulipas, que tem como principal foco o Jardim Marques de Oliveira, espalhando-se pontualmente por outros jardins e espaços, atrai cada vez mais admiradores e visitantes aos espaços verdes da cidade. Realça-se aqui novamente a importância do viveiro municipal, que permite a realização destas exposições contribuindo com a produção destas plantas ornamentais, que no caso das tulipas ultrapassa os 100.000 bolbos.

Em termos da **Promoção e sustentabilidade do ambiente**, o apelo por práticas ecologicamente sustentáveis tem moldado o mercado financeiro e o estilo de vida das populações, e assume-se, cada vez mais, como uma preocupação na gestão da cidade do Porto, procurando-se orientar a aquisição de bens e serviços segundo os princípios motores da circularidade, tomando decisões socialmente e ambientalmente mais conscientes.

Desta forma, tem-se alterado gradualmente a frota automóvel para veículos elétricos e privilegiado a aquisição de equipamentos elétricos, para a manutenção dos espaços verdes, ao invés de equipamentos que operam com combustíveis fósseis.

Nesta perspetiva o Porto está a tornar-se na maior referência nacional ao nível da mobilidade elétrica, tendo-se renovado cerca de 67% da frota de veículos ligeiros afetos aos serviços das diversas unidades orgânicas, e instalado pela cidade 201 pontos de carregamentos para apoio a esta frota, a sua maioria na proximidade dos edifícios de serviços municipais.

O Município do Porto usa 125 viaturas elétricas, 40 viaturas Plug-in, 103 a gasóleo e 1 a gasolina e está a desenvolver informação tecnológica para o registo de dados da frota automóvel, através da qual se irão obter indicadores transversais à sua gestão.

No âmbito da estratégia de racionalização de uso de recursos naturais, e consequente gestão das infraestruturas de apoio e manutenção dos espaços verdes, investiu-se na conservação dos sistemas de rega da cidade e no incremento de áreas inseridas no controlo de rega inteligente. Em 2019, observou-se a diminuição em cerca de 20% do consumo de água para rega face a 2018.

Na área do planeamento e gestão ambiental, o Município tem quatro grandes ambições de futuro, com base nas quais tem desenvolvido a sua atividade: promover a transição da cidade para uma economia progressivamente circular; inspirar-se na natureza para planear e gerir; adaptar-se às alterações climáticas e proteger e valorizar o património natural. Vários projetos específicos, alguns financiados por programas como LIFE ou H2020, estão em curso nestas áreas.

No plano internacional, em 2019 o Porto continuou a assumir a Presidência do Fórum Ambiente do Eurocities. Candidatou-se para acolher a Reunião do Fórum do Ambiente em 2020 e, tendo sido selecionado, iniciou a organização (com o Município de Guimarães) para o acolhimento dos 170 delegados internacionais que virão à cidade em Março de 2020. Ainda no contexto do Eurocities, o Porto contribuiu ativamente para o estudo de caso publicado no documento “Cities Leading the way on Climate Action”,

apresentado ao Parlamento Europeu como exemplo do que as cidades estão a fazer em termos de atuação no âmbito das alterações climáticas.

Tem também assumido o papel de instar as instituições europeias e os vários estados-membros da EU a adotarem metas ambientais e climáticas mais ousadas e participado em projetos europeus orientadores para tomadas de decisão ao nível europeu.

Ainda no plano global, em 2019 foi formalizado o protocolo que criou a entidade jurídica do projeto internacional Casa Comum da Humanidade, entre o Município do Porto, a Universidade do Porto, a organização não-governamental de ambiente Zero, os Municípios de Vila Nova de Gaia e Guimarães e cinco outras Instituições de Ensino Superior. Na sequência desta integração iniciou-se a preparação do acolhimento da Conferência Internacional "Earth System, the Common Heritage - the need for a new legal approach to the global climate emergency" a decorrer no Porto em 2020.

No âmbito da Economia Circular foi publicado e divulgado em 2019 o estudo "Cities and Circular Economy for Food in Porto", realizado pela Fundação Ellen MacArthur (FEM), equipa do Município e outros parceiros, que organizou os dados sobre o sistema alimentar no Porto e apresentou os objetivos na transição para uma economia circular do sistema alimentar local, com especial foco na necessidade de ser cada vez mais regenerativo (fechando os ciclos de nutrientes e protegendo o recurso solo) e foi estabelecida uma ampla comunidade dedicada à transformação do sistema alimentar (mais de 30 entidades e 50 pessoas). Foi ainda apresentada candidatura do Porto ao programa Flagship City da Fundação Ellen MacArthur. O Porto foi selecionado como Participant City, juntamente com Almere, Barcelona, Lisboa, Milão, Rio de Janeiro, Salvador, Sevilha, Toronto e Torres Vedras.

O Porto foi ainda convidado pela Fundação Ellen MacArthur (FEM) a integrar a Rede CE100, para estimular a economia circular através da partilha de conhecimento e cocriação entre organizações públicas e privadas, atuando coletivamente para a aplicação dos princípios circulares adaptados à realidade local. Cabe ao Município implementar dois projetos nesta área, no curto e médio prazo. O lançamento desta rede constituiu uma oportunidade para reunir a comunidade da Economia Circular na região do Porto, debater temas como a "servitização", a "reparabilidade" e reutilização de materiais, de que resultaram várias ideias de projetos e parcerias a estabelecer.

Ainda no âmbito da economia circular o Porto participou na publicação de vários artigos e preparou um artigo para o livro "Alimentar Boas Práticas da Produção ao Consumo

Sustentável", promovido pela rede "Alimentar Cidades Sustentáveis", financiado pelo projeto Make Europe Sustainable for All.

O Município passou também a integrar o Painel Consultivo da Comissão Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar e participou nos Grupos de Trabalho que estudam a transição para a circularidade nos Resíduos de Construção e Demolição na Área Metropolitana do Porto e as formas de acelerar a redução do desperdício alimentar a nível nacional (ambos os grupos facilitados pela Smart Waste Portugal).

Em 2019 foi dada continuidade à participação do Porto na "Parceria de Economia Circular da Agenda Urbana para União Europeia", com o objetivo de submeter à UE um plano de ação que permita inspirar e orientar o desenvolvimento de melhor legislação, melhor financiamento e maior partilha de conhecimento. Foi concluído o Plano de Ação, que contempla 12 ações. O Porto integra os grupos de trabalho de cinco destas ações, especificamente dedicadas a: i) analisar obstáculos regulamentares à promoção da bioeconomia urbana; ii) incentivar a criação de Centros de Recursos Urbanos para prevenção, reutilização e reciclagem de resíduos; iii) desenvolver um pacote de conhecimento sobre economia colaborativa para cidades; iv) desenvolver metodologia para a criação de um *roadmap* de economia circular para as cidades e; v) identificar indicadores urbanos para avaliar a economia circular nas cidades. Das ações do Plano, oito já foram implementadas ou estão em fase de implementação.

Neste tema destaca-se ainda o projeto "CityLoops" - Closing the loop for urban material flows", que reúne um vasto consórcio que inclui seis cidades europeias focadas na demonstração de ferramentas e abordagens inovadoras para o planeamento urbano sustentável com o intuito de fechar o ciclo de fluxos de materiais urbanos (resíduos de construção e demolição e orgânicos) e aumentar a sua capacidade regenerativa. O Porto integra este projeto numa parceria com a Empresa Municipal de Ambiente e a Lipor, no valor de 968,8 mil euros, financiado pelo H2020.

No que respeita ao tópico dos plásticos, o Município lançou o projeto Menos Plástico, Mais Porto - Medidas para a Redução do Consumo de Plásticos de Uso Único (UU) com os principais eixos de atuação: 1) Eliminar progressivamente a aquisição e uso de plásticos de uso único nos serviços e atividades municipais; 2) Implementar medidas para apoiar os funcionários a reduzir o consumo de plásticos de uso único; 3) Promover a redução de plásticos de uso único nos eventos (através do estabelecimento de parcerias); 4) Inspirar outras entidades a aderirem à iniciativa, através da demonstração e partilha de boas práticas. Para tal, deu início às medidas de: mapeamento de oportunidades de ação – identificação da presença de plásticos de UU nos serviços e

capacidade de intervenção na eliminação de cada um; levantamento mais detalhado de cada oportunidade; definição de medidas de implementação e resultados concretos que se esperam atingir a curto e médio prazo.

No âmbito das soluções inspiradas na Natureza estão em curso vários projetos, entre eles o "URBiNAT - Healthy corridors as drivers for regeneration of social housing neighbourhoods through co-creation for social, environmental and marketable Nature Based Solutions", financiado pelo H2020, cujo objetivo é envolver a população da área de intervenção no desenho e co-criação de corredores saudáveis entre bairros sociais e zonas degradadas com recurso a soluções de base natural (hortas, bosques, percursos pedestres). Foram realizadas ao longo de 2019 várias reuniões de envolvimento com atores locais; o evento de lançamento do projeto com a participação de cerca de 200 cidadãos; várias sessões de participação pública com vista à implementação dos processos de co-seleção, co-desenho, co-implementação e co-monitorização; análise de dados e redação do Relatório de Diagnóstico Local.

O projeto "myBUILDINGisGREEN - Aplication of Nature-Based Solutions for local adaptation of educational and social buildings to Climate Change" tem como objetivo implementar soluções inspiradas na natureza (telhados verdes, sistemas de armazenamento de águas pluviais, etc.) em edifícios públicos como medida de adaptação às alterações climáticas. No Porto este projeto, com financiamento do LIFE, será implementado na Escola Básica de Falcão (Campanhã). Em 2019 centrou-se na concretização de ações preparatórias, na produção de estratégias de comunicação e produção de um cardápio de soluções de base natural que permitam responder às necessidades de melhoria de conforto bioclimático do edificado, na identificação de critérios de seleção para identificação dos edifícios piloto, no debate técnico para garantir a solução mais adequada para os edifícios.

Estes dois projetos também foram relacionados e estabelecidas sinergias: um dos corredores do URBiNAT terá a sua porta de entrada junto à EB1 de Falcão.

Merece ainda destaque o projeto de expansão das Florestas Urbanas Nativas no Porto (FUN-Porto) que prossegue o seu processo de consolidação nas suas múltiplas vertentes e objetivos estratégicos de médio e longo prazos. Em 2019 foram instaladas 654 árvores e arbustos autóctones nos nós de Areias, Falcão, Paranhos e Freixo, num total de 1.953 exemplares desde o início do projeto (Rede de Biospots do Porto). O programa "Se tem um jardim temos uma árvore para si" esteve temporariamente parado por limitação de saída das plantas do Viveiro Municipal em resultado da quarentena imposta pela suspeita da presença da bactéria Xylella fastidiosa na região. O Porto

Biolab – Quinta de Salgueiros – o primeiro bosque urbano prestador de serviços de ecossistemas no Porto – está em fase de início de trabalhos.

No que toca às alterações climáticas, deu-se prioridade à implementação e acompanhamento das 52 opções estratégicas, que concorrem para a adaptação do território e da população, e que respondem a 9 dimensões/áreas de atuação.

O Município do Porto lidera o consórcio do projeto financiado de "Controlo de Cheias na Bacia da Ribeira da Asprela e criação do “Parque Verde Central da Asprela", que permitirá, para além da regulação hídrica da ribeira, colocar ao uso e fruição da população mais um espaço verde de dimensões consideráveis.

Em parceria com a Agência de Energia do Porto, o Município subscreveu o novo Pacto de Autarcas para o Clima e Energia, proposto pela Comissão Europeia e que agrega num mesmo compromisso três vertentes principais: a mitigação, a adaptação às alterações climáticas e o acesso universal a energia segura, limpa e a um preço acessível. O objetivo de redução das emissões de CO2 no Porto foi traçado em 50% até 2030 e 100% até 2050. O relatório da Agência de Energia do Porto de 2019 permite concluir que a redução de CO2 atinge já 30,5% (dados de 2017).

No sentido de proteger e valorizar o património natural, está ainda em curso, em colaboração com o Departamento de Proteção Civil, um programa de monitorização e destruição de ninhos de vespa asiática que constitui uma ameaça à biodiversidade, foram definidos, no seio da AMP, os aspetos chave para a atualização do estudo sobre as populações de gaivotas na região, para controlo das populações que possam estar em situação de sobrepopulação (com impactos no bem-estar dos cidadãos e também na restante biodiversidade urbana) e deu-se continuidade aos programas de monitorização e deteção de pragas e doenças no património vegetal em curso.

Em 2019, deu-se continuidade à estratégia municipal de educação ambiental, cujo programa se vem destacando nos últimos anos pela capacidade de garantir uma oferta pedagógica consistente para promover a mudança de comportamentos e transformar os mais jovens em adultos ambientalmente responsáveis e solidários, dinamizando cerca de 20 oficinas ambientais, que abordam as temáticas mais prementes e são dinamizadas, diariamente e em regime totalmente gratuito, nos quatro centros de educação ambiental do Município, com a participação de mais de 45 mil pessoas, na maioria crianças. Este trabalho é desenvolvido pelas equipas dos Centros de Educação Ambiental.

A fim de divulgar o trabalho desenvolvido em matéria de ambiente, com destaque para a redução da utilização de plásticos de uso único, foi produzida a Eco Agenda 2020, uma agenda local, totalmente produzida no Porto e cuja capa foi manufaturada com plástico 100% reciclado, proveniente de caixas de fruta recolhidas na região Norte.

Procurou-se ainda comunicar e interagir de forma distinta com os restantes segmentos-alvo (famílias, população universitária, população sénior, população com necessidades especiais), destacando-se a dinamização do programa Ambiente em Família, que permitiu abrir a rede de centros às famílias ao fim de semana, em colaboração com docentes e investigadores da Universidade do Porto. Neste programa foram dinamizadas 17 sessões sobre vários temas relacionados com o ambiente, onde se destacam 5 sessões especiais dedicadas aos morcegos e a observação do eclipse da Lua em parceria com o Planetário do Porto.

As equipas dos Centros de Educação Ambiental marcaram ainda presença nos eventos Bioblitz e Festa de Outono, promovidos pela Fundação de Serralves, e no Aquaporto e Programa Bandeira Azul, promovidos pela Águas do Porto.

O Município do Porto foi coorganizador pela 6ª edição do evento “Cidade Mais”, que representa, mais do que um festival, uma grande plataforma cívica de partilha de conhecimento e debate de ideias. O evento decorreu em três dias nos jardins do Palácio de Cristal e no Auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, com 73 atividades e a participação de cerca de 17.000 visitantes, 98 intervenientes (oradores, facilitadores de oficinas, mercadores), 33 voluntários e 13 parceiros.

No programa “Ângulos Improváveis – outros olhares sobre os parques e jardins do Porto”, com cerca de 350 participantes e tradução para Língua Gestual Portuguesa, foram realizadas 10 atividades que versaram temas como a história, a arquitetura, os escritores, o urbanismo e a história da música do séc. XIX/XX.

No âmbito da gestão dos cemitérios municipais, o Município participou no Colóquio sobre Património Cemiterial, com a comunicação “Gestão e Conservação do Património – o exemplo dos cemitérios municipais do Porto” e esteve representado no Congresso Anual da Association of Significant Cemeteries in Europe.

No que respeita ao XIV Ciclo Cultural dos Cemitérios do Porto, foram organizadas 11 visitas guiadas, 2 concertos, 2 *workshops* de diários gráficos, 2 *raids* fotográficos, 1 exposição fotográfica e as celebrações dos nascimentos dos 210 anos do Barão de Forrester e dos 100 anos de Sophia de Mello Breyner Andresen. As visitas diurnas, noturnas, versando temáticas como a simbologia, a arquitetura, os escritores e a história

da música do séc. XIX/XX, em parceria com a Comunidade Anglicana da Igreja de St. James e a Junta de Freguesia de Paranhos resultaram na presença de cerca de 1.020 participantes. As atividades biográficas sobre escritores e músicos contaram com a participação de atores e músicos, respetivamente.

Destaca-se ainda a hasta pública para concessão 105 jazigos municipais que resultou na concessão 14 jazigos e a edição do primeiro desdobrável sobre os cemitérios municipais do Porto (10.000 exemplares).

No domínio da gestão de ruido prosseguiu-se com o controlo das atividades ruidosas permanentes com cerca de 520 pedidos de intervenção tratados durante o ano, dos quais resultaram 47 relatórios de medição pelo laboratório municipal de ruido, cerca de 160 pedidos de intervenção relativos a atividades ruidosas temporárias ou ruído de vizinhança e a emissão de cerca de 1.140 licenças especiais de ruído, com imposição das respetivas medidas de controlo e redução de ruído.

Na área da Movida do Porto, o ruído da atividade de bares e recintos de animação noturna foi monitorizado de forma permanente através de 93 limitadores de potência sonora instalados no interior dos estabelecimentos e ligados a plataforma de controlo em tempo real. Esta rede de equipamentos foi objeto de 150 visitas para verificação de conformidade ou calibração e selagem, complementadas pela consulta de alertas on-line

Para a PortoAmbiente, o ano de 2019 representou o início da efetiva materialização da visão do Município na autonomização das atividades de Recolha de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público, fomentando uma cultura própria, com uma identidade orientada para a execução daquelas atividades de uma forma dinâmica, proativa, focada na satisfação das necessidades do Munícipe e sem descurar o equilíbrio da sustentabilidade económica das operações ou a qualidade dos serviços prestados.

Em termos operacionais e no âmbito da contentorização, procedeu-se ao reforço e reorganização da rede de equipamentos em diversos pontos do Município, incrementando a taxa de acessibilidade física do serviço, em particular na vertente da recolha seletiva, mediante a (i) substituição de pontos de recolha de fração única, por frações múltiplas, (ii) modernização de equipamentos de deposição, mais funcionais, alinhados com o conceito de mobiliário urbano desenhado para a cidade, (ii) alargamento das áreas de abrangência dos sistemas, seja por via de aumento de equipamentos ou por substituição de equipamentos com maior capacidade.

Ao nível dos projetos de recolha apostou-se na recolha porta-a-porta (residencial e não residencial), mediante o alargamento da área de abrangência do sistema, realização de campanhas de sensibilização, retirada de equipamentos de proximidade.

No que respeita aos resíduos orgânicos, a aposta estratégica foi no sentido do aumento da fração orgânica, quer por via do reforço dos projetos já existentes de recolha porta a porta, quer por via de implementação de projetos que visam potenciar a valorização orgânica de resíduos, aumentando os quantitativos e assegurando a qualidade dos resíduos recolhidos.

Tendo em vista a execução dos objetivos operacionais, nomeadamente no que respeita à aposta estratégica no aumento da fração orgânica a PortoAmbiente candidatou-se a projetos comunitários financiados (isoladamente ou em parceria), nomeadamente: (i) ao POSEUR com a candidatura "Orgânico. – Recolha Seletiva de Biorresíduos no Porto", com um investimento de 1,7 milhões de euros; (ii) ao CityLoops financiado pelo Horizonte 2020, que se baseia na colaboração entre um conjunto de parceiros (sete cidades europeias piloto) para a implementação de ações destinadas a aumentar a circularidade na utilização de materiais, com foco nos resíduos de construção e demolição e na matéria orgânica. No caso do Porto, tem como tema os resíduos orgânicos, nomeadamente a prevenção da sua produção e a promoção da recolha seletiva no setor residencial, no setor do turismo e em instituições de cariz social. À semelhança das restantes cidades piloto, o Porto irá desenvolver e implementar uma estratégia que permita atingir os objetivos estabelecidos, de prevenção e promoção da recolha, que irá servir de caso de estudo, de forma a avaliar a sua replicabilidade noutras cidades, incluindo as parceiras do Projeto; (iii) ao INTHERWASTE - Interregional Environmental Integration of Waste Management in Europe Heritage Cities, integrado no programa de financiamento Interreg Europe, com o objetivo de promover a gestão eficiente e sustentável dos resíduos urbanos em cidades europeias com zonas históricas classificadas como património. A cidade do Porto é uma das cinco cidades parceiras, juntamente com Córdoba (Espanha), Cracóvia (Polónia), Talin (Estónia) e Ibiza (Espanha), sendo a coordenação assegurada pela ACR+, Associação das Cidades e Regiões para a Gestão Sustentável dos Recursos.

No domínio da limpeza do espaço público, reforçaram-se as atividades de fiscalização e monitorização da qualidade de serviço prestado pela entidade subcontratada.

Ao longo do ano deu-se enfoque no reforço e valorização das ações de sensibilização, assim como dos respetivos impactos no médio/longo prazo, quer por via da realização de campanhas de sensibilização gerais em áreas previamente definidas, quer por via

da realização de ações individuais pelas equipas de sensibilização diariamente dispersas pela cidade.

Em colaboração do Gabinete de Comunicação do Município, na área da sensibilização foram desenvolvidos e produzidos materiais de suporte de comunicação como panfletos com conteúdo diversificado desde a consciencialização para a reciclagem e elucidação acerca das regras de separação de todas as frações incluindo esclarecimentos acerca de resíduos orgânicos, como comunicação de reorganização e reestruturação de equipamentos de deposição, alertas para evitar a deposição indevida, campanhas específicas, recolha porta-a-porta, entre outros. Para dinamização da vertente comercial de angariação, foram desenvolvidos os Dossiers Comerciais, onde se encontram compiladas informações acerca da empresa, serviços prestados e sensibilização e consciencialização para temáticas relacionadas com a reciclagem, a serem entregues nos estabelecimentos comerciais aderentes, juntamente com uma caneta, um íman e um cartão de visita.

Foram ainda desenvolvidas ações “on time” como a criação de autocolantes e panfletos para ações de sensibilização restritas a locais específicos nos quais se verificou a ocorrência de práticas incorretas relacionadas com a separação e deposição de resíduos.

Com a entrada em vigor do Regulamento de fiscalização, e após um período de disseminação do Regulamento de Serviço pelas equipas de sensibilização, no segundo trimestre de 2019, foi iniciada a atuação das equipas de fiscalização. No ano de 2019 foram instaurados 167 processos de contraordenação.

Ao nível da atividade de Gestão de resíduos urbanos, o ano de 2019 registou novo crescimento das quantidades totais (1,9 mil toneladas representativo de 1,28%), sendo de destacar a formação do mix das mesmas (i) Resíduos indiferenciados – com 115.392 toneladas, tiveram um decréscimo de 1,3 mil toneladas representativas de 1,1 %, e (ii) Resíduos seletivos – com um total de 31.375 toneladas, apresentam um crescimento de 3,2 mil toneladas representativas de 11,32%.

Regista-se que desde a constituição da PortoAmbiente, em 2017, as medidas implementadas, no sentido do cumprimento da estratégia da Empresa, aposta na reciclagem, tem-se vindo repercutir no crescimento da fração seletiva. Este crescimento, para além de se verificar muito superior (em termos relativos), registou em 2019 um comportamento único, na medida em que manteve a tendência de crescimento, inversamente ao que se verifica na fração indiferenciada (decréscimo).

Pretendendo continuar a evoluir no seu modelo de organização e de trabalho com o propósito de se tornar uma referência nacional e internacional no seu setor de atividade e conseguir destacar-se pelo serviço de excelência prestado aos cidadãos e pelo contributo para a inovação, promoção e proteção do ambiente, a PortoAmbiente, implementou o sistema de gestão da qualidade segundo o referencial ISO 9001:2015. Em dezembro de 2019 já foi realizada a auditoria de 1ª fase, sendo expectável a certificação da empresa em 2020.

No domínio das águas, o reconhecimento internacional dos resultados obtidos pela empresa municipal Águas do Porto, conheceu desenvolvimentos relevantes em 2019. A empresa passou a integrar a rede internacional LUOW – Leading Utilities of the World, constituída por 50 entidades gestoras com elevados índices de desempenho no setor das águas a nível mundial. A entrada neste grupo restrito materializou-se na atribuição do Golden Tap Thophy.

Este é o corolário de vários prémios nacionais e internacionais concedidos sobretudo à H2PORTO – Plataforma Tecnológica para o Ciclo Urbano da Água. Esta solução inovadora arrecadou o “Special Recognition Award”, no âmbito do evento “Year in Infrastructure 2019 Awards”. A H2PORTO distinguiu-se pelo seu importante contributo para a sustentabilidade e resiliência das infraestruturas urbanas na cidade do Porto.

No contexto nacional, a Águas do Porto, viu a entidade reguladora (ERSAR) renovar a atribuição do “Selo de Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano”. Esta situação coloca em evidência as medidas que permitiram atingir um desempenho de excelência no indicador Água Segura (água controlada e de boa qualidade), correspondente a 100% de análises realizadas e 99,5% de cumprimento dos valores paramétricos estipulados na legislação vigente.

Como reflexo do trabalho reconhecido dentro e fora de portas, o Índice Global de Satisfação de Clientes situou-se em 7,8 pontos e o de Lealdade apresentou uma valorização média de 8,5 pontos. Estes resultados colocam a empresa no topo das entidades gestoras do setor da água com melhor desempenho a nível nacional no que respeita ao relacionamento com os clientes.

A maioria das perceções dos clientes (clientes domésticos e não domésticos) é positiva ou muito positiva. No top cinco surgem “Disponibilização do Serviço”, “Abastecimento de Água”, “Faturação”, “Balcão de Atendimento” e “Água da Torneira”. No seu todo, os resultados demonstram o reconhecimento dos clientes no empenho da empresa, na

excelência do relacionamento com o cliente e na permanente inovação de produtos e serviços que contribuem para uma maior eficiência.

Na senda da melhoria contínua dos serviços prestados aos clientes, com enfoque em canais de comunicação mais céleres e ágeis, a Águas do Porto, lançou, a par de uma interface dedicada apenas à celebração de contratos online, um novo Balcão Digital para que este se torne o meio preferencial de contacto com os clientes.

No mesmo alinhamento, foi lançada uma nova versão da App. Caracterizada por uma interface mais simples e intuitiva e uma arquitetura atualizada, a aplicação permite o acesso ao histórico de faturação e a consulta de faturas, a avaliação dos consumos de água, a comunicação de leituras e a receção de notificações de pagamento e de alertas de fugas de água (quando o cliente tem instalado um contador de telemetria). Permite ainda a consulta de informação sobre a qualidade da água distribuída e das águas balneares.

Outro passo importante na desmaterialização de processos e na melhoria do relacionamento com os clientes prende-se com a criação da Plataforma Eletrónica de Licenciamento (PEL). A qualquer hora e em qualquer lugar, é, agora, possível realizar um conjunto de operações sem necessidade de deslocação aos balcões de atendimento: pedir as condições de ligação (planta topográfica), submeter projetos de redes prediais para apreciação, comunicar o início de obras, solicitar a execução de ligações às redes públicas e remeter pedidos de vistoria.

A submissão digital dos pedidos de licenciamento das redes prediais automatiza o fluxo e monitoriza cada etapa do processo, permite a redução de prazos, confere maior fiabilidade no tratamento da informação, melhora a comunicação e informação ao requerente e agiliza o registo de dados. A PEL vem, deste modo, responder ao crescimento da construção e reabilitação do edificado na cidade do Porto e consequente aumento do número de processos de licenciamento das redes prediais. Entre 2016 e 2019, a Águas do Porto, registou um crescimento de 48,2% na submissão de projetos e de 56,1% nos processos apreciados.

O exercício de 2019 fica marcado pelo maior volume de investimento global desde a criação da empresa em outubro de 2006, com uma verba próxima de 20,6 milhões de euros e uma taxa de execução do Plano de Investimentos de 100,1%, destinado sobretudo à substituição de infraestruturas de abastecimento de água, águas residuais e águas pluviais, assim como à reabilitação de edifícios e património histórico e à concretização de projetos de inovação tecnológica.

A maior fatia do investimento corresponde ao setor do abastecimento de água (35,1%), com 7,2 milhões de euros, seguido das empreitadas de drenagem e tratamento de águas residuais (31,9%), no valor 6,6 milhões de euros, e das intervenções nas áreas de drenagem de águas pluviais (18%) e de edifícios e outras construções (11,6%), que absorveram 3,7 milhões de euros e 2,4 milhões de euros, respetivamente. Os restantes 688,8 mil euros respeitam aos Sistemas de Informação (1,8%) e Outros Investimentos (1,5%).

No âmbito do Plano de Investimentos da Águas do Porto, destacam-se os progressos alcançados nas empreitadas respeitantes ao Plano de Remodelação da Rede de Distribuição de Água, nomeadamente os Grupos 2 e 3, com um investimento total de 3,9 milhões de euros, que abrange a substituição de 27 km de condutas, 1.913 ramais domiciliários e 190 hidrantes. Tendo em vista melhorar a sustentabilidade infraestrutural e reduzir a água não faturada (ANF), a empresa adjudicou, no período em análise, duas novas intervenções de substituição de condutas.

No lote das obras com maior nível de execução física e financeira, incluem-se, igualmente, a reabilitação de infraestruturas no Bairro S. João de Deus, na Praça Nove de Abril e nas ruas do Sol e S. Luís, a remodelação do coletor de águas residuais da Zona Norte, a substituição da conduta adutora de Nova Sintra-Pasteleira, a renovação das redes hidráulicas na Av. Fernão de Magalhães, a beneficiação das ruas D. João de Mascarenhas, Pintor Árpád Szenes e Barão de Forrester e a reabilitação dos reservatórios dos Congregados e do Bonfim e requalificação das zonas envolventes.

Pontificam, ainda, as intervenções referentes à construção do intercetor de Rio Tinto, à remodelação e ampliação do Pavilhão da Água, à instalação do parque de estacionamento de viaturas elétricas, à requalificação dos armazéns e à instalação da nova Sala de Gestão de Operações.

A inauguração do intercetor de Rio Tinto, um dos maiores projetos ambientais da Região Norte, assumiu um papel preponderante na atividade desenvolvida pela Águas do Porto, em 2019. Desenvolvida em parceria com o Município de Gondomar, esta intervenção representa um investimento global de 9,2 milhões de euros, dos quais cerca de 3,6 milhões dizem respeito a esta empresa municipal, sendo cofinanciados pelo POSEUR.

Os trabalhos executados dizem respeito à instalação de um emissário destinado a unir e transportar as descargas das ETAR de Rio Tinto (Gondomar) e do Freixo (Porto) para o rio Douro, assim como à reabilitação do intercetor existente entre a rotunda do Centro de Saúde de Rio Tinto e a ETAR de Rio Tinto, no Município de Gondomar. Estima-se

que o rio Tinto deverá atingir o bom estado ecológico até ao final de 2021, sendo já notórias melhorias importantes na qualidade desta massa de água.

Este projeto implicou, ainda, a regularização fluvial, o controlo de cheias e a requalificação ambiental do leito e margens do rio Tinto em consonância com as exigências estabelecidas na Diretiva Quadro da Água. Criou-se, assim, uma nova área verde do centro de Gondomar até ao Freixo através da ligação entre o Parque Urbano de Rio Tinto, com 36 500 metros quadrados, e o Parque Oriental da Cidade do Porto, que mais do que duplicou a sua área (de 8 para 18 hectares).

Foi lançado o concurso público referente à criação do Parque Verde da Asprela. O projeto, de 1,9 milhões de euros, financiado em 60% pelo Fundo Ambiental, une o Município do Porto, através da Águas do Porto, à Universidade do Porto, proprietária do terreno situado entre a UPTEC e a Faculdade de Desporto, e ao Instituto Politécnico do Porto.

O novo pulmão verde da cidade do Porto deverá estar concluído em 2021, contemplando o controlo de cheias na ribeira da Asprela e a criação de um espaço paisagístico com vários espelhos de água e soluções de atravessamento pedonal e ciclável. A comunidade académica (alunos, docentes, investigadores e outros colaboradores) será a principal beneficiária do Parque Central da Asprela, abrangendo um total de 30.000 indivíduos. Acrescem os utentes do Centro Hospitalar de São João e do IPO e os passageiros da Linha Amarela do Metro do Porto.

Em 2019, a Águas do Porto, criou um espaço de aparcamento automóvel, parcialmente coberto e com painéis fotovoltaicos, dotado de todas as infraestruturas necessárias ao crescimento da frota elétrica, sendo que, no imediato, foram instalados 68 equipamentos para carregamento elétrico. Os 58 veículos elétricos e 8 veículos híbridos, correspondentes a metade da frota da empresa, já permitiram uma redução de 65% no consumo de diesel, o que equivale a um corte de 138 toneladas nas emissões de CO2.

Salienta-se, igualmente, a conclusão da obra da Sala de Gestão de Operações, sendo este o centro nevrálgico para dar uma resposta ágil e eficaz, 24 horas por dia e 365 dias por ano, a todas as ocorrências e pedidos de serviços relativos às várias redes e sistemas que constituem o ciclo urbano da água. Tecnologicamente mais evoluída, esta nova unidade está dotada de um *videowall* interativo, onde, através da Plataforma H2PORTO, é possível visualizar mapas interativos das redes, analisar *dashboards* em tempo real e efetuar a videovigilância das infraestruturas. Está dividida em dois espaços,

uma sala de operações e outra de coordenação e gestão de crises, tendo capacidade para 17 postos de trabalho.

Com o intuito de renovar o edificado e proporcionar melhores condições de trabalho, sublinha-se o arranque das obras de reabilitação do Laboratório de Análises da empresa, bem como uma organização do espaço.

No final de 2019, a Águas do Porto, lançou um conjunto de concursos públicos para empreitadas cujo investimento global ronda os 5,3 milhões de euros, mais de metade do qual diz respeito à reabilitação do edifício principal da Quinta de Baixo e à construção de um edifício de apoio. Em fase de concurso encontra-se, igualmente, a obra de remodelação e reabilitação das infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais na rua Senhora do Porto e envolvente e na Galeria Técnica da rua Elísio de Melo.

Fora do domínio infraestrutural, foi, ainda, aberto um concurso para uma nova solução de gestão comercial e serviços conexos, com o intuito de incrementar a eficiência e controlo dos processos associados à faturação e de melhorar o relacionamento com os clientes.

Na gestão operacional, o índice de ANF atingiu o mínimo histórico de 17% no final de 2019, o que representa uma qualidade de serviço boa, de acordo com os valores de referência da ERSAR. Para este resultado contribuíram as atividades de controlo ativo de perdas e de rápida intervenção na reparação de roturas e avarias, assim como os investimentos na remodelação da rede de abastecimento de água e na renovação do parque de contadores. Outro pilar fundamental da redução das perdas de água foi a pesquisa ativa de consumos ilícitos e a correção das situações detetadas.

Destaque, no contexto da estratégia de combate à ANF, para o lançamento dos procedimentos de contratação pública destinados a executar a candidatura "Controlo e Redução de Perdas Reais na Rede de Abastecimento de Água do Município do Porto", financiada pelo POSEUR, com o objetivo de, no ano horizonte do projeto (2022), atingir uma diminuição de 8,2% no valor das perdas reais (de 98 litros/ramal/dia em 2018 para 90/litros/ramal/dia em 2022).

O Projeto “Setorização Mais”, em implementação, vem colmatar a necessidade de monitorização integral, e em tempo real, do sistema de abastecimento de água, concluindo a setorização da rede com a criação de 40 novas ZMC e de 90 pontos de monitorização internos. Para o efeito, a Águas do Porto, abriu concursos públicos, para

aquisição de 70 *loggers*, para obras de construção civil destinadas à instalação destes equipamentos e para desenvolvimento de um *software* para previsão de fugas.

No domínio do tratamento das águas residuais, a empresa reassumiu, a partir do dia 1 de março, a gestão direta das ETAR do Freixo e de Sobreiras, pondo termo ao contrato de prestação de serviços com a Ambiporto, em resultado do incumprimento contratual por parte deste consórcio, nomeadamente quanto aos níveis de qualidade exigíveis para o funcionamento deste tipo de infraestruturas, prevenindo prejuízos e danos para a saúde pública e para o ambiente. Foram salvaguardados os direitos dos trabalhadores que à data se encontravam afetos às ETAR, tendo todos, nos termos legais, assinado contrato com esta empresa municipal. Este desfecho antecipado encerra, em si mesmo, grandes desafios, mas também oportunidades. O seu controlo direto facilitará o reinvestimento nestes equipamentos, no sentido de modernizar os processos de tratamento de águas residuais, de melhorar a eficiência energética e de implementar soluções de economia circular, como a valorização de lamas, a produção de biogás, a recuperação de nutrientes e a reutilização de águas residuais tratadas.

Na época balnear, e após a vistoria da Agência Portuguesa do Ambiente, em representação da Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), o Porto manteve os galardões “Bandeira Azul” e “Qualidade de Ouro” em oito das suas praias, o que abrange uma faixa litoral contínua que se estende desde a foz do rio Douro até à zona balnear do Homem do Leme. A distinção assinala o 12.º ano consecutivo, atestando a excelente qualidade das águas balneares, assim como dos equipamentos e serviços de apoio, das atividades de educação ambiental e da informação disponibilizada aos banhistas. As praias do Homem do Leme e do Carneiro mantiveram, igualmente, o galardão de “Praia Acessível” a pessoas com mobilidade reduzida.

Em destaque está, ainda, a área da educação ambiental. A Águas do Porto assinalou o Dia Mundial da Água (22 de março) com a inauguração do renovado Pavilhão da Água. A intervenção implicou obras de ampliação e reabilitação do edifício e de reformulação, atualização e aumento das experiências da área expositiva, que se consubstanciou na otimização da funcionalidade interna das infraestruturas, reenquadramento de espaços (bilheteira no interior do Pavilhão), criação de uma área para loja, reformulação e criação de experiências interativas e multigeracionais e melhoria de acessos a espaços comuns. Pretende-se aumentar quer o número de visitantes, quer o valor das receitas associadas à exploração deste equipamento.

O “Planeta Água” foi o tema da edição de 2019 do Aquaporto, que levou ao Pavilhão da Água e zona envolvente, no Parque da Cidade, milhares de visitantes para três dias de

educação para a água, ciência, arte e animação. A esta iniciativa com periodicidade anual juntou-se o “Jardim da Água”, tendo como palco o Parque das Águas, situado na Sede da empresa, na rua Barão de Nova Sintra.

Todos os meses, o novo evento oferece aos visitantes uma ampla e diversificada programação: mercado tradicional, exposições, documentários, sessões de sensibilização sobre a importância dos recursos hídricos e respetivos ecossistemas, visitas ao património histórico do Parque (ex.: fontes e fontanários), atuações musicais e/ou teatrais e atividades de animação. O objetivo é aproximar a população residente e os turistas da Quinta de Nova Sintra, um reduto verde na zona oriental da cidade, enquadrado na paisagem com vista para o rio Douro. Estas atividades vêm, assim, dinamizar a Rota da Água, um dos cinco trajetos temáticos que integram o Mapa de Arte Pública do Porto.

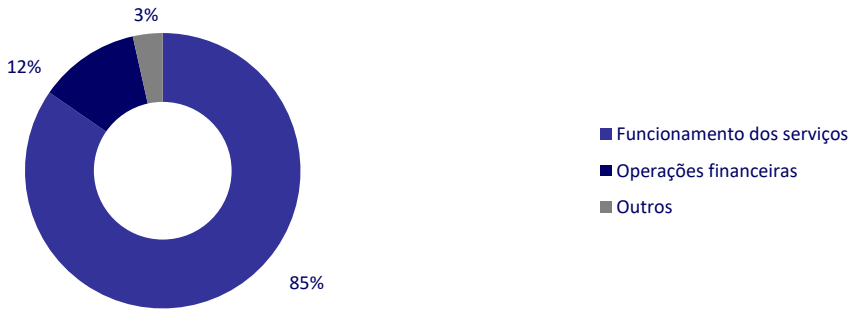
No âmbito do **bem-estar animal** foi praticamente concluída, através da GO Porto, EM a obra de construção do Centro de Recolha Oficial de Animais (CRO.A), que substituirá o velho canil do Porto. Este Centro de Recolha localiza-se em Azevedo de Campanhã (junto ao Viveiro Municipal) e será uma estrutura moderna que vai oferecer condições de excelência para a recolha de canídeos e felídeos, praticamente duplicando o número de espaços de alojamento.

Na sequência dos contactos estabelecidos com associações zoófilas foram estabelecidos protocolos de apoio financeiro para implementação de programa CED (Captura-Esterilização-Devolução) em 24 colónias de gatos do concelho do Porto. Nesse contexto específico, o programa CED consiste em organizar e disciplinar uma rede de cuidadores informais, que cumprem um plano de gestão devidamente autorizado pelo Médico Veterinário Municipal, em que os animais capturados são esterilizados e devolvidos à colónia. Este método não visa perpetuar a permanência destes animais no espaço da colónia, nem tão pouco encorajar o aumento do número de indivíduos, mas apenas garantir que o número original vive de forma livre, sem doenças transmissíveis, controlando todos os gatos intrusos, e esgotando-se num tempo finito que compreende a esperança de vida dos indivíduos que compõem essa colónia.

Foi lançada a campanha “ADOTE”, compreendida por folhetos informativos para potenciais adotantes e mupis. Foi ainda organizada uma ação de rua para promoção da adoção.

13. GOVERNÂNCIA DA CÂMARA

F. 5 - Governância da Câmara



A Governância da Câmara engloba os programas de Funcionamento dos serviços com 96,5 milhões de euros, Operações financeiras com 13,6 milhões de euros e Outros com 4 milhões de euros.

No âmbito do **Funcionamento dos serviços** a conjuntura económica da cidade e a pressão urbanística que se vem fazendo sentir implicou em 2019 o aumento da fiscalização, mantendo-se o foco nas obras particulares, intervenção na via pública e ocupação de espaço público.

Em 2019 foram comunicadas ao município 1.914 obras particulares, na sua maioria situadas na área da União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, seguindo-se Bonfim e depois Paranhos. Iniciou-se o acompanhamento de 466 obras na sequência de denúncias e efetuaram-se 5.397 ações de fiscalização. Foram também iniciados 2.514 processos de vistoria de alojamento local.

Na sequência de emissão de alvarás para intervenção na via pública e respetivas comunicações de início de trabalho (subsolo) foram iniciados 1.086 processos tendo sido efetuadas 2.846 ações de fiscalização. Também esta área de atuação caracteriza-se por uma componente fortemente preventiva.

Ao nível da verificação das condições de salubridade de terrenos privados ou logradouros, foram abertos 380 novos processos e efetuadas 533 ações de fiscalização.

Deu-se seguimento a 416 pedidos de vistorias para efeitos de imposição de obras de conservação, tendo resultado algumas situações passíveis de agravamento de IMI.

Em matéria de ocupação de espaço público foram efetuadas 5.714 ações de fiscalizações com elevada incidência em andaimes e tapumes colocados no âmbito de

obras particulares em curso, sendo certo que nesta área de atuação a fiscalização caracteriza-se por ser maioritariamente preventiva.

No domínio dos recursos humanos, o Município do Porto perspetivando as melhores práticas, tem vindo a investir numa Gestão de Recursos Humanos mais estratégica, mais humanizada, transparente e centrada no desenvolvimento, satisfação e bem-estar dos colaboradores.

Assim, a Direção Municipal de Recursos Humanos deu início a um conjunto de iniciativas que materializaram a visão do Município para esta área.

Procedeu ao lançamento do programa Bem-Estar dos trabalhadores através de três eixos de intervenção - Bem-Estar Individual, Contexto Relacional e Condições Físicas, que contribuem designadamente para hábitos de vida saudáveis, para práticas de segurança e saúde e para potenciar a motivação e o trabalho em equipa.

Desenvolveu percursos formativos por carreira, projeto que procura dar resposta às competências profissionais de forma estruturada, garantindo simultaneamente a preservação do conhecimento, sustentando planos de sucessão e o desenvolvimento de competências no âmbito da mobilidade interna ou intercarreiras.

Lançou o programa de Liderança, orientado para todos os dirigentes do Município, estruturado em quatro grandes eixos: gestão, gestão de pessoas, comunicação, inovação e empreendedorismo, com vista ao desenvolvimento de uma liderança humanizada, próxima e focada no desenvolvimento e motivação dos trabalhadores, e que será operacionalizado num conjunto de ações de formação modulares e seminários de atualização e desenvolvimento.

Desenvolveu e preparou para entrada em produção a plataforma de recrutamento online, com vista a transferir para os meios online o processo de recrutamento dos seus recursos humanos, visando a agilização, simplificação e otimização do processo de recrutamento na autarquia.

Implementou o Projeto Europeu Innovato-R, com a concretização de uma Boa prática, ao nível da sua identificação junto dos trabalhadores, permitindo, desta forma, trabalhar na componente da inovação, potenciando o envolvimento dos trabalhadores e, consequentemente, incrementando o seu nível de motivação.

Deu continuidade, ainda, à sua política de valorização dos trabalhadores, mantendo o foco na implementação imediata de todas as medidas que permitam a valorização interna dos trabalhadores e evolução profissional, nomeadamente: (i) 51 mobilidades intercarreiras ou intercategorias, bem como a concretização de 138 promoções de

trabalhadores em categoria superior à detida, nas carreiras de informática e na carreira de fiscal municipal; (ii) aplicação das valorizações remuneratórias e respetivo pagamento, em que foram abrangidos pela alteração de posicionamento remuneratório, pela contabilização de 10 pontos, cerca de 546 trabalhadores do Município e participadas.

O Município deu seguimento ao investimento na aprendizagem e no desenvolvimento das capacidades e competências dos seus trabalhadores, levando a cabo a concretização de 556 ações de formação que abrangeram 70,9% de trabalhadores.

Durante o ano de 2019, o Município viu reforçado o reconhecimento da conformidade do seu Sistema Integrado de Gestão, nas vertentes de Qualidade, Recursos Humanos, Ambiente, Emergências e Segurança e Saúde no Trabalho pelas normas NP EN ISO 9001:2015, NP 4427:2004, NP EN ISO 14001:2015, UNE-ISO 22320:2013 e ISO 45001:2018, tendo, esta última, sido o culminar de todo um processo de migração operacionalizado ao longo do ano.

Foi ainda possível recolher toda a informação necessária para dar resposta ao conjunto de indicadores que constituem a Norma ISO 37120 - Desenvolvimento sustentável das comunidades, com o objetivo de assegurar a renovação da certificação naquela Norma.

No domínio da gestão de pessoas a autarquia prosseguiu com as políticas e medidas centradas na racionalização e otimização dos recursos humanos. Nesse enquadramento, respeitou os limites de despesas de gestão de pessoal e o enquadramento legal vigente.

No âmbito da Direção Municipal da Presidência merece relevância, em 2019, o processo de conservação e de renovação no edifício dos Paços do Concelho, nomeadamente na Sala D. Maria, Sala de Fumo, Sala das Sessões, Salão Nobre e Escadaria Principal.

No campo de ação das relações externas e mais propriamente no desenvolvimento das iniciativas de caráter internacional merece destaque a participação do município nas reuniões da Assembleia Geral e da Comissão Executiva do Eixo Atlântico e da Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro e a análise, preparação e encaminhamento da documentação rececionada, aos grupos de trabalho, no espaço da Eurocidades, bem como na Conferência Making Cities Livable, em Portland.

Ao nível das geminações e dos protocolos de cooperação firmados e em curso, salienta-se as assinaturas dos Memorandos de Entendimento entre as cidades do Porto e Shangai e a cidade do Porto e a Região Administrativa Especial de Macau. A participação no voo inaugural da Emirates entre o Porto e o Dubai; na Conferência Smart

Cito Forum, em Shenzen e na Sister Cities Week 2019, em Bangkok; no Forum Diálogo de Política Regional – Património e Cidades, em Lima; a visita à cidade do Porto da Secretária Permanente da Câmara de Bangkok. Os múltiplos intercâmbios estabelecidos com diversas cidades, como: Bordéus, Berlim, Atenas, Nagasaki, Buenos Aires, Bouaké (Costa do Marfim), Ho Chi Minh (Vietnam) entre outros, merecem-nos igualmente a sua referência.

Na linha orientadora de aproximação aos cidadãos, para além das diversas iniciativas e eventos realizados ao longo do ano, há a salientar a participação no Fórum da Juventude que contou com a presença da Chefe da Representação da Comissão Europeia em Portugal.

No âmbito interno, assinala-se a continuidade do reforço do papel institucional protocolar nomeadamente na organização e participação de eventos e iniciativas de diversa natureza: reuniões, receções, sessões solenes, com personalidades e entidades individuais ou grupos de trabalho das mais diversas áreas de intervenção. Das iniciativas realizadas, ressaltam a oferta das Chaves da Cidade a Sua Alteza Real o Príncipe Aga Khan e a Sua Excelência o Chefe da Região Administrativa Especial de Macau; a atribuição das Medalhas da Cidade, entre outros.

No Apoio à Câmara Municipal destacam-se as atividades conducentes à realização das 28 reuniões do Órgão Executivo e publicação das respetivas deliberações, a preparação e organização de 12 reuniões dos Conselhos Municipais (Economia, Educação, Juventude, Cultura, Segurança e Ambiente), o serviço de atendimento telefónico dos Paços do Concelho, a divulgação de informação da Autarquia, nomeadamente através do Boletim Municipal Eletrónico (978 documentos em 53 boletins), da divulgação por correio eletrónico e publicação no Portal do Colaborador (295 documentos) e do envio para publicação em Diário da República (12 atos).

Destaca-se ainda a gestão e tramitação dos procedimentos das Eleições para o Parlamento Europeu, Região Autónoma da Madeira e Legislativas – Assembleia da República, nas modalidades de Voto Antecipado e Dia da Eleição.

Assinala-se também a implementação e disponibilização da nova App do Boletim Municipal Eletrónico do Município do Porto, que introduziu melhorias ao nível da imagem, pesquisa de conteúdo e adaptabilidade do sítio aos diferentes dispositivos utilizados (computadores, tablets ou telemóveis).

No Apoio à Assembleia Municipal realçam-se as atividades que permitiram a realização das 24 sessões do Órgão Deliberativo, bem como a preparação e organização de 33

reuniões das diferentes Comissões (Consultiva de Apoio à Mesa – 16 reuniões; Comissão Consultiva de Apoio à Mesa | Revisão do Regimento – 12 reuniões; Comissão de Acompanhamento do Planeamento e do Ordenamento do Território Municipal – 3 reuniões; Comissão de Acompanhamento da Toxicodependência – 1 reunião; Comissão Consultiva para Atribuição das Medalhas Municipais – 1 reunião). Foram ainda assegurados o tratamento e encaminhamento de 36 pedidos dos Grupos Municipais, a divulgação de 65 convites, 31 documentos/informações e 770 atividades culturais dirigidos aos Membros da Assembleia e a resposta a 95 sugestões de Munícipes endereçadas diretamente àquele Órgão. Procedeu-se também a alterações à Sala de Sessões da Assembleia Municipal que passou a contar com um lugar sentado com secretária para cada membro do Órgão Deliberativo.

Através do Departamento Municipal de Comunicação e Promoção (DMCP), com a missão de gestão da comunicação interna e externa da autarquia, sustentada no princípio de uma política de melhoria contínua da imagem do universo institucional, executivo, presidente e da cidade, destaca-se a publicação de anúncios obrigatórios, a assessoria de imprensa, a aprovação dos pedidos de material promocional interno e externo, a produção, a edição e a divulgação de conteúdos (vídeo, fotografia e texto), a disponibilização de informação municipal e outra de manifesto interesse público aos cidadãos e aos media nos vários canais (site, portal de notícias e jornal Porto.), nas redes sociais (facebook e youtube) e através da App Porto.

Em 2019, a aposta passou pela maximização da capacidade de divulgação e cobertura de eventos, iniciativas e projetos desenvolvidos pelo Município do Porto. Para tal, foi fundamental o reforço da utilização do Portal Agenda DMCP por parte das unidades orgânicas e empresas municipais, que realizaram o registo de 920 atividades (crescimento de 17% face a 2018), tendo sido divulgadas 560 atividades, o que revela um aumento de 54% em relação ao ano anterior.

No centro da estratégia comunicacional esteve, também, a disponibilização da informação mais recente e oportuna das várias áreas de intervenção do Município do Porto no portal institucional www.cm-porto.pt. Destaca-se, em particular, a adaptação e atualização do menu “Juventude”, que facilita agora o acesso, por parte do cidadão, à informação sobre os programas de interesse particular para os jovens, e a informação disponibilizada no menu “Mobilidade” sobre o Porto. 13-15, um cartão Andante exclusivo do Município para jovens entre os 13 e 15 anos e que permite a utilização gratuita dos transportes públicos integrados no sistema intermodal Andante.

O *website* institucional (www.cm-porto.pt) registou 2.574.945 visualizações de página, com uma média diária de 7.055 visualizações.

Nesta ano publicaram-se no portal www.porto.pt, 3.379 notícias, tendo sido registadas 4.120.387 visualizações de página (crescimento de 18% em relação a 2018), o que permite atestar a estratégia comunicacional utilizada, que pretende vincular, cada vez mais, o portal como canal de informação sobre o Porto, e não apenas sobre o universo municipal, com capacidade de gerar impacto direto nos utentes da cidade, mas também na esfera mediática, afirmando-se uma fonte fidedigna junto dos principais órgãos de informação.

Na rede social Facebook destaca-se a página "Porto." em que o alcance médio diário, face ao mesmo período do ano anterior (12.173 em 2018; 18.263 em 2019), mostra um crescimento de 50%, fruto do desenvolvimento contínuo de distintas formas de atuação neste canal. Na página da CMP o crescimento foi de 18,57%.

Na rede Youtube atesta-se a consolidação da página e conteúdos divulgados, tendo sido registado um tempo total de visualização de 15.359,8 horas. Neste canal, em 2019, conquistaram-se mais 1.140 subscritores.

Com um papel fundamental junto das diversas unidades orgânicas no desenvolvimento de planos e estratégias de comunicação orientadas e integradas, quer para os serviços facultados quer para as iniciativas que exigiram uma comunicação externa adaptada realçam-se 146 desenvolvimentos criativos e campanhas, sendo que se destaca o apoio no âmbito dos projetos desenvolvidos para as áreas da coesão social, educação, mobilidade, comércio, turismo e InvestPorto.

Apoiou-se, também, a divulgação de 233 eventos do universo municipal, co-produções, parcerias e algumas situações de caráter solidário e/ou social, evidenciando: Move Porto, Primavera Sound, São João, Passagem de Ano, QSP SUMMIT, Cultura em Expansão, 81ª Volta a Portugal em Bicicleta, Festival DDD e Feira do Livro, entre outros.

Realizou-se ainda a produção de vídeos onde foram desenvolvidos conteúdos temáticos que promovem e dão a conhecer as mais diversas atividades da cidade, em 2019, tais como, Espetáculo de inauguração das luzes de Natal do Porto, Inaugurado Super Bock Arena – Pavilhão Rosa Mota, João Rodrigues vence Volta a Portugal, Unite Porto – Tomorrowland, O nosso São João.

Concretizaram-se, de igual modo, diversas reportagens abordando as mais variadas temáticas, de manifesto interesse público, como: (D)Eficiência | inclusão no mercado de trabalho de pessoas portadoras de deficiência, Escola do Bom Sucesso requalificada,

Recolha porta-a-porta é um sucesso nos níveis de reciclagem, Conheça os novos habitantes do Sea Life Porto e ainda a reportagem sobre o projeto inovador na cura da Hepatite C.

No domínio da auditoria interna, desenvolveram-se ações focadas no acompanhamento e avaliação dos processos operacionais e de controlo interno, emitindo os relatórios: Acompanhamento do Inventário Municipal Anual 2018, Avaliação do Sistema de Controlo Interno do Município do Porto ao nível das Existências e Desafetação da parcela de terreno do domínio público municipal, com área de 1.481m^2, sita na rua S. João do Porto, da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, deu-se início às ações Apreciação dos Procedimentos relativos ao Armazenamento e Consumo dos Combustíveis e Avaliação da Eficiência e Eficácia dos Procedimentos inerentes à Aquisição de Imóveis pelo Município do Porto e assegurou-se a realização do Follow up relativo ao Levantamento dos veículos operacionais afetos ao BSB, numa lógica de monitorização das melhorias obtidas e/ou das dificuldades na implementação das recomendações proferidas no âmbito desse trabalho.

Na área da gestão de risco e em reforço da sua importância na melhoria organizacional, desenvolveu-se, em parceria com a Divisão Municipal de Gestão Integrada e Desenvolvimento Operacional, ações de acompanhamento e sensibilização junto das Unidades Orgânicas e promoveram-se os trabalhos preparatórios para monitorização do tratamento do risco através do Portal de Gestão (BI).

Em sede de acompanhamento das auditorias externas, foram coordenados os trabalhos respeitantes ao Projeto Norte-04-2114-FEDER-000138 - Valorização dos Caminhos de Santiago - O Caminho Português da Costa e ao Regime Escolar (distribuição de fruta e produtos hortícolas nas escolas) - Controlo do ano letivo 2017/2018 e verificação do ano letivo 2018/2019.

À semelhança dos anos anteriores, assessorou-se o Conselho Municipal de Finanças e garantiu-se a atualização do seu centro documental.

No domínio da Direção Municipal de Serviços ao Munícipe e dando continuidade ao propósito de se construir um “Gabinete do Munícipe de Nova Geração”, onde se pretende transformar a forma de relacionamento e comunicação entre os serviços da autarquia e os cidadãos e desmaterialização de processos, concretizou-se o alargamento do âmbito da centralização do atendimento através do atendimento multicanal integrado (presencial, telefone e online) a mais dois canais (correio postal e email institucional).

Ao nível do projeto Linha Porto. - através do qual se pretende criar um número de telefone, curto e de fácil memorização que facilite o relacionamento do cidadão com a autarquia em matérias que impliquem não só procedimentos administrativos, mas também através do qual o munícipe possa também reportar uma ocorrência ou, simplesmente, obter uma informação sobre a cidade - foram dados passos decisivos para a sua operacionalização. Reconhecendo interesse à iniciativa do Município e mérito ao projeto, o Governo (através do Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa) evidenciou vontade de promover e alargar este projeto a nível nacional e a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) também manifestou disponibilidade para autorizar a utilização de um número curto e sem custos.

Deram-se passos decisivos com vista à implementação do projeto Gestor de Ocorrências (ferramenta online - plataforma digital, aplicação móvel, website - onde futuramente os cidadãos poderão comunicar problemas e ocorrências na via pública ao Município do Porto).

Foram ainda implementados novos serviços no Gabinete do Munícipe (GM), entre os quais se destacam a declaração de localização de imóvel em ARU e a possibilidade de pagamento via MBWay através dos Terminais de Pagamento Automático (TPA).

Visando alavancar a melhoria contínua da informação prestada pelos Técnicos do Atendimento Multicanal Integrado do GM, foi efetuada uma reengenharia à informação disponibilizada internamente, na Carta de Serviços do Portal de Atendimento.

Desencadearam-se um conjunto de ações que visaram incentivar a utilização dos canais de atendimento à distância, designadamente a alteração do tempo de resposta do *callback* do Serviço de Atendimento Telefónico (de 48h para o próprio dia, até às 18h); a submissão de requerimentos dos procedimentos urbanísticos exclusivamente *online*; a introdução de melhorias na consulta de processos *online* (oportunamente divulgadas aos munícipes) ou a redução do tempo médio no trabalho dos formulários *online*, aumentando desta forma a satisfação dos munícipes e a disponibilização para consulta dos processos *online*.

No ano 2019 a procura do atendimento multicanal do Gabinete do Munícipe registou 152.901 atendimentos no canal presencial (172.871 em 2018), 129.449 chamadas no canal telefone (121.907 em 2018) e 31.683 formulários submetidos no canal online (28.169 em 2018), perfazendo um total de 314.033 atendimentos.

De salientar que se mantém a tendência de crescimento dos canais de atendimento à distância (o canal online e telefone), sendo a procura superior à do atendimento presencial.

Com a abertura da Divisão Municipal de Secretaria Geral, em fevereiro de 2019, promoveu-se a desmaterialização de todos os pedidos que dão entrada no Município pelo atendimento presencial ou pelo correio postal. Até então, apenas os processos de licenciamento urbanístico, que representavam 29% dos pedidos entrados, eram desmaterializados. Hoje são desmaterializados cerca de 90% dos pedidos à entrada, os restantes não o são devido a condicionamentos legais ou integrações informáticas que estão em desenvolvimento. Além dos ganhos de eficiência e eficácia que esta passagem à tramitação digital aportou à autarquia e ao munícipe, salientam-se também os ganhos ao nível ambiental e de redução de custos.

Desde a sua entrada em funcionamento, foram registados 21.451 pedidos de serviço e providenciado o tratamento de 24.095 pedidos provenientes do atendimento presencial, perfazendo 45.546 pedidos de serviço encaminhados para os diferentes serviços municipais. Providenciaram-se 2.928 notificações a munícipes para entrega de documentos e assegurou-se a expedição postal de 60.655 cartas.

Foram dados os primeiros passos para a implementação do Núcleo de Reclamações com vista à centralização de todas as respostas às reclamações apresentadas ao Município.

Em termos do arquivo geral, o objetivo tem sido o da gestão integrada do sistema de informação do Município, com atualização e melhorias constantes. O tratamento técnico arquivístico visa aumentar e melhorar a oferta de informação nos instrumentos de pesquisa (GISA e GISAWeb), tornando-os mais eficazes e de acesso livre e universal. Neste âmbito promoveu-se a organização, o acesso e a difusão de informação, deu-se continuidade às atividades-chave, procedendo-se à incorporação (134 metros lineares), ao recenseamento, descrição e indexação de documentos/ processos (47.000 registos descritivos, com associação de 7.000 objetos digitais). Contribuiu-se para a simplificação e desmaterialização de procedimentos, tendo sido desmaterializados 32.000 processos, com produção de 366.000 imagens associadas.

No âmbito da atuação dos Sistemas de Informação do Município do Porto, em 2019 foram consolidados os projetos de reorganização de serviços e infraestruturas e foram implementados novos projetos, tendo especial destaque a entrada em produção da nova plataforma de gestão documental, o Porto.Doc, bem como o desenvolvimento de novos

processos de análise de informação (IoT, OpenData, BigData, BI, Georreferenciação entre outros), para apoio à tomada de decisão dos órgãos de gestão.

A plataforma de gestão documental Porto.Doc entrou em produção no mês de julho. A melhoria contínua está a ser desenvolvida e monitorizada, concluído que está um processo de definição de requisitos e implementação que durava há vários anos. Esta nova plataforma permite a implementação de novos procedimentos, baseados em processos desmaterializados e suportados em fluxos de trabalho estruturados. Esta plataforma substituiu o anterior DocInPorto que já não dava resposta à complexidade organizacional do Município do Porto.

Na área da informação geográfica, foram desenvolvidos *dashboards* de visualização de indicadores e ocorrências georreferenciadas (*temporal-spatial*) em mapas, no âmbito do suporte à atividade operacional de diversas unidades orgânicas tais como o CGI, DMGU, DMEP, DMPC, BSB, PM e DMMT.

Foi consolidada a ação da Divisão Municipal de Suporte e Manutenção, o que permitiu melhorar a resposta ao crescente número de pedidos de serviço e incidentes. Por forma a garantir uma melhor gestão do parque informático procedeu-se à elaboração de um plano plurianual de substituição de equipamentos (computadores e telemóveis), cuja implementação já se iniciou e que permite uma melhor adequação dos equipamentos ao perfil de utilização.

No ano de 2019 prestou-se suporte a 2.305 utilizadores e 2.774 computadores pessoais distribuídos por 94 locais no concelho do Porto, às 104 aplicações que apoiam as diversas áreas de negócio da autarquia e a 285 servidores físicos e virtuais. Na atividade diária foram registados e resolvidos 14.351 pedidos de serviço e incidentes num total de 60.809 horas.

Durante este período destaca-se ainda a aposta no Portal de Gestão da Autarquia, tendo sido desenvolvidos e disponibilizados novos indicadores no âmbito da gestão de equipamentos, processos de contraordenação, atualização e melhoria dos indicadores existentes nas diversas áreas de negócio.

Foi dada continuidade à modernização da infraestrutura de comunicações em diversos edifícios do município. A prioridade recaiu sobre os edifícios que albergam maior número de trabalhadores, tendo sido instalados equipamentos com características capazes de suportar um maior número de utilizadores, com maior velocidade e melhor eficácia. Neste processo de modernização dotaram-se todas as salas de formação e de reuniões com redes sem fios para acesso à Internet.

No que concerne à gestão da receita municipal há a destacar, no ano 2019, a consolidação da Taxa Municipal Turística como uma das principais fontes de financiamento da atividade municipal. Assistiu-se ao aumento significativo da cobrança desta receita, na ordem dos 79,3%, com a emissão de 34.107 faturas, no valor 15,8 de milhões de euros.

A liquidação e cobrança desta taxa implicou ainda a gestão do canal de atendimento telefónico específico, na componente financeira, a funcionar na Divisão Municipal de Receita que assegurou o tratamento de 1.640 telefonemas, com a duração média de 4 minutos cada.

Salienta-se ainda a aplicação do Regulamento de Isenções de Impostos Municipais do Município do Porto (RIIMMP) no primeiro ano da sua vigência, que terá representado uma redução da carga fiscal para os contribuintes do Porto, em cerca de 2,9 milhões de euros.

O RIIMMP visa a concretização das medidas públicas municipais de: desenvolvimento do mercado de arrendamento com renda acessível para fins habitacionais; estímulo à habitação própria e permanente na cidade do Porto e à fixação de residência de famílias e jovens, nomeadamente nas áreas de reabilitação urbana aprovadas do Centro Histórico, da Baixa, da Lapa, do Bonfim e de Massarelos e apoio à reabilitação urbana.

Neste contexto, a liquidação do IMI ocorrida 2019, já contemplou a isenção parcial do IMI, em 10% da taxa vigente, para os prédios destinados a habitação própria e permanente do proprietário e que correspondiam ao seu domicílio, que se traduziu na concessão de um benefício fiscal de cerca de 1,3 milhões de euros para 38.400 agregados familiares, estimando-se que tenha abrangido entre 35% a 40% da população residente.

No âmbito do apoio à reabilitação do edificado urbano, o órgão executivo do Município do Porto reconheceu, em 2019, a isenção de IMI e IMT para 83 prédios objeto de reabilitação urbana, no valor total estimado em cerca de 1,6 milhões de euros.

Considerando que o Município do Porto pretende consolidar a sua política fiscal, reforçando a componente de apoio à atividade económica, para além das componentes patrimonial e social que o RIIMMP já contempla, encontra-se a decorrer o processo de revisão deste regulamento, tendo em vista a definição de um regime de redução da derrama destinado à captação de empresas do foro tecnológico que exerçam ou venham exercer atividade na cidade do Porto. Simultaneamente, serão revistos benefícios fiscais para os prédios urbanos, objeto de reabilitação, destinados a

habitação sujeita a custos controlados de que sejam titulares associações de moradores, por forma a garantir-se a eficácia fiscal dos mesmos, ou seja, que tais medidas constituam um forte estímulo à capacidade financeira necessária à decisão de reabilitação.

No âmbito da gestão de tesouraria, destaca-se, em 2019, a implementação de um projeto de inteligência artificial - Robotics Process Automation (RPA), cuja abordagem consiste na robotização de processos de negócio através da utilização, em larga escala, de um *software* específico que possibilita, simular a execução humana de tarefas diárias e repetitivas. Com este suporte, iniciou-se, no último trimestre, a implementação de uma força de trabalho virtual para executar e controlar as operações que se relacionam com a reconciliação bancária de todas as contas que o Município detém nos diversos bancos. Este projeto permitiu uma recuperação de 70% dos movimentos em aberto, ou seja, dos 8.200 depósitos efetuados nas contas do Município num mês, 5.700 foram regularizados sem intervenção humana.

Na área da gestão financeira e orçamental, 2019 foi um ano de continuidade designadamente no que respeitou a assegurar os registos contabilísticos dos factos orçamentais e patrimoniais; a elaboração do orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2020; a preparação da Prestação de Contas de 2018, e a elaboração análises financeiras. Efetuaram-se ainda todos os reportes de informação às entidades externas, designadamente, DGAL Tribunal de Contas e Inspeção Geral de Finanças, entre outras.

Paralelamente procedeu-se ao acompanhamento dos desenvolvimentos do novo ERP financeiro, assim como, à preparação da entrada em vigor do novo paradigma contabilístico, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas - SNC-AP, em que o objetivo é a adoção de normas adaptadas das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) International Accounting Standard / International Financial Reporting Standards, (IFRS) no sentido de dotar as administrações públicas de um sistema mais convergente com os sistemas que atualmente vêm sendo adotados a nível internacional.

No âmbito da Gestão do Património, manteve-se a consolidação do projeto SICadPorto (Sistema de Inventário e Cadastro do Município do Porto), ferramenta estratégica para a gestão da propriedade imobiliária municipal, com componentes gráficas (georreferenciação) e alfanuméricas (base de dados relacional) associadas, que assentam na caracterização da propriedade, desde o histórico à situação atual dos bens. Desde o início do projeto, em 2012, e até ao final de 2019, foram

georreferenciados 6.009 processos de cadastro, que contribuíram para um grau de execução do projeto na ordem dos 68%.

No âmbito do processo municipal de compras continua a merecer relevância a evolução da plataforma eletrónica, que permitiu a desmaterialização e simplificação administrativa, com ganhos significativos de produtividade.

Destaca-se o desenvolvimento de uma solução eletrónica para formação dos contratos por ajuste direto, deixando de ser necessária a credenciação das entidades a convidar para apresentação formal de propostas. Esta solução, para além de ser uma importante medida de desburocratização e simplificação administrativa para os fornecedores municipais, também permitiu diminuir em 8 dias o tempo médio de conclusão dos procedimentos por ajuste direto (-19%).

Nesta matéria, o modelo global de gestão do contrato continuou o processo de consolidação, cobrindo mais algumas das etapas e transações que lhe estão associadas. A ferramenta eletrónica de suporte já permitiu um assinalável nível de simplificação, centralização e fiabilidade da informação.

A figura do gestor do contrato, em uso no município há alguns anos, passou a merecer previsão legal no art.º 290.º A, aditado ao CCP na redação que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2018. Tendo em conta a inovação legislativa foi promovido o reforço da bolsa de gestores de contrato, dos 169 existentes em 2018 para 229 em 2019, e a realização de 5 ações de formação para reforço das competências nesta matéria para os 60 novos elementos internos.

A incorporação de novas funcionalidades na plataforma eletrónica, aperfeiçoamento das existentes ou eliminação das que se mostrem redundantes, permitiu, desde 2013 e até 2019, uma redução nos tempos de execução de tarefas associadas à formação dos contratos de 24,7%.

Na área das compras públicas desenvolveu-se ainda um fórum temático para debater a profissionalização do comprador e gestor de contrato, e o impacto da inteligência artificial, que contou com 8 oradores, representantes de várias entidades públicas e privadas, bem como de origem nacional e internacional. Este debate recebeu a assistência de 128 participantes, oriundos de 64 entidades, das quais 35 privadas.

Para partilha de experiências, avaliação de sugestões de melhoria, quer regulamentar quer eletrónica, na atividade de contratação pública foi possível promover, desde julho 2019, um grupo de trabalho informal com o IMPIC - Instituto dos Mercados Públicos, do

Imobiliário e da Construção, entidade que supervisiona a área da contratação pública em Portugal.

Ainda neste mesmo esforço de partilha de experiências, foram recebidas 6 entidades públicas para conhecerem o modelo de gestão das compras existente no Município, e participou-se em conferências/palestras organizadas por entidades externas.

A iniciativa "Compras em Contacto", sessões presenciais para transmitir novidades e esclarecer dúvidas relacionadas com a contratação pública e tramitação dos procedimentos, junto das unidades orgânicas e dos respetivos intervenientes no processo ou ciclo de compra, teve 4 eventos que contaram com 231 presenças.

Na atividade de compras destaca-se ainda a poupança gerada de 4,2 milhões de euros na formação de novos contratos (10,5% do valor contratado), que ficaram assim disponíveis para outras atividades municipais e o valor dos contratos com preocupações sustentáveis que alcançou os 18,5 milhões de euros (45,9% do valor contratado).

No domínio da Gestão de Fundos Europeus as principais atividades centraram-se na pesquisa de fontes de financiamento, na preparação e instrução dos processos de candidatura a financiamento externo, mas maioritariamente na monitorização da execução dos projetos com financiamento externo.

Em 2019 foram pesquisadas cerca de 183 linhas de financiamento de diversos programas, no âmbito do Portugal 2020, de iniciativas e programas geridos pela Comissão Europeia, como o Urban Inovative Actions, Europa Criativa, Europa Para os Cidadãos, Erasmus +, Mecanismo Interligar a Europa, Horizonte 2020, bem como o Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, e outros fundos designadamente o Fundo Ambiental, e os promovidos pela Fundação Calouste Gulbenkian. Foram divulgados junto dos serviços 36 linhas de financiamento, 12 no âmbito do Portugal 2020, incluindo os programas de Cooperação Territorial, 10 ao abrigo de programas geridos pela Comissão Europeia e 12, de outras iniciativas designadamente fundos geridos pela Administração Central.

Sem prejuízo da diminuição de linhas de financiamento, no âmbito da atividade de preparação e instrução dos processos de candidatura a financiamento externo, foram apresentadas 15 candidaturas a financiamento externo, que representam um investimento total e elegível de 5 milhões de euros e uma comparticipação externa de 2,8 milhões de euros.

O Município viu aprovadas 9 candidaturas no âmbito do Portugal 2020, dos Programas Erasmus +, Mecanismo Interligar a Europa e Europa Criativa e ainda do Instituto

Francês, correspondendo a um investimento total de 7,6 milhões de euros, a um investimento elegível de 6,3 milhões de euros a uma comparticipação externa de 4,6 milhões de euros.

Todavia o ano de 2019 centrou-se também na atividade relacionada com a monitorização da execução dos projetos com financiamento externo. Neste ano, foi necessário assegurar a gestão de 55 candidaturas, as 9 candidaturas aprovadas no ano em apreço e 44 aprovadas em anos anteriores, que correspondem a um investimento total de 131 milhões de euros, um investimento elegível de 71,6 milhões de euros e uma comparticipação externa de 60,5 milhões de euros.

Decorrente da monitorização física e financeira destas candidaturas, foram apresentados 9 pedidos de reprogramações temporais e ou financeiras, efetuados 37 reportes de execução física e 92 pedidos de pagamento com um investimento de 13,5 milhões de euros. A comparticipação solicitada aos programas de financiamento foi de 11,1 milhões de euros.

Dos pedidos de pagamento submetidos e de adiantamentos recebidos o município arrecadou 6,6 milhões de euros de receita. De salientar que a receita recebida registou um aumento significativo comparativamente com o ano de 2018. Do total das receitas, 96% são do Portugal 2020 e, essencialmente, de candidaturas nos domínios da eficiência energética nos Bairros de Habitação Social, da reabilitação do Bairro do Cerco, do Mercado do Bolhão e do Quartel dos BSB.

No que concerne aos Serviços Jurídicos, tendo por objetivo central a prestação de um serviço que garanta a conciliação do rigor e segurança jurídicas com a celeridade hoje exigida ao Município do Porto, durante o ano de 2019 concluiu-se a implementação do Projeto de Melhoria Organizacional “Serviços Jurídicos à Moda do Porto.”, baseado nas boas práticas do Kaizen diário, com o objetivo de contribuir para um serviço público de qualidade, de melhorar os processos e de aumentar a eficácia.

Com o envolvimento de toda a equipa interna e tendo como foco central os clientes, o Projeto de Melhoria Organizacional teve, por principais efeitos, a reorganização dos espaços de trabalho, a normalização de documentos, a revisão dos indicadores e a implementação de ferramentas de gestão que permitiram criar condições mais favoráveis para a prestação de um serviço jurídico que garanta os níveis de qualidade e eficácia necessários à atuação do Município.

Na área de atuação do Departamento Municipal de Apoio à Contratação e às Entidades Participadas criou-se no *GeSI – Suporte CMP* uma área própria para pedidos de

emissão de pareceres jurídicos no âmbito da contratação pública, tendo em vista a centralização de tais pedidos, mas sobretudo o reforço da eficiência e proximidade com os demais serviços municipais.

Assim, a partir de 15 de abril de 2019, e sem prejuízo dos procedimentos que continuaram a ser tramitados via plataforma de compras AcinGov, todas as questões jurídicas relacionadas com a fase da formação dos contratos ou relacionadas com a fase da execução dos contratos passaram a ser enviadas com recurso ao *GeSI*.

No âmbito da atividade dos serviços jurídicos, através da Assessoria Jurídica foram emitidos 1.457 pareceres jurídicos, o que corresponde a um aumento de produção de 19% relativamente ao ano anterior.

Foram validadas previamente todas as propostas submetidas ao Executivo Municipal e foi divulgada diariamente legislação de interesse para a atividade municipal e promovidos diversos estudos jurídicos.

Foi ainda garantida a assessoria jurídica ao nível da revisão e interpretação do Código Regulamentar do Município do Porto, do Regulamento "Porto de Tradição", do Regulamento de Gestão do Parque Habitacional, do Regulamento da Feira da Pasteleira, dos Regulamentos dos Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos (Fiscalização, Tarifário e Serviço) e também de *dossiers* e projetos transversais à Autarquia.

Em matéria de contencioso, garantiu-se a representação judicial em 78 novos processos de contencioso administrativo, 7 novos processos de contencioso tributário e 10 processos de natureza penal, tendo havido um decréscimo de 61% de processos quando comparado com o ano anterior.

O Município foi notificado de 50 sentenças, sendo 33 dessas sentenças favoráveis à autarquia, o que corresponde a uma taxa de sucesso de 78%.

Ao nível da cobrança coerciva dos débitos ao Município e da instrução dos processos contraordenacionais, foram instaurados 11.682 processos de execução fiscal e 2.157 processos de contraordenação, tendo-se cobrado, neste âmbito, 1,5 milhões de euros.

Em matéria de contratação e articulação com as empresas municipais, no âmbito dos processos de formação de contratos ao abrigo do Código dos Contratos Públicos, foram emitidos 1.066 pareceres jurídicos, o que corresponde a um aumento de 296% em relação ao ano anterior. Foi ainda garantido o acompanhamento e promoção dos processos de notariado, com a realização de 38 escrituras públicas, com uma

diminuição de 58% face a 2018. Foi também garantida a articulação com o Tribunal de Contas com o envio para visto de 25 novos processos.

Foi ainda promovida a articulação entre o Município e as empresas municipais com a identificação de pontos focais que garantem a harmonização de procedimentos e entendimentos nas diferentes áreas de aplicação transversal no Grupo Municipal.

Tendo em vista a promoção da cultura jurídica no Município, foram ministradas 13 ações de formação pelos técnicos superiores da Direção, num total de 150 horas, sobre as matérias: Código dos Contratos Públicos, Sistema de Gestão Integrada de Contraordenações, Introdução ao Regime Jurídico de Emprego Público, Princípios Éticos da Administração Pública e Acesso à Informação Administrativa.

Em 2019 o Município continuou a promover uma cultura de Proteção de Dados, com o envolvimento e articulação de todas as matérias municipais relacionadas com a proteção de dados, contribuindo para dar cumprimento ao Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a efetuar pareceres sobre as avaliações de impacto e a organizar iniciativas e propostas neste domínio .

Neste âmbito procedeu-se à 1ª atualização da Política de Privacidade do Município do Porto, documento dinâmico, adaptado à realidade, evolução tecnológica e procedimental, e ainda às necessidades da organização e dos titulares dos dados, e que visa espelhar a política e práticas do Município em matéria de Proteção de Dados, de forma clara, simples e fácil, quer em termos de acesso, quer de compreensão.

Resultante da necessidade de terem sido efetuados juízos de compatibilidade para utilização de dados pessoais em estudos desenvolvidos pelo Município para a definição de políticas públicas municipais, conclui-se da pertinência de transmitir aos titulares de dados que os dados pessoais podem ser utilizados para esta finalidade. Esta atualização é de importância acrescida, uma vez que a informação genérica de como são utilizados os dados pessoais consta em todos os modelos de requerimentos, disponibilizados, quer pelo canal de atendimento presencial, quer pelo atendimento *online*.

Foi inserida (i) uma menção à forma como os profissionais do Município tratam os dados pessoais, salvaguardando que são de acesso limitado às pessoas do universo municipal com necessidade de os conhecer no exercício das suas funções e na estrita medida da prossecução das finalidades para que estes são recolhidos; (ii) uma alusão ao tratamento de dados pessoais de menores explicitando-se que a recolha e tratamento destes dados pessoais, só é efetuada com o consentimento do detentor da

responsabilidade parental ou encarregado de educação, e salientando-se que é a estes a quem assiste a prerrogativa do exercício dos direitos de dados dos titulares de dados de menores; e, (iii) uma referência específica ao tratamento de dados de categorias especiais, nos quais se incluem os dados relativos à saúde, decorrente, quer do exigente e específico quadro normativo associado ao tratamento de categorias de dados especiais, quer das específicas e complexas medidas técnicas e organizativas e salvaguardas que o tratamento destes dados acarreta para as diferentes unidades orgânicas do Município do Porto. Esclarece-se, assim, que o Município do Porto só aceita documentos que incorporem categorias especiais de dados, quando esses mesmos dados constem como documento instrutório dos modelos de requerimento e formulários disponibilizados pelo Município nos seus canais de atendimento.

No que respeita à conservação de dados pessoais, o referencial de conservação dos mesmos é, no Município do Porto e por regra, o Regulamento Arquivístico das Autarquias Locais.

Ao longo do ano a atividade exercida no âmbito da proteção de dados focou-se primordialmente, no tratamento de solicitações recebidas internamente das demais Unidades Orgânicas, e foi no sentido de fornecer orientações de adequação da atividade das mesmas ao cumprimento das regras de proteção de dados.

Ainda no ano de 2019 foram iniciadas as avaliações de impacto, aos CCTV's internos (*closed-circuit television*/circuitos fechados de televisão) operados pelo Município, bem como concluída a avaliação de impacto ao Sistema de Supervisão de Tráfego.

Importa ainda destacar o trabalho efetuado internamente pela generalidade das Unidades Orgânicas no sentido de procederem à inventariação prévia / identificação de situações críticas dos seus procedimentos internos que impliquem o tratamento de dados pessoais. Complementarmente deu-se seguimento à elaboração de minutas e *templates* específicos para a proteção de dados: informação a facultar ao titular de dados no momento da recolha de dados; declarações de consentimento; cláusulas contratuais; acordos de confidencialidade; juízos de compatibilidade; participação na revisão da Parte A do Código Regulamentar do Município do Porto e no Regulamento Interno dos Sistemas de Informação (RISI); colaboração na elaboração de um «Memorando sobre o RGPD – procedimentos para o tratamento de dados pessoais / projetos e iniciativas» do Departamento Municipal de Coesão Social, entre outros documentos de suporte ao cumprimento legal estipulado no âmbito da Proteção de Dados.

Acresce ainda que, durante o ano foram articuladas boas práticas e orientações com as empresas municipais, tendo-se ainda procedido a ações de sensibilização junto de grupos de colaboradores do Município do Porto.

VI. RELATÓRIO FINANCEIRO

ANÁLISE ORÇAMENTAL

1. Principais destaques

Q. 2 - Indicadores

Indicador	2017	2018	2019
Receita			
Variação da receita total	2,7%	12,0%	7,5%
Receitas correntes / Receitas totais	66,4%	67,3%	69,3%
Variação das receitas correntes	0,4%	13,6%	10,6%
Receitas fiscais / Receitas correntes	67,9%	74,7%	77,0%
Receitas correntes cobradas / Receitas correntes orçadas	113,3%	123,9%	127,1%
Receita total / receita orçada	115,1%	115,8%	117,1%
Despesa			
Variação da despesa total	-7,3%	19,0%	5,0%
Despesas correntes / Despesa total	71,3%	61,4%	64,8%
Variação das despesas correntes	5,2%	2,4%	10,8%
Despesas com pessoal / Despesas correntes	48,1%	50,0%	47,8%
Despesas correntes executadas / Despesas correntes orçadas	86,3%	86,6%	87,6%
Despesa total / Despesa orçada	78,8%	84,2%	83,2%
Equilíbrio orçamental e Dívida			
Saldo corrente / Receitas correntes	26,4%	33,7%	33,6%
Serviço da dívida / Receitas correntes	1,9%	11,8%	5,5%

Os rácios orçamentais registam, em 2019, valores que demonstram que se continuou a manter um efetivo controlo do orçamento.

A receita total regista um acréscimo de 23,4 milhões de euros, relativamente ao ano de 2018. Para este acréscimo contribuem o aumento das receitas correntes de 22,5 milhões de euros, as receitas de capital com um aumento de 1,4 milhões de euros, as reposições não abatidas aos pagamentos com uma variação positiva de 2,2 milhões de euros, e a redução do saldo da gerência anterior em 2,7 milhões de euros.

As receitas fiscais, que continuam a ser as receitas com peso mais significativo nas receitas correntes, revelam-se também as receitas que mais contribuíram para o aumento das receitas correntes, quando comparadas com 2018.

Ao nível das despesas totais verifica-se, no ano em apreço, um crescimento de 5%, por força do aumento de 15,2 milhões de euros das despesas correntes conjugado com a redução de 3,8 milhões de euros das despesas de capital.

A variação positiva nas despesas correntes ocorre nas rubricas de despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências correntes, subsídios e outras despesas correntes, registando-se uma redução nos juros e outros encargos.

A taxa de execução da receita do Município, bem como a taxa de execução da despesa, são demonstrativas do princípio de rigor e prudência nos pressupostos enunciados na preparação do orçamento.

A variação percentual do saldo corrente, ligeiramente inferior à ocorrida na receita corrente faz com que o rácio que lhe está associado reduza em 0,1 p.p.face ao ano anterior.

O decréscimo do serviço da dívida associado ao aumento das receitas correntes justifica a redução de 6.3 p.p. no respetivo rácio.

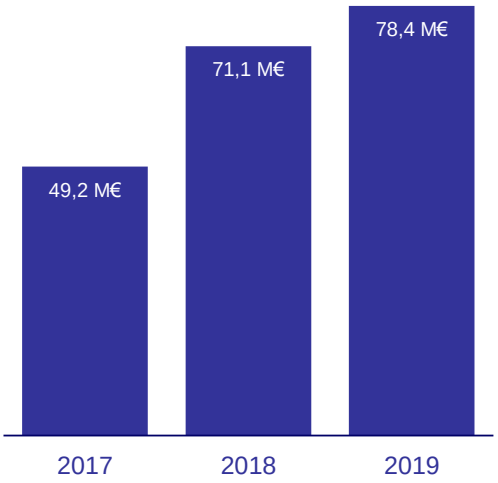
2. Equilíbrio orçamental

Q. 3 - Regras orçamentais de equilíbrio

Designação	2019 €	2018 €	Variação 18-19
Poupança corrente	78 441 700	71 129 160	10,3%
Equilíbrio orçamental - excedente anual	78 441 700	69 385 033	13,1%
Saldo global efetivo	110 817 676	104 585 071	6,0%
Saldo global primário	110 901 112	104 869 429	5,8%

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. A execução do orçamento do Município do Porto cumpre este princípio orçamental, com a formação da poupança corrente a financiar as despesas de capital. Em 2019, a poupança corrente foi de 78,4 milhões de euros, superior aos 14,3 milhões de euros previstos no orçamento inicial.

F. 6 - Evolução da poupança corrente



A evolução da poupança corrente ao longo do último triénio permite verificar o bom desempenho financeiro do Município com uma significativa libertação de meios para aplicar em investimento e amortização da dívida. O acréscimo da receita corrente em 2019 relativamente a 2018 conjugado com um aumento menos significativo das despesas correntes influenciou positivamente a poupança corrente cujo valor foi superior ao verificado no ano de 2018.

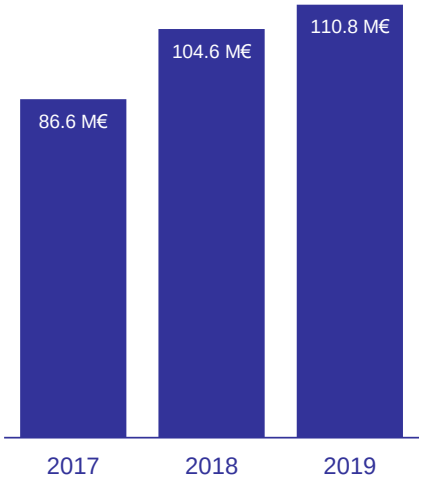
Sem prejuízo do princípio do equilíbrio orçamental considerado no POCAL, o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado através da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, determina ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Para além do bom desempenho financeiro do Município do Porto evidenciado pela poupança corrente do exercício, destaca-se ainda, em 2019, o equilíbrio orçamental positivo de 78,4 milhões de euros, obtido através do apuramento do saldo corrente deduzido da amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo, que é igual a zero por força da amortização antecipada da totalidade dos empréstimos bancários, e que compara com o valor de 69,4 milhões de euros do ano anterior.

Em 2019, o saldo global efetivo foi de 110,8 milhões de euros. O desvio entre o saldo global efetivo orçamentado e o conseguido no final do ano resulta em grande parte do

saldo de gerência do ano 2018, integrado no orçamento em sede de revisão orçamental e da cobrança de receita corrente face ao inicialmente previsto.

F. 7 - Evolução do saldo global efetivo



A evolução do saldo global efetivo ao longo dos últimos três anos, evidencia a capacidade de poupança do Município, que permitiu, de forma sustentada, manter e melhorar o equilíbrio das finanças municipais, financiando com meios próprios o investimento e reduzindo a zero o endividamento bancário.

3. ANÁLISE DA DESPESA

3.1. Alterações e revisões orçamentais da despesa

Q. 4 - Modificações ao orçamento segundo a natureza

Designação	Dotação Inicial		Dotação Final		Variação	
	€	%	€	%	€	%
Despesas com pessoal	82 574 855	28,1%	76 872 448	26,7%	-5 702 407	-6,9%
Aquisição de bens e serviços	57 389 922	19,5%	63 125 425	21,9%	5 735 503	10,0%
Juros e outros encargos	589 050	0,2%	83 636	0,0%	-505 414	-85,8%
Transferências correntes	9 608 945	3,3%	11 732 086	4,1%	2 123 141	22,1%
Subsídios	18 163 649	6,2%	21 877 010	7,6%	3 713 361	20,4%
Outras despesas correntes	2 647 935	0,9%	3 574 678	1,2%	926 743	35,0%
Despesas correntes	**170 974 356**	**58,2%**	**177 265 283**	**61,6%**	**6 290 927**	**3,7%**
Aquisição de bens de capital	111 509 684	37,9%	92 082 372	32,0%	-19 427 312	-17,4%
Transferências de capital	3 396 750	1,2%	4 203 351	1,5%	806 601	23,7%
Ativos financeiros	479 879	0,2%	1 275 719	0,4%	795 840	165,8%
Passivos financeiros	4 208 000	1,4%	12 761 487	4,4%	8 553 487	203,3%
Outras despesas de capital	3 331 331	1,1%	227 150	0,1%	-3 104 181	-93,2%
Despesas de capital	**122 925 644**	**41,8%**	**110 550 079**	**38,4%**	**-12 375 565**	**-10,1%**
Total	**293 900 000**	**100,0%**	**287 815 362**	**100,0%**	**-6 084 638**	**-2,1%**

Embora a elaboração do orçamento seja norteada pela rigorosa identificação das despesas, durante a execução podem acontecer situações em que as dotações previsionais são excessivas, insuficientes ou até mesmo inexistentes, nomeadamente pelo tempo que decorre entre a preparação do orçamento e o início do ano económico a que respeita. Para ultrapassar estas situações, efetuaram-se modificações orçamentais que, no seu conjunto, determinaram uma diminuição do valor global do orçamento de 6,1 milhões de euros, entre as quais uma revisão para integração do saldo de gerência, transitado do ano anterior.

As modificações ao orçamento, não tendo alterado a sua estrutura, aumentaram o peso das despesas correntes, em 3,4 p.p., essencialmente pelo efeito da redução do peso das despesas de capital no orçamento final face ao inicial.

De entre as rubricas cujas dotações foram reforçadas é de destacar, nas despesas correntes, a aquisição de bens e serviços, nomeadamente, para outros serviços no âmbito da Cultura e do Desporto por força do contrato celebrado com a empresa municipal Ágora, para a empresa municipal Domus Social, EM no domínio da

reabilitação urbana, para a Mobilidade, fundamentalmente para a promoção da eficiência e diversificação energética e para o programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos, para além dos reforços para encargos de cobrança de receita, vigilância e segurança, comunicações, locação de material de transporte, locação de outros bens, estudos, pareceres, projetos e consultadoria e outros trabalhos especializados.

Em transferências correntes o reforço resultou do aumento da dotação para as Freguesias, quer no âmbito dos contratos interadministrativos, quer por ajustamento entre rubricas dos orçamentos colaborativos, da inscrição de dotação para novas candidaturas do Porto Solidário no âmbito do Fundo Municipal de Emergência Social, e para apoios a ações de interesse cultural, nomeadamente para Iniciativas Culturais e para o Festival DDD – Dias da Dança.

O reforço do agrupamento subsídios que ocorreu no âmbito da Cultura e do Desporto, decorreu da criação da empresa municipal Ágora.

As dotações de outras despesas correntes foram reforçadas essencialmente para pagamento do IVA.

Nas despesas de capital, o reforço mais expressivo verificou-se nos passivos financeiros para amortização integral dos empréstimos de médio e longo prazo. As transferências de capital foram reforçadas para suportar o protocolo de depósito celebrado com a Fundação de Serralves no âmbito da coleção Miró, e nos ativos financeiros o reforço resultou da inscrição de dotação para aumento do património associativo nominal e quota suplementar da Associação Porto Digital e para a amortização antecipada do Fundo de Apoio Municipal.

As reduções mais significativas dos diversos agrupamentos de despesas do orçamento ocorrem, nas despesas com pessoal em resultado do ajustamento das respetivas dotações face ao valor efetivamente realizado, nos juros e outros encargos por força da amortização antecipada dos empréstimos de médio e longo prazo, nas aquisição de bens de capital pelo ajustamento aos contratos das empresas municipais GO Porto, EM e Domus Social, EM e, em outras despesas de capital, para fazer face ao valor necessário para o pagamento de indemnizações.

Q. 5 - Modificações ao orçamento por classificação orgânica e serviço responsável

Orgânica / Serviço Responsável	Orçamento Inicial		Orçamento Final		Variação	
	€	%	€	%	€	%
Assembleia Municipal	96 965	0,0%	147 465	0,1%	50 500	52,1%
EM	5 905 132	2,0%	6 290 542	2,2%	385 410	6,5%
DMP	1 834 981	0,6%	2 110 900	0,7%	275 919	15,0%
DMFP	127 313 267	43,3%	115 967 042	40,3%	-11 346 225	-8,9%
DMRH	83 889 955	28,5%	77 672 034	27,0%	-6 217 921	-7,4%
DMC	8 606 646	2,9%	11 098 941	3,9%	2 492 295	29,0%
DMMT	17 466 959	5,9%	17 401 978	6,0%	-64 981	-0,4%
DMU	1 265 900	0,4%	953 919	0,3%	-311 981	-24,6%
DMSI	4 851 484	1,7%	5 817 756	2,0%	966 272	19,9%
PM	5 478 550	1,9%	6 247 713	2,2%	769 163	14,0%
BSB	2 288 000	0,8%	2 387 366	0,8%	99 366	4,3%
DMSJ	795 100	0,3%	1 012 494	0,4%	217 394	27,3%
DME	6 744 059	2,3%	6 247 117	2,2%	-496 942	-7,4%
DMTC	2 503 870	0,9%	2 461 751	0,9%	-42 119	-1,7%
DMF	356 550	0,1%	304 115	0,1%	-52 435	-14,7%
DMCS	4 220 556	1,4%	2 122 420	0,7%	-2 098 136	-49,7%
DMSM	635 474	0,2%	638 605	0,2%	3 131	0,5%
DMJ	207 000	0,1%	122 653	0,0%	-84 347	-40,7%
GGFEIF	143 750	0,0%	25 245	0,0%	-118 505	-82,4%
DMPC	120 500	0,0%	156 375	0,1%	35 875	29,8%
DMPGA	2 009 709	0,7%	1 051 411	0,4%	-958 298	-47,7%
DMEVGI	10 855 788	3,7%	12 738 651	4,4%	1 882 863	17,3%
DME'c	1 019 781	0,3%	704 934	0,2%	-314 847	-30,9%
DMPD	13 095	0,0%	13 095	0,0%	0	0,0%
Operações Financeiras	5 276 929	1,8%	14 120 842	4,9%	8 843 913	167,6%
Total	**293 900 000**	**100%**	**287 815 362**	**100,0%**	**-6 084 638**	**-2,1%**

Do ponto de vista dos Serviços Responsáveis, e em termos de reforços orçamentais destacam-se as Operações Financeiras, com 8,8 milhões de euros para a amortização antecipada de empréstimos; a Direção Municipal de Cultura (DMC), com 2,5 milhões de euros para a Promoção Cultural, nomeadamente de obras de arte, assegurar a programação do Teatro Municipal do Porto e para o apoio de ações de interesse cultural; o Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas (DMEVGI) com 1,9 milhões de euros para locação de material de transporte, equipamento básico e trabalhos especializados no âmbito da Valorização e Requalificação dos Espaços Verdes e o Departamento Municipal de Sistemas de Informação (DMSI) essencialmente para comunicações.

Em termos de anulações orçamentais, destacam-se a Direção Municipal de Finanças e Património (DMFP), com -11,3 milhões de euros, essencialmente por força do ajustamento aos contratos com as empresas municipais Domus Social, EM e GO Porto, EM fundamentalmente no âmbito do programa Mercator; a Direção Municipal de

Recursos Humanos (DMRH), com -6,2 milhões de euros, em resultado do ajustamento das dotações das despesas com pessoal face ao valor efetivamente realizado e o Departamento Municipal de Coesão Social (DMCS) com -2,1 milhões de euros, por ajustamento à ação financiada, Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa (AIIA).

3.2 Execução orçamental da despesa

Q. 6 - Despesa por classificação económica

Designação	Despesa Orçada	Despesa Comprometida	Despesa Faturada	Despesa Paga	Desvio	Taxa de Execução	Despesa faturada e não paga
	€	€	€	€	€	%	€
	1	2	3	4	5=4-1	6=4/1	7=3-4
Despesas com pessoal	76 872 448	76 369 529	74 271 372	74 270 942	-2 601 507	96,6%	430
Aquisição de bens e serviços	63 125 425	57 145 935	47 539 080	46 953 096	-16 172 329	74,4%	585 984
Juros e outros encargos	83 636	83 436	83 436	83 436	-200	99,8%	0
Transferências correntes	11 732 086	10 789 983	10 029 618	10 025 373	-1 706 713	85,5%	4 245
Subsídios	21 877 010	20 980 355	20 980 355	20 980 355	-896 655	95,9%	0
Outras despesas correntes	3 574 678	3 213 335	2 907 709	2 907 559	-667 119	81,3%	150
Despesas correntes	**177 265 283**	**168 582 573**	**155 811 569**	**155 220 761**	**-22 044 522**	**87,6%**	**590 808**
Aquisição de bens de capital	92 082 372	84 456 162	68 784 931	68 415 862	-23 666 510	74,3%	369 069
Transferências de capital	4 203 351	4 188 835	2 439 807	2 257 601	-1 945 750	53,7%	182 206
Ativos financeiros	1 275 719	719 620	719 519	719 519	-556 200	56,4%	0
Passivos financeiros	12 761 487	12 761 487	12 761 487	12 761 487	0	100,0%	0
Outras despesas de capital	227 150	0	0	0	-227 150	0,0%	0
Despesas de capital	**110 550 079**	**102 126 104**	**84 705 744**	**84 154 469**	**-26 395 610**	**76,1%**	**551 275**
Total	**287 815 362**	**270 708 676**	**240 517 313**	**239 375 230**	**-48 440 132**	**83,2%**	**1 142 083**

O orçamento de 2019 teve compromissos que representaram 94,1% do orçamento e uma faturação de 83,6%.

Por sua vez, as despesas correntes pagas representaram 64,8% do total executado e as despesas de capital 35,2%.

Da diferença entre a despesa faturada e a despesa paga em 2019 resulta uma dívida total a transitar para o ano de 2020 de 1,1 milhões de euros. A dívida a fornecedores, que continua a manter-se a níveis muito reduzidos, permitiu que o prazo médio de pagamento a fornecedores se fixasse, no final de 2019, em 7 dias, o que se revela um comportamento exemplar na regularização dos compromissos. Saliente-se que esta dívida diz exclusivamente respeito a dívida não vencida e que o Município do Porto não tem pagamentos em atraso aos seus fornecedores.

Nas despesas correntes, são as despesas com pessoal que têm maior peso e as aquisições de bens e serviços as que, em termos absolutos, apresentam o maior desvio relativamente ao valor orçado. Em aquisição de bens e serviços, o desvio negativo de 6

milhões de euros no que respeita aos compromissos assumidos face ao previsto espelha o esforço de contenção das despesas ao longo do ano, em resultado, nomeadamente, das economias de escala fruto da maior eficiência quer pela utilização da Plataforma de Compras Eletrónica, quer pelo papel mais ativo desta área na reorganização do processo aquisitivo. A despesa faturada inclui a dívida transitada de 2018 que, neste agrupamento económico, foi de 860,7 mil euros. Em contrapartida, a dívida a transitar para 2020 é de 586 mil euros e corresponde, genericamente, a faturas de dezembro cujo prazo de pagamento não se tinha vencido.

As despesas de capital comprometidas, que ascendem a 92,4% do orçamento respetivo, registam uma faturação de 76,6%. Em termos de execução, o desvio mais significativo é registado no agrupamento de aquisição de bens de capital, no montante de 23,7 milhões de euros nas rubricas de habitações, edifícios, construções diversas, software e hardware informático e equipamento básico, para o que contribuiu de forma muito significativa a impossibilidade de concretizar, em tempo útil, diversas escrituras de compra e venda de edifícios adquiridos através do exercício de direito de preferência.

Neste âmbito, em 2019 foram analisados 3.139 anúncios de direitos de preferência, tendo esta opção legal sido comunicada por 24 vezes. Destas, 5 (20,8%) não se concretizaram por desistência dos vendedores. Foram celebradas 15 escrituras de compra e venda no valor total de 7,4 milhões de euros e no final do ano estavam cativos 4,5 milhões euros para os processos que estão em curso.

O investimento global do Município do Porto, inicialmente previsto com 111,5 milhões de euros, no agrupamento de aquisição de bens de capital teve uma redução em sede de modificações orçamentais e uma taxa de execução de 77% na rubrica de terrenos, de 75,6% em habitações, com destaque para os investimentos efetuados em reparação e beneficiação, de 87,4% em edifícios, nomeadamente os relacionados com instalações dos serviços, instalações desportivas e recreativas e escolas, com taxas de execução de 89,5%, 89,6% e 98,2% respetivamente. Em construções diversas a execução ascendeu a 73,2%.

Q. 7 - Despesa por classificação orgânica e serviço responsável

Orgânica / Serviço Responsável	Orçamento Final		Despesa Paga		Taxa de Execução
	€	%	€	%	%
Assembleia Municipal	147 465	0,1%	115 192	0,0%	78,1%
Executivo Municipal	6 290 542	2,2%	5 723 219	2,4%	91,0%
D. M. da Presidência	2 110 900	0,7%	1 409 297	0,6%	66,8%
D. M. Finanças e Património	115 967 042	40,3%	95 534 009	39,9%	82,4%
D. M. Recursos Humanos	77 672 034	27,0%	74 931 257	31,3%	96,5%
D. M. Cultura	11 098 941	3,9%	7 784 207	3,3%	70,1%
D. M. Mobilidade e Transportes	17 401 978	6,0%	10 279 679	4,3%	59,1%
D. M. Urbanismo	953 919	0,3%	457 996	0,2%	48,0%
Dep. M. Sistemas de Informação	5 817 756	2,0%	3 344 069	1,4%	57,5%
Polícia Municipal	6 247 713	2,2%	4 901 177	2,0%	78,4%
Batalhão Sapadores de Bombeiros	2 387 366	0,8%	1 069 627	0,4%	44,8%
D. M. Serviços Jurídicos	1 012 494	0,4%	540 175	0,2%	53,4%
D. M. Educação	6 247 117	2,2%	4 734 557	2,0%	75,8%
Dep. M. Turismo e Comércio	2 461 751	0,9%	1 772 516	0,7%	72,0%
Dep. M. Fiscalização	304 115	0,1%	157 401	0,1%	51,8%
Dep. M. Coesão Social	2 122 420	0,7%	1 455 703	0,6%	68,6%
D. M. de Serviços ao Munícipe	638 605	0,2%	550 077	0,2%	86,1%
Div. M. da Juventude	122 653	0,0%	87 067	0,0%	71,0%
Gab. Gestão de Fundos Europeus e Instr. Financiamento	25 245	0,0%	5 743	0,0%	22,7%
Dep. M. de Proteção Civil	156 375	0,1%	96 647	0,0%	61,8%
Dep. M. de Planeamento e Gestão Ambiental	1 051 411	0,4%	668 526	0,3%	63,6%
Dep. M. de Espaços Verdes e G. de Infraestruturas	12 738 651	4,4%	9 860 570	4,1%	77,4%
Dep. M. de Economia	704 934	0,2%	331 902	0,1%	47,1%
Dep. M. de Proteção de Dados	13 095	0,0%	176	0,0%	1,3%
Operações Financeiras	14 120 842	4,9%	13 564 442	5,7%	96,1%
Total	**287 815 362**	**100,0%**	**239 375 230**	**100,0%**	**83,2%**

Quanto à despesa por Serviço Responsável verifica-se que, em 2019, a Direção Municipal de Finanças e Património (DMFP) é a direção que apresenta o maior peso em termos previsionais e em sede de execução de despesas, ao agregar as transferências para as empresas municipais, bem como algumas despesas de funcionamento transversais, de que se destacam os seguros e as indemnizações.

Por outro lado, todas as despesas com pessoal estão concentradas na Direção Municipal de Recursos Humanos (DMRH), sendo este serviço municipal o que apresenta o segundo maior peso no orçamento em sede de execução de despesas.

A Direção Municipal de Mobilidade e Transportes (DMMT) tem um orçamento significativo por força das despesas com a gestão dos serviços de transporte público, mobilidade urbana, a construção e manutenção de infraestruturas viárias, os parques de estacionamento, a manutenção de equipamentos de sinalização e a eficiência energética de iluminação pública da cidade do Porto, logo seguida do Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas por força das despesas com

a requalificação, manutenção e construção de espaços verdes, com a gestão da frota do Município e as transferências para LIPOR.

3.3 Evolução da despesa

Q. 8 - Evolução da despesa paga

Designação	2019 €	2019 %	2018 €	2018 %	Variação 18-19
Despesas com pessoal	74 270 942	31,0%	70 081 396	30,7%	6,0%
Aquisição de bens e serviços	46 953 096	19,6%	43 530 913	19,1%	7,9%
Juros e outros encargos	83 436	0,0%	284 358	0,1%	-70,7%
Transferências correntes	10 025 373	4,2%	9 823 782	4,3%	2,1%
Subsídios	20 980 355	8,8%	13 434 382	5,9%	56,2%
Outras despesas correntes	2 907 559	1,2%	2 893 071	1,3%	0,5%
Despesas correntes	**155 220 761**	64,8%	**140 047 902**	**61,4%**	**10,8%**
Aquisição de bens de capital	68 415 862	28,6%	59 603 865	26,1%	14,8%
Transferências de capital	2 257 601	0,9%	2 246 604	1,0%	0,5%
Ativos financeiros	719 519	0,3%	723 119	0,3%	-0,5%
Passivos financeiros	12 761 487	5,3%	24 555 579	10,8%	-48,0%
Outras despesas de capital	0	0,0%	848 130	0,4%	-100,0%
Despesas de capital	**84 154 469**	35,2%	**87 977 297**	**38,6%**	**-4,3%**
Total	**239 375 230**	**100,0%**	**228 025 199**	**100,0%**	**5,0%**

Em 2019, a despesa paga teve um acréscimo na ordem dos 11,4 milhões de euros face ao ano anterior, ou seja, cresceu 5%.

As despesas correntes orçamentadas para 2019 (177,3 milhões de euros) foram superiores às de 2018 (161,7 milhões de euros) em cerca de 9,6% e, em termos de execução, o aumento foi de 10,8%.

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das despesas com pessoal, que representam 47,8% na despesa corrente paga e apenas 31% no total da despesa paga, com uma taxa de execução de pagamentos muito próxima dos 100% da despesa faturada. Este agrupamento, em conjunto com o das aquisições de bens e serviços, representam 78,1% da despesa corrente paga.

No que respeita às despesas de capital, a dotação para 2019 (110,6 milhões de euros), foi superior à de 2018 (109,3 milhões de euros) em 1,2%. Para este acréscimo concorre, fundamentalmente, o aumento na dotação inscrita em 2019 em aquisição de bens de capital conjugado com a redução da dotação em passivos financeiros.

Já no tocante às despesas totais pagas a variação foi de 5% para o que contribuíram a quase totalidade dos agrupamentos integrados na despesa corrente e o agrupamento aquisição de bens de capital.

Q. 9 - Evolução das despesas com pessoal

Despesas com Pessoal	2019		2018		Variação 18-19	
	€	%	€	%	€	%
Remunerações certas e permanentes	52 226 511	70,3%	49 517 884	70,7%	2 708 627	5,5%
Abonos variáveis ou eventuais	3 816 516	5,1%	3 511 916	5,0%	304 600	8,7%
Segurança social	18 227 915	24,5%	17 051 596	24,3%	1 176 319	6,9%
Total	74 270 942	100,0%	70 081 396	100,0%	4 189 546	6,0%

As despesas com pessoal apresentam, em 2019, uma variação positiva de 4,2 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

A Lei do Orçamento do Estado para 2019 (LOE2019) veio permitir alterações de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão. Os acréscimos remuneratórios decorrentes dos direitos acumulados começaram a ser repostos de forma faseada em 2018 e terminaram em 2019. Neste ano, completaram-se os pagamentos faseados, sendo de 75% em maio e de 100% em dezembro. Manteve-se a possibilidade de recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais nos termos e de acordo com as regras previstas na legislação.

No final de 2018 o número de efetivos era de 3.113 e em 31 de dezembro 2019 foi de 3.049. Apesar do aumento de trabalhadores em diversas carreiras, a redução verificada em termos globais resulta da redução de técnicos contratados para atividades extracurriculares, que passaram de 236 para 120.

A variação positiva dos encargos com pessoal reflete-se em todos os subagrupamentos, sendo, em termos absolutos, de maior relevo no de remunerações certas e permanentes em resultado das valorizações e acréscimos remuneratórios.

Neste subagrupamento, sobressaem as despesas com pessoal dos quadros – regime de contrato individual de trabalho – Pessoal em funções, que representam 44,1% das despesas com pessoal, as despesas com pessoal em qualquer outra situação, o subsídio de refeição e o subsídio de férias e de Natal.

Nas despesas relacionadas com abonos variáveis ou eventuais, o acréscimo decorre, essencialmente, das gratificações variáveis ou eventuais, subsídio de turno e outros abonos em numerário ou espécie.

O aumento dos encargos no subagrupamento segurança social, resulta, essencialmente, do efeito conjugado do aumento das contribuições para os subsistemas de segurança social, quer no que respeita aos encargos para a Caixa Geral de Aposentações quer para a Segurança Social, dos encargos com a saúde e dos seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais, com a diminuição das outras pensões.

As aquisições de bens e serviços, com uma variação de 7,9 % relativamente ao ano anterior, aumentam o seu peso nas despesas correntes. As aquisições de bens reduzem face ao ano de 2018, em 173,3 mil euros e as aquisições de serviços aumentam 3,6 milhões de euros.

Nas aquisições de bens destacam-se as reduções nas despesas com matérias-primas, combustíveis e material de transporte-peças.

No que respeita às aquisições de serviços os aumentos mais significativos ocorrem nas despesas de comunicações, estudos, pareceres, projetos e consultadoria, vigilância e segurança, outros trabalhos especializados e em outros serviços, nomeadamente por força do contrato celebrado com a empresa municipal Ágora, da promoção da eficiência e diversificação energética e do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos.

Relativamente aos juros e outros encargos, verifica-se em 2019 uma diminuição, na ordem dos 70,7%, por força da amortização integral da totalidade dos empréstimos de médio de longo prazo.

Q. 10 - Estrutura das transferências e subsídios

Designação	2019		2018	
	€	%	€	%
Transferências correntes / subsídios	**31 005 728**	**93,2%**	**23 258 164**	**91,2%**
Freguesias	4 808 970	**14,5%**	3 429 009	13,4%
Empresas municipais	18 115 186	**54,5%**	13 434 382	52,7%
Outros	8 081 572	**24,3%**	6 394 773	25,1%
Transferências capital	**2 257 601**	**6,8%**	**2 246 604**	**8,8%**
Outros	2 257 601	**6,8%**	2 246 604	8,8%
Total	**33 263 329**	**100,0%**	**25 504 768**	**100,0%**

As transferências correntes e de capital, a que acrescem, nas despesas correntes, os subsídios, apresentam, relativamente aos valores executados do ano anterior, um aumento de 7,8 milhões de euros. Esta variação resulta do aumento quer das transferências correntes quer das de capital.

Para o aumento das transferências correntes concorrem, entre outros, os apoios às Freguesias e os apoios a instituições sem fins lucrativos, nomeadamente no âmbito das ações de interesse cultural, ações sociais e outras.

As transferências para as Juntas de Freguesia, superiores às do ano anterior, decorrem dos contratos interadministrativos de delegação de competências para promover os serviços públicos, a que acrescem o projeto “Espaços do Cidadão” e a gestão de equipamentos desportivos, e decorre ainda dos contratos de colaboração celebrados no âmbito do orçamento colaborativo.

As transferências correntes para as empresas municipais ou outras entidades, respeitantes a fluxos não reembolsáveis que, em termos orçamentais, são classificados como subsídios, aumentam por força das transferências para a Ágora, GO Porto, EM, Porto Vivo, SRU, Sociedade de Transportes Coletivos do Porto (STCP), para cumprimento da obrigação de serviço público no âmbito do novo modelo de gestão, e para a Fundação Casa da Música.

No âmbito das transferências de capital, a variação positiva resulta do aumento das transferências para a LIPOR.

Q. 11 - Transferências por finalidade (excluindo Freguesias e Empresas Municipais)

Finalidade	2019		2018		Variação 18-19	
	€	%	€	%	€	%
Ações de interesse cultural e turístico	1 643 934	**15,9%**	1 171 595	13,6%	472 339	40,3%
Ação científica e educativa	240 000	**2,3%**	230 000	2,7%	10 000	4,3%
Ação social	1 768 947	**17,1%**	1 347 301	15,6%	421 646	31,3%
Proteção civil e luta contra incêndios	21 250	**0,2%**	250	0,0%	21 000	8400,0%
Ação na área ambiental	2 112 251	**20,4%**	2 092 439	24,2%	19 812	0,9%
Outros	4 552 791	**44,0%**	3 799 792	44,0%	752 999	19,8%
Total	**10 339 173**	**100,0%**	**8 641 377**	**100,0%**	**1 697 796**	**19,6%**

Através das ações de interesse cultural e turístico continuou-se a apoiar a Associação do Turismo do Porto, entre outros, procurando-se desenvolver e promover externamente o Porto e Norte de Portugal como destino turístico. Assinalam-se ainda os apoios atribuídos ao Teatro do Bolhão, ao Festival Internacional de Marionetas, ao Círculo de Cultura Teatral/Teatro Experimental do Porto, no domínio do fomento e difusão da área teatral, e também os efetuados no âmbito de concursos, nomeadamente do Criatório e do SHUTTLE, este para apoio à internacionalização artística. O apoio à ESAD IDEA – Associação para a Promoção da Investigação em Design e Arte para a realização do "Porto – Design Biennale" e à Dias da Dança – Associação de Artes Performativas para a realização do DDD – Festival Dias de Dança justifica, em grande parte, o aumento ocorrido, neste tipo de ações, relativamente ao ano de 2018.

No contexto das ações científica e educativa procedeu-se à transferência à Fundação Casa da Música.

Na área social, para além do apoio ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Porto (CCD), mantiveram-se as transferências ao abrigo do Programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social, para apoio à habitação para famílias mais vulneráveis. Destacam-se ainda, neste ano, as transferências para a Associação Health4Moz (ONGD) destinado aos trabalhos de reconstrução do Hospital da Cidade da Beira, para o Centro de Apoio aos Sem-abrigo e Serviços de Assistência Organizações de Maria, para assegurar a gestão do funcionamento diário da rede de restaurantes solidários que possibilita o acesso a um serviço de refeição diário às pessoas em situação de pobreza e exclusão social, em geral, e às pessoas em situação de sem abrigo, em particular, e o apoio à Associação de Deficientes das Forças Armadas para a realização de obras de recuperação do imóvel de interesse Patrimonial - Moradia e Jardim Themudo Rangel, onde funciona atualmente o Centro de Apoio Social do Porto.

No domínio da proteção civil e luta contra incêndios foi efetuada transferência para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Portuenses, entre outras, e na área do ambiente destacam-se as transferências para a LIPOR, relativas à comparticipação para o investimento, no âmbito do tratamento dos resíduos sólidos.

Para outras finalidades, evidenciam-se designadamente as transferências para os agrupamentos escolares e as realizadas no contexto da ação social escolar, as quotas para diversas instituições da União Europeia e outras organizações internacionais, bem como as indemnizações a particulares e ao abrigo de programas ocupacionais. Evidencia-se ainda, a transferência para a PIC-NIC Produções, S.A., no âmbito da edição do NOS Primavera Sound, e a transferência efetuada à STCP, no âmbito do novo modelo de gestão desta empresa, com a partilha das competências de gestão e a repartição das despesas entre o Estado, a AMP e seis autarquias onde a STCP presta serviço, e que justifica o aumento ocorrido relativamente ao ano de 2018.

No âmbito do investimento realça-se que os investimentos indiretos constituídos pelos bens imóveis construídos ou recuperados pelas empresas municipais por delegação do Município e que fazem parte do imobilizado estão refletidos no Balanço do Município.

Q. 12 - Evolução das despesas de investimento total do Município do Porto

Rubricas	2019				2018		
	CMP	Empresas Municipais		Total	Total	Variação 18-19	
		DomusSocial	GO Porto				
	€	€	€	€	€	€	%
Terrenos	3 505 844			3 505 844	6 062 477	-2 556 633	-42,2%
Habitação							
Aquisição	13 749 270			13 749 270	8 950 529	4 798 741	53,6%
Reparação e beneficiação	485 686	22 522 638		23 008 325	18 448 305	4 560 020	24,7%
Edifícios							
Instalação de serviços	152 039	2 526 508	162 970	2 841 516	4 650 186	-1 808 670	-38,9%
Instalações desp. e recreativas		28 851	823 952	852 803	45 134	807 669	1789,5%
Escolas		997 632	1 520 896	2 518 528	1 719 919	798 609	46,4%
Mercados e instalações sanitárias	763 701		5 567 616	6 331 316	5 302 793	1 028 524	19,4%
Outros	1 183 386			1 183 386	61 814	1 121 572	1814,4%
Construções diversas							
Viadutos, arruamentos e obras compl.	210 166		6 983 959	7 194 125	5 282 540	1 911 585	36,2%
Parques e jardins	267 057		969 684	1 236 740	1 341 558	-104 818	-7,8%
Material de transporte	146 350			146 350	9 864	136 487	1383,7%
Equipamento Informático	444 625			444 625	208 020	236 605	113,7%
Software Informático	1 257 920			1 257 920	1 476 728	-218 808	-14,8%
Equipamento administrativo	224 992			224 992	187 493	37 499	20,0%
Equipamento básico	2 332 942			2 332 942	4 400 357	-2 067 415	-47,0%
Outros investimentos	228 154		1 359 025	1 587 179	1 456 150	131 030	9,0%
Total	**24 952 132**	**26 075 628**	**17 388 102**	**68 415 862**	**59 603 865**	**8 811 997**	**14,8%**

Em termos do investimento global, o valor executado atingiu o montante de 68,4 milhões de euros, que representa um acréscimo de 8,8 milhões de euros face a 2018, e resulta de um maior investimento das empresas municipais quer da Domus Social, EM, como da GO Porto, EM.

Na Domus Social, EM o investimento foi efetuado fundamentalmente no domínio da reparação e beneficiação da habitação social e, com menor expressão nas instalações de serviços municipais e nas escolas.

Na GO Porto, EM, as intervenções foram efetuadas na melhoria da mobilidade e infraestruturas com intervenção em diversos arruamentos e obras complementares de requalificação urbana, com destaque para o Terminal Intermodal de Campanhã, no Mercado do Bolhão, nas escolas onde se salienta a requalificação da EB Bom Sucesso e EB Fonte da Moura, em parques e jardins com realce para o Palácio de Cristal, nomeadamente os seus acessos e jardins, e ainda, no âmbito do bem-estar animal, a obra de construção do novo canil.

As ações desenvolvidas pelas empresas municipais, e que estão refletidas no orçamento do Município do Porto, encontram-se melhor identificadas no livro dos documentos anexos ao presente relatório.

No domínio dos investimentos efetuados pelo Município, que ascendem a 25 milhões de euros, destacam-se as aquisições de edifícios, nomeadamente o prédio urbano Bairro da Tapada, o registo da permuta relacionada com o contrato do Bairro Novo Rainha D. Leonor, e o prédio sito rua Nova da Alfândega e rua S. Francisco, e a aquisição ao Fundo Imobiliário Fechado - Porto Novo dos lotes na Alameda das Antas e do terreno na rua Lopo Soares de Albergaria. Relevam-se ainda as aquisições de equipamento básico e equipamento e software informáticos, bem como os pagamentos efetuados no âmbito do Mercado do Bolhão, nomeadamente para o Mercado Temporário do Bolhão e em indemnizações por acordos de revogação de contratos de arrendamento, entre outras situações.

Q. 13 - Fontes de financiamento do investimento global do Município do Porto

Designação	2019		2018	
	€	%	€	%
Empréstimos bancários	**0**	**0,0%**	**6 064 069**	**10,2%**
Transferências de capital	**5 654 937**	**8,3%**	**1 822 363**	**3,1%**
- Fundos comunitários	5 652 742	**8,3%**	1 725 905	**2,9%**
- Contratos de comparticipação / Protocolos	2 195	**0,0%**	96 458	**0,2%**
Receitas próprias	**62 760 925**	**91,7%**	**51 717 433**	**86,8%**
Total	**68 415 862**	**100,0%**	**59 603 865**	**100,0%**

A principal fonte de financiamento do investimento autárquico é a receita própria (91,7%) resultante da poupança corrente. Considerando os excedentes de tesouraria, em 2019 não se procedeu à utilização do empréstimo bancário contratualizado para financiamento do investimento do Município tendo-se optado pelo pagamento da generalidade dos investimentos com recurso a receitas próprias.

O acréscimo ocorrido nas transferências de capital ao nível dos fundos comunitários é justificado pelos pagamentos ocorridos no âmbito do Portugal 2020.

Q. 14 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Objetivo	Orçado	Pago
	€	€
Coesão e Ação Social	21 675 229	20 029 668
Economia e Desenvolvimento Social	5 696 631	5 567 939
Inovação	90 113	6 125
Cultura	661 183	514 016
Urbanismo e Habitação	35 336 893	22 608 874
Educação	2 732 856	2 668 517
Segurança	1 584 065	583 385
Desporto e Animação	951 648	852 803
Mobilidade	12 394 732	7 889 046
Ambiente e Qualidade de Vida	3 836 370	2 906 645
Governância da Câmara	7 122 652	4 788 845
Total	**92 082 372**	**68 415 862**

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) agrega o investimento em aquisição de bens de capital, executado pelos serviços do Município do Porto e pelas empresas municipais GO Porto, EM e Domus Social, EM.

Tendo como referência os principais investimentos integrados na classificação por objetivos, verifica-se que o Urbanismo e Habitação, a Coesão e Ação Social, a Mobilidade e a Economia e Desenvolvimento Social no seu conjunto, absorveram 56,1 milhões de euros, o equivalente a 82% do investimento total.

No Urbanismo e Reabilitação Urbana, o investimento de 22,6 milhões de euros respeita, essencialmente, a despesas com aquisição/expropriação/permutas de terrenos e/ou edifícios, onde se inclui o exercício de direitos de preferência.

Na Coesão e Ação Social, a quase totalidade dos cerca de 20 milhões de euros foram aplicados no parque habitacional social através da empresa municipal Domus Social, EM. Se a este montante se acrescentarem 8,8 milhões de euros por afetação das rendas à habitação social, o investimento na coesão e ação social sobe para 28,8 milhões de euros, evidenciando este objetivo como uma das prioridades do Município do Porto.

Na Mobilidade foram aplicados 7,9 milhões de euros para melhorar os níveis de mobilidade na cidade e as suas infraestruturas viárias, através de intervenções da empresa municipal GO Porto, EM e ao nível interno para a gestão e manutenção de equipamentos de sinalização e segurança rodoviária e gestão da construção e da manutenção das infraestruturas viárias.

Ao objetivo Economia e Desenvolvimento Social foram afetos 5,6 milhões de euros, nas obras efetuadas no Mercado do Bolhão pela empresa municipal GO Porto, EM.

Na Governância da Câmara, os 4,8 milhões de euros foram afetos ao programa funcionamento dos serviços, onde se relevam as obras efetuadas no património municipal, pelas empresas municipais Domus Social, EM e GO Porto, EM as despesas com a aquisição de equipamento e software informáticos, no âmbito do licenciamento e manutenção de aplicações informáticas, e a aquisição de diverso equipamento administrativo e básico.

No Ambiente e Qualidade de Vida, com um investimento de 2,9 milhões de euros na qualificação dos espaços verdes, promoção e sustentabilidade do ambiente e bem estar animal, destacam-se as intervenções, pela empresa municipal GO Porto, EM na requalificação de espaços verdes e parques urbanos, nomeadamente no Palácio de Cristal e ainda no canil. Adquiriu-se equipamento diverso, nomeadamente para os parques e jardins e cemitérios.

Os 2,7 milhões de euros afetos à Educação, foram aplicados na requalificação e manutenção de escolas através da intervenção das empresas municipais, Domus Social, EM e GO Porto, EM e ainda na aquisição de equipamento básico, no âmbito da higiene e segurança das cantinas e da gestão e manutenção para as escolas e jardins-de-infância.

Para o programa Incentivar e dinamizar o desporto e animação da cidade foram investidos 852,8 mil euros na melhoria de instalações desportivas e recreativas através das empresas municipais.

Na Segurança foram aplicados 583,4 mil euros, essencialmente, nas instalações dos serviços, na aquisição de equipamento básico de socorro e de material de transporte no âmbito da segurança e securitismo dos cidadãos.

Para o programa Dinamização da arte, cultura e ciência destacam-se os equipamentos básicos para o Teatro Municipal Rivoli e outros espaços, os artigos e objetos de valor para a coleção de arte municipal (Plaka), e as intervenções efetuadas pela GO Porto, EM em espaços e equipamentos culturais.

No objetivo Inovação, e no âmbito do programa Fomentar e reforçar a aplicação de sistemas e plataformas digitais, foram adquiridos equipamentos informáticos para o Centro de Gestão Integrado.

Nos ativos financeiros e no ano em apreço procedeu-se à antecipação do pagamento da totalidade do capital do Fundo de Apoio Municipal com a transferência de 719,5 mil euros.

No agrupamento dos passivos financeiros que, em 2019, ascendia a 12,8 milhões de euros e tinha um peso de 5,3% no total das despesas do Município, procedeu-se à amortização antecipada da totalidade dos empréstimos bancários, em resultado do bom desempenho financeiro do Município evidenciado pelos excedentes de Tesouraria.

Q. 15 - Evolução da dívida bancária

Dívida bancária	Capital em dívida 31/12/2019	Capital em dívida 31/12/2018	Variação 18-19 €	Variação 18-19 %
Médio Longo Prazo	**0**	**12 761 487**	**-12 761 487**	**-100,0%**

A gestão da dívida do Município continuou, neste ano, a pautar-se por princípios de rigor e forte controlo. A dívida bancária de médio e longo prazo registou uma diminuição de 12,8 milhões de euros, sendo nula no final do ano de 2019.

3.4 Despesa por objetivos

As atividades desenvolvidas pelas direções municipais, espelhadas nos 13 objetivos estratégicos transversais ao município, agregam as despesas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as despesas do Plano das Atividades mais Relevantes (PAR).

Q. 16 - Despesas das Grandes Opções do Plano por objetivos estratégicos

Objetivos	PPI	PAR	Total €	%
Coesão e Ação Social	**20 029 668**	**7 902 234**	**27 931 902**	**11,7%**
Ação e solidariedade social	23 817	7 836 596	7 860 413	3,3%
Parque habitacional Social	20 005 850	65 638	20 071 488	8,4%
Economia e Desenvolvimento Social	**5 567 939**	**659 452**	**6 227 391**	**2,6%**
Programa Mercator	5 567 616	83 977	5 651 593	2,4%
Dinamismo económico	0	575 475	575 475	0,2%
Desenvolvimento Social	323	0	323	0,0%
Inovação	**6 125**	**1 030 674**	**1 036 800**	**0,4%**
Implementar e divulgar atividades inovadoras	0	1 030 674	1 030 674	0,4%
Fomentar e reforçar a aplic. de sist. plataf. digitais	6 125	0	6 125	0,0%
Cultura	**514 016**	**11 256 563**	**11 770 579**	**4,9%**
Dinamização da arte, cultura e ciência	514 016	11 256 563	11 770 579	4,9%
Urbanismo e Habitação	**22 608 874**	**1 079 427**	**23 688 301**	**9,9%**
Reabilitação urbana, planeamento e gestão urbanística	22 608 874	1 079 427	23 688 301	9,9%
Educação	**2 668 517**	**4 344 908**	**7 013 425**	**2,9%**
Promover e fomentar a educação	2 668 517	4 344 908	7 013 425	2,9%
Juventude e Novas Gerações	**0**	**86 660**	**86 660**	**0,0%**
Apoio e envolvimento da população jovem	0	86 660	86 660	0,0%
Turismo	**0**	**1 240 577**	**1 240 577**	**0,5%**
Dinamizar a oferta e consolidar o crescimento do turismo	0	1 240 577	1 240 577	0,5%
Segurança	**583 385**	**4 275 488**	**4 858 872**	**2,0%**
Segurança e securitismo dos cidadãos	583 385	4 275 488	4 858 872	2,0%
Desporto e Animação	**852 803**	**5 468 014**	**6 320 817**	**2,6%**
Incentivar e dinamizar o Desporto e Animação da cidade	852 803	5 468 014	6 320 817	2,6%
Mobilidade	**7 889 046**	**9 296 947**	**17 185 992**	**7,2%**
Melhoria da mobilidade e infraestruturas	7 889 046	9 296 947	17 185 992	7,2%
Ambiente e Qualidade de Vida	**2 906 645**	**15 028 888**	**17 935 533**	**7,5%**
Qualificação dos espaços verdes	1 430 812	1 095 291	2 526 103	1,1%
Promoção e sustentabilidade do ambiente	315 365	13 819 227	14 134 592	5,9%
Bem-estar animal	1 160 468	114 370	1 274 839	0,5%
Governância da Câmara	**4 788 845**	**109 289 536**	**114 078 381**	**47,7%**
Funcionamento dos serviços	4 788 803	91 739 086	96 527 889	40,3%
Operações financeiras	0	13 564 442	13 564 442	5,7%
Outros	42	3 986 009	3 986 051	1,7%
Total	**68 415 862**	**170 959 368**	**239 375 230**	**100,0%**

O valor global da despesa na ótica das Grandes Opções do Plano teve uma execução de 239,4 milhões de euros, dos quais 68,4 milhões de euros respeitam ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), e 171 milhões de euros ao Plano das Atividades mais Relevantes (PAR).

A Coesão e Ação Social continuou, em 2019, a ser um dos vetores estratégicos mais importantes. Destaca-se o programa Parque habitacional social, com uma execução de 20,1 milhões de euros, que, através da Domus Social, EM contribuiu para a execução das políticas públicas de habitação do município promovendo o seu desenvolvimento económico e reforçando a sua coesão social. Neste objetivo acresce o programa da Ação e solidariedade social através do qual o Município desenvolveu ações de promoção da saúde, emprego, apoiou políticas de inclusão e ajudou os mais carenciados, nomeadamente com o programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social, e apoiou as Freguesias no âmbito quer da delegação de competências quer do Orçamento Colaborativo.

Através do objetivo Economia e Desenvolvimento Social, com uma execução de 6,2 milhões de euros, continuou-se a investir na modernização do Mercado do Bolhão, para além das atividades desenvolvidas no âmbito dinamização económica da cidade do Porto, atração de investimento e promoção do comércio tradicional e de proximidade.

No âmbito da Inovação merece destaque o programa Implementar e divulgar atividades inovadoras onde foram aplicados 1 milhão de euros.

Na Cultura, com um crescimento de 5,5 milhões de euros face a 2018, mantiveram-se os apoios às atividades do Teatro Municipal do Porto, dos museus, arquivos, bibliotecas e de outros equipamentos culturais, para além do regular funcionamento destes equipamentos. A dinamização cultural do Teatro Municipal do Porto. Rivoli e Campo Alegre, da Galeria Municipal do Porto e a dinamização da Ação Cultural e Científica, foram, a partir de agosto de 2019, transferidas para a empresa municipal Ágora.

Na área do Urbanismo e Habitação, aplicaram-se 23,7 milhões de euros, dos quais 22,6 milhões em investimento, que representam 33% do investimento global, nomeadamente na aquisição, expropriação, permutas de terrenos e/ou edifícios. Para além do exercício dos direitos de preferência na aquisição de imóveis localizados em zonas classificadas, em zonas de proteção e em áreas de reabilitação urbanas com operações de reabilitação urbana aprovadas incluem-se ainda aqui os investimentos efetuados através das empresas municipais Domus Social, EM e GO Porto, EM nomeadamente

no âmbito da reabilitação e beneficiação de edifícios do Centro Histórico e reabilitação urbana e planeamento e gestão urbanística.

Através do objetivo da Educação, onde foram aplicados 7 milhões de euros continuou a apostar-se na melhoria dos estabelecimentos de ensino, na expansão e acompanhamento da educação pré-escolar, no desenvolvimento de atividades extracurriculares e na promoção de programas e projetos educativos inovadores, para além dos apoios no âmbito da ação social escolar e da generalização das refeições.

As atividades desenvolvidas na área da Juventude absorveram cerca de 86,7 mil euros, com o apoio e envolvimento da população jovem, nomeadamente a implementação do Plano Municipal da Juventude e de um programa de promoção de uma cultura empreendedora junto dos jovens.

No Turismo foram executados 1,2 milhões de euros, para dinamizar a oferta e consolidar o crescimento do turismo, fundamentalmente através da Associação de Turismo do Porto.

No âmbito da Segurança, foram aplicados 4,9 milhões de euros para a segurança e securitismo dos cidadãos destinando-se 583,4 mil euros a investimentos para o Batalhão de Sapadores Bombeiros (BSB), Polícia Municipal (PM) e Departamento Municipal de Proteção Civil (DMPC).

No Desporto e animação foram aplicados cerca de 6,3 milhões de euros, na generalidade em atividades desenvolvidas através da empresa municipal Ágora.

As despesas no âmbito do objetivo Mobilidade absorveram 17,2 milhões de euros, dos quais 7,9 milhões de euros foram destinados a investimentos para a melhoria da mobilidade e infraestruturas, neste ano com competências acrescidas, nomeadamente na área de transportes, por o Município do Porto passar a assumir, em conjunto os Municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia, a gestão do contrato de serviço público de transporte municipal de passageiros, prestado pela STCP na cidade do Porto.

No Ambiente e Qualidade de Vida foram executados 17,9 milhões de euros, com especial relevo para o programa Promoção e sustentabilidade do ambiente, com um peso de 5,9% do valor total, essencialmente por força das transferências efetuadas para a PortoAmbiente e para a LIPOR. Destaca-se o investimento no valor de 2,9 milhões de euros aplicados, nomeadamente, nos programas Qualificação dos espaços verdes e Bem-estar animal.

O objetivo Governância da Câmara, ao absorver 114,1 milhões de euros e 47,7% do

orçamento global surge como o objetivo com o maior peso em termos de execução orçamental. Nele destaca-se, no ano em apreço, o programa Funcionamento dos serviços que representa 84,6% neste objetivo.

4. ANÁLISE DA RECEITA

4.1 Alterações e revisões orçamentais da receita

Q. 17 - Alteração e origem da variação da dotação

Designação	Orçamento Inicial €	Orçamento Final €
Receitas correntes	185 288 249	183 818 704
Receitas de capital	108 611 751	18 260 048
Saldo da gerência anterior		85 736 610
Total	**293 900 000**	**287 815 362**

A receita do orçamento final teve, em termos globais, um decréscimo de 6,1 milhões euros quando comparado com o orçamento inicial. Pese embora a incorporação do saldo de gerência transitado do ano anterior, esta variação resulta da redução, essencialmente, nas receitas inicialmente previstas no âmbito da comparticipação de candidaturas, em ativos e passivos financeiros, nos rendimentos de propriedade e na venda de bens de investimento, nomeadamente de terrenos.

4.2 Execução orçamental da receita

Q. 18 - Receita orçada, liquidada e cobrada por classificação económica

Designação	Orçada € (1)	Liquidada € (2)	Cobrada € (3)	Desvio € (4) = (3) - (1)	Taxa de Execução (5) = (3) / (1)
Impostos diretos	110.259.580	144.280.141	144.280.141	34.020.561	130,9%
Impostos indiretos	9.667.408	18.796.084	13.175.015	3.507.607	136,3%
Taxas, multas e outras penalidades	14.062.284	23.964.277	22.549.279	8.486.995	160,4%
Rendimentos de propriedade	10.589.911	12.560.150	11.623.007	1.033.096	109,8%
Transferências correntes	32.285.380	31.747.853	31.731.423	-553.957	98,3%
Venda de bens e serviços correntes	6.198.962	13.546.051	6.990.313	791.351	112,8%
Outras receitas correntes	755.179	3.842.158	3.313.283	2.558.104	438,7%
Receitas correntes	**183.818.704**	**248.736.712**	**233.662.461**	**49.843.757**	**127,1%**
Venda de bens de investimento*	6.453.542	6.672.902	8.764.807	2.311.265	135,8%
Transferências de capital	11.806.466	5.860.832	5.860.832	-5.945.633	49,6%
Ativos financeiros	10	437.364	437.364	437.354	4373644,8%
Passivos financeiros	0	0	0	0	
Outras receitas de capital	20	0	0	-20	0,0%
Receitas de capital	**18.260.038**	**12.971.099**	**15.063.004**	**-3.197.034**	**82,5%**
Reposições n/abatidas nos pagamentos	**10**	**5.250.528**	**2.687.190**	**2.687.180**	**26871901,8%**
Saldo da gerência anterior	**85.736.610**	**85.736.610**	**85.736.610**	**0**	**100,0%**
Total	**287.815.362**	**352.694.948**	**337.149.265**	**49.333.903**	**117,1%**

** Os valores cobrados consideram os adiantamentos de vendas. A liquidação ocorre aquando da realização da escritura.*

Em termos globais, as receitas correntes liquidadas ultrapassaram as previsões em 64,9 milhões de euros. Com exceção das transferências correntes, todos os restantes capítulos contribuíram para este crescimento, com especial destaque para os impostos diretos, os impostos indiretos, as taxas, multas e outras penalidades e para a venda de bens e serviços correntes, essencialmente em resultado da receita do IMT, derrama e IUC, do loteamento de obras, da ocupação da via pública, da publicidade, da taxa municipal turística, das coimas, multas e outras penalidades, das rendas e das refeições escolares, entre outras.

No que respeita aos valores cobrados, o grau de execução da receita corrente foi de 127,1%. O desvio positivo de 49,8 milhões de euros face ao orçado resulta, fundamentalmente, do aumento da receita cobrada em receitas fiscais, nomeadamente nos impostos diretos, IMT, derrama e IUC, em 19,7 milhões de euros, 14,8 milhões de euros e 372,6 mil euros, respetivamente, e nas taxas, multas e outras penalidades, por efeito do aumento da receita cobrada da taxa turística cujo desvio foi de 7,1 milhões de euros.

Nos impostos indiretos, o valor cobrado em loteamentos e obras, particularmente nas infraestruturas urbanísticas e em ocupação da via pública contribuiu para que a taxa de execução fosse superior a 136%. Estas receitas continuam a revelar-se as receitas municipais próprias com maior expressão nos impostos indiretos, representando, no final do ano de 2019, 78,9% da receita total destes impostos.

Nas taxas, multas e outras penalidades, com uma execução também superior a 100%, o desvio face ao valor orçado, é justificado sobretudo pela taxa turística e pela receita de multas e outras penalidades.

Nos rendimentos de propriedade, o acréscimo face à dotação prevista resulta, essencialmente, da receita proveniente das zonas de estacionamento de duração limitada.

As transferências correntes, com uma execução de 98,3%, contemplam, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente, Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e Participação Fixa no IRS, as comparticipações comunitárias a projetos cofinanciados e outras transferências de que se destacam as provenientes dos contratos-programa assinados com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) para apoio aos programas de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares e de Atividades de Enriquecimento Curricular.

Para o desvio positivo da venda de bens e serviços correntes, face ao valor orçado, concorrem os serviços prestados pela Autarquia, nomeadamente no âmbito dos trabalhos por conta de particulares e rendas de edifícios.

Em outras receitas correntes a variação face ao valor orçado é justificada pela receita proveniente de processos judiciais e pela regularização de depósitos não identificados.

A variação das receitas de capital, que ficaram abaixo do previsto em 3,2 milhões de euros, resulta do decréscimo das transferências de capital.

A venda de bens de investimento, com uma variação positiva de 2,3 milhões de euros, é justificada, essencialmente, pelo registo do valor dos lotes de terreno no âmbito do contrato celebrado para regeneração do Bairro Rainha D. Leonor.

As transferências de capital registam uma variação negativa de 5,9 milhões de euros, explicada pelo recebimento, abaixo do previsto, das comparticipações a projetos cofinanciados, nomeadamente no âmbito do Portugal 2020.

A variação dos ativos financeiros resulta do processo de liquidação do Fundo Porto Novo, de que o Município do Porto detinha unidades de participação.

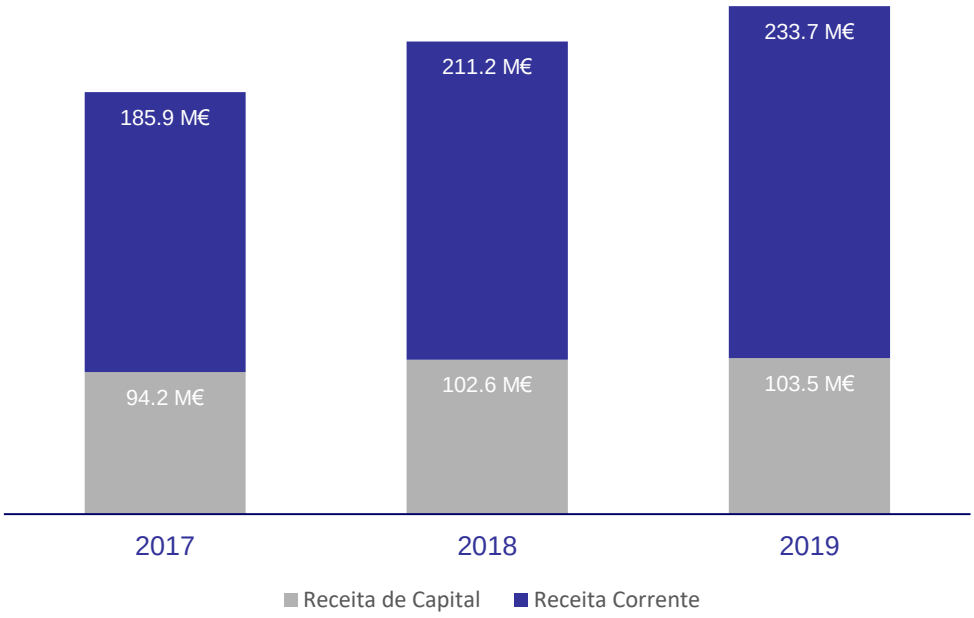
4.3 Evolução da receita

Q. 19 - Evolução da receita global cobrada

Designação	2019		2018		Variação
	€	%	€	%	18-19
Impostos diretos	144 280 141	42,8%	127 571 552	40,7%	13,1%
Impostos indiretos	13 175 015	3,9%	15 650 530	5,0%	-15,8%
Taxas, multas e outras penalidades	22 549 279	6,7%	14 624 484	4,7%	54,2%
Rendimentos de propriedade	11 623 007	3,4%	10 956 129	3,5%	6,1%
Transferências correntes	31 731 423	9,4%	31 717 529	10,1%	0,0%
Venda de bens e serviços correntes	6 990 313	2,1%	7 167 714	2,3%	-2,5%
Outras receitas correntes	3 313 283	1,0%	3 489 124	1,1%	-5,0%
Receitas correntes	**233 662 461**	**69,3%**	**211 177 063**	**67,3%**	**10,6%**
Venda de bens de investimento	8 764 807	2,6%	5 322 546	1,7%	64,7%
Transferências de capital	5 860 832	1,7%	1 884 020	0,6%	211,1%
Ativos financeiros	437 364	0,1%	366 167	0,1%	19,4%
Passivos financeiros	0	0,0%	6 064 069	1,9%	-100,0%
Outras receitas de capital	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Receitas de capital	**15 063 004**	**4,5%**	**13 636 802**	**4,3%**	**10,5%**
Total das receitas s/ reposições	**248 725 465**	**73,8%**	**224 813 865**	**71,7%**	**10,6%**
Reposições não abatidas nos pagamentos	2 687 190	0,8%	502 241	0,2%	435,0%
Total das receitas com reposições	**251 412 655**	**74,6%**	**225 316 106**	**71,8%**	**11,6%**
Saldo da gerência anterior incorporado	85 736 610	25,4%	88 445 703	28,2%	-3,1%
Total	**337 149 265**	**100,0%**	**313 761 809**	**100,0%**	**7,5%**

No ano de 2019, a receita cobrada aumentou 23,4 milhões de euros, face ao ano de 2018. Este aumento, verificado em termos globais, decorre do aumento quer das receitas correntes, essencialmente das receitas fiscais, quer das receitas de capital, conjugado com a variação negativa do saldo de gerência transitado de 2018, quando comparado com o do ano anterior.

F. 8 - Evolução das receitas cobradas



Em termos globais, e ao longo dos últimos três anos, as receitas municipais apresentam uma tendência crescente, tendo-se verificado, neste ano, um incremento de 57 milhões de euros, quando comparadas com 2017.

A análise das receitas permite verificar que, neste ano, as receitas correntes aumentam 22,5 milhões de euros face a 2018. No que respeita às receitas de capital, não se incluindo as reposições e o saldo de gerência, há um acréscimo de 1,4 milhões de euros, face a 2018.

Q. 20 - Evolução da estrutura da receita fiscal

Designação	Orçada	2019 Cobrada	Taxa de execução	2018 Cobrada	Variação 18-19
	€	€		€	
Imp.mun.sobre imóveis (IMI) / Contribuição autárquica	41.554.149	40.675.816	97,9%	42.372.886	-4,0%
Imposto único de circulação (IUC) / IMV	6.220.457	6.593.056	106,0%	6.477.108	1,8%
Imp.mun.sobre transm. onerosas imóveis (IMT)/ SISA	46.489.501	66.211.236	142,4%	61.616.809	7,5%
Derrama	15.995.463	30.797.982	192,5%	16.924.485	82,0%
Impostos abolidos	0	0	0,0%	54.323	-100,0%
Impostos diretos diversos	10	2.051	20506,0%	125.941	-98,4%
Impostos diretos	**110.259.580**	**144.280.141**	**130,9%**	**127.571.552**	**13,1%**
Mercados e feiras	18.472	18.985	102,8%	17.539	8,2%
Loteamentos e obras	5.017.702	8.307.431	165,6%	10.241.081	-18,9%
Ocupação da via pública	1.891.642	2.085.988	110,3%	2.318.099	-10,0%
Publicidade	1.386.163	1.305.053	94,1%	1.462.622	-10,8%
Outros	1.353.429	1.457.558	107,7%	1.611.189	-9,5%
Impostos indiretos	**9.667.408**	**13.175.015**	**136,3%**	**15.650.530**	**-15,8%**
Mercados e feiras	191.420	127.509	66,6%	144.871	-12,0%
Loteamentos e obras	1.136.871	1.264.916	111,3%	1.135.585	11,4%
Ocupação da via pública	768.542	842.248	109,6%	782.607	7,6%
Caça, uso e porte de arma	10	0	0,0%	0	0,0%
Taxa Turística	8.279.352	15.394.146	185,9%	8.208.444	87,5%
Outras	386.687	347.282	89,8%	368.720	-5,8%
Multas e outras penalidades	3.299.402	4.573.178	138,6%	3.984.257	14,8%
Taxas, multas e outras penalidades	**14.062.284**	**22.549.279**	**160,4%**	**14.624.484**	**54,2%**
Total	**133.989.272**	**180.004.434**	**134,3%**	**157.846.566**	**14,0%**

As receitas fiscais, englobando os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, constituem a parcela mais representativa da receita corrente, com um peso relativo de 77%, e de 53,4% da receita total cobrada ao longo do ano, tendo aumentado, em 2019 e face ao ano anterior, 14% e 22,2 milhões de euros.

Este comportamento positivo da receita fiscal está muito influenciado pela dinamização do mercado imobiliário e bom desempenho da economia.

Entre as receitas fiscais destacam-se os impostos diretos, que se mantêm como principal receita do município, com um valor arrecadado superior ao orçado, em 34 milhões de euros. Concorrem para este aumento o IMT, a Derrama e o IUC, com desvios face ao valor previsto de 19,7 milhões de euros, 14,8 milhões de euros e 372,6 mil euros, respetivamente.

Os impostos indiretos, com uma taxa de execução de 136,3% são influenciados, em grande medida, pelo comportamento da receita relacionada com os loteamentos e obras de urbanização, a ocupação da via pública e outros impostos indiretos que, em 2019,

registaram uma cobrança superior em 3,5 milhões de euros face ao valor orçado. Quando comparados com o valor executado de 2018, os impostos indiretos tiveram um decréscimo, de 15,8%, ou seja, 2,5 milhões de euros, por efeito da variação negativa ocorrida na generalidade dos grupos de receitas que integram este capítulo.

As taxas, multas e outras penalidades com uma execução superior ao orçado em 160,4%, são influenciadas pela cobrança da taxa municipal turística que ascendeu a 15,4 milhões de euros. Se comparadas com o valor cobrado no ano anterior apresentam um comportamento positivo, sendo a variação de 7,9 milhões de euros.

O aumento verificado nos rendimentos de propriedade, quando comparado com o ano de 2018, resulta nomeadamente do acréscimo da receita das zonas de estacionamento de duração limitada.

Nas transferências correntes, a variação, ligeiramente superior à do ano anterior, decorre do efeito conjugado do aumento das transferências do Estado com a redução das transferências provenientes de projetos cofinanciados.

A venda de bens e serviços correntes diminuem cerca de 177,4 mil euros face a 2018, pela redução da generalidade dos agregados, nomeadamente dos serviços, entre os quais se destacam as receitas provenientes dos parques de estacionamento.

As receitas de capital (sem reposições e saldo de gerência) registaram, em 2019, um aumento de 10,5% relativamente a 2018, ou seja, mais 1,4 milhões de euros, em resultado do acréscimo das vendas de bens de investimento, transferências de capital e ativos financeiros, conjugado com a diminuição dos passivos financeiros.

A venda de bens de investimento, com um desvio positivo de 2,3 milhões de euros comparativamente ao valor orçado e uma execução superior à de 2018, refletiu, o registo do valor dos lotes de terreno no âmbito do contrato de regeneração do Bairro Rainha D. Leonor.

Nas transferências de capital, são contabilizadas as transferências do Estado no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro e as receitas provenientes das comparticipações a fundo perdido, nomeadamente de contratos com fundos comunitários e de contratos com fundos autónomos, entre outras transferências. No âmbito das comparticipações comunitárias a projetos cofinanciados, a variação positiva resulta fundamentalmente das transferências provenientes do Portugal 2020.

Por força do processo de liquidação do Fundo Porto Novo, os ativos financeiros têm uma variação positiva de 71,2 mil euros, face ao anterior.

Em 2019 não foi efetuada qualquer utilização do empréstimo de 39 milhões de euros previsto em orçamento e contratualizado em 2018 com o banco BPI, para um financiamento de longo prazo com vista à cobertura de necessidades de investimento em diversas áreas, nomeadamente na reabilitação/restauração de edifícios, em eficiência energética, em intervenções na via pública e outras, com destaque para o restauro e modernização do mercado do Bolhão. Este facto determina a variação negativa dos passivos financeiros.

5. MOVIMENTOS DE TESOURARIA

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

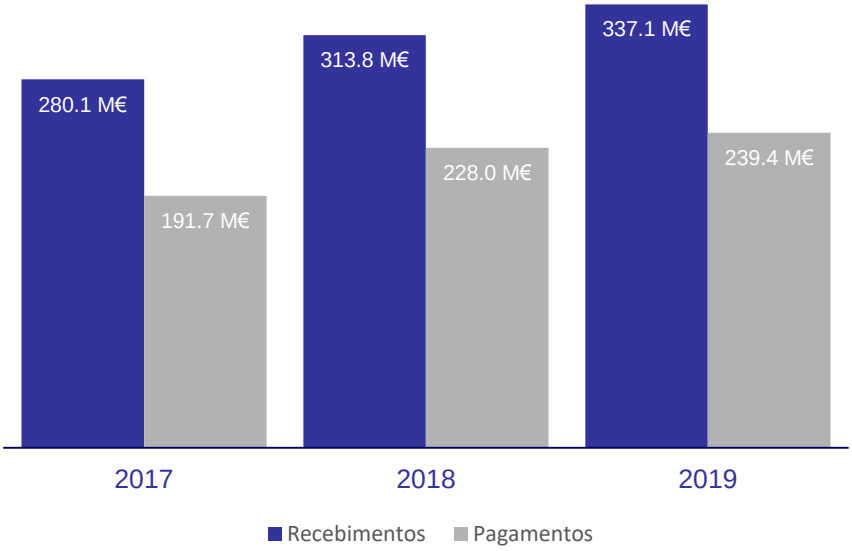
Q. 21 - Resumo da conta de gerência

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
	€	€	€
Saldo transitado de 2018	85 736 610	2 631 117	88 367 726
Receitas arrecadadas	251 412 655	19 015 594	270 428 249
Despesas pagas	239 375 230	17 539 214	256 914 444
Saldo a transitar para 2020	**97 774 034**	**4 107 497**	**101 881 531**

O saldo a transitar para a gerência seguinte é de 101,9 milhões de euros, que se decompõe em 97,8 milhões de euros de saldo de operações orçamentais e 4,1 milhões de euros de saldo de operações de tesouraria.

Esta informação é complementada quer com os fluxos de caixa que discriminam a natureza e a origem e aplicações de fundos, quer com o fluxo financeiro das operações de tesouraria, que evidencia as cobranças que os serviços do Município do Porto realizaram para terceiros, ou seja, os valores entrados em cofre e destinados a outras entidades, ambos documentados em mapas que integram a Prestação de Contas.

F. 9 - Evolução dos pagamentos e recebimentos orçamentais



A comparação dos recebimentos e pagamentos no último triénio permite-nos verificar a tendência crescente quer dos recebimentos quer dos pagamentos. O crescimento mais acentuado dos recebimentos comparativamente com os pagamentos, ao longo do triénio, tem originado saldos de tesouraria expressivos que são integrados nas receitas do ano seguinte. Estes saldos associados fundamentalmente ao aumento das receitas fiscais, tem permitido a variação positiva ocorrida nos recebimentos. Para os pagamentos concorreram, em 2019, para além do investimento executado, a amortização antecipada da totalidade dos empréstimos de médio e longo prazo.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

6. ANÁLISE DO BALANÇO

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2019.

Q. 22 - Balanço sintético

Descrição	2019 Valor €	2019 Peso %	2018 Valor €	2018 Peso %	Variação 18-19 €	Variação 18-19 %
Imobilizado	1 454 927 055	87,1%	1 425 672 819	87,9%	29 254 236	2,1%
Existências	812 887	0,0%	884 888	0,1%	-72 001	-8,1%
Dívidas de terceiros - curto prazo	6 105 363	0,4%	6 070 841	0,4%	34 522	0,6%
Disponibilidades	101 881 531	6,1%	88 367 726	5,5%	13 513 805	15,3%
Acréscimos e diferimentos	107 315 277	6,4%	100 250 261	6,2%	7 065 015	7,0%
Ativo líquido	**1 671 042 113**	**100,0%**	**1 621 246 536**	**100,0%**	**49 795 577**	**3,1%**
Património	1 114 216 898	75,8%	1 101 123 422	78,2%	13 093 476	1,2%
Ajustamentos em partes de capital	458 117	0,0%	458 117	0,0%	0	0,0%
Reservas	88 636 546	6,0%	86 841 893	6,2%	1 794 653	2,1%
Subsídios	101 456	0,0%	101 456	0,0%	0	0,0%
Doações	17 272 999	1,2%	17 272 999	1,2%	0	0,0%
Regularizações	60 227 112	4,1%	60 227 112	4,3%	0	0,0%
Resultados	189 405 596	12,9%	141 541 120	10,1%	47 864 476	33,8%
Fundos próprios	**1 470 318 724**	**100,0%**	**1 407 566 120**	**100,0%**	**62 752 604**	**4,5%**
Provisões para riscos e encargos	43 872 167	21,9%	39 046 136	18,3%	4 826 031	12,4%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	2 805 560	1,4%	11 055 327	5,2%	-8 249 767	-74,6%
Dívidas a terceiros - curto prazo	7 610 901	3,8%	10 158 633	4,8%	-2 547 732	-25,1%
Acréscimos e diferimentos	146 434 761	73,0%	153 420 321	71,8%	-6 985 560	-4,6%
Passivo	**200 723 389**	**100,0%**	**213 680 416**	**100,0%**	**-12 957 027**	**-6,1%**

O acréscimo de 3,1% do ativo líquido resulta do aumento do imobilizado líquido (29,3 milhões de euros), das disponibilidades (13,5 milhões de euros), dos acréscimos e diferimentos (7,1 milhões de euros) e das dívidas de terceiros de curto prazo (34,5 mil euros) conjugado com a diminuição das existências (72 mil euros).

No que respeita ao imobilizado, a variação positiva relativamente ao ano transato é justificada, fundamentalmente, no imobilizado corpóreo, pelos acréscimos verificados nas rubricas de terrenos e recursos naturais, de edifícios e outras construções e no imobilizado em curso.

O aumento na rubrica de Terrenos e Recursos Naturais de 5,3 milhões de euros, é justificado, essencialmente, pelo registo de parcelas de terrenos adquiridas ao Fundo Imobiliário Fechado - Fundo Porto Novo, de ativos promovidos pela Sociedade Gestora do Fundo.

Em edifícios e outras construções, o aumento de 16,8 milhões de euros é justificado pela incorporação, em 2019, dos parques de estacionamento do Palácio de Cristal (5,8 milhões de euros) e da Praça dos Poveiros (6,2 milhões de euros), e de imóveis adquiridos no âmbito do exercício do direito de preferência.

Realça-se o aumento das disponibilidades, em relação ao ano anterior, no montante de 13,5 milhões de euros.

Nos acréscimos e diferimentos o aumento é justificado, essencialmente, pela estimativa referente à devolução de parte dos subsídios recebidos pelas empresas municipais PortoAmbiente e Ágora.

Em cumprimento do princípio da especialização do exercício, efetuou-se também uma estimativa dos montantes relativos aos proveitos dos impostos e transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente no que concerne ao IMI, à Derrama e à participação fixa no IRS, que apenas serão recebidos durante o ano de 2020.

Em termos globais as dívidas de terceiros de curto prazo aumentam 34,5 mil euros, em resultado do aumento de adiantamentos a fornecedores de imobilizado e da rubrica contribuintes, conjugada com a diminuição de outros devedores. Para a rubrica adiantamentos a fornecedores de imobilizado contribuiu o registo dos pagamentos, através de depósito à ordem do Tribunal Judicial da Comarca do Porto, no âmbito de duas ações declarativas em processo comum, relacionadas com o exercício do direito de preferência.

Nos fundos próprios o aumento é justificado pelo incremento do património (13,1 milhões de euros), na sequência da incorporação dos parques de estacionamento, Palácio de Cristal e Praça dos Poveiros. Contribuiu ainda para a variação positiva dos fundos próprios, o acréscimo nos resultados de 47,9 milhões de euros, resultante quer do aumento dos resultados transitados, quer dos resultados líquidos do exercício.

A variação nos resultados transitados, decorre da cobrança extraordinária da derrama referente ao exercício de 2010, no montante de 10,6 milhões de euros. De acordo com informações obtidas junto da AT, este montante está relacionado com o processo de execução fiscal de uma entidade bancária, do qual resultou uma correção ao IRC de 2010, e ainda da transferência do resultado líquido proveniente do exercício anterior para os resultados transitados.

Assim, e conforme determinado pelo POCAL e deliberado pela Assembleia Municipal, o resultado líquido de 2018 foi transferido para resultados transitados (34,1 milhões de euros) e procedeu-se ao reforço das reservas legais (1,8 milhões de euros).

A redução do passivo, em 13 milhões de euros, é justificada pela redução das dívidas a terceiros de médio e longo prazo (8,2 milhões de euros), das dívidas a terceiros de curto prazo (2,5 milhões de euros), dos acréscimos e diferimentos (7 milhões de euros) conjugada com o aumento das provisões para riscos e encargos (4,8 milhões de euros).

O decréscimo das dívidas a terceiros de médio e longo prazo é explicado fundamentalmente pelo pagamento integral dos empréstimos bancários, terminando-se o ano económico sem qualquer dívida à banca. O valor nesta rubrica respeita a adiantamentos por conta de vendas, com duração superior a um ano, nomeadamente no âmbito do fundo de investimento imobiliário Invesurb, representando o valor de construções e reabilitações já concretizadas, no âmbito do respetivo contrato.

Os acréscimos e diferimentos diminuem (7 milhões de euros) pelo efeito conjugado do aumento dos acréscimos de custos (1,2 milhões de euros) que incorporam os custos do exercício, a liquidar em exercícios futuros, em obediência ao princípio da especialização do exercício, com a diminuição de proveitos diferidos em 8,1 milhões de euros.

Q. 23 - Indicadores económico-financeiros

Indicadores	2019	2018
Estrutura do ativo		
Ativo fixo / Ativo total	87,1%	87,9%
Ativo circulante / Ativo total	12,9%	12,1%
Ativo fixo / Ativo circulante	673,2%	729,0%
Estrutura do passivo		
Recursos permanentes / Passivo	806,9%	735,7%
Passivo longo prazo / Passivo exigível	10,7%	30,9%
Passivo curto prazo / Passivo exigível	89,3%	69,1%
Passivo curto prazo / Passivo longo prazo	831,4%	223,5%
Análise do ativo fixo		
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	51858,7%	12895,8%
Amortizações exercício / Variação imobilizado	67,7%	29,9%
Análise do passivo exigível		
- Coeficiente de endividamento		
Passivo exigível / Fundos próprios	1,8%	2,5%
- Coeficiente de endividamento a curto prazo		
Exigível a curto prazo / Fundos próprios	1,6%	1,8%
- Coeficiente de endividamento a longo prazo		
Exigível a médio longo prazo / Fundos próprios	0,2%	0,8%
Exigível a médio longo prazo / Imobilizado corpóreo	0,3%	1,1%
Grau de autonomia		
Fundos próprios/Ativo	88,0%	86,8%
Índice de liquidez imediata		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	4,4	3,6
Índice de solvência		
Ativo/ Passivo exigível	63,9	45,3

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro positivo do Município do Porto em 2019.

A estrutura do ativo mantém-se, com alterações pouco significativas, relativamente a 2018. Estas alterações resultam, em termos globais da variação positiva do ativo fixo por força do aumento do imobilizado.

A posição confortável da estrutura do passivo, comparativamente com o ano 2018, deve-se à diminuição do passivo exigível, em resultado da redução do passivo de médio

e longo prazo e do aumento dos fundos próprios, fruto da incorporação dos parques de estacionamento, Palácio de Cristal e Praça dos Poveiros que não constavam do balanço inicial e do acréscimo quer nos resultados transitados quer nos resultados líquidos do exercício.

O acréscimo registado no ativo fixo, cumulativamente com a redução no endividamento de médio e longo prazo, permite verificar que o Município do Porto continua a dar boas garantias perante as entidades financiadoras.

O acréscimo verificado no indicador amortizações do exercício/variação do imobilizado deve-se ao decréscimo da variação do imobilizado bruto ser mais expressivo que o aumento das amortizações.

Os indicadores relativos ao passivo exigível evidenciam uma evolução positiva da independência financeira do Município. A redução dos coeficientes de endividamento a curto e longo prazo resultam da redução conjugada das dívidas de médio e longo prazo com o aumento dos fundos próprios e do imobilizado corpóreo.

O grau de autonomia, com um aumento em 2019, continua a evidenciar a capacidade do Município financiar o seu ativo através de capitais próprios sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo.

O aumento do índice de liquidez imediata, relativamente ao ano anterior, é justificado pelo crescimento das disponibilidades conjugado com a diminuição do passivo de curto prazo.

A capacidade do Município em cumprir os seus compromissos, medida através do índice de solvência, apresentou uma melhoria relativamente ao ano de 2018, ao passar de 45,3 para 63,9.

7. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2019.

Q. 24 - Demonstração dos resultados por natureza

Designação	2019		2018		Variação 18-19	
	Valor	Peso	Valor	Peso		
	€	%	€	%	€	%
Custos e perdas						
Custos merc.vend.e das mat. consumidas	1 785 381	0,8%	1 795 646	0,9%	-10 264	-0,6%
Fornecimentos e serviços externos	44 175 832	20,8%	40 950 777	20,5%	3 225 055	7,9%
Pessoal	73 438 794	34,6%	69 809 968	35,0%	3 628 826	5,2%
Transf. e subsídios correntes concedidos	27 089 087	12,8%	22 159 599	11,1%	4 929 488	22,2%
Amortizações do exercício	46 151 274	21,7%	45 957 499	23,0%	193 775	0,4%
Provisões do exercício	8 205 289	3,9%	11 239 490	5,6%	-3 034 200	-27,0%
Custos e perdas financeiros	642 687	0,3%	802 636	0,4%	-159 949	-19,9%
Outros custos	10 906 668	5,1%	6 667 760	3,3%	4 238 909	63,6%
Total	**212 395 013**	**100,0%**	**199 383 374**	**100,0%**	**13 011 639**	**6,5%**
Proveitos e ganhos						
Vendas e prestações de serviços	6 679 312	2,7%	6 374 703	2,7%	304 609	4,8%
Impostos e taxas	163 211 707	65,2%	154 184 592	65,5%	9 027 116	5,9%
Variação da produção	-5 938	0,0%	-22 567	0,0%	16 630	-73,7%
Transferências e subsídios correntes	34 574 679	13,8%	31 984 303	13,6%	2 590 376	8,1%
Proveitos financeiros	11 374 510	4,5%	11 021 886	4,7%	352 624	3,2%
Outros	34 625 140	13,8%	31 733 509	13,5%	2 891 632	9,1%
Total	**250 459 411**	**100,0%**	**235 276 425**	**100,0%**	**15 182 986**	**6,5%**
Resultado líquido do exercício	**38 064 398**		**35 893 051**		**2 171 347**	**6,0%**

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2019 apresentam, no seu conjunto, um crescimento de 13 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

Para o aumento da rubrica de fornecimentos e serviços externos, concorre o acréscimo verificado nas rubricas relacionadas com os trabalhos especializados, vigilância e segurança, comunicações, estudos, pareceres, projetos e consultadoria, conservação e reparação de edifícios e outras construções, bem como os custos associados a atividades culturais e turísticas. Esta rubrica espelha também, todos os custos resultantes do cumprimento do princípio da especialização dos exercícios.

Os custos com pessoal representam 34,6% dos custos da autarquia registando-se um ligeiro decréscimo do seu peso face ao ano anterior, pese embora o aumento em termos absolutos, justificado pelos acréscimos remuneratórios decorrentes dos direitos acumulados que começaram a ser repostos de forma faseada em 2018 e terminaram em 2019 e ainda pelos custos das remunerações a liquidar relativamente, aos direitos adquiridos pelos trabalhadores em relação a férias e subsídio de férias.

No final de 2018 o número de efetivos era de 3.113 e em 31 de dezembro 2019 foi de 3.049. Apesar do aumento de trabalhadores em diversas carreiras, a redução verificada

em termos globais resulta da redução de técnicos contratados para atividades extracurriculares, que passaram de 236 para 120.

Contribuem ainda para o aumento dos custos, as transferências e subsídios correntes concedidos, nomeadamente os apoios às Freguesias, a Instituições sem fins lucrativos, designadamente no âmbito das ações de interesse cultural, ações sociais e outras. Destaca-se ainda os subsídios para a PortoAmbiente, Ágora, GO Porto, EM, para a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto (STCP) no âmbito do novo modelo de gestão e para a Fundação Casa da Música.

O aumento de outros custos é justificado, entre outros, pelo abate de imobilizado associado à demolição dos 5 blocos habitacionais do Bairro Rainha D. Leonor e das Torres A, B e C do Bairro do Aleixo.

No tocante às provisões do exercício verifica-se um decréscimo de 3 milhões de euros face ao ano anterior. Esta rubrica regista a variação da estimativa dos riscos ocorrida no período em relato.

O aumento dos proveitos e ganhos em 15,2 milhões de euros é justificado pelo aumento de todas as rubricas, com destaque para os impostos e taxas, transferências e subsídios correntes e outros proveitos.

A variação positiva nos impostos e taxas resulta do aumento do reconhecimento em proveitos dos impostos diretos, nomeadamente da cobrança do IMT face ao crescente dinamismo no mercado imobiliário que se traduz num aumento do volume de transações de bens imóveis. Esta variação é ainda influenciada pela derrama e pela cobrança da taxa turística.

A variação positiva nas transferências e subsídios correntes é justificada pelo aumento das transferências provenientes do OE, designadamente do Fundo de Equilíbrio Financeiro, e ainda pelo reconhecimento em proveitos da participação fixa no IRS relativo ao exercício em relato cujo recebimento apenas ocorrerá em períodos futuros.

A variação positiva de outros proveitos está influenciada essencialmente pelos ganhos em imobilizações.

Do balanceamento entre os custos e proveitos decorre um resultado líquido do exercício de 38,1 milhões de euros, superior ao do ano transato em 2,2 milhões de euros, justificado, essencialmente, pelo aumento dos impostos e taxas (nomeadamente do IMT, derrama e da taxa turística).

8. ENDIVIDAMENTO

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais obriga a que o limite da dívida total dos municípios englobe a totalidade dos empréstimos, incluindo as aberturas de crédito, os contratos de locação financeira e qualquer outra forma de endividamento.

Esta Lei define, no n.º 1 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

De acordo com o artigo 54º, as entidades relevantes para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite do município são os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, as empresas locais e participadas, as cooperativas e fundações, bem como as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município e, ainda, as associações participadas não exclusivamente por municípios que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

Q. 25 - Limite da dívida total

milhões de €

Limite	Dívida total *		Margem utilizável	Variação da dívida (%)	Margem utilizada em 2019
	inicio	final			
(1)	(2)	(3)	(4) = [(1)-(2)]*20%	(5)=[(3)-(2)]/(2)	(6)
291,0	36,2	32,4	51,0	-10,5%	0,0

* *Exclui operações não orçamentais e FAM*

No início de 2019, o limite à dívida total ascendeu a 291 milhões de euros. Considerando que a dívida total no início do ano (36,2 milhões de euros) se encontrava dentro daquele limite, o Município podia aumentar a sua dívida em 20% da margem disponível, ou seja, até mais 51 milhões de euros.

No final do ano, a divida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades que relevam para este efeito, reduziu 10,5%, sendo de apenas 32,4 milhões de euros, valor para o qual contribuíram, 10,4 milhões de euros do Município do Porto (dos quais se excluem 4,1 milhões de euros de operações não orçamentais) e 26,1

milhões de euros das outras entidades que relevam para efeitos de apuramento[1].

A política financeira do Município do Porto continuou, assim, no sentido de uma redução programada e gradual do endividamento.

9. PANDEMIA COVID-19

Face à atual situação de emergência de saúde pública causado pela Pandemia COVID-19 procedeu-se, na 1ª revisão ao Orçamento de 2020, ao ajustamento da previsão da receita, onde se procurou refletir o cenário de uma recessão económica grave acarretando constrangimentos sociais e económicos com impacto profundo no dia-a-dia das famílias.

Pese embora a inscrição do saldo de gerência de 2019 que ascendeu a 97,8 milhões de euros, o orçamento da receita aumentou apenas 8,3 milhões de euros.

Contribuído para a revisão da receita em baixa, entre outras; os impostos diretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade e venda de bens e serviços correntes considerando o cenário de abrandamento económico e o impacto das medidas de apoio às empresas e famílias adotadas pelo Município no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Q. 26 - Ajustamentos à previsão da receita

Receita	2020 €
IMT	-28 069 041
Derrama	-5 407 759
Taxa Turística	-8 105 787
Loteamentos e obras	-2 385 217
Ocupação da via pública	-595 573
Publicidade	-497 263
Multas e outras penalidades	-1 281 567
Zonas de estacionamento	-1 500 000
Rendas	-353 166

[1] Valores provisórios à data de 08 de maio de 2020.

Nas despesas correntes foram reforçadas as dotações em aquisições de bens e serviços nomeadamente nas rubricas afetas a alimentação-refeições confecionadas, outros bens, encargos das instalações, limpeza e higiene e comunicações, outros trabalhos especializados que se destinavam essencialmente a ações de resposta do Município no âmbito da pandemia do COVID-19.

Nas transferências correntes, reforçou-se o projeto Porto Solidário - para a abertura de novas candidaturas para apoio ao arrendamento de famílias em dificuldades económicas; a linha de emergência de apoio ao associativismo; para as corporações de Bombeiros Voluntários. Nos subsídios, os reforços destinaram-se a transferências para as empresas municipais Porto Ambiente, EM. e Águas do Porto, EM., para fazer face ao impacto financeiro da medida excecional de isenção das tarifas de disponibilidade dos serviços de gestão de resíduos urbanos, abastecimento de água e saneamento de águas residuais, como forma de combater os reflexos negativos da pandemia COVID-19 na atividade económica.

O Município do Porto desde o dia 2 de março de 2020 aprovou e implementou um rigoroso Plano Interno de Contingência para os trabalhadores e instalações municipais com o propósito de fazer face ao novo coronavírus (Covid-19), nos termos do Despacho n.º 19 269/2020. Após publicação do Plano Nacional de Preparação e Resposta à Doença foi decidido, em 9 de março, implementar um conjunto de medidas preventivas externas e internas nos termos da Ordem de Serviço n.º 10805/ 2020/ CMP, de 10 de março. O presente despacho foi renovado ao longo da vigência do Plano Nacional de Emergência.

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o resultado Líquido positivo de 38.064.398,27 euros tenha a seguinte aplicação:

- 1.903.219,91 euros para Reservas Legais
- 36.161.178,36 euros para Resultados Transitados

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam visam facultar a avaliação da situação financeira e económica do Município do Porto, nos termos do ponto 2.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e das resoluções do Tribunal de Contas nº 4/2001, com as alterações introduzidas pela resolução n.º 26/2013, e nº 3/2019.

Os anexos às demonstrações financeiras compreendem três partes distintas:

- 8.1 - Caracterização da entidade;
- 8.2 - Notas ao balanço e à demonstração de resultados;
- 8.3 - Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis.

Dando cumprimento ao ponto 3.2 do POCAL os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação. De acordo com o princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2018 e o Balanço Final de 2019.

8.1 – Caracterização da entidade

A informação de identificação e caracterização do Município do Porto consta dos documentos de prestação de contas.

8.2 – Notas ao balanço e à demonstração de resultados

8.2.1 – Derrogações ao POCAL

Um dos objetivos do POCAL é a prática de uma contabilidade pública que incorpore a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, de modo a que as autarquias disponham de um instrumento de apoio à gestão ajustado ao caráter específico da sua atividade.

A contabilidade de custos, reconhecida como ferramenta fundamental de gestão financeira ao permitir o apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas de bens e serviços, facilitadora de um melhor controlo e gestão dos mesmos, tem sido objeto de uma melhoria contínua tendo em vista a sua plena implementação. Em 2019, a informação para a contabilidade de gestão desenvolveu-se por centros de resultados ou atividades, com vista a ir ao encontro do enunciado pelo novo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

O Município continua a reunir a informação necessária para dar cumprimento ao preconizado relativamente aos contratos de cedência do direito de superfície, que implicarão:

- A reclassificação desses ativos para a rubrica de Investimentos em imóveis, na medida em que não estão disponíveis para venda, considerando-se como tal, que esta conta abrange as edificações urbanas e propriedades rústicas que não estejam afetas à atividade operacional da autarquia, nem sejam considerados bens do domínio público.
- No que concerne ao tratamento contabilístico de uma cedência do direito de superfície, o benefício gerado deverá ser reconhecido ao longo do período do contrato independentemente do momento do recebimento.

Neste âmbito, o SATAPOCAL emitiu um parecer em que, apoiando-se no disposto no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, esclarece que, pese embora este normativo legal estabeleça as disposições gerais e comuns sobre a gestão dos bens imóveis dos domínios públicos do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, não havendo regulação expressa sobre os bens afetos às Autarquias Locais que não se enquadrem nesta definição, o preconizado no diploma se adaptará igualmente ao património que não se enquadre na definição de bem de domínio público.

Acrescente-se por fim que não foram derrogadas quaisquer disposições do POCAL que tenham efeitos na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e resultados da autarquia.

8.2.2 – A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem as demonstrações financeiras.

8.2.3 – Os critérios valorimétricos aplicados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados foram os seguintes:

Bens de Domínio Público

a) Para o imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 2000 foi usado na avaliação dos bens imóveis o método do custo ou do valor de substituição/reposição, o qual corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até a data de avaliação. Na avaliação dos terrenos subjacentes às frações, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado, ao seu valor atual. Entende-se por valor atual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação;
b) Para o imobilizado adquirido após 1 de janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas (propriedade industrial e outros direitos) foram valorizadas ao custo de aquisição.

Imobilizações Corpóreas

a) Para o imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 2000:

a.1) A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou método de mercado (conforme o descrito na alínea a) para os Bens de Domínio Público);

a.2) Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico, e, na sua impossibilidade, o método utilizado foi o método comparativo. Este método consistiu em comparar bens já avaliados, com as mesmas características, e assim, reconhecer-lhes o mesmo valor. Nos bens móveis em relação aos quais se pode aplicar os dois métodos anteriores, utilizou-se o método do valor de mercado correspondente ao seu valor atual.

b) Para o imobilizado corpóreo adquirido após 1 de janeiro de 2001, na valorização dos bens foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

Processo de conciliação do cadastro de imobilizado e identificação de bens:

Na sequência da evolução do processo de conciliação do cadastro de imobilizado, quando são identificados bens a considerar como inventariação inicial de ativos é seguida a metodologia acima descrita para imobilizado anterior a 2000, sendo o seu valor bruto registado por contrapartida da rubrica de património e as amortizações acumuladas registadas na rubrica de resultados transitados.

No ano anterior na sequência do processo de inventariação e avaliação dos terrenos, edificado e outras construções que não constavam do Sistema de Inventário e Cadastro (SIC), a valorização dos terrenos foi efetuada de acordo com a Caderneta Predial Urbana, ou com o Valor Unitário Médio definido pela Comissão Municipal de Avaliação do Município.

A Comissão Municipal de Avaliação visando uma metodologia de avaliação predial mais objetiva, para o apuramento do valor patrimonial de prédios urbanos aplicou a fórmula geral de avaliação conforme consta do artigo 38º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) ou artigo 46º para casos de outros, nomeadamente para os que não têm capacidade construtiva.

Quando se trate de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito considera-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens e seguindo o já referido nesta nota.

Caso este critério não seja exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser objeto de uma grande reparação assumindo então o montante desta.

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros (partes de capital) foram valorizados ao custo de aquisição. No final de cada período, procedeu-se aos ajustamentos nos investimentos financeiros através da constituição de uma provisão pelo montante das diferenças entre o custo de aquisição dos títulos e outras aplicações financeiras e o respetivo preço de mercado, quando este for inferior ao custo.

Amortizações

As amortizações do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (II série), pelo que os bens

terminados ou adquiridos no exercício sofreram a primeira amortização no presente ano económico através do regime dos duodécimos.

Em virtude do processo de implementação do sistema informático de inventário e cadastro patrimonial, o critério anteriormente exposto não pôde ser aplicado na sua plenitude às seguintes situações:

a) Para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2000, as amortizações da rubrica de Edifícios foram calculadas de acordo com o valor final à data do exercício de 2001;

Aos bens de imobilizado incorpóreo em que o período de vida útil está previamente estipulado, a taxa de amortização foi calculada de acordo com o período de vida útil predefinido.

Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção:

a) Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo foi utilizado o custo de aquisição, tendo sido adotado como método de custeio das saídas o método do custo médio ponderado;
b) Nos produtos acabados e intermédios foi utilizado o método do contrato terminado para a produção resultante da atividade dos viveiros municipais.

À data de balanço é efetuada uma análise às existências e caso existam situações de obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, ou outros fatores que levem a que o custo de aquisição ou o custo de produção seja superior ao preço de mercado, é registada uma provisão pelo montante dessa diferença.

Entende-se como preço de mercado o custo de reposição ou o valor realizável líquido, conforme se trate de bens adquiridos para a produção ou de bens para venda.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando existe uma divida de clientes, contribuintes ou utentes cuja cobrança se apresente duvidosa o saldo dessa divida deve ser transferido para a rubrica clientes de cobrança duvidosa.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Provisões

São constituídas provisões para fazer face a riscos e encargos de natureza provável mas que não correspondam a uma estimativa de um passivo certo, sendo estes últimos registados nas respetivas rubricas de balanço.

Elencam-se como as principais situações que geram a necessidade de registo de provisões as que se relacionam com aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

1. As provisões para cobrança duvidosas são constituídas para as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

Em conformidade com o ponto 2.7.1 do POCAL, as provisões são calculadas de acordo com as seguintes percentagens:

a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 e até 12 meses

b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses

As dívidas em mora são objeto de acompanhamento e esforço de recuperação pela Divisão Municipal de Execuções Fiscais e Contraordenações.

Não são consideradas de cobrança duvidosa as seguintes dívidas:

a) Do Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais.
b) As cobertas por garantia, seguro ou caução, com exceção da importância correspondente à percentagem de desconto ou descoberto obrigatório.

2. As provisões para riscos e encargos são constituídas para registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável. As provisões são subsequentemente reduzidas na medida em que se reduzam ou cessem os riscos previstos.

Estas provisões incluem o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que a autarquia prevê suportar relativamente aos processos judiciais cuja resolução pelos Tribunais não tenha ainda ocorrido e os montantes associados a acordos extrajudiciais promovidos pelo município.

Acréscimos e Diferimentos

A autarquia regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Na rubrica de acréscimos de proveitos são registados os montantes de impostos (IMI e Derrama) e transferências (IRS) relativos ao exercício em relato cujo recebimento apenas ocorrerá em períodos futuros e outros proveitos que a cada data de balanço tenham igualmente sido já obtidos mas que não tenham ainda documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).

Na rubrica de acréscimos de custos são registados os custos a reconhecer no exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício(s) posterior(es). Destacam-se neste âmbito os custos relativos a remunerações a liquidar, que compreendem a estimativa dos montantes relativos aos direitos adquiridos pelos trabalhadores relativamente a férias e subsídio de férias.

A rubrica de proveitos diferidos a serem reconhecidos nos exercícios seguintes é essencialmente composta por subsídios/transferências para investimento recebidos pelo Município do Porto, nos termos da lei ou de contratos-programa, os quais, estando associados aos ativos, são reconhecidos numa base sistemática na rubrica de proveitos e ganhos extraordinários à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

8.2.6 – Despesas de Instalação, investigação e de desenvolvimento

A rubrica associada às despesas de investigação e desenvolvimento revela, na sua totalidade, a aquisição de diversas licenças de software informático.

8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço, podem ser resumidos como segue:

Ativo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências	Doações e Transferências de/para Outras Entidades	Abates	Saldo Final
	€	€	€	€	€	€	€	€
De bens de domínio público								
Terrenos e recursos naturais	8 445 345,29				216 202,54			8 661 547,83
Edifícios	8 818 210,93							8 818 210,93
Outras construções e infra estruturas	525 083 738,30		1 131 812,38		5 496 004,97			531 711 555,65
Bens do património histórico artístico e cultural	4 607 658,00	82 000,00	51 755,37		1 808,10			4 743 221,47
Outros bens de domínio público	65 515 296,04							65 515 296,04
Imobilizações em curso	4 981 214,65		9 727 229,26		-5 892 125,30			8 816 318,61
Sub-total	**617 451 463,21**	**82 000,00**	**10 910 797,01**	**0,00**	**-178 109,69**			**628 266 150,53**
De imobilizações incorpóreas								
Despesas de investigação e de desenvolvimento	609 924,19							609 924,19
Propriedade industrial e outros direitos	5 543 968,52		342 886,35		3 821,23			5 890 676,10
Sub-total	**6 153 892,71**	**0,00**	**342 886,35**	**0,00**	**3 821,23**			**6 500 600,29**
De imobilizações corpóreas								
Terrenos e recursos naturais	452 138 984,65	1 047 475,58	6 168 689,60	-1 346 466,68	11 470,81		-624 892,42	457 395 261,54
Edifícios e outras construções	764 736 121,28	11 964 000,00	12 591 738,70	-155 751,99	19 411 693,82		-10 176 193,38	798 371 608,43
Equipamento básico	25 698 545,84		1 781 919,45	-359,14			-287 995,28	27 192 110,87
Equipamento de transporte	8 551 102,42		401 213,33				-320 491,03	8 631 824,72
Ferramentas e utensílios	783 224,53		76 299,40				-11 516,12	848 007,81
Equipamentos administrativo	21 139 360,59		717 925,42		-3 629,47		-643 874,20	21 209 782,34
Outras imobilizações corpóreas	4 803 134,32		36 188,77		-22 785,10		-21 337,78	4 795 200,21
Imobilizações em curso	69 775 987,56		37 695 144,88		-19 301 560,99		0,00	88 169 571,45
Sub-total	**1 347 626 461,19**	**13 011 475,58**	**59 469 119,55**	**-1 502 577,81**	**95 189,07**	**0,00**	**-12 086 300,21**	**1 406 613 367,37**
De investimentos financeiros								
Partes de capital	92 710 948,43							92 710 948,43
Obrigações e títulos de participação	4 317 111,00							4 317 111,00
Investimentos em imóveis	20 078 930,90				79 099,39			20 158 030,29
Outras aplicações financeiras	12 046 014,19			-2 076 067,19				9 969 947,00
Sub-total	**129 153 004,52**	**0,00**	**0,00**	**-2 076 067,19**	**79 099,39**	**0,00**	**0,00**	**127 156 036,72**
Total	**2 100 384 821,63**	**13 093 475,58**	**70 722 802,91**	**-3 578 645,00**	**0,00**	**0,00**	**-12 086 300,21**	**2 168 536 154,91**

Durante o ano de 2019, efetuaram-se ajustamentos ao ativo bruto no montante total de 13.093.476 euros influenciados pela incorporação dos parques de estacionamento, do Palácio Cristal (5.769.000 euros) e da Praça dos Poveiros (6.195.000 euros) em edifícios e outras construções.

No que respeita aos aumentos, do imobilizado corpóreo, destaca-se as rubricas de terrenos e recursos naturais, de edifícios e outras construções e o imobilizado em curso.

A rubrica de Terrenos e Recursos Naturais registou o montante de 6.168.690 euros contribuindo para este acréscimo entre outros o registo de parcelas de terrenos adquiridos ao Fundo de Investimento Imobiliário Fechado – Porto Novo, nomeadamente dos lotes na Alameda das Antas e do terreno na Rua Lopo Soares de Albergaria.

Em edifícios e outras construções incorporou-se várias aquisições de imóveis adquiridas através do exercício do direito de preferência.

O imobilizado em curso no montante de 37.695.145 euros diz respeito às obras realizadas pelas empresas municipais Domus Social, EM, e GO Porto, EM em 2019. A Domus Social, EM contribuiu fundamentalmente no domínio da reparação e beneficiação da habitação social.

Nas obras realizadas pela GO Porto, EM, destacam-se as obras no Mercado do Bolhão e a obra de construção do novo canil.

Em 2019, procedeu-se ao abate de imobilizado associado à demolição dos 5 blocos habitacionais do Bairro Rainha D. Leonor, e das Torres A,B e C do Bairro do Aleixo.

No que respeita às outras aplicações financeiras incluídas na rubrica de investimentos financeiros, as mesmas sofreram uma redução decorrente da liquidação, em 2019, do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado - Porto Novo resultando numa diminuição de 2.076.067 euros correspondente ao valor nominal do fundo.

Mapa das Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Abates, Alienações e Reduções	Regularizações	Saldo Final
	€	€	€	€	€
De bens de domínio público					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios	5 662 236,77	426 924,48			6 089 161,25
Outras construções e infra estruturas	260 926 947,99	17 077 110,36		-736,51	278 003 321,84
Bens do património histórico artístico e cultural	1 097 481,68	1 174,96		-1 079 404,27	19 252,37
Outros bens de domínio público	42 268 555,41	3 181 931,38			45 450 486,79
Imobilizações em curso	0,00				0,00
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00				0,00
Subtotal	**309 955 221,85**	**20 687 141,18**	**0,00**	**-1 080 140,78**	**329 562 222,25**
De imobilizações incorpóreas					
Despesas de instalação	0,00				0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	609 924,19				609 924,19
Propriedade industrial e outros direitos	4 850 165,46	442 692,66			5 292 858,12
Imobilizações em curso	0,00				0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00				0,00
Subtotal	**5 460 089,65**	**442 692,66**	**0,00**	**0,00**	**5 902 782,31**
De imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	0,00				0,00
Edifícios e outras construções	306 671 450,40	21 110 555,54	-4 359 198,10	89 480,60	323 512 288,44
Equipamento básico	19 853 101,88	2 094 542,32	-285 554,12		21 662 090,08
Equipamento de transporte	3 529 465,61	555 371,68	-320 491,03		3 764 346,26
Ferramentas e utensílios	664 874,83	58 474,46	-11 516,12		711 833,17
Equipamentos administrativo	20 195 667,42	739 147,36	-643 838,74		20 290 976,04
Taras e vasilhame	0,00				0,00
Outras imobilizações corpóreas	2 552 812,93	463 348,78	-21 122,80		2 995 038,91
Imobilizações em curso	0,00				0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00				0,00
Subtotal	**353 467 373,07**	**25 021 440,14**	**-5 641 720,91**	**89 480,60**	**372 936 572,90**
De investimentos financeiros					
Partes de capital	461 824,00	4 459,50		-1 982,00	464 301,50
Obrigações e títulos de participação	0,00				0,00
Investimentos em imóveis	4 189 183,11	353 639,09			4 542 822,20
Outras aplicações financeiras:	0,00				0,00
Outros títulos	1 178 310,68	177 197,38	-1 155 109,60		200 398,46
Subtotal	**5 829 317,79**	**535 295,97**	**-1 155 109,60**	**-1 982,00**	**5 207 522,16**
Total	**674 712 002,36**	**46 686 569,95**	**-6 796 830,51**	**-992 642,18**	**713 609 099,62**

O reforço nas amortizações do exercício, excluindo as de investimentos financeiros ascendeu a 46.151.274 euros, justificado pelo aumento nas rubricas de outras construções e infraestruturas, nos bens de domínio público e em edifícios e outras construções. As reduções nas amortizações e provisões do exercício foram de 6.796.830 euros, justificadas, essencialmente, pela alienação de vários edifícios

constantes na rubrica de imobilizações corpóreas e pela redução da provisão associada à liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado – Porto Novo relevada na rubrica de investimentos financeiros.

8.2.12 – Imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia, reversíveis e respetivos custos financeiros capitalizados no exercício

Encontra-se em curso a discriminação detalhada de todos os bens do imobilizado, que se encontram em qualquer uma destas situações.

8.2.15 – Bens de domínio público que não são objeto de amortização

Tipo de Bem	Valor	
	Aquisição	Atualizado
	€	€
Outras Construções	0,00	131 051,53
Capital Arbóreo	335 770,07	415 655,39
Terrenos e Recursos Naturais	4 602 779,81	8 991 754,80
Outras Infraestruturas	7 892 733,69	11 190 320,44
Total	**12 831 283,57**	**20 728 782,16**

As razões que motivam a não amortização destes bens decorre da própria lei (CIBE - Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril), na medida em que, em função das características intrínsecas do próprio bem, estes enquadram-se num determinado Grupo Homogéneo ao qual o CIBE não atribui qualquer taxa de amortização, ou ainda, atendendo à lei que determina que os bens classificados como parcelas de terreno do domínio publico não sofrem qualquer amortização. No que respeita à rubrica de outras infraestruturas, o seu registo resulta, na sua maioria, de arranjos urbanísticos realizados nos espaços exteriores dos bairros municipais afetos à habitação social.

O valor atualizado reflete as movimentações/correções nomeadamente por efeitos de grandes reparações.

8.2.16 – Entidades Participadas

Denominação Social	N.P.C.	Cod. Jur.	Capital Próprio	Capital Social		Resultado Líquido		Participação do Município		
			€	€	Quantidade	€	Ano	€	Quantidade	%
Mercado Abastecedor Porto	501 958 630	SA	12 871 273,07	8 500 000,00	1 700 000	810 498,06	2019	1 147 500,00	433 500	25,5%
Futebol Clube Porto, Futebol SAD	504 076 574	SA	-94 435 939	112 500 000,00	22 500 000	12 895 600,00	2018/2019	247 154,00	49 550	0,2%
Águas Douro e Paiva, S.A.	514 310 774	SA	30 460 560,00	20 902 500,00	20 902 500	731 297,00	2019	2 781 220,00	2 781 220	13,3%
Metro do Porto SA	503 278 602	SA	-2 776 823 200,00	7 500 000,00	1 500 000	-95 774 800,00	2018	5,00	1	0,0%
Boavista Futebol Clube, Futebol SAD	505 111 780	SA	-25 994 024,00	11 000 000,00	2 200 000	-1 481 167,00	2007/2008	249 350,00	49 870	2,3%
Empresa Municipal de Gestão e Obras do Porto - GO Porto, EM	505 037 238	EM	1 310 627,41	500 000,00	100 000	1 679,39	2019	500 000,00	100 000	100,0%
CMPH - DomusSocial - Emp. Hab. Man. Município Porto, EM	505 037 700	EM	1 028 627,38	500 000,00	100 000	28 118,61	2018	500 000,00	100 000	100,0%
Porto Vivo, SRU - Soc. Reab. Urbana Baixa Portuense, S.A.	506 866 432	SA	3 998 010,39	6 000 000,00	6 000	105 515,27	2019	2 403 600,00	6 000	100,0%
CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, EM	507 718 666	EM	134 811 884,17	80 000 000,00	80 000 000	5 878 844,55	2018	80 000 000,00		100,0%
Ágora - Cultura e Desporto do Porto, EM S.A.	507 718 640	EM	2 754 979,70	2 200 000,00	4 400	52 799,86	2019	2 200 000,00	4 400	100,0%
Empresa Municipal de Ambiente do Porto EM, S.A.	514 280 956	EM	1 083 309,04	465 566,00	465 566	178 302,81	2019	465 566,00	465 566	100,0%
ADEPORTO - Agência de Energia do Porto	507 886 550	ASU	319 877,00	197 125,00		3 755,00	2018	70 625,00		35,8%
Fundação Casa da Música	507 636 295	FSU	115 033 066,00	6 350 000,00		114 066,00	2018	200 000,00		3,1%
INEGI - Instituto Engenharia Mecânica Gestão Industrial	501 814 957	NS	9 770 031,30	3 625 920,00		637 540,54	2019	11 830,00		0,3%
Associação Porto Digital	506 838 730	ASU	3 833 131,76	2 215 557,34		184 680,87	2018	1 560 000,00		33,3%
Fundação da Juventude	502 263 342	FSU	4 070 908,83	1 811 105,56		-87 209,29	2018	24 939,90		1,4%
Fundação Portugal África	503 530 409	FCU	10 211 492,00	11 372 599,00		-551 604,00	2018	299 278,74		2,6%
Fundação de Serralves	502 266 643	FSU	73 926 807,08	14 301 685,16		68 853,14	2018	49 879,79		0,3%
Total								92 710 948,43		

Neste particular, importa esclarecer que no valor das participações do município não se encontram refletidos os seguintes ajustamentos contabilísticos, com efeitos na rubrica de investimentos financeiros: i) no Mercado Abastecedor do Porto, o valor contabilístico da participação está registado ao custo de aquisição cujo valor ascende a 1.147.500 euros.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 109/2018, de 4 dezembro, o qual regula a extinção das participações sociais detidas pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU, I. P.), em representação do Estado, nas sociedades de reabilitação urbana (SRU) criadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de maio, foi possível concretizar o estabelecido em memorando assinado entre o Estado e o Município do Porto, em 31 de julho de 2015, através do qual se definiram, entre outras, as condições para a municipalização da Porto Vivo SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, SA.

A extinção das participações sociais efetivou-se mediante a cessão das ações de que o IHRU, I. P., era titular para o acionista Município do Porto que detinha o restante capital da SRU. A transmissão das ações operou-se em 28 de dezembro de 2018.

Em 2019 verificou-se a alteração do contrato de sociedade, no que respeita à designação e objeto da sociedade, da CMPL - Emp. Desp.e Lazer do Município do Porto, EM para Ágora - Cultura e Desporto do Porto, EM S.A.

8.2.18 – Outras aplicações financeiras

Natureza	Entidades Gestoras	Quantidade	Participação Valor Nominal €	Valor Mercado €
Fundo de Investimento Imobiliário - Porto D`Ouro	CAIXA GESTÃO DE ATIVOS	8 400	8 400 000,00	10 797 315,48
Fundo de Investimento Imobiliário - Invesurb	FUND BOX	1 621	1 569 947,00	1 369 548,54
Credores das Administrações Públicas - FAM	FAM	4 317 111	4 317 111,00	N.A.
		Total	**14 287 058,00**	**12 166 864,02**

O Fundo de Investimento Imobiliário Fechado – Porto Novo, iniciou a sua atividade em 13 de novembro de 2007 e foi liquidado em 2019, tendo o Município do Porto recebido a título de reembolso das UPS o valor de 437.363 euros.

O Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado PORTO D'OURO, adiante designado por "Fundo", foi autorizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ("CMVM") em 16 de Dezembro de 2009 e iniciou a sua atividade em 29 de dezembro de 2009, com um capital social inicial de 16.800.000 € e com uma duração de 10 anos, prorrogável por períodos não superiores a 10 anos. O Fundo tem como principal objetivo alcançar uma valorização crescente do capital investido, numa perspetiva de médio e longo prazo, através da constituição e gestão de uma carteira de valores e ativos predominantemente imobiliários, e em obediência a sãos critérios de segurança, rentabilidade e liquidez. O investimento é essencialmente feito em ativos imobiliários sitos no distrito do Porto.

O Fundo constituiu-se como organismo especial de investimento imobiliário fechado de subscrição particular, não tendo ocorrido qualquer alteração ao tipo de organismo ao longo da sua vida. A duração inicial do Fundo era de dez anos, contados a partir da data da sua constituição em 29 de dezembro de 2009, prorrogável por períodos subsequentes não superiores a cinco anos, mediante decisão favorável da Assembleia de Participantes. Em 27 de junho de 2019 foi comunicada à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários a prorrogação por um período adicional de um ano, conforme deliberação da Assembleia de Participantes de 26 de junho de 2019.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela CAIXA GESTÃO DE ATIVOS Sociedade Gestora de Fundos de Investimento S.A. (sociedade incorporante da FUNDGER- Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.), sendo as

funções de entidade depositária (depositário) asseguradas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A.

O fundo de investimento imobiliário Invesurb é detido pela ME Real Estate - Mota-Engil Real Estate Portugal, SA, com uma participação de 26,93%, pelo Dr. António Luis Alves Ribeiro de Oliveira, também com uma participação de 26,93%, pela Rio Forte Investments, S.A., com uma participação de 15,88% e pela Cimenta – Empreendimentos Imobiliários, S.A., com uma participação de 8,35%. O Município do Porto detém uma participação de 21,91%.

Em 21 de novembro de 2018 foi assinado um contrato de cessão da posição contratual da posição da Sociedade Gestora Gesfimo para a Sociedade Gestora Fund Box.

A Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico de recuperação financeira municipal e regulamentou o Fundo de Apoio Municipal (FAM). De acordo com esta Lei, o Município do Porto estava obrigado a contribuir para este fundo com 6.715.507 euros. Com a entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2018, procedeu-se à alteração do artigo 19.º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, e à diminuição do montante a subscrever por cada Município, resultando numa diminuição de 2.398.396 euros para o Município do Porto. No ano em apreço procedeu-se à antecipação do pagamento da contribuição para este Fundo.

8.2.22 – Dívidas de Cobrança Duvidosa

Rubricas	Saldo Inicial €	Aumentos €	Diminuições €	Saldo Final €
Cobranças em atraso e litígio	**11 974 172,83**	**795 197,39**	**310 956,00**	**12 458 414,22**
Impostos Indiretos	4 074 402,62	672 687,66	29 582,08	4 717 508,20
Taxas	455 925,56	3 411,92	12 270,39	447 067,09
Rendas e Alugueres	1 282 223,62	0,00	259 922,58	1 022 301,04
Prestação de Serviços	5 227 747,54	4 709,85	8 139,93	5 224 317,46
Outras Cobranças Duvidosas	933 873,49	114 387,96	1 041,02	1 047 220,43
Total	**11 974 172,83**	**795 197,39**	**310 956,00**	**12 458 414,22**

A conta 218 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa reflete a receita liquidada e não cobrada, em mora há mais de seis meses, incluíndo a que já foi transferida para execução fiscal.

Do montante de cobranças em atraso e litígio de 12.458.414 euros, a dívida classificada com risco de cobrança, ou seja, sem garantia associada, que se encontra a ser acompanhada pela Divisão Municipal de Execuções Fiscais e Contraordenações,

ascende a 8.177.698 euros. Por sua vez, este valor inclui também o montante das dívidas que nos termos do art.º 272º do Código do Processo e Procedimento Tributário (CPPT) foram declarados em falhas e cujo valor global ascende a 1.722.033 euros.

De referir que o montante de dívidas de cobrança duvidosa em mora há mais de seis meses e até doze meses se encontra provisionado numa percentagem de 50%, tal como definido no POCAL. Relativamente à dívida remanescente classificada com risco de cobrança, vencida até 31 de dezembro de 2018, encontra-se constituída uma provisão.

8.2.26 – Contas de Ordem

Código e Designação das Contas		Saldo da Gerência Anterior		Movimento Anual		Saldo p/ Gerência Seguinte	
		Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
		€	€	€	€	€	€
0932	**Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas**	**34 204 930,52**		**7 618 254,58**	**1 120,00**	**41 822 065,10**	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	28 413 280,30		7 062 064,33	1 120,00	35 474 224,63	
09322	Prestadas por Fornecedores de imobilizado	5 218 142,56		476 918,64		5 695 061,20	
09323	Prestadas por outros credores	573 507,66		79 271,61		652 779,27	
0933	**Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas**			**198 238,20**	**12 547 752,75**		**12 349 514,55**
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c			198 238,20	11 446 996,49		11 248 758,29
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				1 048 561,84		1 048 561,84
09333	Devolvidas a Outros Credores				52 194,42		52 194,42
0934	**Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas**				**5 590,76**		**5 590,76**
09341	Acionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Acionistas a Fornecedores de Imobilizado						
09343	Acionistas a Outros Credores				5 590,76		5 590,76
Total		**34 204 930,52**		**7 816 492,78**	**12 554 463,51**	**29 466 959,79**	

Esta nota diz respeito aos depósitos de garantia e caução, apresentados por fornecedores e empreiteiros, cuja movimentação se efetua em contas de ordem.

O movimento a débito corresponde às garantias e cauções prestadas no ano e o movimento a crédito corresponde, essencialmente, às devoluções realizadas no mesmo período.

8.2.27 – Provisões Acumuladas

Contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
		€	€	€	€
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	14 032 915,60	813 362,74	51 335,77	14 794 942,57
292	Provisões para Riscos e Encargos	39 046 135,57	7 511 326,95	2 685 295,71	43 872 166,81
49	Provisões para Investimentos Financeiros	1 640 134,68	181 656,88	1 157 091,60	664 699,96
Total		**54 719 185,85**	**8 506 346,57**	**3 893 723,08**	**59 331 809,34**

Ao nível das provisões, destaca-se o reforço das provisões para riscos e encargos, justificado pela regularização do valor das provisões associadas aos processos judiciais em curso, e, para os quais, entendeu-se reforçar o montante suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis ou certas.

A redução da provisão para outros riscos e encargos, no montante de 2.685.296 euros, inclui o montante de 1.577.358 euros na sequência de regularizações de processos judiciais em curso respeitantes a exercícios anteriores de acordo com a avaliação de risco efetuada pela Direção Municipal de Serviços Jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de 43.872.167 euros, da rubrica provisões para riscos e encargos, inclui 8.446.170 euros referentes à estimativa do valor atual dos encargos do Município com a aposentação do pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, em virtude da obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988 (ver nota 8.2.33), sendo que o restante no montante de 35.425.997 euros reflete a melhor expectativa do Município para os eventuais encargos que a autarquia possa a vir a incorrer por força dos processos em contencioso existente aquando da preparação das contas referentes ao ano findo.

Por último, de referir que a rubrica das provisões para investimentos financeiros sofreu uma redução de 1.157.092 euros, a qual resulta, fundamentalmente, da anulação da provisão que se encontrava registada em função do valor de mercado do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado – Porto Novo, cuja liquidação ocorreu em 2019.

8.2.28 – Fundo Patrimonial

Contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
		€	€	€	€
51	**Património**	**1 101 123 421,99**	**13 093 475,58**	**0,00**	**1 114 216 897,57**
55	**Ajustamentos de partes de capital em empresas**	**458 117,31**	**0,00**	**0,00**	**458 117,31**
553	Outras variações nos capitais em empresas	458 117,31	0,00	0,00	458 117,31
554	Depreciações	0,00	0,00	0,00	0,00
57	**Reservas**	**164 443 460,48**	**1 794 652,54**	**0,00**	**166 238 113,02**
571	Reservas legais	9 773 335,29	1 794 652,54	0,00	11 567 987,83
575	Subsídios	101 455,96	0,00	0,00	101 455,96
576	Doações	17 272 999,35	0,00	0,00	17 272 999,35
577	Reservas decorrentes da transferência de ativos	77 068 558,16	0,00	0,00	77 068 558,16
578	Regularizações Entidades Participadas	60 227 111,72	0,00	0,00	60 227 111,72
59	**Resultados transitados**	**105 648 069,55**	**47 487 780,97**	**1 794 652,54**	**151 341 197,98**
	Total	**1 371 673 069,33**			**1 432 254 325,88**

Relativamente aos movimentos incorridos no exercício de 2019 em cada uma das contas da classe 5 verifica-se:

Património

A conta 51 – Património regista os fundos relativos à constituição da entidade, bem como as alterações subsequentes que venham a ser formalmente autorizadas.

A variação ocorrida na rubrica património de 13.093.476 euros inclui o montante de 11.964.000 euros, decorrente da incorporação dos parques de estacionamento do Palácio de Cristal e da Praça dos Poveiros no montante de 5.769.000 euros e 6.195.000 euros, respetivamente. O valor remanescente resulta de uma permuta associada ao Palácio do Bolhão.

Importa ainda referir que esta incorporação resultou de uma avaliação externa, a qual, de acordo com o previsto no POCAL para os bens obtidos gratuitamente, deverá ocorrer no termo do contrato de concessão dos respetivos parques, uma vez que este normativo não permite reconhecer os investimentos de terceiros em ativos municipais concessionados.

Em termos dos critérios de mensuração e, ainda de acordo com aquele normativo, quando se trate de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, deverá ser considerado o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. Neste sentido, após o conhecimento da receção definitiva dos parques de estacionamento a título gratuito, de acordo com os contratos subjacentes, foram solicitadas a peritos externos, avaliações segundo critérios técnicos adequados à natureza de cada um destes bens. O critério adotado nesta avaliação imobiliária consistiu na determinação, à data de referência, do justo valor, como sendo a quantia pela qual um ativo pode ser trocado entre partes conhecedoras, dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre as mesmas. Acresce ainda que este valor foi determinado através de uma avaliação independente, a qual pressupõe a possibilidade de “troca” (valor de troca) e é determinado com base em operações semelhantes realizadas em mercado aberto, ou seja, o Valor de Mercado. Nesta medida, define-se como “Valor de Mercado” do imóvel considerado livre e disponível, ou “Presumível Valor de Transação em Mercado Aberto (Open Market Value)”, o “montante estimado pelo qual um bem pode ser transacionado à data de avaliação entre um comprador e um vendedor com interesses equivalentes na operação, após apropriada exposição no mercado, onde cada uma das partes tenha agido com conhecimento, de forma prudente e sem coação”.

Ajustamentos em partes de capital e empresas

Nesta rubrica encontram-se registadas as diferenças de ajustamentos de partes de capital associada à conta 411 – Investimentos Financeiros.

Reservas

Estas contas encontram-se desagregadas ao nível do balanço consoante a natureza das mesmas.

571- Reservas legais - O aumento diz respeito à incorporação do resultado líquido de 2018 aprovado em assembleia municipal, conforme proposta apresentada pelo executivo, e nos termos do ponto 2.7.3.5 do POCAL, o qual exige a aplicação no mínimo de 5% do resultado líquido de cada exercício como reforço anual das reservas legais.

Resultados transitados

O movimento ocorrido em 2019 na rubrica de resultados transitados resultou da aplicação do resultado líquido proveniente do exercício anterior, na parte remanescente ao reforço das reservas legais, no valor de 34.098.398 euros. Para além deste movimento, os resultados transitados foram aumentados em 10.515.326 euros na sequência da cobrança extraordinária da derrama referente ao exercício de 2010. De acordo com informações obtidas junto da AT, este montante está relacionado com o processo de execução fiscal de uma entidade bancária, do qual resultou uma correção ao IRC de 2010. Foi ainda considerado o montante de 1.079.404 euros por força da reversão das amortizações acumuladas, referentes a anos anteriores, decorrente da reclassificação do violoncelo “Montagnana” de Guilhermina Suggia num ativo do património histórico, artístico e cultural, cujo grupo homogéneo não gera amortizações.

8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Movimentos	Mercadorias €	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo €
Existências iniciais (1)	20 099,49	665 517,05
Compras (2)	0,00	1 717 583,85
Regularização de existências (3)	0,00	1 734,41
Existências finais (4)	20 099,49	599 453,95
Custos no exercício (5) = (1) + (2) + (3) - (4)	0,00	**1 785 381,36**

O saldo das existências foi obtido através do sistema de inventário permanente implementado desde 2009. Atendendo às especificidades inerentes à implementação deste sistema, e, como complemento do trabalho final de Inventário Geral Anual de 2019, procederam-se a movimentos de regularizações de existências.

8.2.30 – Demonstração da variação da produção

Movimentos	Produtos acabados e intermédios €	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos €	Produtos e trabalhos em curso €
Existências finais (1)	193 333,46		
Regularização de existências (2)	0,00		
Existências iniciais (3)	199 270,99		
Aumento/redução no exercício (4) = (1) + (2) - (3)	**-5 937,53**		

8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício 2019 €	Exercício 2018 €	Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício 2019 €	Exercício 2018 €
681	Juros suportados	88 158,98	274 338,89	781	Juros obtidos	15 387,35	26 432,77
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	267 940,89	664 256,85
683	Amortizações de investimentos em imóveis	353 639,09	366 149,37	783	Rendimentos de imóveis	11 032 571,01	10 331 196,56
684	Provisões para aplicações financeiras	181 656,88	142 869,64	784	Rendimentos de participações de capital	58 611,21	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	85,04	53,28	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesou	0,00	0,00	787	Ganhos na alienação de aplicações de t	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	19 147,07	19 224,75	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	10 731 823,40	10 219 250,25				
	Total	**11 374 510,46**	**11 021 886,18**			**11 374 510,46**	**11 021 886,18**

Os proveitos com rendimentos de imóveis referem-se, essencialmente, à concessão à EDP Distribuição do exercício dos direitos e poderes do Município do Porto na gestão do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão. A concessão confere ao Município o direito a uma renda e à EDP Distribuição o direito a isenções, nomeadamente quanto ao uso dos bens de domínio público municipal, as quais são determinadas por portaria ministerial.

O período de concessão renovou-se em 22 de dezembro de 2006 e tem a duração de 20 anos, nos termos do Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro.

Com referência a 31 de dezembro de 2019 o montante do ativo afeto à concessão não se encontra refletido no ativo imobilizado do Município do Porto.

A variação positiva verificada nos rendimentos em imóveis decorre do aumento da receita arrecadada associada à concessão de gestão, exploração, manutenção e fiscalização de lugares de estacionamento pago na via pública na cidade do Porto.

O recebimento de 8.000.000 de euros, em 2016, respeitante ao período da concessão, de 12 anos, foi reconhecido em proveitos diferidos, à luz do princípio do acréscimo. A parte restante será, em cada ano económico, imputada a resultados do exercício, numa base temporal.

8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício 2019 €	Exercício 2018 €	Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício 2019 €	Exercício 2018 €
691	Transferências de capital concedidas	2 242 994,58	2 292 601,44	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
693	Perdas em Existências	66 114,53	94 517,00	793	Ganhos em existências	67 848,94	20 875,59
694	Perdas em imobilizações	7 500 057,33	652 938,21	794	Ganhos em imobilizações	6 926 259,18	3 554 722,14
695	Multas e Penalidades	5 170,95	1 012,92	795	Benefícios de penalidades contratuais	700 966,10	621 946,31
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	615 062,64	796	Reduções de amortizações e de provisões	2 785 784,94	4 875 107,71
697	Correções relativas a exercícios anteriores	968 312,16	2 704 216,71	797	Correções relativas a exercícios anteriores	5 010 861,00	2 546 677,24
698	Outros custos e perdas extraordinários	0,00	110 943,61	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	14 995 530,72	16 481 583,53
				799	Reembolsos e Restituições	0,00	0,00
	Resultados extraordinários	19 704 601,33	21 629 619,99				
	Total	**30 487 250,88**	**28 100 912,52**		**Total**	**30 487 250,88**	**28 100 912,52**

As perdas em imobilizações apresentam um aumento de 6.847.119 euros, o qual, na sua maioria, se justifica pelo registo do abate associado à demolição dos 5 blocos habitacionais do Bairro Rainha D.Leonor e das Torres A, B e C do Bairro do Aleixo. Por sua vez, os ganhos em imobilizações registam um acréscimo de 3.371.537 euros, em resultado, fundamentalmente, do apuramento da mais-valia, do terreno associado à permuta relacionada, com o contrato de conceção e construção do novo Bairro Rainha D. Leonor.

Por outro lado, o aumento verificado nos ganhos da rubrica das correções relativas a exercícios anteriores está influenciado, essencialmente, pela regularização da estimativa dos montantes associados aos impostos diretos, recebidos em 2019, relativos a exercícios anteriores e que excederam a estimativa que constava na especialização registada anualmente na rubrica de acréscimos de proveitos

8.2.33 – Outras informações consideradas relevantes

1. De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 63º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, o Município do Porto e respetivos serviços municipalizados passaram a ser responsáveis pelos montantes dos encargos com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, pelo que, face à responsabilidade do pagamento das pensões dos seus funcionários, reteve, como contrapartida, os respetivos descontos. Com a entrada em vigor do art.º 56º da Lei n.º 114/88 de 30 de dezembro, a responsabilidade do pagamento das pensões dos funcionários que se aposentassem a partir de 1 de janeiro de 1989 passou a pertencer àquela entidade.

Por este motivo, subsiste a obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988.

Neste âmbito, à semelhança do ano anterior, foi realizado um novo estudo atuarial com referência a 31 de dezembro de 2019 por um perito atuário, autónomo e independente, que teve como objetivo facultar aos órgãos de gestão do Município do Porto uma avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego, subordinado às responsabilidades e custos associados ao pagamento destas pensões, permitindo, deste modo, a atualização da provisão que reflete o valor atuarial das responsabilidades.

Descrição	2019	2018
	€	€
Pensionistas:	**8 021 334,99**	**8 986 402,60**
Responsabilidade atuarial com pensionistas Decreto Lei n.º 503/99	1 341 846,55	1 272 149,25
Responsabilidade atuarial com pensionistas sobrevivência	293 555,42	368 405,11
Responsabilidade atuarial com pensionistas	6 385 933,02	7 345 848,24
Ativos:	**424 834,75**	**448 305,02**
Valor atual das quotas em dívida	424 834,75	448 305,02
	8 446 169,74	**9 434 707,62**

Apresenta-se, seguidamente, um quadro que reúne as estatísticas descritivas da população de base analisada neste estudo e que ajudam a uma melhor compreensão dos resultados obtidos.

Estatísticas da População de Ativos	Número Total	Idade Mínima	Idade Média	Idade Máxima	Quota Média em Dívida (€)	Quota em Dívida (€)
Total Ativos:	**809**	**46**	**60,35**	**91**	**558,11**	**451 514,30**
Idade menor a 66 anos	695	46	58,97	65	559,41	388 788,81
Idade maior ou igual a 66 anos	114	66	68,75	91	550,22	62 725,49

Estatísticas da População de Pensionistas	Número Total	Idade Mínima	Idade Média	Idade Máxima	Pensão Média Anual (€)	Total Pensões Anual (€)
Total Pensionistas:	**143**	**38**	**79,60**	**104**	**7.404,59**	**1 058 856,54**
Pensionistas DL n.º 503/99	36	38	60,36	70	1 483,49	53 405,52
Pensionistas Sobrevivência	3	42	52,33	61	3 519,93	10 559,78
Pensionistas	104	61	87,05	104	9 566,26	994 891,24

Neste seguimento, importa ainda expor os pressupostos que foram considerados nesta avaliação, relativos ao cenário de financiamento.

Descrição	Cenário Financiamento
Tabelas:	
Tabelas de Mortalidade Ativos	GRF95_90 100,00%
Tabelas de Mortalidade Pensionistas	TV88_90 100,00%
Taxas:	
Taxa de Desconto Ativos	0,80%
Taxa de Desconto Pensionistas	0,80%
Taxa de Crescimento das Pensões	0,50%
Dados Gerais:	
Idade Normal da Reforma	66
Percentagem de Casados	85,00%
Percentagem de Reversibilidade	60,00%
Idade do Cônjuge	Mulher 3 anos mais nova
Número de Pagamentos do Benefício	14

Em virtude dos resultados obtidos neste estudo atuarial, foram realizados os seguintes ajustamentos contabilísticos que confluíram para a posição da responsabilidade do Município a 31 de dezembro de 2019.

Provisões para Riscos e Encargos	2019	2018
	€	€
Responsabilidade atuarial a 1 de janeiro	**9 434 707,62**	**10 489 044,54**
Pensionistas	8 986 402,60	10 034 841,85
Ativos	448 305,02	454 202,69
Ajustamentos do exercício	**-988 537,88**	**-1 054 336,92**
Custos com o pagamento de pensões	-1 107 938,14	-1 255 711,43
Acerto na estimativa associada aos custos com pensões	119 400,26	201 374,51
Responsabilidade atuarial a 31 de dezembro	**8 446 169,74**	**9 434 707,62**

Por último, procurando dar resposta às exigências da norma contabilística internacional IAS19 procedeu-se à seguinte sistematização:

Provisões para Riscos e Encargos	Ativos	Pensionistas	Total
	€	€	€
Responsabilidades em 31 de dezembro de 2018	**448 305,02**	**8 986 402,60**	**9 434 707,62**
Custo dos Serviços Correntes			
Benefícios Pagos	-47 189,43	-1 107 938,14	-1 155 127,57
Custo dos Juros	5 096,52	101 189,20	106 285,72
(Ganhos)/Perdas Atuariais	18 622,64	41 681,33	60 303,97
Responsabilidades em 31 de dezembro de 2019	**424 834,75**	**8 021 334,99**	**8 446 169,74**

Para o efeito, o quadro apresentado corresponde à evolução das responsabilidades de acordo com as rúbricas decorrentes desta norma contabilística.

As perdas atuariais verificadas no exercício, no valor de 60.304 euros, são justificadas essencialmente pela diminuição da taxa de rendimento.

2. No ano anterior foram efetuados vários ajustamentos decorrentes do processo de conciliação do cadastro de imobilizado, e que se consubstanciou na realização das seguintes atividades:(i) inventariação e avaliação de todos os terrenos, edificados e outras construções que não constavam do Sistema de Informação e Cadastro (SIC); (ii) conciliação dos saldos entre o SIC e o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA); (iii) reclassificação das obras realizadas pela empresa municipal Domus Social, EM que constavam no imobilizado em curso.

(i) inventariação e avaliação de todos os terrenos, edificados e outras construções que não constavam do Sistema de Informação e Cadastro (SIC).

Foram reconhecidos e avaliados cerca de 8.783 processos de cadastro, relacionados com terrenos no montante de 104.400.547 euros.

A valorização dos terrenos que teve por base a Caderneta Predial Urbana (CPU), ascendeu a 48.188.825 euros e os terrenos valorizados através do Valor Unitário Médio (VUM) definido pela Comissão Municipal de Avaliação do Município assumiu um montante de 56.211.722 euros.

(ii) conciliação dos saldos entre o SIC e o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA) - incorporados em SIC 66.296.863,44 euros.

(iii) reclassificação das obras realizadas pela empresa municipal Domus Social, EM que constavam no imobilizado em curso (72 820 471,19 euros)."

Será de referir que no âmbito do processo de conciliação de cadastro e inventário, o Município não espera alterações significativas futuras, ao inventário decorrente deste levantamento.

É intenção do Município do Porto desenvolver os esforços necessários para que seja possível o registo predial dos imóveis, na sua plenitude.

3. No âmbito do projeto de otimização de IVA foram emitidos por parte das empresas municipais, GO Porto, EM e Domus Social, EM pedidos de revisão oficiosa à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), solicitando a regularização a seu favor do IVA pago em excesso nos anos 2010 e 2011. Em concreto, estas empresas emitiram notas de crédito no montante de 283.882 euros e 1.456.552 euros, respetivamente, corrigindo/anulando o IVA liquidado em excesso nas faturas inicialmente emitidas, constituindo as mesmas, nesta data, dívida ao Município do Porto. Em virtude da decisão desfavorável do Tribunal Arbitral que julgou a ação improcedente, o Município interpôs recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, com fundamento em Oposição de Acórdãos, que no caso da GO Porto, EM o tribunal julgou a ação improcedente, o da Domus Social, EM, aguarda prolação de Sentença.

Consequentemente, foi registada uma provisão pelo montante total dos débitos.

De igual modo encontra-se registada uma provisão no montante de 802.575 euros para fazer face às notas de crédito emitidas em 2016 pela empresa municipal Porto Lazer, EM, atual Ágora tendo por base o pedido de revisão oficiosa à Autoridade Tributária e Aduaneira que aguarda início da fase instrutória.

4. Nos termos do número 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, deve a Autoridade Tributária e Aduaneira informar as autarquias locais, do valor dos

recebimentos em atraso, existentes em 31 de dezembro, referentes às respetivas receitas fiscais. Os montantes em causa não integram as demonstrações financeiras, sendo relevantes para efeitos de gestão a divulgação dos seus montantes:

Imposto	Pagamentos e Recebimentos em Atraso (Quantia Exequenda)		
	2019	2018	Variação
	€	€	
Contribuição Autárquica (CA)	442 879,33	462 649,15	-19 769,82
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	6 226 048,75	6 849 844,79	-623 796,04
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	5 366 548,55	5 149 533,79	217 014,76
Imposto Único de Circulação (IUC)	2 130 905,98	1 949 640,69	181 265,29
SISA	13 819 542,50	14 019 713,76	-200 171,26
Total	**27 985 925,11**	**28 431 382,18**	**-445 457,07**

Estes montantes não se encontram reconhecidos enquanto ativo do Município do Porto na medida em que, o seu carácter contingente, não permite que tais valores cumpram com os critérios de reconhecimento de um ativo.

5. Divulgação dos processos judiciais em curso sem provisão

O Município do Porto, suportado na informação prestada pela Direção Municipal de Serviços Jurídicos (DMSJ) e na análise efetuada aos processos judiciais pendentes, constituiu provisões de valor suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis relativamente aos litígios em curso (ver nota 8.2.27).

No decurso normal da sua atividade, existem ainda diversos litígios e contingências (de risco possível) de natureza administrativa e tributária envolvendo o Município do Porto. Estas ações judiciais, administrativas ou outras, envolvem munícipes, empresas, funcionários, autoridades administrativas, fiscais ou outras. Da análise efetuada e da informação prestada pela DMSJ, o risco de perda destas ações não é provável e o desfecho das mesmas não afetará de forma material a posição financeira do Município. Assim, os processos destas naturezas cujas perdas foram estimadas como possíveis, não requerem a constituição de provisões e são periodicamente reavaliados.

6. A 11 de dezembro de 2015 foi assinado o contrato com a Eporto-Estacionamento Públicos do Porto, S.A., cujo objeto principal visa a gestão, exploração, manutenção e fiscalização quanto às contraordenações previstas no artigo 71.º do Código da Estrada, em regime de concessão de serviço público, dos atuais e futuros lugares públicos de estacionamento pagos na via pública da cidade do Porto, pelo prazo de 12 anos.

Conforme já referido no ponto 8.2.31, o recebimento de 8.000.000 de euros, em 2016, respeitante ao período da concessão, foi reconhecido em proveitos diferidos, à luz do

princípio do acréscimo. A parte restante, será em cada ano económico, imputada a resultados do exercício, numa base temporal.

7. Foi celebrado a 2 de janeiro de 2017 o Contrato Interadministrativo entre a AMP e os Municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Maia, Matosinhos, Gondomar e Valongo que estabelece: as regras de exercício pela AMP, e partilha pelos municípios outorgantes, das competências de planeamento, exploração, investimento e financiamento que lhe são delegadas pelo Estado enquanto autoridade de transporte do serviço público de transporte de passageiros explorado pela STCP, S.A. na área geográfica dos Municípios outorgantes; a criação junto da AMP de uma unidade técnica de apoio à gestão; as regras de repartição, entre os Municípios outorgantes, dos encargos associados ao pagamento das compensações financeiras devidas por obrigações de serviço público («OSP»).

Do contrato de Serviço Público, na sua versão consolidada e visada pelo Tribunal de Contas, em agosto de 2017 resulta para o Município do Porto a proporção de 53,69% tendo em conta o índice proporcional de oferta.

Em outubro de 2019 foi publicado o Decreto-Lei n.º 151/2019, que determina, a partir de 1 de janeiro de 2020, a adoção de um novo modelo de municipalização definitiva da exploração pela STCP dos serviços público de transportes de passageiros na área metropolitana do Porto.

O Estado e os Municípios do Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia, concordaram em antecipar a municipalização definitiva da STCP, tendo celebrado em 28 de agosto de 2019 um Memorando de Entendimento para a Intermunicipalização da STCP, fixando as linhas programáticas e operacionais para a implementação desse modelo até 1 de janeiro de 2020.

Foi também nesta data celebrado entre a AMP e os Primeiros Outorgantes o contrato interadministrativo de delegação de competências de autoridade de transportes no que respeita às linhas intermunicipais servidas pela STCP, previsto no artigo 2.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, prevendo os mecanismos de coordenação do respetivo exercício pelos seis Municípios, e que passa a integrar o Contrato de Serviço Público.

8. Face à atual situação de emergência de saúde pública causado pela Pandemia COVID-19 procedeu-se, na 1ª revisão ao Orçamento de 2020, ao ajustamento da previsão da receita, onde se procurou refletir o cenário de uma recessão económica

grave acarretando constrangimentos sociais e económicos com impacto profundo no dia-a-dia das famílias.

Pese embora a inscrição do saldo de gerência de 2019 que ascendeu a 97,8 milhões de euros, o orçamento da receita aumentou apenas 8,3 milhões de euros.

Contribuído para a revisão da receita em baixa, entre outras; os impostos diretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade e venda de bens e serviços correntes considerando o cenário de abrandamento económico e o impacto das medidas de apoio às empresas e famílias adotadas pelo Município no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Receita	2020 €
IMT	-28 069 041
Derrama	-5 407 759
Taxa Turística	-8 105 787
Loteamentos e obras	-2 385 217
Ocupação da via pública	-595 573
Publicidade	-497 263
Multas e outras penalidades	-1 281 567
Zonas de estacionamento	-1 500 000
Rendas	-353 166

Nas despesas correntes foram reforçadas as dotações em aquisições de bens e serviços nomeadamente nas rubricas afetas a alimentação-refeições confecionadas, outros bens, encargos das instalações, limpeza e higiene e comunicações, outros trabalhos especializados que se destinavam essencialmente a ações de resposta do Município no âmbito da pandemia do COVID-19.

Nas transferências correntes, reforçou-se o projeto Porto Solidário - para a abertura de novas candidaturas para apoio ao arrendamento de famílias em dificuldades económicas; a linha de emergência de apoio ao associativismo; para as corporações de Bombeiros Voluntários. Nos subsídios, os reforços destinaram-se a transferências para as empresas municipais Porto Ambiente, EM. e Águas do Porto, EM., para fazer face ao impacto financeiro da medida excecional de isenção das tarifas de disponibilidade dos serviços de gestão de resíduos urbanos, abastecimento de água e saneamento de

águas residuais, como forma de combater os reflexos negativos da pandemia COVID-19 na atividade económica.

9.O Município do Porto desde o dia 2 de março de 2020 aprovou e implementou um rigoroso Plano Interno de Contingência para os trabalhadores e instalações municipais com o propósito de fazer face ao novo coronavírus (Covid-19), nos termos do Despacho n.º 19 269/2020. Após publicação do Plano Nacional de Preparação e Resposta à Doença foi decidido, em 9 de março, implementar um conjunto de medidas preventivas externas e internas nos termos da Ordem de Serviço n.º 10805/ 2020/ CMP, de 10 de março. O presente despacho foi renovado ao longo da vigência do Plano Nacional de Emergência.

10. Foi comunicado em dezembro de 2019 ao Município do Porto através do Gabinete do Ministério de Estado das Finanças que foram decididos vários processos arbitrais que correram termos no Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD), relativos à vigência da isenção de IMT prevista no Decreto-Lei n.º 1/87, de 3 de janeiro, aplicável aos fundos de investimento imobiliário que resultaram na anulação dos atos de liquidação de IMT. O valor total dos processos é de 62.676.983,18 euros, no entanto segundo a Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais ainda não foi possível determinar qual o montante por município. Apesar dos esforços desenvolvidos, não foi possível obter uma estimativa fiável para o registo em provisões do montante de IMT a devolver, motivo pelo qual não foi efetuado esse registo.

8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

A informação sobre este ponto consta dos mapas que acompanham os documentos de prestação de contas, construídos de acordo com o definido no POCAL, designadamente: modificações do orçamento da receita, modificações do orçamento da despesa e modificações ao plano plurianual de investimentos.